



Relatório Anual **2016**



Sumário

Apresentação	3
Materialidade	4
Mensagem da Diretoria Executiva	6
Mensagem do Conselho Deliberativo	7
Mensagem do Conselho Fiscal	8
Mensagem do Conselho Consultivo do Plano 1	9
Mensagem do Conselho Consultivo do PREVI Futuro	10
Perfil	11
A PREVI em 2016	13
Missão, Visão e Valores Corporativos	17
Governança corporativa	18
Gestão de valor	27
2016: destaques e desempenho	28
Os números do ano	31
Destaques do ano	34
Transparência, relacionamento e prestação de contas	36
Relacionamento com participantes	39
Educação previdenciária	43
Público interno e gestão de pessoas	46
Planos de benefícios	61
O Plano 1 em 2016	54
O PREVI Futuro em 2016	58
Carteira de Pecúlios (Capec)	62
Operações com participantes	63
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	65
Estratégia e investimentos	67
Políticas de investimentos em 2016	69
Gestão de riscos	71
Principais decisões sobre os investimentos em 2016	73
Empresas e empreendimentos participados	82
Relações de empresas participadas	86
Responsabilidade socioambiental em investimentos	88
Sobre o relatório	92
Sumário de conteúdo GRI	93
Demonstrações financeiras	100
Demonstrações contábeis e notas explicativas 2016	127
Parecer atural 2016	189
Créditos	212

Apresentação

Em seu *Relatório Anual 2016*, a PREVI apresenta ao público, de modo transparente e sucinto, as principais informações sobre o desempenho de seus planos de benefícios e dos investimentos realizados no ano. O relatório também aborda as mais importantes realizações e decisões estratégicas de 2016, além dos destaques no relacionamento da Entidade com seus associados e demais públicos. Ainda estão incluídas no conteúdo as Demonstrações Financeiras, que descrevem em detalhes as alterações nas reservas, nas despesas e no patrimônio do Plano 1, do PREVI Futuro e da Capec.

As informações contidas neste documento apresentado em formato digital (*site* e PDF, que pode ser impresso) complementam todas as outras iniciativas de comunicação com os participantes, como as publicações e as ferramentas de atendimento do *site* da PREVI, a *Revista PREVI* e o *hotsite* Resultados, atualizado mensalmente. Como em todos os anos desde 2011, o *Relatório Anual 2016* agrupa em um único documento dados relativos às finanças e à sustentabilidade da PREVI. Por isso, são apresentadas as prioridades da gestão e as resoluções tomadas em prol do cumprimento de sua Missão: garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável. Num momento em que toda a PREVI se mobiliza para aprimorar sua comunicação com os associados, o relatório dá visibilidade e transparência não apenas à prestação de contas do ano – mas também sobre a visão de longo prazo da Entidade. [G4-17](#)

Desde 2011, o relatório anual é elaborado de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), que fornece padrões aceitos mundialmente de mensuração e divulgação de desempenho social, ambiental e econômico de organizações de todos os setores. Para as informações quantitativas e qualitativas apuradas, foi usada a versão G4 das diretrizes GRI, em nível Essencial, sem verificação externa. [GRI G4-32](#), [G4-33](#)

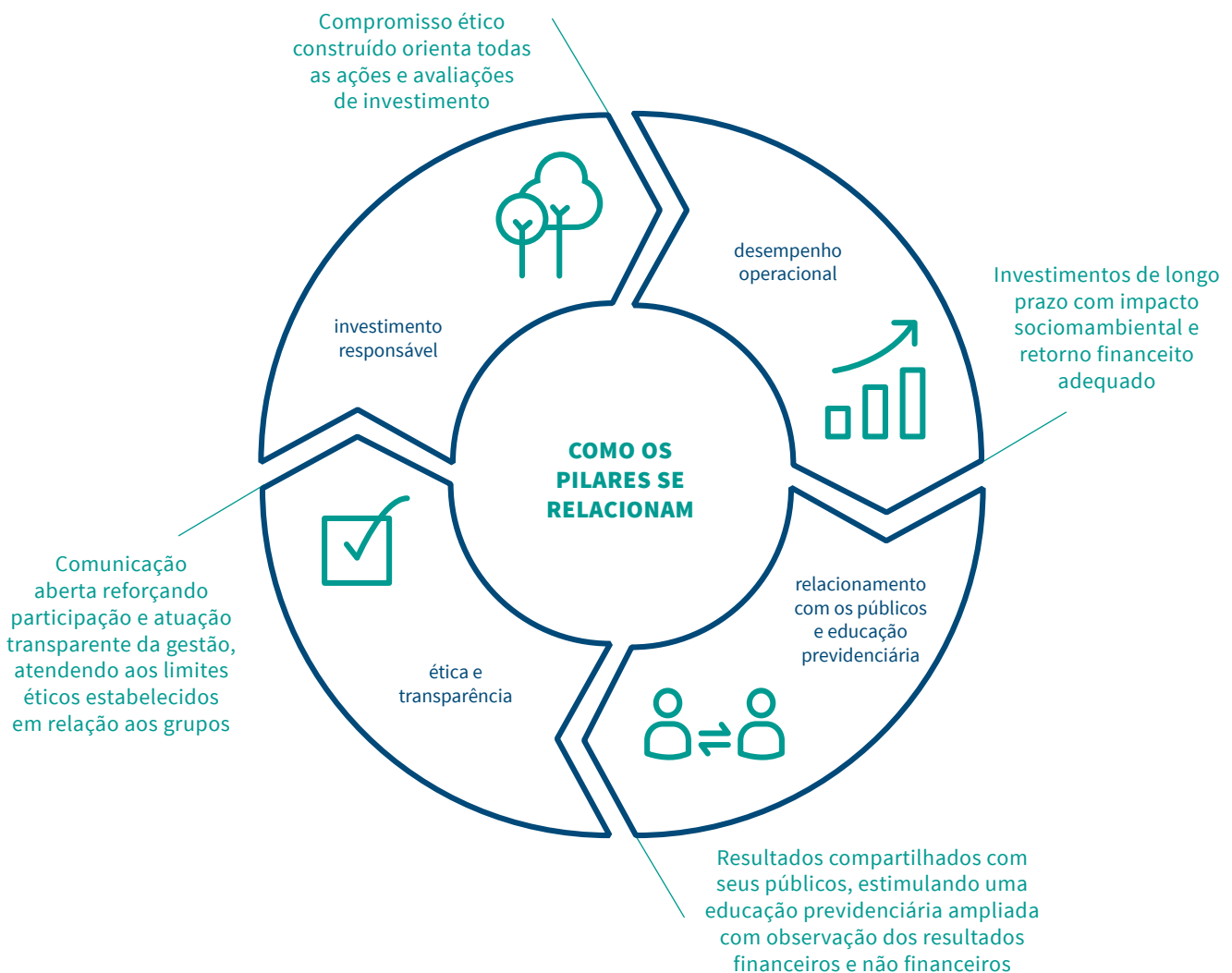
Boa leitura.

Materialidade

GRI G4-2, G4-19, G4-20, G4-21

A construção do conteúdo do *Relatório Anual 2016* foi baseada nos aspectos mais relevantes sobre a gestão da Entidade para a criação de valor no curto, no médio e no longo prazo. Esses aspectos, ou temas materiais, compõem a chamada matriz de materialidade: uma lista que inclui a definição desses temas, as relações entre eles e a relevância que cada um deles tem para a Entidade. Esses temas não apenas orientam a organização das informações no relatório, mas também apresentam um panorama dos principais desafios, impactos e prioridades a serem considerados na condução da PREVI.

Uma nova matriz de materialidade foi construída em 2016 especialmente para este relatório. O processo incluiu entrevistas com a Diretoria Executiva e consultas ao público interno (gestores, conselheiros) e aos participantes, a representantes do Banco do Brasil e de entidades externas e a especialistas no mercado de previdência complementar. Em seguida, houve a hierarquização dos temas (de acordo com sua respectiva importância para o negócio da Entidade) e sua organização em quatro pilares – desempenho operacional, investimento responsável, relacionamento com os públicos e educação previdenciária e ética e transparência – que definem as prioridades da PREVI. O resultado final, validado pela Diretoria Executiva, foi a seguinte relação de oito temas:



Tema	Por que é importante para a PREVI?	Pilar no qual se insere:	Saiba como a PREVI o aborda no(s) capítulo(s):
1. Desempenho econômico	Representa a busca pela estabilidade financeira e a garantia do pagamento de todos os compromissos da Entidade. É proporcionado por uma gestão ativa dos investimentos, com foco na solidez da carteira de ativos e em um planejamento de longo prazo	Desempenho operacional	2016: destaques e desempenho Planos de benefícios Estratégia e investimentos
2. Investimento responsável	Resume a preocupação da PREVI com a sustentabilidade de seus investimentos, em análises que incluem a perenidade dos ativos e seus impactos sociais e ambientais, além do retorno financeiro	Investimento responsável	Estratégia e investimentos
3. Relacionamento com os participantes	É básico para a construção de laços de confiança entre a PREVI e seus associados, e é garantido por uma comunicação cada vez mais clara, transparente e ágil	Relacionamento com os públicos e educação	Transparência, relacionamento e prestação de contas Planos de benefícios
4. Gestão de riscos e eficiência operacional	Inclui a identificação, mensuração e a mitigação dos principais riscos envolvidos no negócio e nas operações da PREVI – processos críticos para garantir o cumprimento de sua Missão	Desempenho operacional	Estratégia e investimentos
5. Ética, conformidade e combate à corrupção	Necessária para garantir uma gestão pautada pela conformidade a todas as normas e leis aplicáveis, o que contribui com a perenidade e a estabilidade da PREVI	Ética e transparência	Perfil
6. Planos de benefícios e outros produtos	Resume o aprimoramento contínuo da administração dos planos e a divulgação aos associados de informações sobre sua gestão, seus recursos e resultados	Relacionamento com os públicos e educação	Planos de benefícios
7. Educação previdenciária	Traduz o esforço permanente na disseminação de conhecimentos sobre o funcionamento da previdência complementar e noções de educação financeira. Isso beneficia os participantes e colabora com a sustentabilidade de todo o sistema previdenciário	Relacionamento com os públicos e educação previdenciária.	Transparência, relacionamento e prestação de contas
8. Transparência e prestação de contas	Garante ao participante e aos demais públicos a divulgação e o esclarecimento sobre todos os aspectos relativos à condução da Entidade. É fundamental na manutenção da imagem institucional da PREVI	Ética e transparência	2016: destaques e desempenho Transparência, relacionamento e prestação de contas Planos de benefícios Estratégia e investimentos



Mensagem da Diretoria Executiva

Não há dúvidas de que 2016 foi um ano complexo e desafiador, como têm sido os anos mais recentes e provavelmente serão os anos futuros, em maior ou menor escala. Nesse contexto, ter um modelo de governança equilibrado e uma gestão firme ancorada por equipe técnica bem preparada faz a diferença para melhor.

Ao apresentarmos os resultados de 2015, insistimos no fato de que o déficit era decorrência de fatores conjunturais momentâneos. O ano passado demonstrou de forma cabal que nossa avaliação era correta e que podíamos confiar na recuperação dos ativos de nossa carteira de investimentos. Pela primeira vez em quatro anos, o Plano 1 voltou a ter superávit no exercício sem fatores extraordinários. O valor não é o suficiente para reverter o déficit acumulado em anos anteriores, mas foi possível não acionar o plano de equacionamento. É um indicador positivo capaz de reforçar a confiança que os associados sempre depositaram na PREVI.

Tanto o Plano 1 quanto o PREVI Futuro obtiveram rentabilidades superiores às necessidades atuariais em 2016 e sinalizam o rumo certo. Um caminho pavimentado pela aplicação correta de políticas de investimentos criteriosamente planejadas, pelo acompanhamento atento dos principais ativos da carteira e pelo esforço coletivo na redução das despesas

administrativas. Há muito a ser feito ainda – sempre há – na busca incansável da excelência e da defesa dos interesses dos associados.

O Plano 1 viverá muito em breve o ápice dos desembolsos com o pagamento de benefícios. Para fazer frente a esse desafio, seguirá sua trilha de desinvestimentos cautelosos e graduais, aproveitando as melhores oportunidades de mercado. Exemplo disso foi a venda da CPFL Energia, empresa considerada um ativo *premium*, negociada em condições bastante favoráveis. Já o PREVI Futuro seguirá sua trajetória crescente de acumulação de recursos e também poderá se valer do melhor que o mercado ofertar visando à rentabilização dos investimentos.

Em 2016, houve significativas entregas no campo da transparência: criamos o *hotsite* Resultados, atualizado mensalmente com os principais números da PREVI, visitamos 12 capitais, dialogando com os associados, e posicionamo-nos de forma tempestiva sobre questões relevantes no *site*, de forma acessível a todos. Acreditamos no relacionamento de mão dupla com os associados, que têm o direito de estar bem informados sobre os rumos da Entidade, cuja Missão é pagar seus benefícios de forma segura, eficiente e sustentável durante toda a vida.

Mensagem do Conselho Deliberativo

GRI G4-1

Acontecimentos políticos atingiram o mercado financeiro em 2016 e repercutiram em toda a atividade econômico-produtiva. Os ativos financeiros sentiram os reflexos da volatilidade causada por fatores como o *impeachment* e os desdobramentos da Operação Lava-Jato. Além disso, o alto nível de desemprego, o PIB brasileiro negativo, a inflação no teto da meta, a mudança da equipe econômica, a discussão das reformas previdenciária e fiscal e a PEC 31, que limita os gastos públicos, tiveram impactos relevantes. No ambiente externo, o Brexit, a eleição presidencial norte-americana e dúvidas sobre a eficácia da política econômica na Europa colaboraram para as incertezas.

Todas essas variáveis nos incentivaram a trabalhar com seriedade e afinco por bons resultados. Na prática, a estratégia desenvolvida a partir da Missão da PREVI foi fundamental para superarmos a meta atuarial em 2016, com o claro objetivo de evitar um possível plano de equacionamento de déficit em decorrência dos resultados de 2015. Para tanto, destacamos a rentabilidade aferida nas negociações que envolveram a venda da participação da PREVI na CPFL Energia, juntamente com valorizações de alguns ativos estratégicos que compõem a carteira dos planos de benefícios, como o Banco do Brasil e a Petrobras. Juntos, apenas esses três ativos responderam por mais de R\$ 10 bilhões de valorização.

Em decorrência de estratégias como as citadas anteriormente, e considerando um ano em que obtivemos retornos acima da meta atuarial, é importante notar que, apesar dos momentos turbulentos que vivemos no passado, estamos no caminho certo, mantendo nossos investimentos em ativos sólidos que vêm recuperando seu real valor de mercado. Isso só demonstra nossa estratégia convergente, coerente e comprometida com os anseios de nossos associados.

Com relação à governança, em 2016 houve maior aproximação entre o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva, alinhando objetivos em torno da Missão, do planejamento de longo prazo e do desempenho eficiente, visando à otimização na utilização dos recursos. Essa aproximação se materializou por meio do planejamento estratégico proposto para o ciclo 2017-2021, que contou com a participação de todos os conselheiros deliberativos e diretores. O processo de planejamento e os objetivos estratégicos resultantes foram objeto de diversas reportagens publicadas no *site* e na *Revista PREVI*.

Também cabe destacar a melhora na satisfação dos participantes com a Entidade. A pesquisa realizada no segundo semestre de 2016 apresentou um índice de satisfação geral dos associados com a PREVI de 92,62%, superior ao resultado de 83,79% da pesquisa realizada no primeiro semestre.

Com relação à eficiência, reforçamos a convicção de que estamos no caminho certo ao colocar uma lupa nas despesas administrativas da PREVI e promover reduções reais dos gastos de gestão dos planos de benefícios. Esse tema reforça nosso firme compromisso com o pagamento de benefícios de forma eficiente, segura e sustentável.

Um cenário futuro com maior previsibilidade e estabilidade se vislumbra no horizonte. Estamos confiantes de que temos uma estratégia robusta e eficiente, uma governança exemplar e um caminho claro a ser trilhado. Isso será fundamental para acompanhar e responder às expectativas de nossos associados.

Mensagem do Conselho Fiscal

O ano de 2016 foi especialmente turbulento para o país, em face da instabilidade dos ambientes político e econômico. No Brasil, a retomada da atividade econômica não ocorreu na velocidade esperada e, mais uma vez, houve redução do PIB nacional. O cenário internacional foi de crescimento baixo e de incertezas, o que também contribuiu para o fraco desempenho da economia brasileira.

Apesar do cenário complexo e desafiador, a PREVI teve um ano positivo, obtendo rentabilidades expressivas em seus planos de benefícios. Após quatro exercícios consecutivos com déficit, o Plano 1 registrou superávit no ano de 2016. A rentabilidade superou a meta atuarial, e o resultado líquido dos investimentos foi suficiente para evitar a necessidade de equacionamento da posição deficitária de 2015, via contribuições extraordinárias. No Plano PREVI Futuro, a rentabilidade obtida no ano foi quase o dobro da meta atuarial do período.

No exercício, ocorreu a venda da participação na CPFL Energia, gerando reforço da liquidez e oportunidade de novos investimentos, dado o perfil de médio e longo prazo dos compromissos. O Conselho Fiscal permanece criteriosa e permanentemente atento às diretrizes e atividades que envolvem a gestão da carteira de investimentos, em especial aos ativos mais complexos.

Houve avanços na prestação de contas aos associados, e a transparência tem sido objeto de discussões permanentes, visando à sua otimização e ao seu aprimoramento. O Conselho Fiscal tem estimulado a melhoria dessas práticas.

A PREVI tem demonstrado foco na gestão de seus ativos, considerando liquidez, rentabilidade e solvência, de modo a assegurar o cumprimento de sua Missão. Está amparada por uma equipe técnica qualificada e pelo robusto modelo de governança adotado pela Entidade, com segregação de funções entre a proposição, a gestão e o acompanhamento dos investimentos.

O Conselho Fiscal, como principal órgão da estrutura de controles internos da Entidade, vem exercendo papel fundamental nesse modelo, ao supervisionar, fiscalizar e controlar a gestão dos investimentos, com orientação para a gestão baseada em riscos.

Acreditamos que nossa atuação contribuiu de forma significativa para que decisões e encaminhamentos relevantes fossem adotados ao longo de 2016, tanto pela Diretoria Executiva quanto pelo Conselho Deliberativo. Nesse diapasão, dentre outros, manteremos acompanhamento das ações em curso que tratam de reclamações trabalhistas de associados, originadas no Banco do Brasil.

Por fim, reafirmamos o compromisso de nos desincumbirmos de nossas atribuições com responsabilidade e zelo, primando sempre pela lisura e ética da Entidade, com o objetivo de assegurar o cumprimento de sua Missão, de “garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável”.

Mensagem do Conselho Consultivo do Plano 1

O Conselho Consultivo acompanha a evolução de assuntos relevantes para o Plano 1, com destaque para aspectos relacionados com solvência e liquidez, haja vista as características do conjunto de associados ao Plano 1, sendo pautado pela própria Missão da PREVI, que é garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável.

Nesse aspecto, o Conselho Consultivo acompanha as diretrizes da Política de Investimentos do plano, com foco especial na migração das exposições para ativos de maior liquidez, de modo a garantir o fluxo crescente de pagamento de benefícios aos associados.

Dado o grau de maturidade do Plano de Benefícios 1, caracterizado pelo fato de a maioria dos associados do plano já receber os seus respectivos benefícios, a sua gestão de liquidez exerce papel de grande relevância na alocação de recursos, sendo essencial que os desinvestimentos sejam feitos com cautela para manutenção do equilíbrio atuarial.

O contexto do ano de 2016 foi desafiador, principalmente no que diz respeito à necessidade de adequação de seu passivo atuarial sob cenário de alta volatilidade nos ambientes econômico, financeiro e político, tanto no Brasil quanto no exterior, o que demandou maior grau de atenção às oscilações do mercado, em especial nos investimentos em renda variável, parcela importante dos investimentos do Plano 1.

Em 2016, houve um fato relevante que também foi acompanhado pelo Conselho Consultivo. Como é de conhecimento público, a PREVI e outros fundos de pensão foram alvos da CPI dos Fundos de Pensão, fato que gerou preocupação entre os associados. Ao contrário de outros fundos de pensão, a PREVI passou incólume por esse processo. O relatório da CPI ressaltou a boa governança e a eficiência da análise técnica elaborada pela PREVI. Abaixo, segue trecho do relatório da comissão.

“(…) Para alívio de seus beneficiários, a área técnica da PREVI foi além e identificou, com facilidade, outros fatores que elevavam o risco do negócio e decidiu por não recomendar qualquer nova subscrição de quotas no FIP Sondas.”

Nada obstante o contexto de incertezas, observou-se valorização de ativos do Plano 1 da PREVI, proporcionando condições para o ajuste parcial do quadro observado no início do ano de 2016 e, conseqüentemente, para a reversão das expectativas de aumento de contribuição por parte dos associados para o plano.

Mensagem do Conselho Consultivo do PREVI Futuro

Em um momento em que se discute o modelo de previdência social no Brasil, os fundos de pensão reafirmam a importância da previdência complementar, destacando-se a PREVI como o maior fundo de pensão do país.

No que tange ao Plano PREVI Futuro, dentre os benefícios previstos, ressalta-se a possibilidade da concessão de renda mensal antecipada de aposentadoria, dispensando que o participante esteja em gozo de benefício pela previdência oficial, desde que satisfaça os demais requisitos para seu requerimento.

Sob essa ótica, a atenção do participante para suas reservas e as opções de contribuição extraordinária permitidas pelo plano (subparte 2b e 2c) assumem maior importância para se alcançar o benefício de aposentadoria desejado. Vale lembrar que as parcelas convertidas para a subparte 2b possuem contrapartida do Banco na mesma proporção.

Com o bom desempenho no ano de 2016, o plano superou a meta atuarial estabelecida para o período. Além disso, estamos presenciando um novo momento, em que o PREVI Futuro concedeu benefícios a um maior número de participantes.

Diante desse novo cenário, o Conselho Consultivo redobra sua atenção e sua atuação, inclusive sobre o grupo de participantes aposentados. A implementação de novos mecanismos de comunicação ganha importância, reafirmando a política de aproximação com o participante, que amplia o acesso a informações referentes ao plano.

É preciso que cada participante se aproprie da construção da sua reserva, conhecendo, planejando e acompanhando o nosso plano. Esse é o convite que fica para todos os participantes!



Perfil GRI G4-2

NESTE CAPÍTULO

- 9 A PREVI em 2016
- 13 Missão, Visão e Valores Corporativos
- 14 Governança Corporativa
- 23 Geração de Valor

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, destinada a garantir benefícios adicionais aos da previdência oficial aos funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil (BB), aos empregados do quadro próprio da Entidade e aos seus beneficiários. Atuante desde 1904, quando foi fundada, sob o nome de Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, antecede a criação do sistema de previdência social oficial e é hoje a maior instituição brasileira do setor de previdência complementar fechada. Com sede administrativa na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a PREVI cuida do pagamento de benefícios e do atendimento a mais de 202 mil associados, além da gestão dos investimentos e do patrimônio dos planos. [GRI G4-3, G4-5, G4-6, G4-7, G4-8](#)

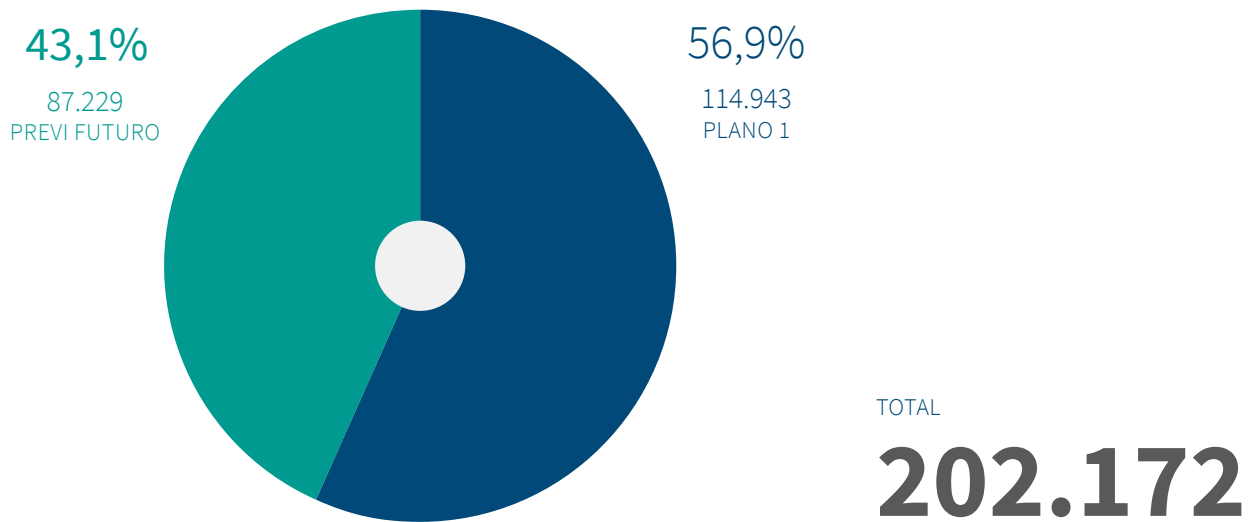
São três os planos geridos pela PREVI: o Plano 1 e o PREVI Futuro, que oferecem benefícios adicionais aos da previdência oficial aos participantes e seus dependentes, e a Carteira de Pecúlios (Capec), que oferece benefício de pagamento único, de acordo com a modalidade contratada. Saiba mais sobre cada plano no capítulo *Planos de benefícios*. [GRI G4-4](#)

Plano	Características	Situação
Plano 1	Plano de previdência complementar dos funcionários do BB admitidos até 23 de dezembro de 1997	Fechado; não aceita novas adesões. Um plano maduro – cerca de 90% de seus associados já recebem benefícios
PREVI Futuro	Plano de previdência complementar para funcionários que ingressaram no Banco do Brasil e na PREVI a partir de 24 de dezembro de 1997	Aberto para funcionários da ativa e para entrantes. Plano em fase de acumulação de recursos
Capec	Plano que oferece pecúlios em função de falecimento e invalidez	Aberto para filiação a todos os funcionários do Banco do Brasil. Podem se inscrever nos pecúlios por morte e especial os funcionários da ativa em qualquer idade e aposentados e os cônjuge/companheiros dos participantes (integrante do Pecúlio Especial) até 55 anos. No pecúlio manutenção, somente o integrante indicado no pecúlio especial. Já no pecúlio invalidez, somente funcionários da ativa até 55 anos.

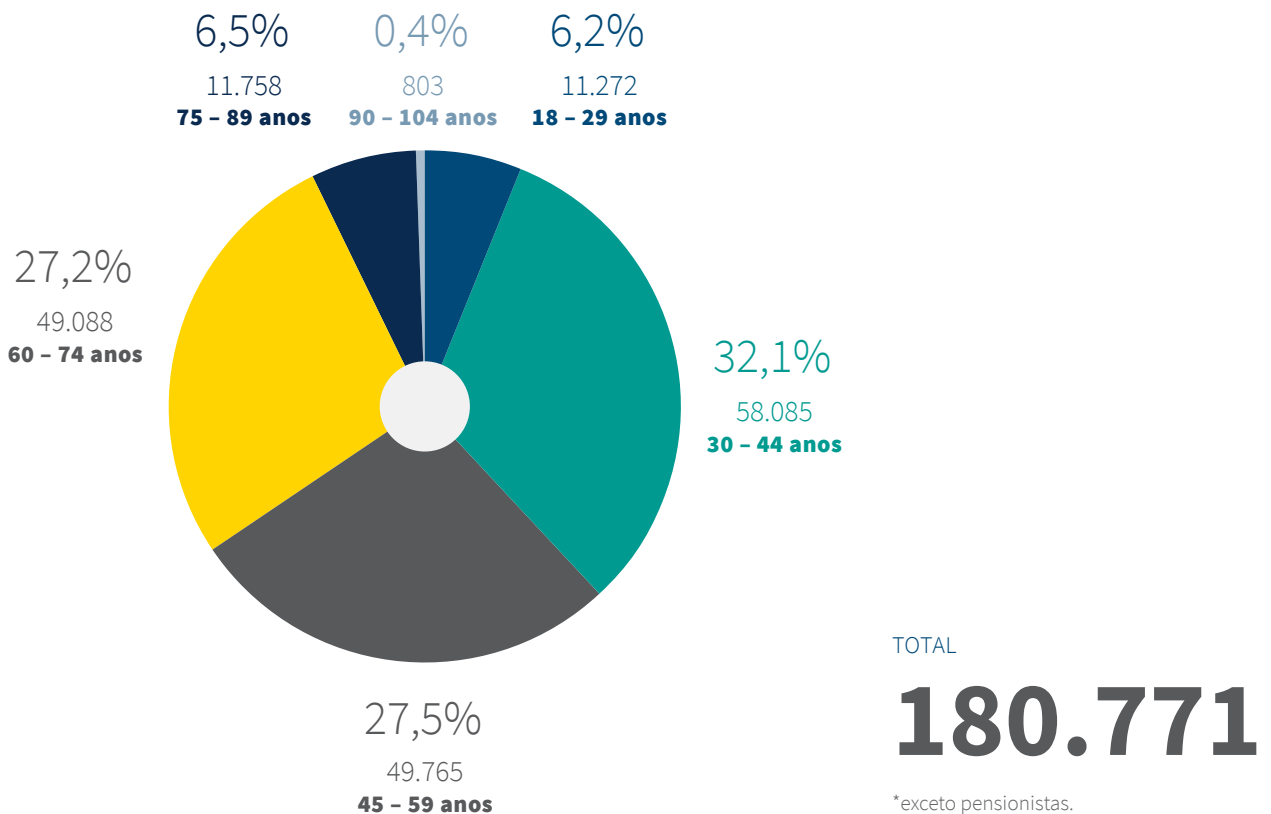
Sempre com vistas a garantir o pagamento pontual de todos os compromissos mantidos com seus participantes, a PREVI distribui seus investimentos em segmentos como renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A gestão desses ativos privilegia a busca pela solidez e pela perenidade, além do atendimento às necessidades específicas dos planos por rentabilidade e liquidez. Políticas de Investimentos que equilibram os riscos e o retorno potencial de cada ativo determinam as decisões tomadas sobre cada segmento, de acordo com um planejamento estratégico de longo prazo.

A PREVI em 2016 GRI G4-9

Total de associados e pensionistas



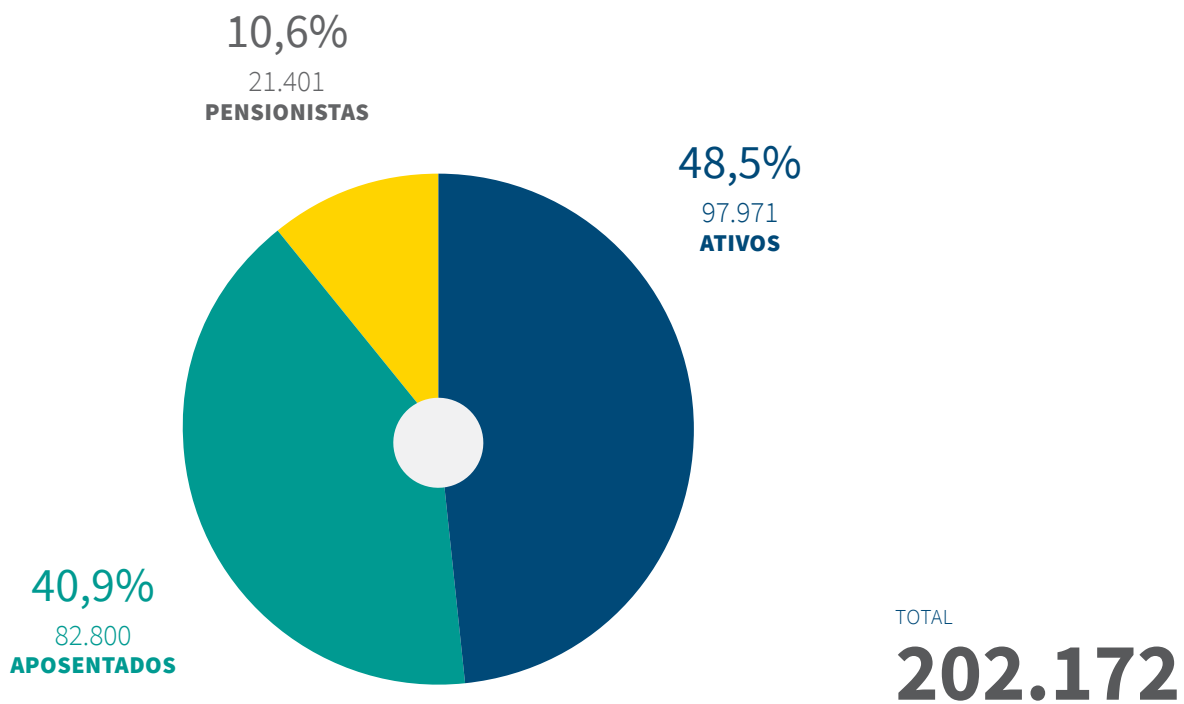
Participantes, por faixa etária* (em anos)



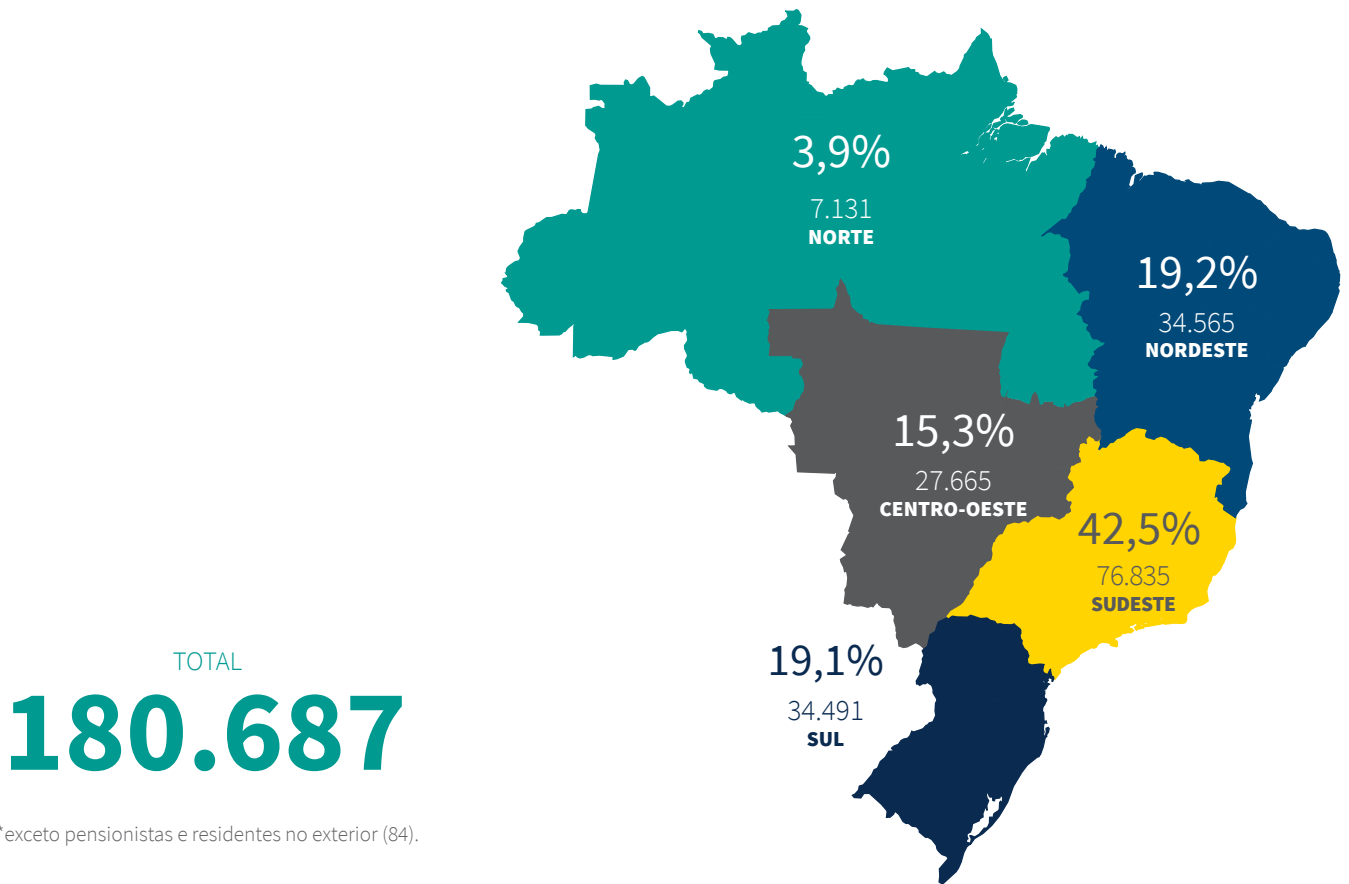
Participantes (por situação)

Plano	Ativos	%	Aposentados	%	Pensionistas	%
Plano 1	11.862	5,9	82.369	40,7	20.712	10,3
PREVI Futuro	86.109	42,6	431	0,2	689	0,3
Total	97.971	48,5	82.800	40,9	21.401	10,6
% do total da PREVI		48,5%		40,9%		10,6%

Total de participantes (por situação)



Distribuição geográfica* (número de participantes)



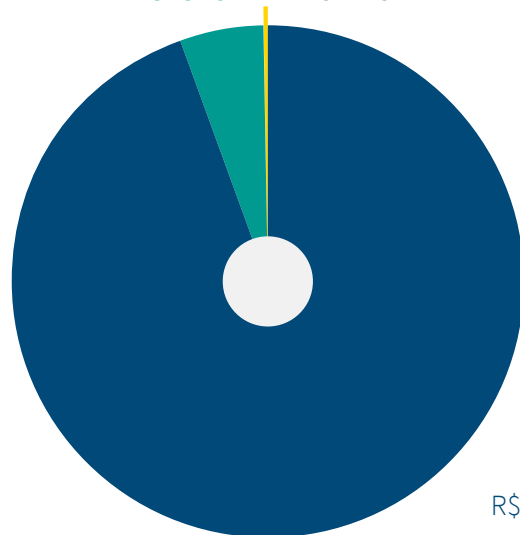
Ativos totais da PREVI

Os ativos da PREVI representam cerca de 21,5% do total de ativos das entidades fechadas de previdência complementar brasileiras**

TOTAL
R\$ **170,61** bi***

5,55% R\$ 9,46 bilhões
PREVI FUTURO

0,19% R\$ 0,32 bilhões
CAPEC



*Fonte: Painel Informativo PREVI. Informações atualizadas em dezembro de 2016.

**Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Informações referentes ao terceiro trimestre/2016.

***Considera ainda os ativos do Plano de Gestão Administrativa e ajustes comuns aos planos.

562

funcionários cedidos pelo Banco do Brasil e do quadro próprio da Entidade fazem a gestão dos investimentos e do pagamento dos benefícios aos associados

Os ativos da PREVI representam cerca de

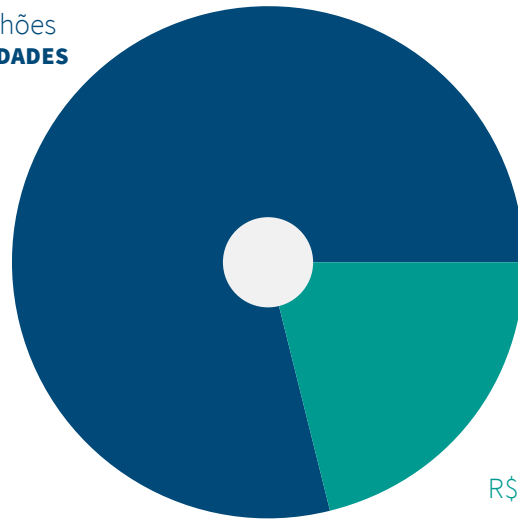
21,5%

do total de ativos das entidades fechadas de previdência complementar brasileiras**

TOTAL DOS ATIVOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

R\$ 792,4 bi

79,5%
R\$ 621,8 bilhões
DEMAIS ENTIDADES



21,5%
R\$ 170,6 bilhões
PREVI

**Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Informações referentes ao terceiro trimestre/2016.

Missão, Visão e Valores Corporativos

GRI G4-56

O pagamento de benefícios aos associados de forma sustentável no longo prazo demanda administração eficiente e segura dos planos previdenciários e dos recursos ali aportados. São esses os direcionamentos traduzidos na Missão, na Visão e nos Valores Corporativos da PREVI, que definem o foco das decisões de gestão e preparam a Entidade para o cumprimento de suas obrigações de longo prazo. No processo de planejamento estratégico da PREVI em 2016, a Missão, a Visão e os Valores Corporativos foram revalidados.



MISSÃO

Garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável.



VISÃO

Ser a melhor administradora de planos de benefícios do Brasil, referência internacional e motivo de orgulho para associados, patrocinadores e funcionários.



VALORES CORPORATIVOS

- Foco no associado
- Ética
- Respeito
- Transparência
- Comprometimento
- Excelência

Governança corporativa

GRI G4-34

Fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a administração da PREVI é reconhecida como exemplo de boas práticas corporativas em seu segmento, tanto no Brasil como no exterior – a Entidade marca presença em fóruns internacionais especializados em investimentos e gestão, como o Principles for Responsible Investment (PRI).

A integridade da governança corporativa é reforçada por diversas particularidades da PREVI, dentre as quais destacamos o quadro qualificado de funcionários (em sua grande maioria, cedidos do patrocinador, Banco do Brasil); a composição paritária da Diretoria Executiva (composta de diretores eleitos pelos associados e diretores indicados pelo patrocinador, na mesma proporção). Esse formato de Diretoria Executiva foi instituído de forma voluntária e não por qualquer obrigação legal. O mesmo modelo é aplicado à formação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, por exigência legal.

O Estatuto ainda estipula a segregação de funções entre a proposição, a gestão e o acompanhamento de investimentos. Todas essas características contribuem para uma tomada de decisão mais responsável e criteriosa. Uma área (a Diretoria de Planejamento, ocupada por um diretor eleito) se encarrega de preparar as Políticas, cujas diretrizes são postas em prática por outra área (a Diretoria de Investimentos, chefiada por um indicado pelo BB). Além disso, as decisões da Diretoria Executiva são por maioria dos votos, não cabendo voto de qualidade (voto de minerva), prerrogativa dos presidentes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A boa governança da Entidade foi destacada no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou os fundos de pensão brasileiros. A PREVI foi convocada pelos deputados federais a esclarecer pontos sobre sua gestão e seus investimentos. Quando foi ouvido, o presidente Gueitiro Genso reafirmou a resiliência da carteira de ativos e a solidez da gestão. Para fundamentar a participação do presidente, foi compilado um conjunto de mais de 80 mil documentos sobre os processos internos e as decisões tomadas nos últimos anos. O relatório da CPI, divulgado em abril de 2016, não incluiu indiciamento de qualquer gestor da PREVI e assinalou que as decisões colegiadas e as análises técnicas da Entidade são exemplos positivos para o setor de previdência complementar.

80 mil

número aproximado de documentos da PREVI apresentados à CPI dos fundos de pensão, encerrada sem indiciamento de qualquer gestor da Entidade

Estrutura de governança

Órgão	Atribuições	Composição	Mandatos
Conselho Deliberativo	Órgão máximo da gestão. Define a política geral da administração da PREVI e de seus planos.	Seis membros titulares e seis suplentes (três titulares e respectivos suplentes indicados pelo BB e três titulares e respectivos suplentes eleitos pelos participantes e assistidos).	Quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou várias não consecutivas. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.
Diretoria Executiva	Responsável pela administração geral da PREVI, à qual compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo.	Colegiado de seis diretores: presidente, diretores de Investimentos, de Participações (indicados pelo BB), de Administração, de Seguridade e de Planejamento (eleitos pelos participantes e assistidos).	Quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou várias não consecutivas. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.
Conselho Fiscal	Fiscaliza a gestão administrativa e econômico-financeira.	Quatro titulares e quatro suplentes (dois titulares e respectivos suplentes indicados pelo BB e dois titulares e respectivos suplentes eleitos pelos participantes e assistidos).	Quatro anos, sem possibilidade de recondução. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.
Conselho Consultivo do Plano 1 Conselho Consultivo do PREVI Futuro	Acompanham e formulam propostas sobre a gestão dos respectivos planos.	Seis titulares e seis suplentes (três titulares e respectivos suplentes indicados pelo BB e três titulares e respectivos suplentes eleitos pelos participantes e assistidos).	Quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou várias não consecutivas. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.

Os conselheiros suplentes que participam das reuniões dos respectivos Conselhos contam com acesso ao mesmo nível de informação dos titulares, podem integrar os Comitês de Assessoria e ainda propor, debater e opinar sobre assuntos pautados no Conselho, sem direito a voto.

O Estatuto da PREVI elenca detalhadamente as responsabilidades de cada um dos órgãos da alta gestão. Consulte-o para saber mais. Outra seção do *site* trata especificamente da governança dos investimentos da Entidade:

<http://www.previ.com.br/investimentos/governanca/>.

Composição da Diretoria e dos Conselhos em 2016

Em 2016, a PREVI passou por mudanças importantes na composição de seus órgãos de alta gestão. Em maio, foram realizadas eleições para o cargo de diretor de Seguridade e também para posições no Conselho Deliberativo (dois titulares e dois suplentes), no Conselho Fiscal e nos Conselhos Consultivos dos Planos 1 e PREVI Futuro (um titular e um suplente para cada Conselho). Marcel Juviniانو Barros foi reeleito como diretor de Seguridade, para cumprir mandato de quatro anos. Os diretores Renato Proença Lopes e Marcus Moreira de Almeida foram reconduzidos pelo Banco do Brasil aos seus cargos de diretores de Participações e de Investimentos, respectivamente. Como previsto no Estatuto vigente, o Banco do Brasil também indicou um titular e respectivo suplente para o Conselho Deliberativo e um titular e respectivo suplente para o Conselho Fiscal, além de dois titulares e respectivos suplentes para o Conselho Consultivo do Plano 1 e de dois titulares e respectivos suplentes para o Conselho Consultivo do PREVI Futuro.

Diretoria Executiva

Diretor	Cargo	Atribuições básicas	Mandato	Representação
Gueitiro Matsuo Genso	Presidente	Coordenação geral dos trabalhos da Diretoria Executiva	Até 31/5/2018	
Marcus Moreira de Almeida	Diretor de Investimentos	Gestão do programa de investimentos e avaliação de ativos	Até 31/5/2020*	Indicação do BB
Renato Proença Lopes	Diretor de Participações	Acompanhamento das empresas da carteira de renda variável e dos imóveis	Até 31/5/2020*	
Marcel Juviniانو Barros	Diretor de Seguridade	Manutenção e gestão dos regulamentos dos planos de benefícios	Até 31/05/2020**	
Décio Bottechia Júnior		Gestão de Risco, Cenários Macroeconômicos e proposição das Políticas de Investimentos	Até 16/06/2016***	
José Carlos Reis da Silva	Diretor de Planejamento		Até 31/05/2018****	Eleitos pelos associados
Cecília Mendes Garcez Siqueira	Diretora de Administração	Gestão das áreas de suporte administrativo e pessoal	Até 31/05/2018	

*: reconduzido para mais um mandato por indicação do BB em maio de 2016.

** : reeleito para mais um mandato em maio de 2016.

***: renunciou ao cargo nessa data. O gerente executivo Luiz Gonzaga Pinto Junior assumiu o cargo de forma interina até o dia 04 de outubro de 2016.

****: eleito em setembro, em pleito extraordinário.

Em junho, o diretor de Planejamento da Entidade, Décio Bottechia Junior, renunciou ao cargo, quando ainda faltavam quase dois anos para o fim de seu mandato. Em concordância com o Estatuto, uma nova eleição foi realizada para determinar seu sucessor. A consulta aos associados, aplicada no período de 26 de agosto a 15 de setembro, resultou na escolha de José Carlos Reis da Silva, o Zeca, que tomou posse em outubro para um mandato vigente até 31 de maio de 2018.

Conselho Deliberativo

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Robson Rocha	Carlos Eduardo Leal Neri	Até 31/5/2016	
Paulo Roberto Lopes Ricci (presidente)	Carlos Alberto Araújo Netto	Até 31/5/2018	Indicação do BB
Eduardo César Pasa	Vago	Até 31/5/2018	
Walter Malieni Júnior	Carlos Célio de Andrade Santos	Até 31/5/2020	
Haroldo do Rosário Vieira	Vago	Até 31/5/2016	
Rafael Zanon Guerra de Araujo	José Ulisses de Oliveira	Até 31/5/2016	
Antonio José de Carvalho	José Bernardo de Medeiros Neto	Até 31/5/2018	Eleitos pelos associados
Carlos Alberto Guimarães de Sousa	Odali Dias Cardoso	Até 31/5/2020	
Wagner de Sousa Nascimento	Rafael Zanon Guerra de Araújo	Até 31/5/2020	

Conselho Fiscal

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Aureli Carlos Balestrini	Daniel André Stieler	Até 31/5/2016	
Adriano Meira Ricci	Carlos Célio de Andrade Santos *	Até 31/5/2018	Indicação do BB
Rudinei dos Santos	Eslei José de Moraes	Até 31/5/2020	
Odali Dias Cardoso (presidente)	Diusa Alves de Almeida	Até 31/5/2016	
Williams Francisco da Silva (presidente)	Íris Carvalho Silva	Até 31/5/2018	Eleitos pelos associados
Rosalina do Socorro Ferreira Amorim	Fábio Santana Santos Ledo	Até 31/5/2020	

*O conselheiro fiscal suplente Carlos Célio de Andrade Santos renunciou ao cargo em 31/5/2016 em virtude de sua indicação para o Conselho Deliberativo.

Conselho Consultivo do Plano 1

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Eliande de Jesus Santos Lindoso Filho	Vago	Até 31/5/2016	
Tarcisio Hübner	Celio Cota de Queiroz	Até 31/5/2016	
Benilton Couto da Cunha*	Sandra Regina de Souza Navarro Bezerra*	Até 31/5/2018	Indicação do BB
João Batista Gimenez Gomes*	Augusto Cesar Machado*	Até 31/5/2018	
Gerson Eduardo de Oliveira	César José Dhein Hoefling	Até 31/5/2020	
Marco Tulio Moraes da Costa	Célio Cota de Queiroz	Até 31/5/2020	
Waldenor Moreira Borges Filho	Luiz Roberto Alarcão	Até 31/5/2016	
Angelo Raphael Celani Pereira**	Ari Zanella**	Até 31/5/2018	Eleitos pelos associados
Paulo Roberto Pavão 2	Vago	Até 31/5/2018	
Luiz Carlos Teixeira	Vago	Até 31/5/2018	
José Ulisses de Oliveira	Rita de Cássia de Oliveira Mota	Até 31/5/2020	

*: Os conselheiros João Batista Gimenez Gomes e Augusto Cesar Machado foram indicados pelo Banco do Brasil para completar os mandatos dos conselheiros Benilton Couto da Cunha e Sandra Regina de Souza, que renunciaram aos cargos em razão de aposentadoria.

** : O conselheiro Paulo Roberto Pavão, eleito em 2014 como suplente de Luiz Carlos Teixeira, assumiu a titularidade em razão das renúncias dos conselheiros Angelo Raphael Celani Pereira (titular), em 22/6/2016, e Ari Zanella (suplente), em 19/8/2016.

Conselho Consultivo do Plano PREVI Futuro

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Cesar Augusto Jacinto Teixeira	Igor de Barros Magalhães	Até 31/5/2016	
Emmanoel Schmidt Rondon	Inês Maria Saldanha de Matos Neves Lima	Até 31/5/2016	
Felipe Menegaz Lajus	Marcelo Gusmão Arnosti	Até 31/5/2018	Indicação do BB
Cesar Augusto Jacinto Teixeira	Arthur Guilherme do Nascimento Filho	Até 31/5/2020	
Emmanoel Schmidt Rondon	Inês Maria Saldanha de Matos Neves Lima	Até 31/5/2020	
Deborah Negrão de Campos	Vênica Ângelos de Melo	Até 31/5/2016	
Lissane Pereira Holanda	Eduardo Henrique de Resende Cunha	Até 31/5/2018	Eleitos pelos associados
Felipe Garcia Nazareth	Flávia Casarin Nunes	Até 31/5/2018	
Deborah Negrão de Campos	Tânia Dalmau Leyva	Até 31/5/2020	

Plano Estratégico e Tático-Operacional 2017-2021: mais integração

Anualmente, a PREVI revisa o seu Planejamento Estratégico e Tático-Operacional, verifica o seu andamento, estuda o impacto de fatores internos e externos no cumprimento de sua Missão e realiza os ajustes que forem necessários.

O Plano Estratégico e Tático-Operacional 2017/2021 foi construído com a participação dos colegiados e do corpo executivo da PREVI, considerando os desafios e as oportunidades para os próximos cinco anos. Depois de um período preparatório de coleta de dados e expectativas para o futuro da PREVI com conselheiros e gestores, foram realizadas oficinas com apresentações de cenários previdenciários e macroeconômicos e discussões sobre os desafios levantados nas etapas anteriores. O resultado foi a definição dos objetivos e das diretrizes estratégicas da PREVI, acompanhados de seus indicadores (Plano Estratégico). Sequencialmente, foi definido o desdobramento dessas diretrizes em ações (Plano Tático-Operacional) que irão operacionalizar o plano e efetivá-lo.

O Plano Estratégico 2017-2021 foi aprovado em outubro com quatro objetivos estratégicos e as diretorias responsáveis por cada um:



4

objetivos estratégicos foram definidos para o período entre 2017 e 2021

Objetivo estratégico	Diretorias responsáveis	Saiba mais sobre o tema neste Relatório no(s) capítulo(s):
Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada perfil	Presidência e Diretoria de Seguridade	Transparência, relacionamento e prestação de contas Planos de benefícios
Gestão eficiente e eficaz	Diretoria de Administração e Diretoria de Planejamento	Perfil Transparência, relacionamento e prestação de contas
Balanceamento da gestão de investimentos com as necessidades do passivo do Plano 1	Diretoria de Participações, Diretoria de Planejamento e Diretoria de Investimentos	Planos de benefícios Estratégia e investimentos
Maximização do benefício do participante do PREVI Futuro dado seu perfil de risco	Diretoria de Planejamento, Diretoria de Seguridade e Diretoria de Investimentos	Planos de benefícios Estratégia e investimentos



Ouvidoria e gestão da ética GRI G4-SO3, SO5

Instituída em novembro de 2015, a Ouvidoria da PREVI (Ouvir) começou a atuar de forma efetiva em 2016. Seu objetivo é fazer a mediação entre a Entidade e seus públicos, com a subsequente análise dos processos em questão e sugestões de melhorias. Aberta a participantes, pensionistas, funcionários, entidades representativas e fornecedores, a Ouvir acolhe demandas de segunda instância (quando há a necessidade de reavaliar uma reclamação já registrada pelos canais usuais) e denúncias (relativas a casos de desvio de conduta, fraudes, quebra de sigilo e descumprimentos de leis ou normas internas). Todos os contatos têm a garantia de sigilo absoluto e as denúncias podem ser feitas de forma anônima. O atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, pelo telefone 0800-729-0303, ou a qualquer hora do dia, pela internet (<http://www.previ.com.br/menu-auxiliar/ouvidoria/>).

A Ouvir recebeu 1.336 registros no período de janeiro a dezembro de 2016, dos quais 206 foram classificados como sendo demandas de Ouvidoria: 24 denúncias e 182 reclamações de segunda instância. A partir do tratamento das demandas, 21 processos foram revisitados, considerando as oportunidades de melhorias identificadas. As denúncias são apuradas por meio de coleta de informações e provas e pedido de informações aos envolvidos. Caso seja comprovada a irregularidade, é instaurado inquérito administrativo interno. O relatório final do inquérito é submetido à instância avaliadora, que irá decidir sobre o processo e pelo estabelecimento ou não de responsabilização pecuniária, sanções disciplinares (notificação escrita; advertência; demissão etc.) ou perda do mandato.

Alguns dos marcos de 2016: a criação do Comitê de Ética, revisões nos códigos internos de conduta e capacitações voltadas a gestores, auditores e consultores

O Código de Ética e o Guia de Conduta dos funcionários da PREVI foram revistos em 2016. A adesão formal aos documentos foi exigida de todos os funcionários, dirigentes e conselheiros. A revisão do código procurou torná-lo mais objetivo e abrangente. O Guia de Conduta veio para substituir o Manual de Normas e Condutas e registra de modo prático as referências de conduta decorrentes do Código de Ética. Foi incluída no texto uma cláusula contratual referente à Lei Anticorrupção, que proíbe pagamentos ilegais a autoridades governamentais, funcionários públicos, partidos políticos ou candidatos a cargos políticos, bem como qualquer pagamento a administrador, funcionário ou colaborador para obter tratamento favorável ou concessões privilegiadas.

A revisão na gestão da ética incluiu ainda a instituição do processo de Controle Disciplinar, que normatiza como devem ser realizadas as apurações de ocorrências em desacordo com a legislação e os padrões de conduta estabelecidos pelas normas internas da PREVI e as sanções previstas. Cabe destacar ainda que nos editais dos processos seletivos consta o texto: “A



funcionários compõem o Comitê de Ética, coordenado pelo gerente executivo de Gestão de Pessoas

PREVI, atenta às boas práticas de gestão e aos padrões éticos, estimula os(as) funcionários(as) e demais colaboradores(as) a prevenirem a prática de atos lesivos à administração pública, na forma da Lei 12.846/2013”.

Ainda em 2016, a PREVI reforçou sua governança corporativa e sua política de transparência, com a criação de um Comitê de Ética. Composto de 15 funcionários (dois deles eleitos pelos funcionários), o comitê foi instituído para disseminar os princípios da ética na Entidade, propor atualizações no Código de Ética e no Guia de Conduta e, quando solicitado, manifestar-se sobre casos de desvio de conduta e conflitos e dilemas éticos de caráter institucional. A coordenação do Comitê de Ética cabe ao gerente executivo da área de Gestão de Pessoas.

Em agosto e setembro, *workshops* de gestão da ética, voltados a gestores, auditores e consultores jurídicos (além dos membros do Comitê de Ética), contaram com a participação de 14 membros da alta gestão da PREVI (67% do total). Considerado o público-alvo total do treinamento, a participação foi de 72%. O tema ainda foi revisitado com o lançamento da Trilha Ética, com capacitações e debates. Um total de 153 funcionários (23,43% do público interno) participou dos sete cursos, disponibilizados *online* no Portal de Educação. Novas capacitações serão incorporadas periodicamente à Trilha Ética, para mantê-la atualizada. [GRI G4-SO4](#)

Reforço nos controles internos GRI G4-SO3

Uma atenção especial foi dada em 2016 aos mecanismos de controles internos da PREVI, com o objetivo de prevenir fraudes e reforçar a segurança da informação na Entidade. O nível de exposição a riscos de fraudes foi reavaliado, assim como os procedimentos previstos em casos emergenciais; os Planos de Resposta a Incidentes (PRI), os Planos de Recuperação de Desastres (PRD) e os Planos de Continuidade Operacional (PCO) tiveram seus processos críticos revistos e otimizados.

A partir de um mapeamento da exposição a riscos de corrupção, 12 gerências da PREVI desenvolveram planos de ação em função de seu relacionamento direto ou indireto com a administração pública. Dentre os procedimentos adotados, destacaram-se a revisão dos processos de *due diligence* em investimentos e empresas participadas, a inserção de cláusula anticorrupção em contratos e no regulamento de fundos e a construção de uma trilha de treinamento sobre ética. Também foi realizado o ciclo anual da Matriz de Riscos Operacionais, que apurou situações possíveis de risco de fraude em cada uma das gerências de acordo com seu perfil e sua natureza de processos. Em 2017, a matriz será usada em ações de mitigação desses riscos e de verificação dos controles existentes.

Em novembro, as discussões sobre esses temas foram expandidas no Seminário de Controles Internos, que contou com a participação de representantes de empresas participadas e do conglomerado Banco do Brasil, além de funcionários da Gerência de Conformidade e Controles Internos (Conin). Segurança da informação, *compliance* e riscos operacionais, incluindo riscos de fraudes, foram abordados no encontro.

Para os funcionários cedidos do Banco do Brasil, estão disponíveis o curso virtual Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e a Certificação Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PCLD). O aproveitamento para a aprovação é de, no mínimo, 70%. Em 2016, a PREVI, em parceria com o Banco do Brasil, organizou nove turmas para realização da prova de certificação: 159 funcionários participaram e 125 conquistaram a certificação PCLD.

A fim de alinhar ainda mais sua governança com as práticas de gestão do Banco do Brasil, a PREVI iniciou uma parceria com a Unidade de Arquitetura e Governança de TI (UAG) do BB. A experiência serviu para debater o mapeamento de processos e normativos do Banco, identificar oportunidades de padronização e aperfeiçoamento de rotinas e otimizar os procedimentos das áreas de conformidade e da Auditoria Interna.

A respeito dos procedimentos da Auditoria Interna, todos os trabalhos levaram em conta o risco de corrupção, respeitados os aspectos legais e os normativos internos relacionados ao assunto, visando mitigar a exposição dos processos de trabalho. Não houve, em 2016, apuração conduzida pela Auditoria Interna que tenha resultado em demissão ou punição de funcionários. [GRI G4-SO5](#)

A PREVI também realiza auditorias programadas de caráter preventivo para identificar e avaliar riscos ligados aos processos mais relevantes. Os testes avaliam a aderência dos processos e procedimentos a políticas, diretrizes, normativos institucionais e legislação externa aplicável. Os processos são avaliados pela Auditoria Interna no mínimo uma vez a cada quatro anos, sem exclusões ou limitações de regiões ou de produtos e serviços na cobertura das auditorias. São consultadas para esse trabalho as normas prudenciais, produzidas pelas autoridades e pelos órgãos reguladores, como a Previc, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e outros. A PREVI também contrata anualmente auditorias externas para avaliar suas demonstrações contábeis. As ocorrências identificadas são discutidas com as gerências responsáveis pelos processos e reportadas à Diretoria Executiva, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal. O acompanhamento do cumprimento das recomendações é feito de forma sistematizada.

Em 2016, a Auditoria Interna identificou a necessidade de revisão das Políticas e Diretrizes de Comunicação Institucional. As ações corretivas envolveram a elaboração de Plano de Ação, com o estudo da legislação relacionada, inclusive no que tange a regras sobre mídias sociais. A PREVI busca as melhores práticas de mercado para atuar em conformidade na área de comunicação institucional, diante do cenário de novas mídias, principalmente visando à mitigação do risco de imagem. [GRI G4-FS9](#)

Revisão dos critérios de remuneração da Diretoria Executiva

Em setembro, por decisão do Conselho Deliberativo, os critérios de remuneração dos diretores da PREVI foram alterados. A remuneração fixa dos membros da Diretoria Executiva voltou a ser atrelada à da Diretoria Executiva do Banco do Brasil, o que evita a possibilidade de um diretor da PREVI receber uma remuneração maior que a de seus pares no BB. Os honorários do presidente da Entidade são equivalentes aos dos vice-presidentes do BB; os dos demais diretores equivalem aos dos diretores executivos do Banco.

Desde 2005, a remuneração variável da Diretoria Executiva consta da Política de Gestão de Pessoas da PREVI. Em maio de 2015, o Conselho Deliberativo da Entidade estipulou um teto de até seis honorários para a remuneração variável. Os valores recebidos variam de acordo com indicadores de desempenho. Os demais funcionários cedidos pelo BB são regidos por um convênio de cessão que contempla a equivalência de salários e benefícios praticados pelo Banco (leia mais no capítulo *Transparência, relacionamento e prestação de contas*).



12

gerências desenvolveram planos de ação para mitigar potenciais riscos de corrupção

125

funcionários receberam a certificação PCLD (Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro)

Geração de valor GRI G4-2

Toda a estrutura de governança e gestão descrita neste capítulo existe para cumprir a Missão da PREVI: garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável. É o alicerce que permite à Entidade empregar os diversos tipos de capital à sua disposição e transformá-los em valor. Por “capitais”, entendam-se os tipos de repositórios de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos da organização.

Entenda no quadro abaixo como a PREVI gera valor a partir de seus capitais:

Tipo de capital	De onde vem	Como a PREVI o emprega para gerar valor e cumprir sua Missão	Saiba mais a respeito neste Relatório no(s) capítulo(s):
Capital financeiro	Contribuições mensais dos participantes e dos seus patrocinadores (Banco do Brasil e a própria PREVI).	Os recursos são investidos de maneira diversificada, obedecendo às Políticas de Investimentos de cada plano.	2016: destaques e desempenho Estratégia e investimentos
Capital humano	Empregados da própria Entidade, funcionários cedidos pelo BB, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes.	Após uma seleção que inclui avaliação curricular e comportamental e entrevistas, os profissionais recebem treinamentos e capacitações constantes, num processo de atualização permanente.	Transparência, relacionamento e prestação de contas
Capital intelectual	Os funcionários da PREVI são qualificados e têm experiência em temas como mercados de capitais, gestão de risco em investimentos, planejamento financeiro, análises macroeconômicas, atendimento, seguridade e atuária.	Esses conhecimentos são usados em atendimentos, no cálculo de benefícios e da reserva e na condução dos investimentos, que contemplam análises de risco e a necessária proteção ao patrimônio da Entidade.	Perfil Transparência, relacionamento e prestação de contas Estratégia e investimentos
Capital social	A rede de relacionamento com públicos de interesse, na qual se destacam participantes, pensionistas e funcionários do Banco do Brasil em geral. A Instituição também mantém estreito contato com diversos segmentos do mercado financeiro, segmentos de previdência complementar, associações de participantes, as empresas de sua carteira de participações, carteira imobiliária, várias instâncias do poder público e órgãos reguladores.	A PREVI busca constantemente ampliar a transparência na relação com todos os seus públicos. Em 2016, esse esforço incluiu novas formas de prestação de contas e de contato com associados e demais públicos de interesse.	Transparência, relacionamento e prestação de contas



2016: destaques e desempenho

NESTE CAPÍTULO

- 27 Os números do ano
- 30 Destaques do ano

A economia brasileira passou por momentos de grande turbulência em 2016, agravados pela instabilidade política e institucional decorrentes do *impeachment* da presidente da República, Dilma Rousseff, e das consequências da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Os prognósticos iniciais sobre o ano, que incluíam uma previsão do início da retomada da atividade econômica, não se concretizaram: quase todos os indicadores macroeconômicos importantes seguiram em baixa e foi registrada, pelo segundo ano consecutivo, uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Além do contexto desfavorável, algumas das maiores instituições do setor de previdência complementar foram alvos de questionamentos acerca de sua gestão e de seu desempenho, deflagrados pela CPI dos Fundos de Pensão (leia mais no capítulo *Perfil*).

—

Não houve retomada do crescimento econômico, mas a gestão ativa e prudente dos investimentos garantiu um bom desempenho

—

DESTAQUES



taxa atuarial definida para 2016. Tanto o Plano 1 quanto o PREVI Futuro superaram a meta

A despeito do cenário desafiador, a PREVI teve um ano positivo, com o registro de superávit no exercício, apesar de ainda apresentar déficit acumulado em seu resultado. A prudência nas decisões de gestão, a contenção de custos e a aplicação diligente das Políticas de Investimentos possibilitaram mitigar os efeitos negativos da economia em baixa e da crise política. O resultado de 2016 confirmou o acerto da estratégia definida. O Plano 1 registrou rentabilidade acumulada de 15,03% em seus investimentos, impulsionada pelos segmentos de renda fixa e renda variável (que representam cerca de 90% dos recursos do plano). O PREVI Futuro teve rentabilidade total de 22,52%. Ambos os desempenhos foram superiores à taxa atuarial definida para o ano (11,91%).

Equacionamento do déficit de 2015: sem necessidade de contribuição extraordinária em 2017

Durante boa parte de 2016, várias áreas da PREVI trabalharam em conjunto na elaboração de um Plano de Equacionamento para o Plano 1. Em 2015, foi contabilizado um déficit acumulado de R\$ 16,1 bilhões. Em cumprimento às leis 108 e 109 e à Resolução CGPC 26, precisariam ser equacionados R\$ 2,9 bilhões. Esse valor corresponde à diferença entre R\$ 5,1 bilhões (valor que excede o limite de déficit permitido em 2015, a saber: 8,1% da Reserva Matemática, equivalente a R\$ 11 bilhões) e R\$ 2,2 bilhões (ajuste de precificação dos títulos mantidos até o vencimento). Antes do fim do ano, no entanto, o excedente de rentabilidade apurado até o mês de novembro permitiu que o equacionamento fosse efetuado sem contribuições extraordinárias de associados e patrocinadores. Leia mais sobre o Plano 1 no capítulo *Planos de benefícios*.

O cenário no Brasil e no mundo

Em 2016, o PIB caiu 3,6% em comparação com o resultado de 2015, o que caracterizou um quadro de recessão. O resultado fez com que o Ministério da Fazenda revisasse para baixo as previsões a respeito de 2017. Indicadores como o nível de atividade industrial, a taxa de desemprego e o consumo das famílias registraram desempenhos desfavoráveis. A taxa básica de juros continuou alta (13,75% ao ano, ao fim de 2016), apesar de ter sofrido uma redução, a primeira em quatro anos, em outubro. Por outro lado, a inflação, que tem impacto direto no valor dos benefícios pagos pela PREVI, teve uma queda em comparação a 2015. Os últimos meses do ano viram um aumento da confiança de investidores e empresas em relação à economia. As medidas de ajuste fiscal e orçamentário propostas pelo governo foram bem recebidas pelo mercado, o que levou a previsões de crescimento (ainda modesto) da economia para o segundo semestre de 2017.

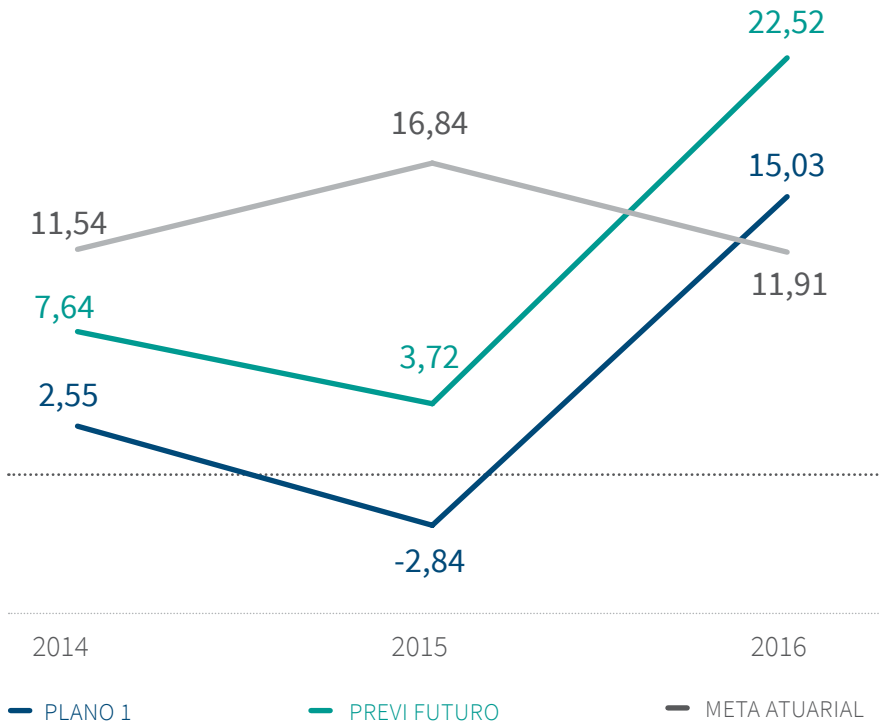
Produto Interno Bruto em queda, juros elevados e desemprego em alta: um panorama de recessão em 2016

No cenário internacional, viu-se um panorama de crescimento baixo e incertezas. As economias avançadas prosseguiram em ritmo lento, enquanto os países em desenvolvimento sofreram com as cotações em baixa das *commodities*, como o petróleo e os minérios. O comércio global e os fluxos transnacionais de capital continuaram enfraquecidos. Duas reviravoltas na política causaram mais volatilidade na economia: a decisão da Grã-Bretanha de abandonar, nos próximos anos, a União Europeia (Brexit) e a vitória do republicano Donald Trump na eleição presidencial nos Estados Unidos. De acordo com analistas, os acontecimentos elevam ainda mais o nível de risco em torno da economia global e devem demandar cautela de investidores no mundo todo.

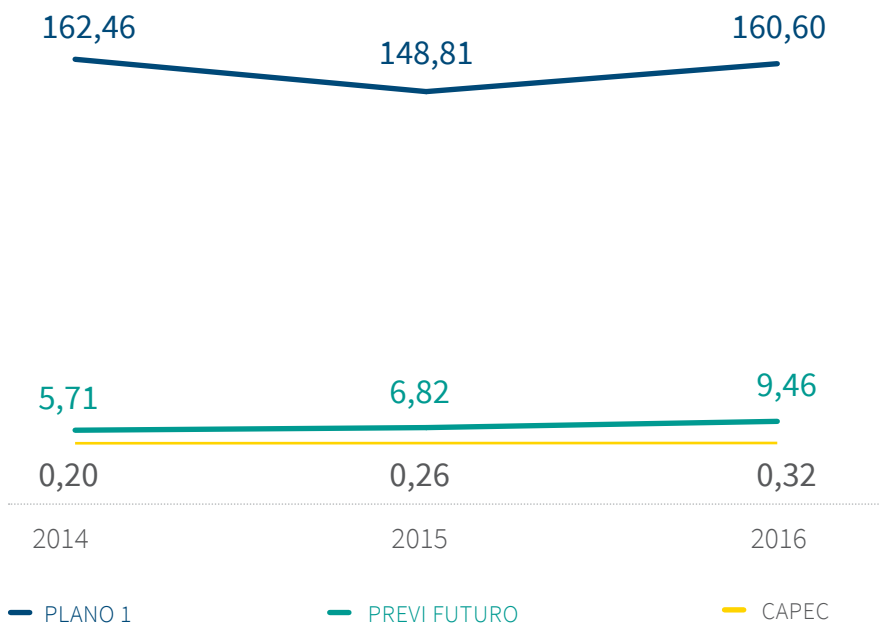
A PREVI procurou seguir à risca as direções apontadas por suas Políticas de Investimentos, num esforço para manter os níveis de liquidez necessários aos pagamentos devidos e minimizar sua exposição a riscos. A solidez e a resiliência da carteira de investimentos da Entidade, aliadas a um monitoramento constante do risco de liquidez dos planos, permitiram suportar os efeitos negativos do cenário sem a necessidade de desfazimento de ativos em um momento desfavorável.

Os números do ano

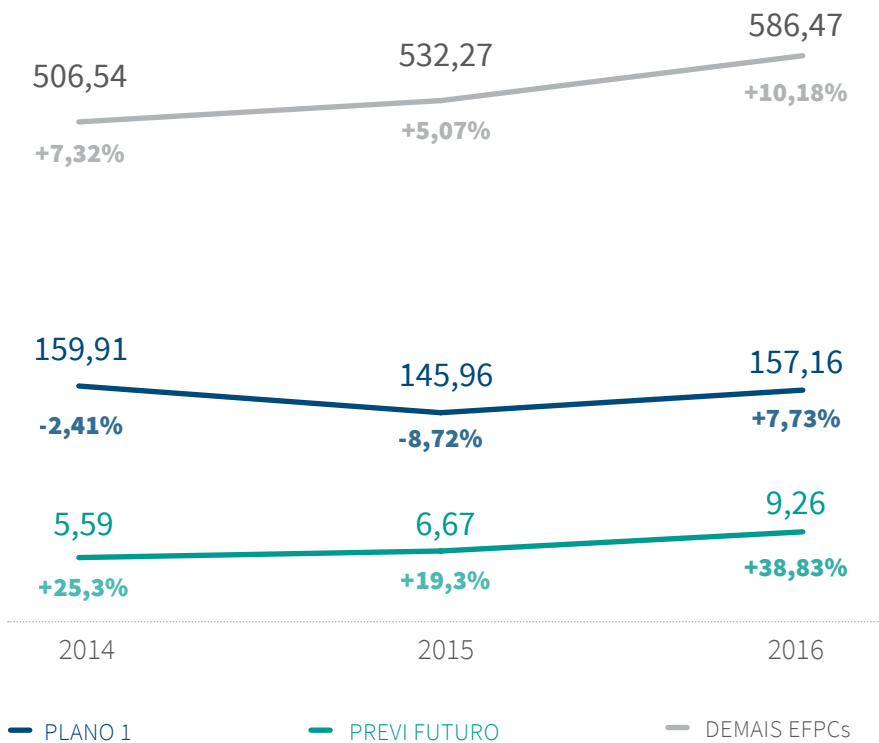
Rentabilidade, série histórica (%)



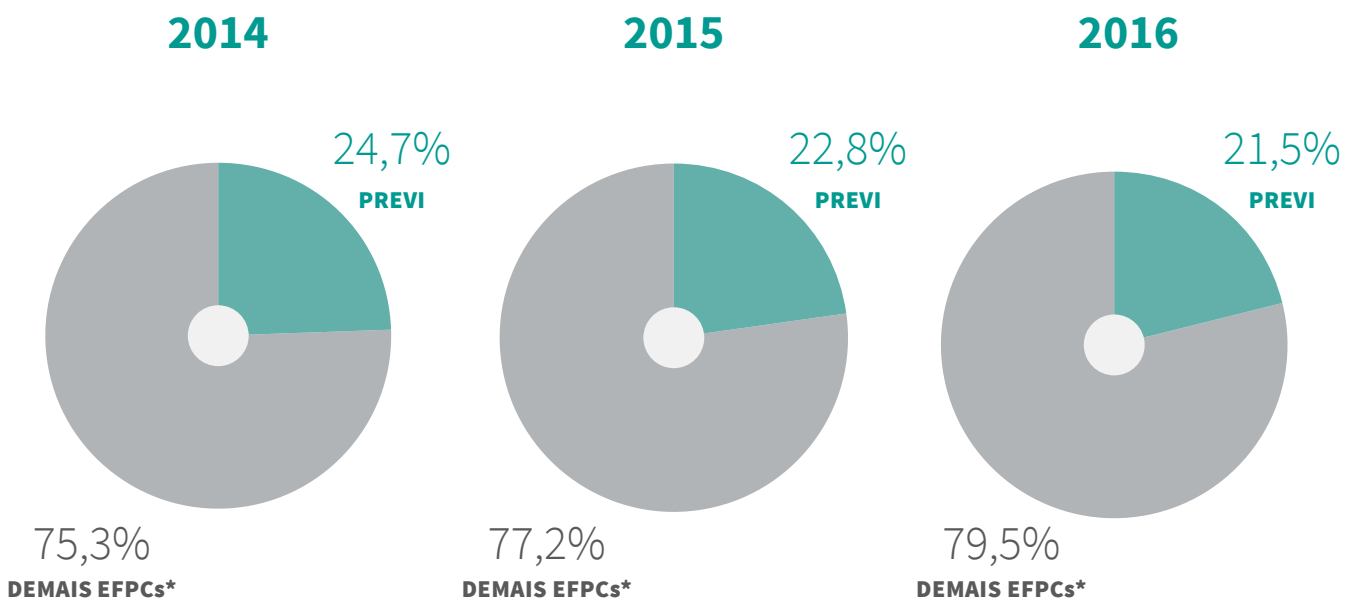
Ativos totais, série histórica por plano (R\$ bilhões)



Investimentos totais, série histórica* (R\$ bilhões)



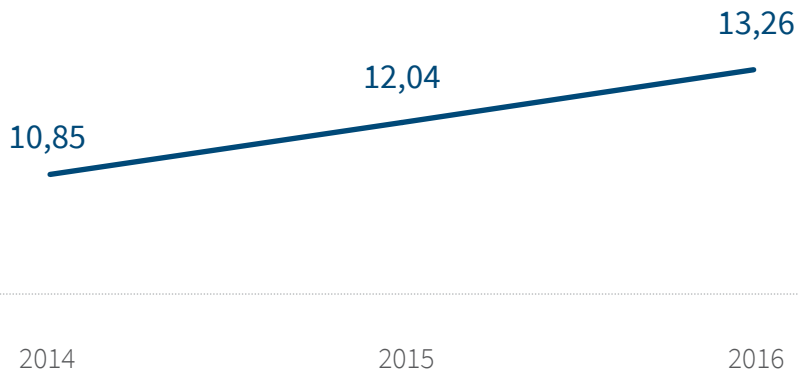
Participação da PREVI** no total das EFPCs, série histórica (%)



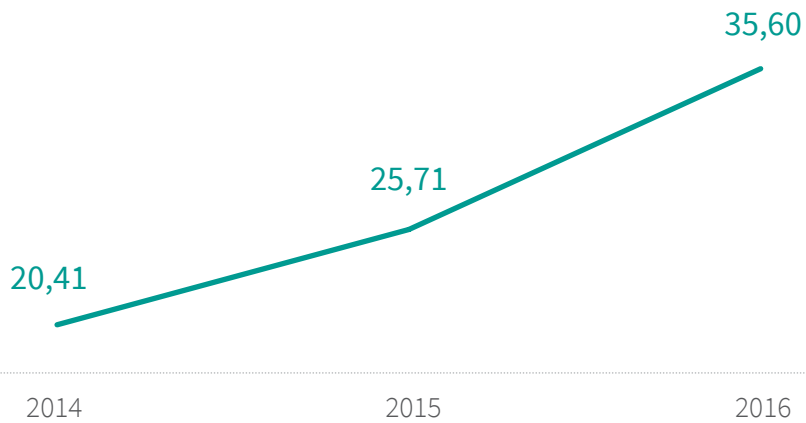
*Fonte: Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc – 3.º trimestre/2016).

** Não inclui investimentos da Capec.

Plano 1: valor pago em benefícios, série histórica (R\$ bilhões)



PREVI Futuro: valor pago em benefícios, série histórica (R\$ milhões)



Destaque do ano

Hotsite Resultados dos Planos: mais transparência

Para ampliar a agilidade na divulgação dos resultados financeiros e do desempenho de seus investimentos, a PREVI lançou um *site* exclusivo (ou *hotsite*) de resultado. Mensalmente, são publicados dados relativos à rentabilidade dos planos, à evolução dos ativos e às recentes tendências dos mercados. O *Hotsite Resultados dos Planos* (www.previ.com.br/resultado) foi um dos destaques de um ano em que a transparência deu a tônica na comunicação entre a PREVI e seus públicos (leia mais no capítulo *Transparência, relacionamento e prestação de contas*).

Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (Peai) do BB

Lançado pelo Banco do Brasil em novembro, o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (Peai) teve como público-alvo os funcionários aposentados por tempo de contribuição ou idade pelo INSS até 31 de dezembro de 2016, os que detivessem os pré-requisitos e protocolassem o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade no INSS até a mesma data, ainda que o desligamento só ocorresse posteriormente, e os que possuíam condições de se aposentar pela PREVI até 31 de dezembro de 2016. Um total de 9.409 funcionários (o que incluiu 42 colaboradores da PREVI) aderiu ao Peai, o que exigiu um esforço extra no atendimento ao influxo de novos aposentados. Durante a fase de inscrições no plano de aposentadoria, uma série de conteúdos informativos sobre a iniciativa foi publicada nos canais de comunicação da PREVI, de modo a sanar dúvidas dos interessados (incluindo os tratamentos diferenciados para associados do Plano 1 e do PREVI Futuro).

Novo Modelo Operacional e Modernização da Arquitetura de TI

A PREVI concluiu em 2016 a implantação de seu Novo Modelo Operacional de tecnologia da informação (TI), iniciada em 2015. Esse novo modelo atualizou os processos de governança e de atendimento de demandas e implementou o conceito de TI Bimodal na Gerência de Tecnologia da Informação (Infor), com um segmento focado na manutenção da operação e outro no desenvolvimento de novas soluções. Após a implantação do Novo Modelo Operacional em todas as áreas da Entidade, são esperados ganhos de produtividade, maior transparência no planejamento e acompanhamento das demandas e melhorias nos controles internos, o que se traduz em maior eficiência e qualidade no atendimento aos associados.

Dando continuidade ao processo, em abril de 2016 foi iniciado o projeto de Modernização da Arquitetura de TI, que teve como objetivo detalhar as necessidades de aprimoramento tecnológico da PREVI e definir um planejamento estruturado de iniciativas em meio às áreas de negócio, visando, com isso, aumentar a eficiência operacional e reduzir custos por meio de maior alinhamento da área de TI com os objetivos estratégicos da Entidade. Leia mais no capítulo *Transparência, relacionamento e prestação de contas*.

DESTAQUES



9.409

funcionários do BB (incluindo 42 colaboradores da PREVI) aderiram ao Peai

1,2 mi

de reais: economia gerada com a nova estrutura da Diretoria de Participações



Reestruturação da Diretoria de Participações

No mês de agosto, foi concluída a reestruturação da Diretoria de Participações. As mudanças já refletem as transformações pelas quais a área vai passar nos próximos anos, com a gradual diminuição da carteira de renda variável do Plano 1. Duas gerências (Governança Corporativa e Participações Mobiliárias sem Controle Acionário – Gegop e Participações Mobiliárias – Gepar) foram fundidas, o que vai gerar uma economia anual de R\$ 1,2 milhão para a PREVI.

PREVInir é premiado em Encontro Sul-Americano de RH

O PREVInir, o programa de gestão integrada de saúde e qualidade de vida no trabalho da PREVI, ganhou o Prêmio Esarh 2016, concedido pelo Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos. O prêmio reconhece e incentiva as melhores práticas nas modalidades Gestão de Pessoas, Responsabilidade Social e Valorização da Convivência; com o case “PREVInir: viver bem, trabalhar melhor”, o PREVInir foi premiado na categoria Valorização da Convivência. Saiba mais sobre o programa (que completou 10 anos de existência em 2016) no capítulo Transparência, relacionamento e prestação de contas.

Aprovação do Teto de Complemento de Benefícios

Tema debatido internamente há vários anos, o Teto de Complemento de Benefícios para os participantes do Plano 1 foi fixado por decisão do Conselho Deliberativo da PREVI, em novembro. O valor será correspondente à remuneração de diretor do Banco do Brasil, maior posto alcançável exclusivamente por funcionários de carreira. Para a implementação efetiva do teto, o regulamento precisa ser alterado e aprovado de acordo com os trâmites legais, que envolve o patrocinador (BB), os órgãos de controle e a Previc.

Quarto certificado de Empresa Cidadã

A PREVI recebeu em novembro de 2016, pelo quarto ano consecutivo, o certificado de Empresa Cidadã concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ). É um reconhecimento pela qualidade das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios anuais de organizações de todos os portes, segmentos e regiões do Brasil. A PREVI foi o primeiro fundo de pensão brasileiro a publicar o Balanço Social, em 1998, e desde 2011 a Entidade reúne informações financeiras e de sustentabilidade em um único documento, seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Lançamento do Curso PREVI para Participantes

Em setembro de 2016, a PREVI lançou o Curso PREVI para Participantes, aplicado especialmente para participantes formadores de opinião ou que exercem atividades em entidades de representação. O curso tem como objetivo apresentar para as associações o contexto previdenciário, os planos, produtos e serviços, possibilitando disseminação de informações e contribuindo para a imagem da PREVI na sua rede de relacionamentos.



Transparência, relacionamento e prestação de contas

GRI G4-25, G4-26, G4-27

NESTE CAPÍTULO

- 35 Relacionamento com participantes
- 39 Educação previdenciária
- 42 Público interno e gestão de pessoas

Mais do que uma palavra de ordem, “transparência” é um dos temas relevantes da PREVI (ver mais na *Apresentação* deste relatório), um de seus Valores Corporativos e uma das prioridades máximas na gestão da Entidade. Em 2016, a busca por mais transparência pautou o relacionamento da PREVI com seus associados, seus públicos interno e externo, o Banco do Brasil e a sociedade como um todo. Mais clareza na prestação de contas e na divulgação de resultados, agilidade nos posicionamentos públicos e melhorias no atendimento aos participantes foram algumas das conquistas do ano nesse aspecto.

Relação de públicos de interesse da PREVI GRI G4-24

Tipo de público	Descrição
Participantes	Associados do Plano 1, do PREVI Futuro e da Capec, pensionistas e seus beneficiários
Público interno	Funcionários da PREVI, incluindo os cedidos pelo BB, quadro próprio e terceirizados
Banco do Brasil	Patrocinador da PREVI. Inclui os funcionários da ativa e demais empresas do conglomerado BB
Governo Federal	Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Previdência Complementar, Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e órgãos reguladores e fiscalizadores
Síndicatos e outras associações de classe	Entidades representativas dos funcionários e aposentados do BB
Entidades do mercado de previdência complementar	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e outros fundos de pensão
Empresas e empreendimentos imobiliários participados	Acionistas, conselhos de Administração e Fiscal, síndicos, administradoras e coproprietários dos empreendimentos imobiliários
Entidades externas de governança e boas práticas	Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Conselho Internacional de Relato Integrado (IIRC) e outras
Mercado financeiro e imobiliário	Bancos, corretoras, consultorias
Fornecedores e parceiros	Fornecedores de produtos e serviços e parceiros do Clube de Benefícios
Imprensa	Veículos de comunicação e mídia em geral, formadores de opinião

Particularmente em 2016, a PREVI atuou de forma intensa para reforçar sua imagem institucional positiva diante da sociedade. Em um ano marcado por notícias negativas sobre o segmento de fundos de pensão e previdência complementar fechada, a Entidade procurou esclarecer de forma imediata quaisquer dúvidas levantadas a respeito de seus investimentos e de seus processos de governança. Isso incluiu a divulgação de comunicados à imprensa acerca de informações equivocadas a respeito de decisões de investimento, explicações sobre eventuais dificuldades financeiras enfrentadas por empresas nas quais a PREVI tem participação e detalhes sobre menções à Entidade feitas em investigações da Polícia Federal e na CPI dos Fundos de Pensão. Todos esses esclarecimentos também foram amplamente divulgados nos meios de comunicação próprios da PREVI, como a *Revista PREVI* e o portal www.previ.com.br.

Mesmo diante das dificuldades surgidas, em 2016 a PREVI deu continuidade às iniciativas de fortalecimento do relacionamento com os participantes por meio de uma série de interações diretas e presenciais, com o objetivo de informar as características de cada plano e esclarecer dúvidas sobre a Entidade (saiba mais em: PREVI Itinerante, Mais PREVI e Curso PREVI Para Participantes, na seção *Relacionamento com os participantes*).

Participação em eventos reforça imagem institucional em 2016

A PREVI representa a América Latina no PRI – Princípios para o Investimento Responsável, iniciativa de nível global para a promoção da governança e da sustentabilidade entre investidores institucionais (leia mais em *Estratégia e investimentos*). Em 2016, o PRI completou 10 anos de fundação e realizou um evento em Londres (Inglaterra) para discutir os avanços no investimento responsável e os desafios dos próximos anos. Esteve presente o diretor de Seguridade, Marcel Juviano Barros, membro do conselho do PRI. Ainda no âmbito da sustentabilidade empresarial, foi realizado em outubro, no Rio de Janeiro, o 17.º Encontro PREVI de Governança Corporativa, com o tema “Megatendências: estamos prontos para o futuro?” Cerca de 450 representantes de empresas, órgãos reguladores, outros fundos de pensão e de conselhos fiscais e de Administração compareceram aos debates.

Representada por profissionais da Gerência de Políticas de Investimentos e Cenários (Gepoc), a PREVI participou em 2016 do Projeto Brasil 2035 – Construindo Hoje o País de Amanhã, iniciativa patrocinada por três

instituições: a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor); o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e o Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI. O projeto reúne especialistas e técnicos de planejamento, sem vínculo partidário, de diversas áreas da sociedade, que compartilham suas visões sobre o futuro do país e debatem cenários relacionados a questões sociais, econômicas, territoriais e político-institucionais.

Em setembro, a Entidade esteve presente no 37.º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado pela Abrapp, em Florianópolis (SC). O tema do encontro em 2016 foi “Previdência complementar: um novo projeto para o país”. A PREVI também promoveu, em outubro, um encontro entre as entidades e associações de participantes que têm convênios para usar sua folha de pagamento. O objetivo foi traçar a transição para as novas regras e limites para descontos em folha de empréstimos consignados (leia mais em *Planos de benefícios*).

Relacionamento com os participantes

DESTAQUES DO ANO

Em 2016, as ações de relacionamento entre a PREVI e seu principal público, os participantes, ganharam reforço especial no tocante à divulgação dos resultados e do desempenho econômico-financeiro. De acordo com o modelo estabelecido em 2015, as ações dividiram-se nos seguintes módulos: institucional (com contatos diretos entre os diretores e/ou gerentes executivos e os associados, em eventos especiais), educação previdenciária (que inclui palestras, apresentações e consultoria sobre o sistema de previdência complementar e os produtos da PREVI) e atendimento (as iniciativas do programa PREVI Itinerante, com resolução de dúvidas e demandas de forma presencial). Conheça os principais destaques do ano.

Apresentação dos resultados

Todas as áreas da PREVI participaram da elaboração e da execução de um amplo conjunto de ações de divulgação dos resultados de 2015. Um *hotsite* exclusivo com os principais indicadores sobre o desempenho do ano foi publicado no portal da Entidade, acessível a qualquer usuário. Lançado em março, em conjunto com a apresentação transmitida *online* pelo portal, passou a ser atualizado mensalmente com dados sobre os resultados, os ativos e as rentabilidades dos planos (veja mais em *Perfil*). A série histórica de informações sobre o desempenho e outros indicadores também pode ser acessada *online* no Painel Informativo (www.previ.com.br/painel); já o Informativo Desempenho (<http://www.previ.com.br/menu-auxiliar/noticias-e-publicacoes/desempenho/>) funciona como um registro trimestral da *performance* dos investimentos.

Em 2016, ainda foi cumprida uma agenda de encontros presenciais de apresentação dos resultados, comandados pelo presidente Gueitiro Genso, com a presença ainda dos demais diretores. O Rio de Janeiro, sede da Entidade, sediou três encontros – um exclusivo para os funcionários da PREVI, um para as entidades do funcionalismo e o terceiro aberto a todos os participantes. As cidades de Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Belém e Goiânia, por concentrarem mais de 85% dos participantes, também receberam eventos. Pela primeira vez, o presidente da Entidade participou presencialmente de todos os encontros. Outras ações de comunicação do resultado 2015 foram a publicação de reportagens no portal, na *Revista PREVI*, na Intranet BB e no Conecta; a publicação do relatório anual; a produção de vídeos para a TVBB; e as reuniões com editores de economia de grandes veículos de comunicação.

Pela primeira vez, o presidente da PREVI esteve presente nos encontros em

12
capitais

3.417
associados
participaram das apresentações

80%

dos respondentes à pesquisa de avaliação sobre os eventos os classificaram como “excelentes” ou “bons”

Encontro Nacional PREVI & Gepes 2016

Realizado em março no Rio de Janeiro, o encontro promove a integração entre os funcionários da PREVI e das Gerências Regionais de Gestão de Pessoas (Gepes) do Banco do Brasil e a discussão sobre a divulgação do PREVI Futuro e da Capec. Além de preparar os colaboradores das Gepes para apresentar os planos da PREVI aos novos funcionários, essa edição também habilitou os responsáveis pelas Equipes de Comunicação e Autodesenvolvimento (Ecoas) do BB a prestar informações sobre os planos da PREVI. A edição 2016 contou com a participação do diretor de Seguridade, Marcel Juviniانو Barros, e ofereceu capacitações sobre a promoção dos planos, a educação previdenciária dos participantes e a comunicação entre eles e a PREVI.

Os resultados dessa parceria foram percebidos nos índices de adesão na posse, que, em 2016, atingiram números expressivos: 94,69% no PREVI Futuro e 71,84% na Capec.

PREVI Itinerante

Criado em 2015, o PREVI Itinerante promove atendimentos presenciais fora da sede, em eventos, encontros e reuniões de funcionários. Sua programação é definida de acordo com o público do evento, com base nas características dos participantes presentes, como plano, situação (ativo ou aposentado), idade e proximidade da aposentadoria. Também são feitas campanhas de adesão aos planos PREVI Futuro e Capec.

A tabela a seguir mostra um resumo dos atendimentos do PREVI Itinerante no ano.

Evento	Local	Data	Quantidade de atendimentos
Cinfabb	Cuiabá (MT)	21 a 27/5/2016	877
Shopping Estação	Curitiba (PR)	24 a 28/10/2016	378
TOTAL			1255

O PREVI Itinerante também tem como objetivo captar novos participantes para os planos PREVI Futuro e Capec. No primeiro semestre, a participação da PREVI em 11 Encontros Ecoas promovidos pelas Gepes gerou 127 novos participantes para a Capec e oito novas adesões ao PREVI Futuro. No segundo semestre, com a presença da Entidade no Shopping Estação, em Curitiba, foram realizadas 222 inscrições na Capec e seis adesões ao PREVI Futuro.

Série De Olho nos Ativos

Com o intuito de dar detalhes sobre a gestão e a saúde financeira de alguns dos mais importantes investimentos da PREVI, foi lançada em 2016 a série de vídeos *De Olho nos Ativos*. São entrevistas em formato bate-papo com executivos da alta liderança de companhias da carteira de participadas da Entidade, conduzidas pelo diretor de Participações, Renato Proença. Nove empresas foram enfocadas na série: Vale, BRF, Invepar, Banco do Brasil, Ambev, Neoenergia, Petrobras, Embraer, Itaú Unibanco e Ultrapar. Todas as entrevistas da série podem ser vistas no endereço <http://www.previ.com.br/previ-mobile/noticias/serie-de-olho-nos-ativos.htm>.

Pesquisa com os participantes GRI G4-PR5

Em 2016, a PREVI realizou, com o apoio de um instituto externo, uma pesquisa com metodologia quantitativa e qualitativa em meio aos participantes. A primeira etapa (quantitativa) foi feita por telefone em todo território nacional. A segunda etapa (qualitativa), presencial, aconteceu em quatro praças (Rio de Janeiro, Porto Alegre, Brasília e Salvador). Realizadas no primeiro semestre, tiveram por objetivo medir a satisfação dos entrevistados com a Entidade e avaliar qual imagem os participantes fazem da PREVI.

O levantamento contou com metodologia quantitativa e entrevistou, no primeiro e no segundo semestre, respectivamente, 937 e 926 associados (da ativa, aposentados e pensionistas, distribuídos proporcionalmente), em todo o território nacional. O resultado apresentou um índice de satisfação geral dos associados com a PREVI de 83,79% na pesquisa do primeiro semestre e de 92,62% na do segundo semestre. É adequado comparar os índices obtidos com o índice de 80,70% apurado em 2015, que considerava, nesse percentual, as notas de 7 a 10 atribuídas à PREVI.

Em 2016, foi mantida a metodologia e ajustada a escala, que deixou de ser numérica de 0 a 10 para uma escala de cinco níveis, com avaliações de “péssima” a “ótima”. Em relação aos planos de benefícios, 91,55% e 89,95% avaliaram seus planos como “ótimo” ou “bom”. Na avaliação de imagem, a PREVI foi vista por seus associados, em cada semestre, como Segura (90,99% e 94,94%); Eficiente (95,27% e 97,42%); Transparente (76,29% e 83,96%); Sustentável (96,93% e 96,88%); e Confiável (92,56% e 94,78%).

A etapa qualitativa realizada em dezembro em quatro capitais abordou questões relacionadas à transparência. Os resultados das pesquisas fornecem insumos para ações de comunicação e de gestão.

Informações sobre as eleições internas

2016 foi ano eleitoral na PREVI (ver mais em *Perfil*); os participantes decidiram por voto direto quais seriam os titulares das diretorias de Seguridade e (de forma extraordinária) de Planejamento. Todo o processo eleitoral foi alvo de extensa cobertura nos meios de comunicação da Entidade, nos meios eletrônicos usuais e também via edições especiais da *Revista PREVI*, que abordaram as chapas concorrentes e os procedimentos para a votação.

Programa de Visitas

O Programa de Visitas da PREVI permite que os associados entendam o acompanhamento que a Entidade faz em empresas participadas e empreendimentos imobiliários de sua carteira. A agenda de visitas é divulgada com antecedência pelo *site*, e os interessados (participantes e pensionistas) podem se inscrever por *e-mail*; o número de vagas varia de acordo com a localidade e o tipo de empresa ou imóvel. Em outubro, foram realizadas visitas ao Parque Cidade Corporate (edifício comercial), em Brasília (DF), e ao Shopping ABC, em Santo André (SP). Em novembro, foi a vez de os participantes conhecerem o Aeroporto Internacional de São Paulo – GRU Airport (SP). Para fechar a agenda do ano, em dezembro o programa levou os associados até São José dos Campos (SP), numa visita à fábrica da Embraer.

Atendimento ao participante

A PREVI disponibiliza atendimento presencial, em sua sede, no Rio de Janeiro, ou em outras localidades, via PREVI Itinerante, e também remoto, por telefone ou *e-mail*. A Central de Atendimento (0800 031 0505 e 0800 729 0505) funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O participante também pode usar o serviço de autoatendimento no *site* da PREVI ou por telefone, 24 horas por dia, sete dias por semana. Outro canal disponível desde 2015 é a Ouvidoria, que trabalha especificamente com demandas de segunda instância, reclamações e denúncias (leia mais em *Perfil*).

Os associados que entram em contato com a Central de Atendimento são convidados a participar da Pesquisa de Satisfação, na qual é avaliado o grau de satisfação com o atendimento recebido. Em 2016, das pessoas que responderam à pesquisa, 93,49% declararam-se muito satisfeitas ou satisfeitas com o atendimento.

Indicadores de atendimento 2016

Tipo	2012	2013	2014	2015	2016
Telefone	265.671	219.507	237.536	245.689	235.978
<i>E-mail</i> /cartas	53.321	55.030	63.980	55.049	57.211
Presencial	7.300	5.527	6.841	7.138	6.030
Autoatendimento					
Internet	6.274.485	8.348.764	8.320.397	8.658.572	9.001.380
Atendimento telefônico automatizado	87.674	85.042	73.417	58.896	55.895
Total	6.688.451	8.713.870	8.702.171	9.025.344	9.356.494

Educação previdenciária

GRI G4-FS16

O Mais PREVI é o programa de promoção da educação previdenciária entre os associados da PREVI. Destina-se a disseminar informação sobre os fundamentos da previdência complementar, o funcionamento dos planos oferecidos pela Entidade, a preparação para a chegada da aposentadoria e detalhes sobre recursos como os Perfis de Investimento, as contribuições adicionais voluntárias e a preservação do salário de participação. Campanhas de adesão ao PREVI Futuro e à Capec também são incluídas nos eventos presenciais. Cursos e palestras são ministrados de forma contínua, em versões presencial e *online*. No *site* PREVI, estão reunidos vários conteúdos educativos do Mais PREVI, como vídeos voltados aos participantes e pensionistas do Plano 1 e do PREVI Futuro, um arquivo de reportagens sobre educação previdenciária e um glossário com os termos mais comuns no universo da previdência complementar. Para conhecer o conteúdo do Plano 1, acesse <http://www.previ.com.br/plano-1/educacao-financeira-e-previdenciaria/>. Para o conteúdo do PREVI Futuro, acesse <http://www.previ.com.br/previ-futuro/educacao-financeira-e-previdenciaria/>.

Mais PREVI

NÚMEROS 2016

2.769

participantes concluíram os cursos *online* Mais PREVI – Saiba mais sobre o Plano 1 e Mais PREVI – Saiba mais sobre o PREVI Futuro

1.391

atendimentos prestados em eventos externos pela equipe PREVI Itinerante

2.733

assessorias previdenciárias prestadas, das quais 127 foram para o PREVI Futuro

**1.348**

funcionários assistiram a palestras sobre os planos de benefícios

3.565

associados receberam mala direta informativa sobre a possibilidade de aumentar a contribuição para o Plano PREVI Futuro

Encontros presenciais promovidos pelo Mais PREVI em 2016

	Local	Data	Público
	Encontro PREVI/GEPES RJ	15 a 17/3	100
	Encontro de Ecoas Teresina	24/3	30
	Encontro de Ecoas Vitória	29/3	62
	Encontro de Ecoas Maceió	8/4	40
	Encontro de Ecoas São Paulo	12 a 15/4	284
Novo Modelo de Relacionamento – Módulo Educação Previdenciária	Encontro de Ecoas Goiânia	14/4	135
	Encontro de Ecoas Rio de Janeiro	19/4	90
	Encontro de Ecoas Fortaleza	25/4	47
	Encontro de Ecoas Curitiba	26/4	170
	Encontro de Ecoas São Luiz	27/4	77
	Encontro de Ecoas João Pessoa	28/4	30
	Encontro de Ecoas Campo Grande	29/4	70
	CSL Rio de Janeiro	4/2	41
Caminhos para a Aposentadoria	Gepes Fortaleza	18/3	59
	Gepes Cuiabá	23/6	35
TOTAL		1.483	

Os regulamentos e as cartilhas dos planos (Plano 1, PREVI Futuro e Capec) são entregues no momento da adesão e também estão disponíveis no *site* da PREVI, junto com instruções sobre os serviços oferecidos aos participantes, como Empréstimo Simples, Financiamento Imobiliário, contribuições adicionais e preservação do salário de participação.

Após a confirmação da adesão do participante a um dos planos oferecidos, também é encaminhado o Certificado de Adesão, no qual constam os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo do benefício.

A adesão, a alteração e a atualização de beneficiários da Capec podem ser realizadas por meio dos formulários eletrônicos disponíveis no autoatendimento do *site* da PREVI. Nas cartilhas, estão reunidas, em linguagem simples e precisa, as principais informações sobre o funcionamento dos planos. Nelas são apresentadas de maneira objetiva as características dos planos, as modalidades, os requisitos para adesão, elegibilidade e manutenção do vínculo com a Entidade, os critérios de contribuição e a forma de cálculo dos benefícios. [GRI G4-PR3](#)



Assessoria Previdenciária

A Assessoria Previdenciária é um atendimento gratuito e personalizado disponível aos participantes para ajudá-los em seu planejamento previdenciário. Com base nas informações pessoais do associado, são fornecidas explicações sobre o plano, simulações de cenários e projeções sobre benefício de aposentadoria. É necessário agendar o serviço com antecedência, pelo Fale Conosco do site PREVI, opção “Sou participante”, assunto “Aposentadoria”, ou pelos telefones 0800-031-0505 e 0800-729-0505. Em 2016, foram realizadas aproximadamente 3 mil assessorias previdenciárias para participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro.

Desde 2013, todos os participantes atendidos pela Assessoria Previdenciária recebem, por *e-mail*, uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento. De caráter voluntário, a pesquisa registrou índice de satisfação de 100% em 2016, e mais de 94% dos respondentes consideraram que a assessoria prestada foi importante para sua tomada de decisão. GRI G4-PR5

Cartilha do Pensionista

Uma nova versão da Cartilha do Pensionista foi lançada em março de 2016, com um resumo das informações mais úteis aos beneficiários da pensão por morte e dos pecúlios da PREVI. A revisão incorporou as mudanças na legislação previdenciária promulgadas em 2015, como a permissão de concessão pelo INSS de pensão por morte para filhos e irmãos maiores de 21 anos com deficiência mental ou intelectual grave e o aumento do prazo para requerer o benefício. O documento pode ser acessado no portal da PREVI, nos endereços <http://www.previ.com.br/plano-1/pensionistas/cartilha/> (para participantes do Plano 1) e <http://www.previ.com.br/previ-futuro/pensionistas/cartilha/> (para o PREVI Futuro).

Curso PREVI para Participantes

Em 2016, a PREVI começou a aplicar o curso presencial PREVI para Participantes, para as organizações associativas de funcionários. O curso tem como objetivo apresentar para as associações o contexto previdenciário, os planos, produtos e serviços, possibilitando que essas entidades atuem como multiplicadoras na disseminação de informações, contribuindo para a imagem da PREVI na sua rede de relacionamentos.

Com o curso, a PREVI espera promover nos participantes formadores de opinião que exercem atividades em entidades de representação a leitura crítica e contextualizada da realidade previdenciária e promover entre os associados uma cultura de disseminação das regras que envolvem a formação de poupança e os benefícios previdenciários. Após a conclusão do conteúdo do curso, que foi elaborado por diversas áreas da PREVI, foram realizadas as primeiras turmas presenciais, com participantes de entidades associativas de funcionários:

Entidade	Local	Data	Quantidade de participantes
AAFBB	Rio de Janeiro - RJ	28/9/2016	27
AFAGO	Goiânia - GO	19/10/2016	21
AFABB	Curitiba - PR	27/10/2016	23
TOTAL			71

Para 2017 está prevista a realização de novas turmas do curso, em diversas localidades.

DESTAQUES

Pesquisa em 2016 indicou que o índice de satisfação com a Assessoria Previdenciária é de

100%

3 mil

atendimentos prestados ao Plano 1 e ao PREVI Futuro

Público interno e gestão de pessoas

Mudanças significativas em várias áreas da PREVI, incluindo tecnologia, desenvolvimento de carreira e planejamento orçamentário, vêm ocorrendo nos últimos anos. Em 2016, o grande esforço de transformação no uso da TI em todas as áreas registrou avanços importantes que ajudam a preparar a Entidade para os próximos anos. Estrategicamente, a valorização e o investimento nos funcionários e o foco na redução de custos operacionais foram priorizados. Um desafio já identificado é o mapeamento de todos os processos internos de gestão, o que vai preservar o conhecimento sobre o trabalho de cada área e contribuir para a estabilidade e a eficiência operacional da PREVI.

Com a reestruturação da área de recursos humanos, promovida em 2016, a PREVI espera obter, além da redução de custos, mais eficiência e sinergia entre as áreas envolvidas nos processos de gestão de pessoal.

Nos últimos anos, a PREVI buscou maximizar sua eficiência operacional. Isso se refletiu na diminuição de profissionais terceirizados, que eram cerca de 200 em 2014 e, em 2016, são apenas 80. Também foi importante o impacto do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (Peai) no final de 2016, no qual saíram 42 profissionais (leia mais em Planos de Benefícios). A redução no número total de gerentes em 2016 (74, em comparação com os 89 registrados em 2015) também se deve sobretudo à adesão ao Peai. Essas vagas ainda não tinham sido repostas em 31 de dezembro de 2016.

Perfil dos empregados* G4-10

	2014		2015		2016	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Número de empregados (colaboradores) por nível funcional						
Diretoria	4	1	5	1	5	1
Gerência	58	32	62	27	53	21
Chefia/coordenação	0	0	0	0	0	0
Técnica/supervisão	0	3	2	2	2	2
Administrativo	212	142	222	136	208	128
Operacional	58	95	53	87	63	81
Terceirizados	155	51	74	41	52	28
Aprendizes	4	5	4	5	1	0
Estagiários	2	8	2	7	1	7
Total por gênero	493	337	424	306	385	268
Total		830		730		653
Número de empregados (colaboradores) por tipo de contrato de trabalho						
Tempo determinado	110	33	8	12	2	7
Tempo indeterminado	383	304	416	294	383	261
Total por gênero	493	337	424	306	385	268
Total		830		730		653
Número de empregados (colaboradores) por tipo de emprego						
Jornada integral	485	321	417	296	383	261
Meio-período	8	16	7	10	2	7
Total por gênero	493	337	424	306	385	268
Total		830		730		653
Número de empregados (colaboradores) por região						
Região Sudeste	489	331	420	300	384	262
Região Centro-Oeste	4	6	4	6	1	6
Total por gênero	493	337	424	306	385	268
Total		830		730		653

*Posição em 31/12/2016

Transformação na área de TI

Os sistemas em uso na PREVI necessitavam de atualização e, por isso, foi iniciado um trabalho na área de Tecnologia da Informação com o objetivo de aprimorar o processo de solução das demandas e de atualização tecnológica visando à melhoria do atendimento ao associado e à possibilidade de desenvolvimento de novos produtos com agilidade e menor custo.

Planejada e iniciada ainda em 2015, a Revisão do Modelo Operacional e de Governança de Tecnologia da Informação (TI) foi concluído em 2016, conforme previsto.

Até o mês de abril de 2016, os novos processos de governança e atendimento de demandas de TI foram implantados de forma escalonada, diretoria a diretoria, acompanhados por trilhas educativas de capacitação para todos os funcionários.

No mesmo mês, iniciou-se o Projeto de Modernização de Arquitetura de TI, que teve como objetivo aumentar a eficiência operacional e reduzir custos, por meio de maior alinhamento da área de TI com os objetivos estratégicos da PREVI. Foram detalhadas as necessidades de aprimoramento tecnológico da PREVI, bem como definido um planejamento estruturado de iniciativas em meio às áreas de negócio. Aspectos como aplicações de negócio, informações e infraestrutura foram analisados à luz da estratégia da Entidade.

As conclusões foram compiladas em um *roadmap* de iniciativas que guiará a modernização da arquitetura de TI nos próximos anos. Entre as principais vantagens esperadas com as mudanças, destacam-se:

Ambiente Externo	Instituir a visão de cliente	Melhora na Experiência do Cliente	Expansão da Receita, Lucratividade e Mercado	Ampliar a inteligência na gestão de investimentos
	Gerar proposta de valor a uma nova geração			
	Gerar novos produtos e serviços para atrair e fidelizar clientes			
Ambiente Interno	Gerar produtividade através de automatização e integração	Aumento de Produtividade e Eficiência	Redução de Custos	Otimizar os custos da TI
	Maximizar a eficiência em custos para garantir resultados			
	Reduzir exposição a risco operacional			Reduzir custos administrativo-operacionais através do foco em operações estratégicas
	Garantir a confiabilidade das informações			

Recrutamento e plano de sucessão

Foram realizados oito processos seletivos para preenchimento de vagas na PREVI em 2016. Além dos critérios técnicos, comportamentais e meritocráticos, foi considerado o alinhamento dos candidatos à cultura interna da PREVI. Foi iniciada uma revisão do Programa de Desenvolvimento e Sucessão (PDS), com vistas a aprimorar as competências dos funcionários e ao seu desenvolvimento.

O programa de Mentoria promoveu a interlocução entre gestores de experiência e excelência comprovadas e outros profissionais (de nível técnico e de gestão), ainda em formação gerencial. Diretores e gerentes executivos da PREVI e do BB participaram do processo, o que contribuiu para uma visão mais ampla e integrada dos negócios de ambas as instituições.

A PREVI e o Banco do Brasil também intensificaram o intercâmbio de talentos entre as duas instituições. Alguns funcionários da PREVI retornaram para o BB com ascensão ou em cargos equivalentes.

Relações trabalhistas G4-11

Funcionários cedidos pelo Banco do Brasil representavam, em 29 de dezembro de 2016, 90,1% do total do público interno. Funcionários do quadro próprio da PREVI representavam 9,9%.

Os funcionários cedidos pelo BB são regidos por um convênio de cessão que contempla a equivalência de salários e benefícios praticados pelo Banco do Brasil. A PREVI compõe seu quadro técnico com funcionários oriundos do BB por reconhecer a excelência desses profissionais para o desempenho das funções na Entidade e por entender os benefícios de ter participantes cuidando do próprio patrimônio. Essa é uma decisão estratégica que garante a alta qualidade e o comprometimento do corpo técnico da Entidade. Com o objetivo de garantir a atração e retenção desses talentos na PREVI, as remunerações da Entidade são atreladas às remunerações gerais do BB.

Em 2016, todos os colaboradores da PREVI permaneceram cobertos por acordos de negociação coletiva. O benefício maior do acordo de negociação coletiva de duração de dois anos, adotado tanto para os funcionários do Banco do Brasil quanto para o quadro próprio da PREVI, é a previsibilidade na relação entre empresa e colaboradores.

Capacitação interna e incentivo ao aprimoramento

A priorização da capacitação interna em 2016 observou maior aderência às especificidades do negócio de cada área, bem como o atendimento das necessidades inerentes a cada segmento de cargos.

Como parte da implantação do novo Sistema de Gestão da Ética (leia mais em *Perfil*), houve o reforço na divulgação da Trilha Ética PREVI, disponível no Portal de Educação e que apresenta informações sobre diversidade, normas de conduta e boas práticas. Uma trilha específica sobre segurança da informação também foi criada, com informações sobre proteção de senhas e o uso seguro de equipamentos de informática.

O Programa de Concessão de Incentivos para Formação Superior foi mantido, com o oferecimento de bolsas de graduação, pós-graduação, MBA, mestrado e doutorado.



Clima organizacional

A Pesquisa de Clima realizada entre os funcionários em 2016 usou uma nova metodologia de aplicação e avaliação de resultados, que será acompanhada com a colaboração de consultores de recursos humanos do Banco do Brasil. Cerca de 89% do público interno respondeu à pesquisa (percentual acima da média de outras organizações), que registrou 67% de avaliações positivas. Foi criada uma agenda de iniciativas para a melhoria do clima organizacional.

Comitê Consultivo Fala PREVI

Criado em 2015 como um grupo de representantes dos funcionários com acesso direto à Diretoria Executiva, o Fala PREVI ganhou *status* de Comitê Consultivo em 2016. Em março, foram eleitos 18 membros (11 efetivos e sete suplentes), que representam os funcionários de cada uma das diretorias. O comitê acompanha as discussões sobre o Programa de Desenvolvimento e Sucessão e propõe melhorias nos processos de gestão de pessoas e do clima organizacional.

Programa PREVINir

Em janeiro de 2016, o PREVINir completou 10 anos. Desde 2006, o programa promove iniciativas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, com foco no bem-estar físico, psicológico e social dos funcionários. O Programa PREVINir recebeu o Prêmio Esarh 2016, concedido pelo Encontro Sul-Americano de Recursos Humanos (leia mais em 2016: *destaques e desempenho*). O programa tem um papel importante na prevenção de doenças laborais e um impacto positivo na satisfação dos funcionários, gerando um melhor clima organizacional, o que se reflete diretamente na produtividade do público interno e na qualidade do atendimento prestado aos participantes.



18

funcionários compõem o Comitê Consultivo Fala PREVI, que acompanha as decisões sobre gestão de pessoas



Planos de benefícios

NESTE CAPÍTULO

- 50 O Plano 1 em 2016
- 54 O PREVI Futuro em 2016
- 58 Carteira de Pecúlios (Capec)
- 59 Operações com participantes
- 61 Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Para os planos de benefícios da PREVI, 2016 foi um ano de recuperação. Mesmo diante dos desafios apresentados pela conjuntura macroeconômica (leia mais em *2016: destaques e desempenho*), a rentabilidade dos planos superou a meta atuarial definida para o ano. No Plano 1, o resultado obtido até novembro gerou um excedente suficiente para equacionar o déficit de R\$ 2,9 bilhões de 2015 sem a necessidade de instituir contribuições extraordinárias para participantes e patrocinadores.

O Plano 1 ainda está em fase de crescimento de compromissos, que deve atingir seu auge por volta de 2020 ou 2021, quando quase todos os participantes do plano já deverão estar em condições de requerer benefícios. A busca pelo aumento da liquidez necessária aos pagamentos aos associados continuou a ser o principal direcionador da gestão, em função do fluxo de pagamento de benefícios. Em relação ao PREVI Futuro, houve discussões sobre a adequação do percentual de recursos a ser alocado no segmento de renda variável* e do apetite ao risco na Política de Investimentos do plano. Já a Capec registrou um expressivo crescimento na filiação, em especial entre os funcionários que ingressaram no Banco do Brasil em 2016, resultado das ações promocionais e de relacionamento.

O Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada antecipou a saída de milhares de funcionários - mas a PREVI estava preparada

Em 2016, a execução do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (Peai) do Banco do Brasil resultou na saída simultânea de 7.266 participantes do Plano 1 e de 505 do PREVI Futuro (os outros 1.638 funcionários que aderiram são oriundos de bancos incorporados ou não possuem filiação a qualquer um dos planos de benefícios). Essa movimentação não terá impacto significativo nas reservas matemáticas dos respectivos planos. No caso do Plano 1, o Peai antecipou a saída de pessoas para as quais a Entidade já havia provisionado reservas para o pagamento de benefício, mesmo quando elas ainda estavam na ativa – já que, para aderir, era necessário ter alcançado as condições exigidas para requerer a aposentadoria pela PREVI. No PREVI Futuro, a quantidade de adesões foi relativamente baixa. Além disso, como o plano foi estruturado de maneira que o benefício é calculado em função do saldo de conta do participante quando ele dá entrada no pedido de aposentadoria, não há influência nas reservas.

O principal impacto do Peai é no cálculo da *duration* do Plano 1, apurada em dezembro de 2016, já que o número significativo de aposentadorias simultâneas acelera o fluxo de pagamento de benefícios, e conseqüentemente acelera a redução da *duration* e o limite de déficit de cada plano.

*O segmento de renda variável, para fins de perfis de investimentos do PREVI Futuro, engloba renda variável, investimentos estruturados e investimentos no exterior.

Ações judiciais

Registrou-se em 2016 um decréscimo no número de ações judiciais previdenciárias movidas por participantes contra a PREVI. É um reflexo da consolidação de algumas teses jurídicas proferidas nos últimos anos em contenciosos envolvendo entidades de previdência complementar, como o entendimento de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação entre as entidades e seus associados. Por determinação da Diretoria, iniciou-se um trabalho ativo de prevenção e redução das ações judiciais, fundamentado na divulgação dessas decisões do Poder Judiciário. O objetivo é mostrar os riscos a que o associado está exposto ao acionar a PREVI judicialmente sem ter um entendimento completo do que está sendo pleiteado e de quais são suas chances de êxito. Recorrer à Justiça é um direito do participante, mas é necessário esclarecer quais são os impactos das ações sobre o patrimônio da coletividade e os potenciais custos com honorários e demais despesas legais.

O número de ações movidas contra a Entidade vem caindo, reflexo de um trabalho ativo de divulgação dos riscos a que o participante se expõe nos tribunais

Um caso que mereceu atenção especial foi o das demandas ligadas à inclusão da cesta-alimentação ao valor do benefício. Uma decisão final do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que os participantes que receberam valores em caráter precário por meio de tutelas antecipadas devem restituir à PREVI esses valores, mais os custos do processo. Até o fim de 2016, havia um total de 3.475 processos passíveis de restituição de valores à Entidade e outras 4.196 ações ativas e pendentes de decisão de mérito.

De forma proativa, a PREVI ofereceu a esses participantes condições mais favoráveis (em comparação a uma decisão transitada em julgado) para a liquidação do débito; informações sobre o tema foram tratadas em diversas ações de comunicação durante o ano. Como resultado, houve em 2016 um aumento de 87% na recuperação de créditos e de 53% na implantação dos planos de devolução dos valores. O número de atendimentos prestados sobre a cesta-alimentação subiu 413% em comparação com 2015. Diante também da consolidação do posicionamento do Judiciário no sentido de afastar os pedidos de extensão do benefício renda-certa e aqueles que buscavam a aplicação da melhor regra entre os Regulamentos do Plano ao longo do tempo, foram igualmente adotadas providências com o intuito de agilizar a extinção dos processos com o menor custo possível aos participantes que entraram com essas ações.

Também foi instituído um grupo de trabalho paritário, com representantes da PREVI e do Banco do Brasil, para apresentação de propostas visando o equacionamento dos impactos das revisões dos benefícios PREVI decorrentes de ações originadas do contrato de trabalho. Nos casos sem definição formal, será proposto processo arbitral a partir das estruturas de governança da PREVI e do Banco do Brasil com vistas ao equacionamento desses impactos.

O Plano 1 em 2016

GRI G4-EC3

Considerado um plano maduro – com mais participantes aposentados do que em fase laboral – e fechado a novas adesões, o Plano 1 é o plano de previdência complementar para os funcionários do Banco do Brasil admitidos até dezembro de 1997. Seus benefícios incluem o complemento de aposentadoria programada (por tempo de contribuição, antecipada ou idade) e não programada (invalidez), além do complemento de pensão por morte aos beneficiários.

A rentabilidade acumulada em 2016 atingiu 15,03%, acima da meta atuarial definida para o ano. A Reserva Matemática registrou crescimento constante mês a mês, bem próximo da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), indicador usado para corrigir o valor dos benefícios pagos. Os benefícios pagos foram reajustados em 11,28%, o que elevou o desembolso mensal da PREVI com os participantes do Plano 1 em cerca de R\$ 75 milhões.

Déficit de 2015: equacionamento e regras de solvência

Em novembro de 2015, passaram a vigorar as novas regras de apuração de resultados, destinação e utilização de superávits e equacionamento de déficits determinadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (alteração das Resoluções CGPC 18/2006 e 26/2008). Antes, os limites de superávit e déficit eram fixos (25% para superávit e de 10% em caso de déficit). Após as alterações, o limite de déficit que um plano de benefícios pode atingir sem precisar do equacionamento oscila de acordo com sua *duration* (horizonte médio dos prazos de pagamento de benefícios) específica. O plano de benefícios precisa equacionar o déficit se ultrapassar um determinado limite, definido pela seguinte fórmula: $1\% \times (\text{duration do plano} - 4) \times \text{reserva matemática}$. O plano de equacionamento deve ser elaborado e aprovado pela Entidade no ano seguinte ao que registrou déficit, com medidas para tratamento apenas do valor que ultrapassar esse limite.

Dado o resultado obtido pelo Plano 1 em 2015 por conta das condições da economia no Brasil e no mundo, foi necessário criar um plano de equacionamento para um déficit equivalente a R\$ 2,9 bilhões. É importante lembrar que se trata de um déficit conjuntural, e não estrutural. A carteira de investimentos do Plano 1 é sólida e diversificada na medida necessária ao cumprimento dos compromissos com os participantes. E inclui ativos que, por vários anos consecutivos, renderam expressivos volumes em dividendos e rentabilidades acima das metas atuariais. Com o crescimento econômico e a eficaz gestão executada pela PREVI, o Plano 1 acumulou superávits entre 2005 e 2012 que foram revertidos em benefícios adicionais para os participantes (como a suspensão das contribuições entre 2007 a 2013, os benefícios especiais a partir de 2007 e o Benefício Especial Temporário – BET, pago entre 2010 e 2013).

O Plano de Equacionamento traçado em 2016 contou com a colaboração de várias áreas da PREVI e incluiu a análise de variáveis como o método de cálculo das prestações, o percentual de contribuição extraordinária para os associados e o prazo e a taxa de juros que serão adotados. O Plano de Equacionamento do déficit de 2015 previa que o Banco do Brasil e os associados da PREVI precisariam fazer contribuições extraordinárias. O BB destinaria recursos de acordo com a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes em 2015, e os associados do Plano 1 fariam contribuições adicionais proporcionais ao complemento de benefício recebido (para aposentados e pensionistas) ou proporcionais ao valor projetado do benefício (para os funcionários da ativa). Os participantes do PREVI Futuro não seriam afetados.

O Plano de Equacionamento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, mas não haverá a necessidade de os associados fazerem contribuições extraordinárias em 2017. Isso aconteceu porque a Instrução Normativa n.º 32, da Previc, editada em setembro de 2016, permitiu a utilização, como fonte alternativa de recursos, de resultado líquido positivo obtido entre a data em que foi apurado o déficit e a data de aprovação do Plano de Equacionamento, desde que esse resultado tenha sido gerado unicamente por rentabilidade superior à meta atuarial do plano.

Com isso, o resultado líquido positivo de R\$ 4,8 bilhões obtido pelo Plano 1 entre janeiro e novembro de 2016 (último mês cujo balanço se encontrava fechado até a data de aprovação do Plano de Equacionamento) foi utilizado para quitar o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015. Esse resultado foi gerado pela rentabilidade de 15,86% acumulada até novembro, que foi superior à meta atuarial de 11,30% (INPC + juros de 5% a.a.) no mesmo período. É a comprovação da capacidade de recuperação da carteira do Plano 1, mesmo diante de conjunturas momentaneamente negativas e da adequação da PREVI à nova legislação, que está mais aderente ao caráter de longo prazo necessário à condução dos investimentos no segmento de previdência.

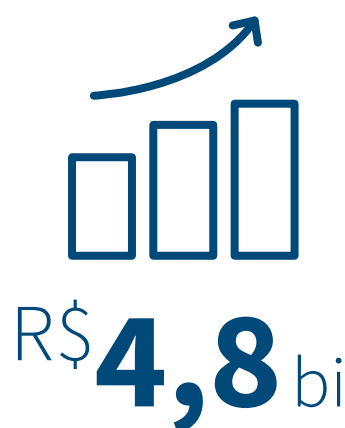
Resultado de 2016

Ao fim de 2016, a rentabilidade acumulada atingiu 15,03%, acima da meta atuarial de 11,91% definida para o ano. O resultado líquido positivo dos investimentos, entretanto, não foi suficiente para reverter integralmente a situação deficitária do plano. Com isso, o déficit acumulado do Plano 1 em 2016 foi de R\$ 13,94 bilhões.

Seguindo as regras de solvência promulgadas em 2015, o limite de déficit para o Plano 1 era de R\$ 11,09 bilhões – equivalente ao percentual de 7,68% (*duration* de 11,68 - 4) sobre a Reserva Matemática do Plano 1 (R\$ 144,37 bilhões).

Conforme determina a Resolução CNPC n.º 16, de novembro de 2014, após o cálculo do limite do déficit é necessário fazer o ajuste de precificação dos títulos públicos que serão mantidos até o vencimento. Essa resolução determina que, caso haja ocorrência de déficit ou superávit, deve ser apurada a diferença entre a taxa negociada na data da compra do título e a taxa atuarial do plano. Essa diferença será deduzida ou acrescida ao resultado, se houver déficit, e deduzida da Reserva Especial relativa ao superávit. No caso do Plano 1, serão deduzidos do resultado negativo R\$ 2,58 bilhões, já que a PREVI possui títulos com taxas maiores que a taxa atuarial, de 5%.

Assim, o cálculo para apurar se há déficit a ser equacionado é: o valor do déficit (R\$ 13,94 bilhões) menos o ajuste de precificação (R\$ 2,58 bilhões), o que dá o valor do déficit ajustado (R\$ 11,36 bilhões). Desse valor, deve-se subtrair o limite aceito pela legislação (R\$ 11,09 bilhões), o que dá uma diferença de R\$ 273,28 milhões.



resultado líquido positivo apurado
entre janeiro e novembro

Como o valor do déficit técnico apurado é superior ao limite, até o fim do exercício de 2017 será elaborado o Plano de Equacionamento de déficit de 2016, cujo valor a ser equacionado corresponde a R\$ 1,44 bilhão, equivalente ao mínimo de 1% da Reserva Matemática, que é exigido pela Resolução CGPC n.º 26/2008.

Participantes

	2014	2015	2016
Ativos	23.981	18.658	11.268
Aposentados	68.395	72.586	78.724
Ativos externos*	760	712	594
Aposentados externos**	3.573	3.588	3.645
Pensionistas	20.154	20.385	20.712
Total	116.863	115.929	114.943

*Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido, pensão mínima e participantes ainda sem opção.

**Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e pensão mínima.

Benefícios pagos (R\$)

	2014	2015	2016
PREVI *	8.394.631.290,07	9.432.736.801,82	10.350.474.387,57
INSS**	2.271.701.394,22	2.431.778.798,39	2.732.008.650,19
Banco do Brasil***	185.430.808,85	180.887.700,46	184.167.606,15
Total	10.851.763.490,14	12.045.403.300,67	13.266.650.643,91

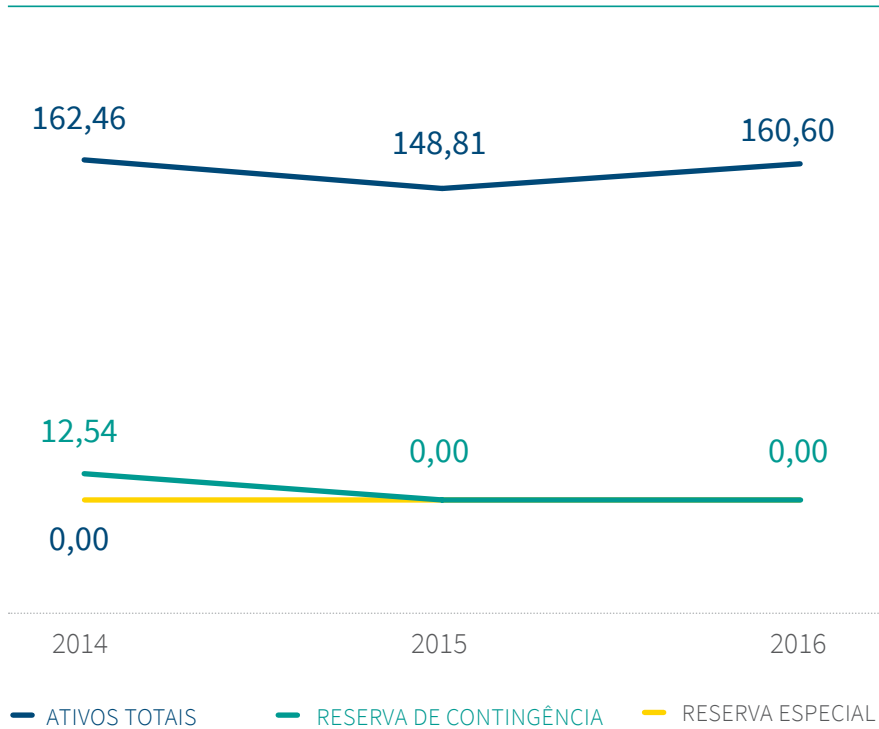
*Os Benefícios PREVI compreendem Complemento PREVI, benefícios regulamentares, BET e benefícios provenientes de decisões judiciais.

**Considera os valores que foram repassados pela PREVI, por meio da folha de pagamentos, em face do Convênio Prisma.

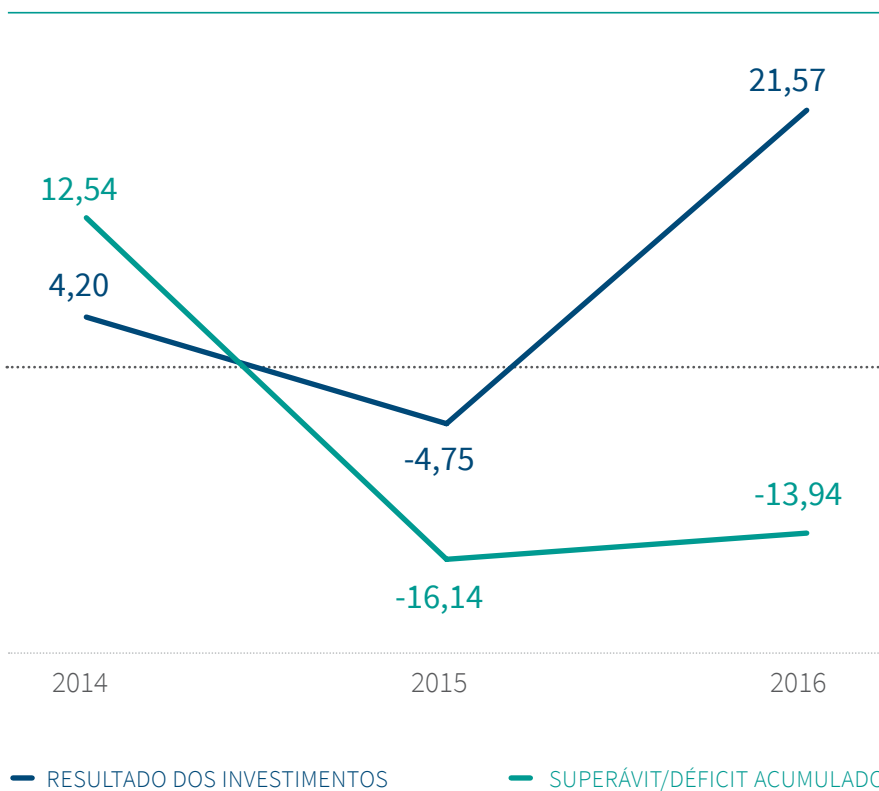
***O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios aos participantes fundadores da PREVI, por obrigações originadas de demandas trabalhistas, entre outras.

Na comparação com 2015, o resultado dos investimentos do Plano 1 foi muito superior. Se naquele ano as perdas de investimentos foram bem inferiores ao déficit, em 2016 o déficit acumulado foi ainda menor, e os resultados positivos, ainda mais expressivos.

Plano 1: evolução do resultado (R\$ bilhões)



Plano 1: superávit/déficit acumulado x resultado dos investimentos (R\$ bilhões)



O PREVI Futuro em 2016

GRI G4-EC3

ADESÕES EM 2016

Plano de adesão voluntária oferecido aos funcionários que tomaram posse no Banco do Brasil após 24 de dezembro de 1997, o PREVI Futuro conta com três tipos de benefícios: renda mensal de aposentadoria, complemento de aposentadoria por invalidez e pensão por morte. O plano é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes e do patrocinador. Não há contribuições para aposentados.

Em conjunto com o BB, a PREVI trabalha de forma contínua na divulgação das características do plano aos funcionários do Banco (que podem aderir ao plano em qualquer momento de suas carreiras). Em 2016, os níveis de adesão mantiveram-se em alta graças às iniciativas da Diretoria de Seguridade e às ações de comunicação sobre o plano não apenas para os novos funcionários, mas também voltadas a empregados que já estão no BB há um tempo e que não tinham aderido ao PREVI Futuro. A PREVI fechou o ano com o índice de filiação acumulada entre os funcionários do BB de 95,22%.

Os principais segmentos de investimento do plano (renda fixa e renda variável, que concentram mais de 80% dos recursos) apresentaram rentabilidades superiores ao índice de referência em 2016. Atualizados de acordo com o INPC acumulado entre junho de 2015 e maio de 2016, os benefícios pagos pelo PREVI Futuro foram reajustados. Os benefícios concedidos até 30 de junho de 2015 tiveram reajuste de 9,819%; aqueles concedidos após essa data receberam reajustes proporcionais ao INPC acumulado entre a data de concessão e o dia 31 de maio de 2016.

95,22%

dos funcionários que tomaram posse no BB aderiram ao plano; no mês de dezembro, 100% dos empobados aderiram

329

funcionários que ainda não tinham aderido ao plano optaram pela adesão

88

ex-participantes reingressaram no plano

Participantes

	2014	2015	2016
Ativos	74.342	78.396	78.942
Aposentados	244	350	398
Ativos externos*	7.217	7.222	7.167
Aposentados externos**	17	28	33
Pensionistas	535	595	689
Total	82.355	86.591	87.229

*Inclui autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido e participantes ainda sem opção.

**Inclui autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido.

Benefícios pagos (R\$)

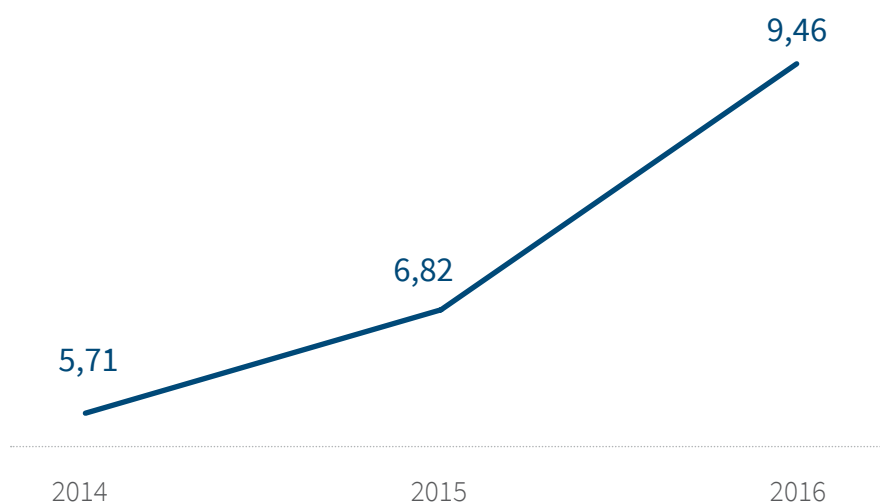
	2014	2015	2016
PREVI*	6.161.631,63	8.428.667,91	11.966.510,08
INSS**	14.243.282,67	17.279.076,09	23.611.929,99
Banco do Brasil***	6.971,92	8.060,02	22.662,58
Total	20.411.886,22	25.715.804,02	35.601.102,65

*Os Benefícios PREVI compreendem o Complemento PREVI (Benefícios de Risco) e o Benefício Proporcional Diferido.

**Considera os valores que foram repassados pela PREVI, por meio da folha de pagamentos, em face do Convênio Prisma.

***O Banco do Brasil é responsável pelo pagamento de benefícios provenientes de obrigações originadas de demandas trabalhistas.

Patrimônio acumulado (R\$ bilhões)



Perfis de Investimento

Os associados do PREVI Futuro têm à sua escolha diferentes Perfis de Investimento, que definem o percentual de ativos a ser alocado em renda variável e o limite de exposição ao risco nas aplicações. A definição de um perfil dá ao participante um maior controle sobre a estratégia de investimentos aplicada a seus recursos e permite adequar a relação entre risco e retorno de acordo com o tempo de contribuição e a situação pessoal de cada um. O programa oferece quatro diferentes perfis, cujos percentuais de aplicação em renda variável são definidos anualmente pela Política de Investimentos do plano e que, em 2016, apresentavam as seguintes alocações: Conservador (0% a 10% em renda variável); Moderado (20% a 30%); Agressivo (40% a 60%); e Perfil PREVI (30% a 50%). Todos os Perfis de Investimento obtiveram rentabilidade superior ao índice de referência, em uma recuperação expressiva na comparação com os índices de 2015.

Total de participantes por Perfil de Investimento

Perfil	2014	2015	2016
Agressivo	1.324	1.005	1.350
PREVI	72.430	70.642	66.859
Moderado	725	706	931
Conservador	7.080	13.267	16.952
Total	81.559	85.620	86.092

Perfis x índices: rentabilidade acumulada 2014 a 2016 (%)

	TMS	Atuarial	Ibovespa	Perfil PREVI	Conservador	Moderado	Agressivo
2014	10,90	11,54	-2,91	6,52	11,83	9,03	6,08
2015	13,27	16,84	-13,31	1,31	9,32	5,04	-0,42
2016	14,02	11,91	38,94	22,86	18,52	20,92	24,96
Acumulado	43,23	45,84	16,93	32,59	44,89	38,48	32,00

Observação: os resultados passados não garantem rentabilidade futura.

Para o período 2017-2023, a Política de Investimentos do PREVI Futuro irá alterar as alocações de cada perfil. O perfil Conservador passará a se concentrar apenas em ativos de renda fixa, com 100% de seus recursos nesse segmento. Os limites entre os perfis também deixarão de se sobrepor. O perfil Moderado passará a alocar até 20% em renda variável; o perfil PREVI, de 20% a 40%; e o Agressivo, de 40% a 60%. A opção de perfil pode ser revista a cada 12 meses. Informações detalhadas sobre o programa e suas mudanças estarão disponíveis no portal da PREVI.

Destaques do ano

Em 2016,

45,15%

dos filiados ativos do PREVI Futuro estavam habilitados a fazer contribuições

3,02%

crescimento do número de contribuições 2C esporádicas em relação a 2015

R\$ 386 mil

valor médio das contribuições 2C mensais, aumento de 30,41% em comparação com 2015

89,47%

desse total de funcionários contribuiu com o percentual máximo

71,94%

aumento no valor total arrecadado com contribuições 2C esporádicas em relação a 2015

1.418

número médio de participantes que fizeram contribuições 2C mensais, aumento de 22,38% em comparação com 2015

Contribuições adicionais

É facultada aos participantes do PREVI Futuro a oportunidade de fazer contribuições adicionais ao seu fundo, o que aumenta o saldo de conta e o valor do benefício a ser recebido na aposentadoria. São as chamadas contribuições 2B e 2C. A contribuição básica é de 7% do salário de participação* e é acompanhada por valor equivalente do patrocinador; as adicionais podem ser feitas de forma mensal ou esporádica. O saldo de conta se baseia na relação entre três fatores: o tempo de contribuição, a rentabilidade acumulada e os valores das contribuições. Quanto maiores e mais frequentes forem as contribuições adicionais, maior será o saldo.

A contribuição 2B pode variar de 1% a 10% do salário de participação, de acordo com a pontuação individual do participante – PIP (que varia de acordo com sua evolução na carreira e o tempo de filiação ao plano), e é acompanhada pelo patrocinador. As contribuições 2C são efetuadas exclusivamente pelo participante, ou seja, sem a contrapartida do patrocinador, e podem ser feitas esporadicamente (como por ocasião do 13.º salário ou do recebimento de participação nos lucros e resultados), com o mínimo de 20% do salário de participação, ou de forma mensal, no mínimo 2% do salário de participação. Ambas as modalidades contributivas ajudam a aumentar o saldo de contas. Essas vantagens são amplamente divulgadas pelos canais de comunicação da PREVI, e o atendimento ao participante está sempre à disposição para explicar o funcionamento das contribuições.

A contribuição 2C apresenta evolução contínua desde 2014. Em 2016, o número de participantes que efetuou a 2C mensalmente aumentou 117,59% em relação a 2014: enquanto naquele ano 898 participantes efetuaram a contribuição mensal, em 2016 esse número passou para 1.954 participantes. Em volume financeiro, a média mensal aumentou de cerca de R\$ 172 mil para R\$ 386 mil.

Já a quantidade de contribuições esporádicas cresceu 35,49% em relação a 2014, com aumento de 111% no valor total arrecadado no ano. Esse incremento foi ainda mais expressivo em dezembro, por ocasião do Peai, quando as gerências da Diretoria de Seguridade formularam uma estratégia para orientar os participantes do PREVI Futuro que aderiram ao plano de aposentadoria a realizar contribuições esporádicas, com o objetivo de melhorar o valor do benefício de aposentadoria ou até mesmo garantir o benefício vitalício. Só em dezembro de 2016, 258 participantes contribuíram, com mais de R\$ 2 milhões.

Carteira de Pecúlios (Capec)

GRI G4-EC3

A Carteira de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil e da PREVI (Capec) é um plano de pecúlio que oferece benefícios pagos em parcela única em caso de morte e aposentadoria por invalidez. O plano emprega todo o valor arrecadado com as contribuições mensais de seus associados no pagamento dos pecúlios e para as despesas administrativas. Apenas os participantes contribuem. O valor das contribuições varia de acordo com os tipos de plano contratados, a modalidade e a faixa etária. Por não ter fins lucrativos, a Capec pode oferecer aos participantes condições muito competitivas em comparação com produtos similares disponíveis no mercado.

Para incentivar a adesão dos funcionários (que pode ocorrer na posse ou a qualquer momento de suas carreiras), em 2016 foi intensificada a comunicação a respeito das vantagens da Capec, inclusive no âmbito do programa PREVI Itinerante e das informações sobre educação previdenciária. Além disso, uma série mensal de reportagens foi publicada no portal PREVI e na intranet do BB e abordou os diferentes tipos de pecúlio e as formas de melhorar a cobertura.

ADESÕES EM 2016

2.569

pessoas, entre novos
e antigos funcionários
(TOTAL)

71,84%

dos funcionários que toma-
ram posse no BB em 2016
aderiram ao plano

Participantes: série histórica

	2014	2015	2016
Plano 1	90.579	89.267	87.868
PREVI Futuro	24.623	28.824	30.702
Outros*	884	931	978
Total	116.086	119.022	119.548

* Participantes não vinculados ao Plano 1 e PREVI Futuro.

Valores desembolsados pela Capec: série histórica

Ano	2014	2015	2016
Valor (R\$ milhões)	226,0	225,73	264,64
Beneficiários	3.840	3.530	3.962

Operações com participantes

A PREVI oferece dois tipos de operações financeiras aos participantes, com condições e prazos exclusivos em comparação com outras instituições: o Empréstimo Simples e o Financiamento Imobiliário. Importantes alterações foram feitas nos regulamentos de ambas as modalidades em 2016, devidamente comunicadas aos associados por meio dos canais de comunicação da Entidade. Ambas as operações continuam a oferecer condições melhores em comparação com as praticadas em outras instituições financeiras e demais fundos de previdência, como maiores valores de teto, prazos mais extensos e taxas mais baixas.

A fórmula de cálculo da margem consignável para empréstimos e financiamentos concedidos por entidades de previdência complementar foi alterada no final de 2015, com a promulgação da Lei 13.183. A PREVI precisou se adequar à nova legislação, que determina um limite de 30% da remuneração disponível (rendimentos brutos deduzidos dos descontos obrigatórios, como o imposto de renda ou pensões alimentícias) como margem consignável. A totalidade dos descontos realizados em folha passou a ter como teto 30% dos rendimentos disponíveis (diferença entre a renda bruta e as consignações obrigatórias). Em fevereiro de 2016, as novas regras passaram a ser aplicadas ao Financiamento Imobiliário; em outubro, a concessão do Empréstimo Simples foi adequada ao novo limite.

Os novos parâmetros para descontos em folha foram implementados em janeiro de 2017. Em setembro de 2016, a PREVI promoveu um encontro com diversas associações que mantêm convênios para a utilização da folha de pagamento da Entidade em débitos de mensalidades, contribuições e prestações de seguros e empréstimos. O objetivo foi informar sobre as mudanças nos parâmetros, explicar como os convênios serão revisados e garantir uma transição sem sobressaltos, tanto para os participantes quanto para as associações.

Empréstimo Simples

O Empréstimo Simples (ES) continuou a ser uma das modalidades de crédito com as menores taxas do mercado. Em comparação com as condições oferecidas por instituições financeiras com desconto em folha via INSS, o ES tem prazo mais elástico (até 120 meses, contra 72 no INSS) e taxas 46% menores que a média. As regras de concessão e de prazos foram revistas em 2016 e tornaram o produto ainda mais atraente.

Em junho, os participantes do PREVI Futuro passaram a contar com um teto mais alto (de R\$ 50 mil para R\$ 55 mil), mais prazo para pagamento (108 meses; antes eram 96) e a liberação da carência de seis prestações pagas para todas as opera-



ções do ES, com o retorno da carência após a primeira renovação feita já sob os novos parâmetros. Em setembro, também houve melhorias para os associados do Plano 1. O teto de concessão subiu de R\$ 145 mil para R\$ 160 mil, com a mesma liberação de carência aplicada ao PREVI Futuro.

Em março, passou a ser oferecido aos participantes o ES 13.º Salário, por meio do qual o 13.º salário poderia ser adiantado, com o pagamento realizado em parcela única (quando do recebimento do salário extra). Por ter essa garantia, essa modalidade de ES não é incluída na margem consignável do participante. A taxa de juros e a correção monetária são idênticas às do Empréstimo Simples padrão.

ES em 2016

	Plano 1	PREVI Futuro
Contratações	28.424	34.614
Renovações	22.484	40.548
Valor líquido (R\$ mil)	637.431	379.181
Estoque carteira (quantidade de contratos)	74.274	58.876
Volume (R\$ mil)	4.716.023	1.010.227

Financiamento Imobiliário

A Carteira Imobiliária da PREVI (Carim) financia até 100% do valor do imóvel, com um prazo máximo de 420 meses, para participantes que tenham no mínimo dez anos de filiação ao Plano 1 e ao PREVI Futuro. Em fevereiro de 2016, as condições de concessão do Financiamento Imobiliário foram revistas para refletir as mudanças da Lei 13.183. A margem consignável, que era de 70%, foi reduzida para 30% da remuneração disponível. O limite de idade para concessão foi elevado de 80 para 85 anos e o prazo máximo de pagamento subiu de 240 meses para 420, com a aplicação de uma nova metodologia de cálculo da prestação. Em julho, a Entidade ofereceu a possibilidade de repactuação dos contratos concedidos até janeiro de 2016, para adequação às condições revistas.

Mudaram também as regras de convocação de participantes para concessão do financiamento. Em junho, foram chamados 800 associados do PREVI Futuro, convocados por ordem de manifestação de interesse – um recorde histórico.

Financiamento Imobiliário em 2016	Plano 1	PREVI Futuro
Contratações	270	137
Valor das concessões (R\$ mil)	71.374	31.083
Estoque carteira (quantidade de contratos)	16.573	359
Volume (R\$ mil)	3.500.843	75.584

Novidades no Clube de Benefícios

O Clube de Benefícios ampliou, em 2016, o número de empresas parceiras que oferecem descontos e vantagens aos participantes da PREVI. Foram anunciados acordos com a Polishop (comércio eletrônico), a Natura (cosméticos) e a Calçados Online. Em junho, a marca Oppa Design (móveis) foi incluída na lista.

A relação completa das empresas e das promoções oferecidas está no endereço <http://www.previ.com.br/sala-do-participante/clube-de-beneficios/>. Em 2016, 29.259 transações foram feitas por meio das parcerias com empresas do Clube de Benefícios. O percentual médio de desconto por produto foi de 10%, com R\$ 4,13 milhões concedidos em descontos aos participantes.

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O Plano de Gestão Administrativa é destinado ao pagamento das despesas administrativas previdenciárias e de investimentos relativos à gestão dos planos de benefícios e da Capec. Seus recursos provêm da taxa de carregamento dos planos (4% no Plano 1 e no PREVI Futuro e 2,5% na Capec) e do Fundo Administrativo (que cobrem as despesas administrativas previdenciais), além da taxa de administração incidente sobre investimentos (que cobre as despesas administrativas de investimentos). O Fundo Administrativo é formado pelas rentabilidades dos investimentos do PGA e pelos excedentes, de anos anteriores, das contribuições provenientes das taxas de carregamento dos planos. O PGA possui uma política de investimentos específica.

Em 2016, o valor orçado para as despesas administrativas foi de R\$ 332 milhões, inclusive considerando o depósito judicial do PIS/Cofins, e o realizado foi de R\$ 321 milhões, 3,52% inferior ao estimado para o período. Em comparação com o exercício de 2015, houve um pequeno aumento de 0,11% nas despesas realizadas em 2016, variação inferior ao INPC do ano, que foi de 6,58%. Esse comportamento das despesas traduz o esforço de economia de todas as áreas da PREVI.

O orçamento das despesas administrativas para 2016 foi aprovado em março pelo Conselho Deliberativo e passou por uma reprogramação orçamentária em julho de 2016, com vistas à otimização na utilização dos recursos. Já a formulação do orçamento de 2017 seguiu um cronograma integrado com várias etapas, que previu estimativas de custos, fluxo de caixa e verbas disponíveis.

Além do esforço despendido com a mudança na governança e na arquitetura de TI (leia mais em *Transparência, relacionamento e prestação de contas*), que vai gerar significativa redução de custos, outras ações foram executadas para manter as despesas internas dentro do valor orçado para o ano. Vários contratos com fornecedores de produtos e serviços foram revistos, buscando condições mais favoráveis para a PREVI, além da redução da contratação de consultorias externas, valorizando as competências internas. Criou-se também um cronograma de reuniões mensais para acompanhar a evolução das despesas e a aderência ao orçamento planejado. Peças de comunicação interna reforçaram a importância de criar entre os funcionários uma cultura de economia de recursos (como energia elétrica e água) e materiais. Também está em estudo a revisão de utilização da sede da PREVI, com vistas à redução do custo do aluguel, bem como outras ações cujo objetivo é otimizar a relação custo/benefício na administração dos planos de benefícios.

Detalhamento das despesas administrativas de 2016

O detalhamento das despesas administrativas, no quadro a seguir, apresenta a visão da contabilidade, em que o depósito judicial do PIS/Cofins, incluído no item "Contingências", não é somado ao total das despesas administrativas. Nessa abordagem, a variação das despesas administrativas de 2016 e 2015 foi de -3,0%.

Composição das despesas

	Plano Administrativo		
	2016	2015	Variação (%)
Total das despesas administrativas	299.700	308.838	-3,0
Pessoal e encargos	191.812	186.800	2,7
Treinamento/congressos e seminários	2.141	2.987	-28,3
Viagens e estadias	1.915	2.645	-27,6
Serviços de terceiros	40.787	50.874	-19,8
Despesas gerais	45.135	49.692	-9,2
Depreciações e amortizações	9.683	7.838	23,5
Tributos	8.201	7.807	5,0
Outras	26	195	-86,7
Constituições/reversões de contingências	20.863	11.363	83,6
Reversão de recursos para os planos de benefícios	21	7.542	-99,7



Estratégia e investimentos

NESTE CAPÍTULO

- 65 Políticas de Investimentos em 2016
- 67 Gestão de riscos
- 69 Principais decisões sobre os investimentos em 2016
- 78 Empresas e empreendimentos participados
- 82 Relação de empresas participadas
- 84 Responsabilidade socioambiental em investimentos

A instabilidade política e econômica do país em 2016 pôs à prova a capacidade da PREVI de administrar seus investimentos de forma ativa, sempre com um horizonte de longo prazo em vista. As decisões estratégicas foram tomadas de acordo com a previsão, confirmada, de que 2016 seria mais um ano de crescimento baixo ou mesmo negativo, com uma retomada (ainda lenta) da atividade econômica a partir de 2017. A resiliência da carteira de investimentos, com ativos de qualidade fundamentados na economia real, foi mais uma vez comprovada e se refletiu na recuperação da rentabilidade do Plano 1 e do PREVI Futuro. A gestão dessa carteira enfatizou a necessidade de cautela e de seletividade nas decisões, acompanhando os cenários previstos no Plano Estratégico 2016-2020 para cada um dos planos de benefícios. Com a crescente necessidade de liquidez para saldar os compromissos com os participantes, o planejamento de médio e longo prazo já contempla a transição para um futuro com investimentos menores em renda variável, sem a presença da Entidade em blocos de controle acionário.

—

O desempenho positivo em um ano desafiador reafirma a resiliência da carteira de investimentos da PREVI, que é fundamentada em ativos de qualidade

—

Políticas de Investimentos em 2016

As Políticas de Investimentos de cada plano de benefícios são traçadas pela Diretoria de Planejamento (Dipla), revistas e aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo e executadas pela Diretoria de Investimentos (Dirin). São revisadas anualmente e consideram um horizonte de sete anos. Além de levar em consideração a Missão da PREVI, as Políticas observam os momentos específicos em que cada plano se encontra (o Plano 1 tem necessidade de mais liquidez, o PREVI Futuro ainda está em fase de acumulação), os objetivos traçados para cada investimento e a segmentação dos recursos aplicados. As Políticas de Investimentos 2017-2023 incluíram pontos de controle para a Diretoria Executiva e incorporaram, pela primeira vez, sugestões feitas pelo Conselho Consultivo do PREVI Futuro (o Conselho Consultivo do Plano 1 participa do processo desde 2015).

Em 2016, a Dipla participou ativamente da integração entre o Planejamento Tático-Operacional e o Planejamento Estratégico (leia mais em *Perfil*), o que resultou em Políticas de Investimentos mais alinhadas aos objetivos estratégicos e que foram revistas e aprovadas com mais antecedência em relação aos outros anos. Foi dada atenção especial para as diretrizes sobre o PREVI Futuro, cujo perfil comporta um nível de exposição ao risco maior que o do Plano 1.

De modo a ampliar a discussão, em junho foi realizado o 2.º Seminário de Políticas e Diretrizes de Investimentos, que apresentou temas como legislação, classes de ativos e Gestão Baseada em Riscos (GBR). O objetivo dos Seminários de Políticas e Diretrizes de Investimentos é estabelecer, de forma institucional e organizada, um ambiente para apresentação e discussão de temas relevantes para a construção das Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e Capec.

As ferramentas de análise de cenários e de construção de modelos macroeconômicos foram aperfeiçoadas. Nesse âmbito, um dos destaques do ano foi a inclusão da Entidade na lista de empresas que participam da pesquisa do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, usada para gerar o Boletim Focus – lançado mensalmente e que reúne projeções dos principais indicadores econômicos estimados por cerca de 120 agentes financeiros relevantes. A comparação entre as análises da PREVI e de outras entidades vai colaborar para a construção de modelos ainda mais assertivos. Em janeiro de 2017, o Banco Central anunciou que a PREVI foi um dos destaques entre as instituições que mais acertaram em suas projeções sobre a taxa de juros básica (Over Selic) no mês de dezembro de 2016; a Entidade ficou em primeiro lugar no *ranking* de curto prazo e em terceiro no *ranking* de médio prazo.

PLANO 1 – Macroalocação (%)

Segmentos	2015		2016		2017	
	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima
Renda variável	53,45	61,45	47,90	55,90	41,75	49,75
Renda fixa	27,75	35,75	32,20	40,20	39,85	47,85
Imóveis	5	7,5	5	7,8	5	7,5
Operações com participantes	1,2	5,2	1,7	5,7	1,5	5,5
Investimentos estruturados	0	1,6	0	1,6	0	1
Investimentos no exterior	0	0,5	0	0,5	0	0,5

PREVI FUTURO – Macroalocação (%)

Segmentos	2015		2016		2017	
	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima	Alocação mínima	Alocação máxima
Renda variável	0	60	0	60	0	60
Renda fixa	21	95	21	95	21	95
Imóveis	0	8	0	8	0	8
Operações com participantes	5	15	5	15	5	15
Investimentos estruturados	0	5	0	5	0	5
Investimentos no exterior	0	1	0	1	0	1

Capec – Macroalocação (%)

Segmento	2015		2016		2017	
	Indexador	Alocação máxima	Indexador	Alocação máxima	Indexador	Alocação máxima
Renda fixa	Selic	100	Selic	100	Selic	100

Gestão de riscos

Todo o ciclo da Gestão Baseada em Risco (GBR) passou por revisão em 2016. O monitoramento e a avaliação passaram a ser feitos com um painel de indicadores-chaves, atualizado mensalmente. Uma matriz de riscos corporativos foi construída e está prevista para 2017 a execução de planos de ação para mitigar os riscos mais relevantes.

Todos os investimentos feitos pela PREVI são avaliados de acordo com um tripé: retorno, liquidez e risco. A avaliação dos riscos aos quais a Entidade está exposta é feita em diversas instâncias: o Comitê de Gestão de Riscos, que integra as áreas responsáveis pelo monitoramento e o Comitê de ALM (Asset and Liability Management – gestão de ativos e passivos), que une profissionais das diretorias de Planejamento, de Investimentos, de Seguridade e de Participações, além do Comitê de Assessoramento Técnico de Riscos, que tem a função de dar suporte ao Conselho Deliberativo em temas relativos a risco. Auditorias programadas de caráter preventivo, para identificar e avaliar riscos ligados aos processos mais relevantes, são aplicadas regularmente. As avaliações mensuram a aderência dos processos e procedimentos a políticas, diretrizes, normativos institucionais e legislação externa aplicável.

Matriz de Atratividade Setorial GRI G4-EC8

A Matriz de Atratividade Setorial é um instrumento desenvolvido internamente que oferece informações acerca da diversificação setorial dos investimentos da PREVI e contribui para a mitigação do risco de concentração setorial. É integrada ao conjunto de indicadores que acompanham o tripé risco/retorno/liquidez, e que subsidiam as decisões de investimento.

A análise é feita em três dimensões:

Dimensão empresarial:

mensura características ligadas ao perfil médio das empresas que compõem determinado setor, como a taxa de retorno de cada setor.

Dimensão estrutural:

afere características da organização industrial do setor, como o regime de incentivos e a regulação setorial.

Dimensão sistêmica:

avalia os impactos do cenário político, econômico e socioambiental sobre as perspectivas de cada setor.

Principais categorias de riscos monitoradas pela PREVI

Risco	Definição	Como é mensurado e mitigado
Mercado	Relativos ao comportamento dos mercados (ações, renda fixa, imóveis, etc.) e seus impactos sobre os ativos da PREVI.	Definido pelas metas de rentabilidade e limites de risco, utilizando indicadores como Value-at-Risk (VaR), a divergência não planejada (DNP), o tracking error (TE) e a simulação de estresse.
Crédito	Risco de inadimplência, relativo a três grupos: instituições financeiras, instituições não financeiras e participantes (Empréstimo Simples e Financiamento Imobiliário).	São estabelecidos ratings internos para instituições financeiras e não financeiras, bem como definidos limites operacionais de investimento.
Liquidez	O risco de não haver recursos suficientes em caixa para honrar o pagamento imediato de benefícios e outras despesas.	Além de monitorar o risco, a PREVI o evita com a formação de um caixa mínimo formado por ativos de altíssima liquidez, suficiente para garantir os pagamentos por um período mínimo de seis meses, sem necessidade de realização de prejuízo.
Solvência	Relativo à capacidade de os planos honrarem seus compromissos de longo prazo.	Medido pelas projeções das necessidades de caixa e do resultado de cada plano no futuro, é base para o processo de revisão anual das políticas de investimentos.
Operacional	Relacionados a todas as atividades da PREVI e seus possíveis impactos negativos (exposição financeira, prejuízo de imagem pública, descumprimento de regulações, etc.)	Monitoram-se a probabilidade de ocorrência, os impactos potenciais e os mecanismos de controle para cada risco identificado.
Legal	Potenciais perdas financeiras decorrentes de sanções impostas por órgãos regulatórios ou instâncias da justiça, incluindo indenizações, multas, tributos, etc.	Monitoramento pelas áreas de <i>compliance</i> e de controles. Em 2016, o lançamento do Sistema de Gestão da Ética ajudou a disseminar entre o público interno a importância de monitorar esses riscos.
Atuarial	Risco de não formação de reserva adequada em função da ocorrência de riscos biométricos, como aumento da longevidade ou alteração da taxa de entrada em invalidez.	Além do cálculo do passivo atuarial, são simulados diversos cenários para cada participante, determinando possíveis provisões matemáticas. Esse conjunto de reservas é usado também para a mensuração do risco de solvência do plano.

Principais decisões sobre os investimentos em 2016

O ano começou em clima de muita incerteza, com uma ligeira retomada da confiança nos últimos meses – reflexo das primeiras propostas de ajuste fiscal e de reformas endereçadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. O retorno do índice de inflação ao centro da meta, a manutenção dos preços médios das *commodities* e o início da redução da taxa de juros trouxeram um pouco de otimismo aos mercados em relação a 2017. Sem deixar de cumprir as diretrizes das Políticas de Investimentos, a PREVI aproveitou, com prudência, as oportunidades que surgiram.

Para os próximos anos, a prioridade é equacionar o passivo (basicamente, o pagamento de benefícios aos participantes), que está em curva ascendente, com a rentabilidade da carteira de ativos atual – observando as metas atuariais e a necessidade de uma liquidez cada vez maior. Para tanto, as decisões de investimento (especialmente na carteira do Plano 1) estarão voltadas à redução de riscos e à discussão sobre as participações de longo prazo. Ou seja, na prática, o movimento a ser feito é mais de desinvestimento. Já para o PREVI Futuro, o esforço é para melhorar a rentabilidade e maximizar o benefício do plano. Mecanismos para minimizar os impactos de eventuais conjunturas macroeconômicas negativas devem ser aprimorados na gestão das Políticas de Investimentos.

Rentabilidade por segmento X indicadores relevantes: série histórica (%)

Plano 1

Segmento	Ano		
	2014	2015	2016
Renda variável	-4,43	-17,20	17,16
Renda fixa	13,08	14,68	15,51
Operações com participantes	12,28	16,28	14,26
Imóveis	13,75	11,22	7,98
Investimentos estruturados*	-4,45	-35,05	9,72
Investimentos no exterior	19,67**	50,58	-15,52
Total	2,55	-2,84	15,03
Atuarial Plano 1	11,54	16,84	11,91

PREVI Futuro

Segmento	Ano		
	2014	2015	2016
Renda variável	-2,63	-13,53	36,98
Renda fixa	14,13	11,93	18,66
Operações com participantes	11,66	15,83	13,94
Imóveis	8,60	6,70	5,00
Investimentos estruturados*	-5,78	-43,87	16,30
Investimentos no exterior	19,67**	50,58	-15,52
Total	7,64	3,72	22,52
Atuarial	11,54	16,84	11,91

* A rentabilidade do segmento de Investimentos Estruturados em 2015 para ambos os planos divulgada no Relatório Anual 2015 difere da apresentada neste Relatório, em função do provisionamento dos fundos FIP Sondas e Global Equity, que havia sido impactada na rentabilidade de janeiro de 2016. Após decisão da Diretoria Executiva, foi realizado o estorno do impacto em janeiro de 2016 e o segmento foi impactado no mês de dezembro de 2015. GRI G4-22

** Refere-se ao período de fevereiro a dezembro de 2014, visto que os investimentos se iniciaram no dia 31 de janeiro de 2014.

Indicador	2014	2015	2016
IBrX	-2,78	-12,41	36,70
IBrX-50	-2,65	-13,09	36,82
TMS	10,90	13,27	14,02
Ibovespa	-2,91	-13,31	38,94
IGP-DI	3,78	10,70	7,18

Alocação de investimentos do Plano 1: série histórica (R\$ bilhões)

Segmento	2014	%	2015	%	2016	%
Renda fixa	53,76	33,61	59,40	40,69	63,39	40,33
Renda variável	89,70	56,09	70,19	48,09	77,14	49,08
Imóveis	9,49	5,93	9,78	6,70	9,96	6,34
Operações com participantes	5,70	3,56	5,73	3,93	5,74	3,65
Outros*	1,22		0,84		0,93	0,59

* Investimentos estruturados e no exterior

Alocação de investimentos do PREVI Futuro: série histórica (R\$ bilhões)

Segmento	2014	%	2015	%	2016	%
Renda fixa	2,88	51,46	3,59	53,91	5,09	54,95
Renda variável	1,83	32,83	1,76	28,38	2,59	28,01
Imóveis	0,12	2,28	0,37	5,69	0,40	4,27
Operações com participantes	0,62	11,15	0,84	12,59	1,07	11,56
Outros*	0,12		0,09		0,11	1,23

* Investimentos estruturados e no exterior

Renda fixa

No ano de 2016, o mercado de renda fixa apresentou grande volatilidade, marcada por três períodos distintos. O primeiro trimestre foi caracterizado pela crise política nacional advinda de 2015, bem como sua repercussão quanto aos rumos da economia. Nesse período, as taxas dos títulos permaneceram elevadas.

Após a definição do quadro político e da própria equipe econômica do novo governo, seguiu-se um período em que se observou uma forte redução nas taxas dos títulos, o que provocou uma valorização expressiva na carteira de renda fixa dos planos de benefícios. Toda vez que as taxas caem, o valor dos títulos marcados a mercado detidos pela PREVI sobe, e vice-versa.

Por fim, no último trimestre de 2016, verificou-se um sobe e desce das taxas, com a volta do quadro de maior volatilidade. O movimento negativo se deveu às incertezas quanto ao resultado das eleições norte-americanas e aos desdobramentos da Operação Lava-Jato que pesaram sobre integrantes da base política do atual governo. Por outro lado, o mercado foi influenciado positivamente por uma percepção de melhora no déficit público para os próximos anos, fruto da aprovação da PEC do Teto dos Gastos e do indicativo de reformas no âmbito fiscal e previdenciário anunciadas pelo governo, além do arrefecimento da inflação doméstica. Esse cenário mais benigno permitiu que o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) efetuasse na reunião de outubro uma redução de 0,5% na Taxa Selic, que saiu do patamar de 14,25% a.a. para 13,75% a.a.

Dentro desse contexto de variação das taxas dos títulos, a PREVI aproveitou as oportunidades de mercado para investir na aquisição de títulos públicos federais e títulos privados (debêntures e letras financeiras) com baixo risco de crédito. A preferência foi por títulos indexados ao IPCA, cujas taxas estavam superiores à meta atuarial dos planos de benefícios. O estoque desses ativos teve forte valorização em seus preços, o que proporcionou à carteira de renda fixa retornos bem superiores à meta de rentabilidade do segmento estabelecida na Política e Diretrizes de Investimentos.

Um dos destaques no ano foram as debêntures emitidas pela empresa Invepar. A PREVI participou da emissão, em novembro de 2015, e investiu R\$ 338 milhões – R\$ 318 milhões do Plano 1 e R\$ 20 milhões do PREVI Futuro –, com vencimento em 15/10/2024. Por questões estratégicas, a companhia optou por efetuar a liquidação antecipada do papel em dezembro de 2016. Com a liquidação antecipada, coube à PREVI o montante aproximado de R\$ 421,7 milhões, nos dois planos, e um retorno sobre o valor aplicado de 24,79% no período.

Também com o objetivo de reduzir a volatilidade da carteira de renda fixa e considerando as incertezas no mercado para o curto e médio prazo, foi realizada a reclassificação contábil de parte da carteira de títulos públicos federais no Plano 1 (R\$ 1,631 bilhão) e no PREVI Futuro (R\$ 596 milhões) por ocasião do fechamento do balanço da Entidade, mediante a transferência de ativos “marcados a mercado” (precificação diária, conforme taxas de mercado) para a categoria “títulos mantidos até o vencimento” (rentabilidade apurada com base na taxa de “curva” do papel).

13,7%

taxa de juros (Selic)
registrada ao fim de 2016

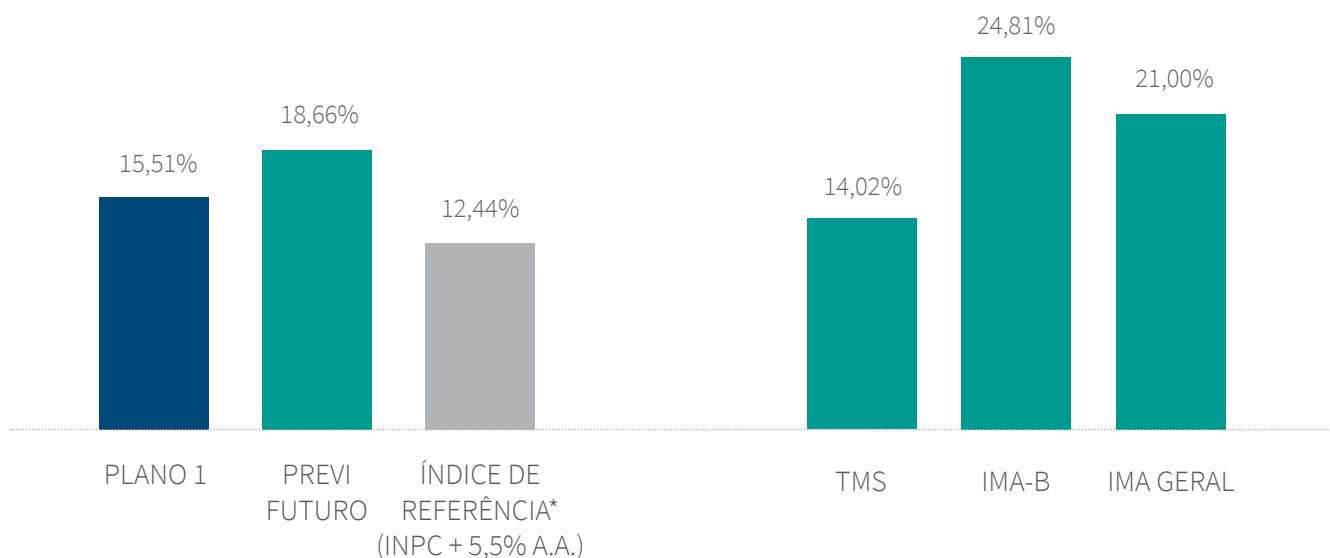
24,79%

retorno obtido com a liquidação
de debêntures da Invepar

Rentabilidade 2016 (%)

Renda fixa

Indicadores de mercado



*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos dos Planos 1 e PREVI Futuro.

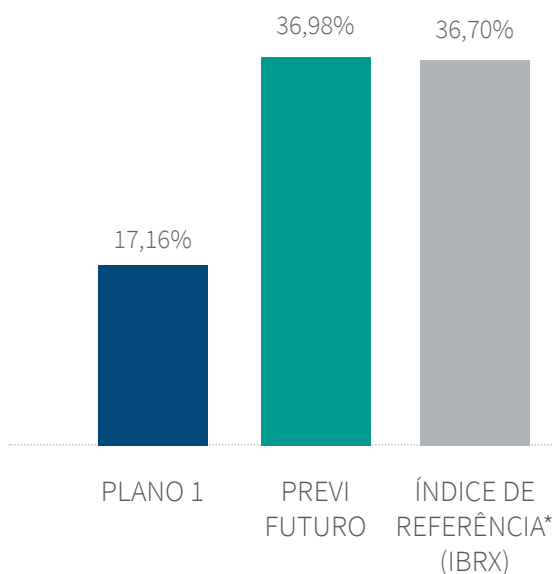
Renda variável

Em 2016, o segmento de renda variável apresentou uma recuperação em comparação com o fraco desempenho de 2015. A partir do segundo semestre, o Ibovespa registrou uma reação mais significativa e atingiu o ponto mais alto do ano (64.924 pontos) ao fim de outubro; a volatilidade voltou a aumentar no último trimestre, após a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA. A expectativa de uma retomada do crescimento econômico a partir de 2017 se refletiu em uma alta antecipada na precificação de ativos importantes, como a Vale e a Petrobras, além da recuperação dos preços do barril de petróleo e do minério de ferro. Empresas do setor bancário, como Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, também tiveram desempenho positivo, em contraste com companhias mais suscetíveis a alterações do câmbio – caso de Embraer, Fibria e Suzano. A recuperação foi especialmente importante para o Plano 1, que tem cerca de metade de seus investimentos concentrados em renda variável. Em 2016, o segmento registrou a maior rentabilidade entre todos os setores da carteira do plano, e também foi responsável por um valor de R\$ 1,25 bilhão em dividendos recebidos.

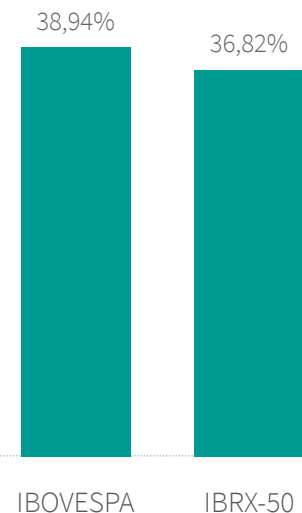
Mesmo com a melhora no mercado, a PREVI manteve cautela em suas movimentações. As metas graduais de desinvestimento em ações foram cumpridas com as vendas das participações na CPFL Energia, um negócio feito em condições muito favoráveis para a Entidade (leia mais na seção *Empresas e empreendimentos participados*), e na Jereissati Telecom. Em relação às empresas nas quais a PREVI tem participação minoritária, ocorreram operações (desinvestimentos) para o Plano 1, de acordo com a Política de Investimentos, e para o PREVI Futuro, em movimentações aproveitando as oportunidades apresentadas pelo mercado.

Rentabilidade 2016 (%)

Renda variável



Indicadores de mercado



*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos dos Planos 1 e PREVI Futuro.

Imóveis

Com o fechamento de um longo ciclo positivo que gerou altas históricas entre 2000 e 2014, a rentabilidade do setor fechou abaixo do índice atuarial nos dois últimos anos, principalmente por conta da estabilização do valor dos imóveis. Ainda assim, os resultados financeiros da carteira imobiliária continuam consistentes, com crescimento nominal, o que é de grande importância para a obtenção de liquidez para pagamento de benefícios. Os esforços em 2016 se concentraram na manutenção de taxa de vacância, que, nos imóveis comerciais da PREVI, está em torno de 10,45%, bem mais baixa do que a média do mercado, que está em torno de 25%. Com um trabalho intensivo em seleção e aprimoramento dos síndicos, na qualificação dos ativos, na otimização dos custos e na retenção de locatários, foi possível minimizar os efeitos do momento econômico desfavorável.

No segmento de edifícios corporativos, o ano começou com a entrega da Torre Matarazzo (São Paulo), que foi integralmente ocupada por escritórios do Banco do Brasil. A Torre foi certificada como “AAA”, a mais elevada classificação do mercado imobiliário, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), pela excelência em seus sistemas de automação, de ar-condicionado, elevadores, instalações elétricas e hidráulicas, geradores de energia e conforto térmico e acústico, e também recebeu a certificação LEED (Leadership Energy and Environmental Design) Gold. Outro destaque foi a relocação do Edifício Birman 21 (São Paulo), que, após a devolução por um grande locatário, voltou ao nível de ocupação de mais de 90%. No segmento de *shopping centers*, que é composto de ativos consolidados e com boa localização, destaca-se a inauguração do Centro Médico II, no BarraShopping (Rio de Janeiro), que, além de aumentar a área de locação, reforçou a *mix* de serviços do empreendimento. No setor de logística, os galpões do Condomínio Cajamar e Jordanésia (SP), que estão à plena ocupação,

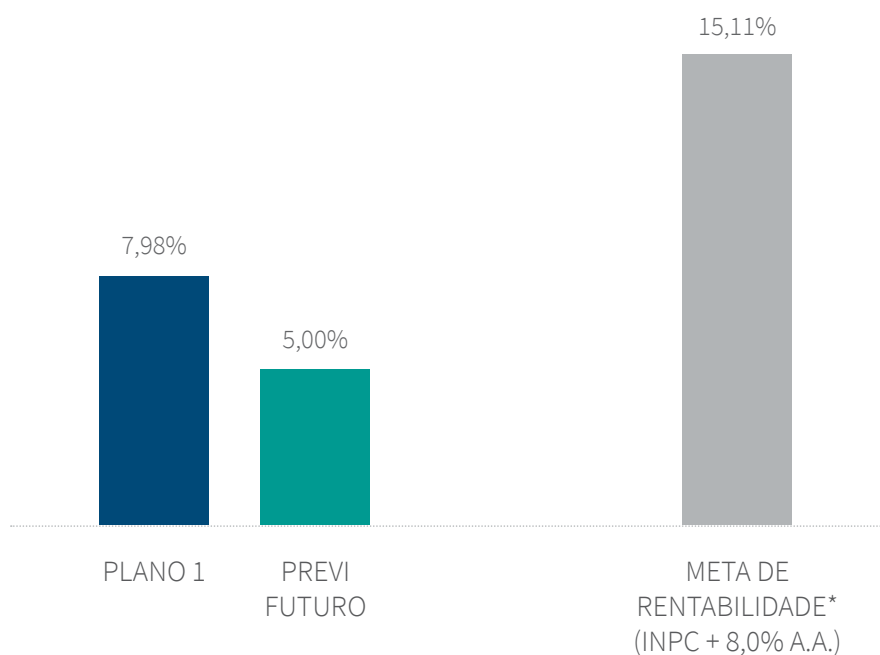
receberam a certificação “AAA” da USP, concedida por sua “alta eficiência, onde se destaca a utilização de luz natural, alta capacidade de volume de armazenagem, ótima circulação de ar, alta resistência e planicidade do piso, quantidade de docas elevadas e alta proteção contra incêndio”.

O Guia de Melhores Práticas em Avaliação Imobiliária

A Abrapp lançou, no Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, realizado em setembro de 2016, o Guia de Melhores Práticas em Avaliação Imobiliária, tendo a PREVI como coordenadora dos estudos que ensejaram a publicação. O objetivo da publicação é contribuir para o aprimoramento das práticas de avaliação de imóveis, resumindo conceitos, princípios e procedimentos em um manual de referência no relacionamento com todos os agentes de mercado.

Rentabilidade 2016 (%)

Investimentos imobiliários



*Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos dos Planos 1 e PREVI Futuro.

Investimentos estruturados

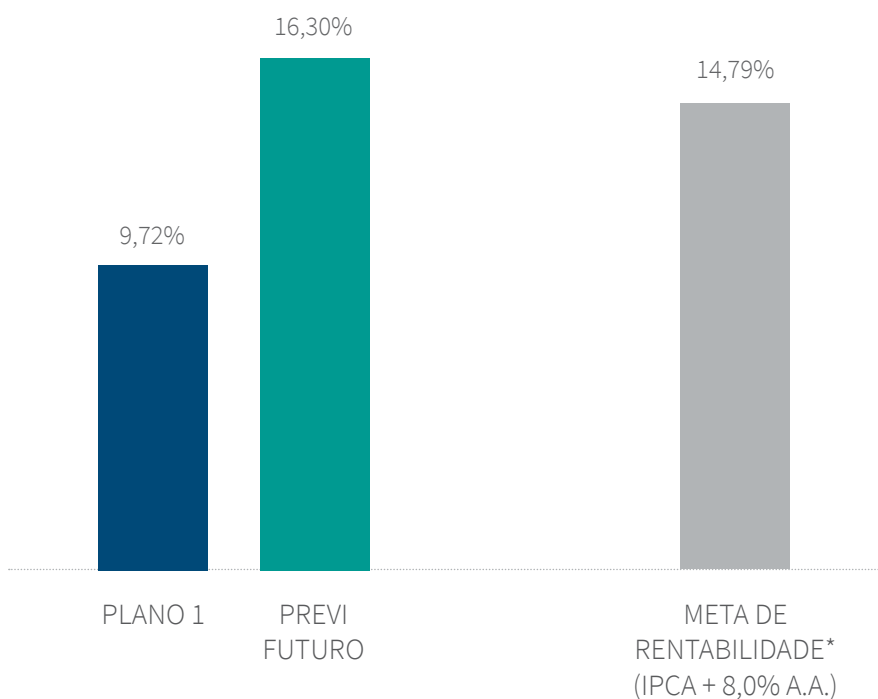
Esta categoria abrange os investimentos em Fundos de Investimentos em Participações (FIP) e Fundos de Investimentos em Empresas Emergentes (FIEE), que alocam recursos no crescimento e desenvolvimento de empresas (*venture capital*) ou em companhias que já estejam desenvolvidas e tenham potencial para abertura de capital, fusão ou incorporação por grandes companhias (*private equity*).

Em geral, os fundos têm prazo de duração de até dez anos, demandam desembolso inicial relativamente alto e tendem a ter rentabilidade negativa nos primeiros anos, compensada por expressivos potenciais de retorno nos anos seguintes, com a reavaliação ou com a venda dos ativos: a chamada “curva J”, um padrão em investimentos com longos períodos de maturação.

Fato relevante sobre a regulação do setor foi a edição, em agosto, das Instruções CVM 578 e 579, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que são resultado de um extenso e profundo trabalho de interação entre CVM e participantes do mercado, com a intenção de trazer maior sofisticação, clareza e segurança ao mercado de *private equity* e *venture capital* nacional (“VC/PE”), equiparando-o às já consolidadas indústrias internacionais.

Rentabilidade 2016 (%)

Investimentos estruturados



* Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos dos Planos 1 e PREVI Futuro.

No âmbito interno, merece destaque a troca do gestor do fundo Global Equity, que contou com decisão favorável da Diretoria Executiva da PREVI. Diante da rentabilidade negativa do fundo, aprovou-se a substituição por um gestor especializado em reestruturação e que fossem tomadas todas as medidas necessárias, sejam elas negociais ou jurídicas, com o objetivo de recuperar o investimento efetuado.

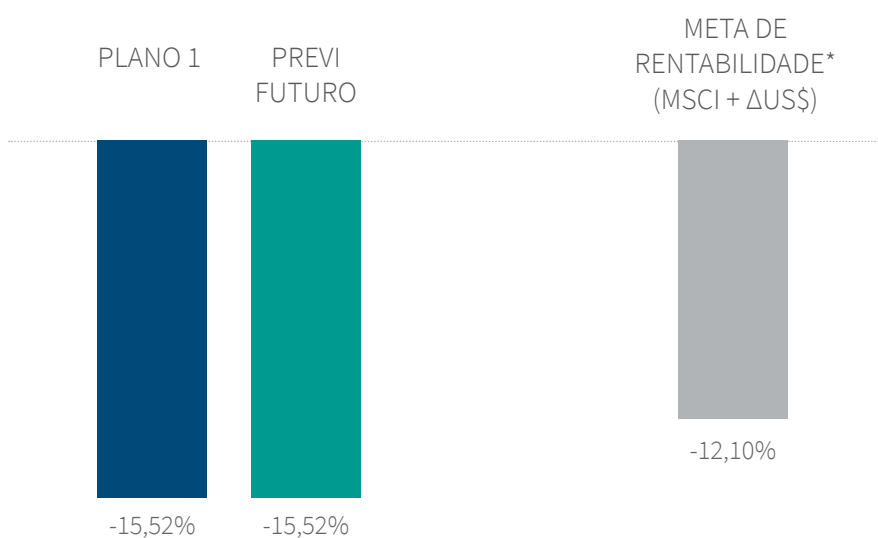
A PREVI investe no segmento desde 2006 e, em 2016, obteve rentabilidades positivas tanto para o Plano 1 quanto para o PREVI Futuro.

Investimentos no exterior

Em 2016, não houve movimentações relevantes nos investimentos que a PREVI mantém no exterior. A rentabilidade do ano foi negativa, refletindo a queda do câmbio (depreciação do dólar em relação ao real), embora o MSCI World Index (que mede a *performance* de fundos de investimento em 23 economias desenvolvidas, que correspondem a cerca de 85% dos valores investidos no mercado de capitais desses países) tenha subido, mesmo com a instabilidade política e econômica global. O impacto foi minimizado pelo fato de o segmento representar um percentual muito pequeno dos ativos da Entidade. A estratégia atual é de aguardar um momento mais favorável para realizar novos aportes, que já foram autorizados pelo Conselho Deliberativo.

Rentabilidade 2016 (%)

Investimentos no exterior



* MSCI World Index + Variação Cambial

Empresas e empreendimentos participados

A PREVI seleciona e indica conselheiros para os conselhos fiscais e/ou de Administração de suas empresas participadas realizando um processo seletivo que considera formação acadêmica, experiência profissional e experiência em órgãos colegiados, além de outros conhecimentos específicos. O objetivo é permitir que sejam identificados os candidatos mais bem pontuados e que reflitam o conjunto de competências necessárias ao desempenho das funções nos conselhos. Em 2016, o processo de seleção desses conselheiros foi aprimorado, com a adoção de critérios ainda mais rigorosos, em observância à crescente exigência de qualificação dos profissionais que atuam no mercado de capitais, no sentido de preservar as empresas e atender às expectativas dos acionistas. Na seleção encerrada em maio, dos 78 candidatos selecionados, 31 (cerca de 40%) foram indicados pela primeira vez. Em junho, a Entidade realizou um *workshop* com os novos eleitos, que contou com as participações do presidente da PREVI, Gueitiro Genso, e do presidente do Banco do Brasil, Paulo Cafarelli. Os conselheiros também tiveram de ler e aderir formalmente ao novo Código de Ética da PREVI.

Por meio de seus conselheiros e de outros mecanismos de relacionamento institucional, como a participação em comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, a PREVI acompanhou a gestão das empresas participadas de perto, com atenção especial à disciplina de caixa e às boas práticas de governança. Não existe uma política de voto formalmente estabelecida nem legislação acerca de diretrizes para o voto dos conselheiros, mas os posicionamentos de voto são elaborados no melhor interesse das companhias, baseados nos princípios e recomendações do Código PREVI de Melhores Práticas de Governança Corporativa, com apoio da Assessoria Jurídica. [GRI G4-FS12](#)

Saiba mais, a seguir, sobre os acontecimentos mais relevantes registrados em 2016.



Vale

A mineradora é um dos três ativos da carteira (junto com Neoenergia e Invepar) que são avaliados por valor econômico. Isso significa que são considerados, além de premissas econômico-financeiras, estimativas sobre cotações de minério de ferro, cobre e níquel, perspectivas de produção e venda, investimentos, margem operacional, custos e outras variáveis. Em 2016, a empresa teve uma recuperação forte em relação a 2015, graças a uma estratégia austera de redução de custos, aumento da eficiência, disciplina de capital e foco nas atividades do *core business*, bem como à elevação dos preços internacionais do minério de ferro, que atingiram uma baixa histórica no ano anterior. Outro fator positivo foi a obtenção, em dezembro, do licenciamento ambiental para operação do Projeto S11D, no Pará – o maior investimento da história da Vale, que vai possibilitar a produção de até 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e aumentará a competitividade da empresa no mercado externo. A alta no preço das ações da companhia proporcionou o pagamento de dividendos extraordinários, o que contribuiu para o fluxo de caixa da PREVI.

A Vale tem acompanhado as medidas que têm sido tomadas pela Samarco (companhia da qual detém 50% do controle acionário) em relação ao desastre ambiental ocorrido na região de Mariana, em novembro de 2015. Em acordo assinado em conjunto com os governos estaduais de Minas Gerais e do Espírito Santo e com a União, foi criada a Fundação Renova, Entidade sem fins lucrativos com o objetivo de reparar, restaurar e reconstruir os impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A fundação será responsável por 41 programas socioambientais executados na região, que incluem reabilitação de corpos fluviais, incentivo à economia local e reconstrução de moradias.

CPFL Energia

A participação da PREVI na CPFL Energia foi vendida à estatal chinesa State Grid, em uma negociação concluída em setembro. A oferta inicial de compra foi feita à Camargo Corrêa; a PREVI exerceu seu direito de *tag along* por ser integrante do bloco de controle, e deverá receber, até o fim de 2017, aproximadamente R\$ 7,5 bilhões. A variação entre o preço registrado no balanço em 2015 e o preço de venda produzirá ganho da ordem de R\$ 2,9 bilhões, contribuindo para redução do déficit apurado naquele período.

A venda foi considerada oportuna para a Entidade, pelo preço adequado e por atender à estratégia gradual de desinvestimento dos ativos de renda variável. Após conclusão do processo de troca de controle na CPFL Energia, a CPFL Renováveis terá de lançar uma oferta pública de aquisição (OPA) para aquisição das ações de sua emissão, quando a PREVI alienará a totalidade das ações de sua titularidade (6,34% do capital): 30.361.499 ações do Plano 1 e 1.598.721 do PREVI Futuro.



90 mi

de toneladas de minério por ano: capacidade do Projeto S11D, da Vale

2,9 bi

de reais: ganho da PREVI com a venda da CPFL Energia



Petrobras

A empresa, historicamente uma das principais pagadoras de dividendos na carteira da Entidade, mostrou sinais de recuperação em 2016, após anos seguidos de turbulências causadas pela crise mundial no setor de óleo e gás, agravadas por denúncias de corrupção. A renovação da alta gestão aumentou a confiança do mercado na governança interna da empresa. Medidas anunciadas no decorrer do ano, como venda de ativos não essenciais ao negócio, redução de investimentos e aprovação de uma nova política de preços de combustíveis, mais alinhada ao mercado internacional, também foram vistas de forma positiva. Como consequência, o preço das ações da Petrobras teve uma das maiores altas do ano entre as companhias listadas na BM&FBovespa.

A PREVI detém 2,85% do capital total da Petrobras, investimento de aproximadamente R\$ 5,53 bilhões, distribuídos entre o Plano 1, com cerca de R\$ 5,26 bilhões, e o PREVI Futuro, em torno de R\$ 273,85 milhões. A Entidade aprovou as demonstrações financeiras de 2014 e 2015, com a ressalva quanto à possibilidade de os valores ora indicados como perdas poderem ser revistos em razão da evolução das investigações da Operação Lava-Jato. A PREVI também solicitou que todos os documentos relativos aos processos administrativos em curso na Petrobras sejam divulgados junto com relatórios periódicos sobre as medidas de conformidade e governança tomadas.

Invepar

Antiga controladora e operadora da Invepar, a empreiteira OAS entrou em processo de recuperação judicial e abriu mão de sua participação na empresa. A PREVI tinha direito de preferência na compra das ações, mas preferiu não aumentar sua participação. As ações da OAS (24,48%) foram repassadas à SPE Credores, organização societária criada pelos credores que participam do processo de recuperação judicial. A PREVI realizou diligências para acompanhar as alterações no controle acionário e na gestão da Invepar, além de ter realizado um novo investimento (na forma de compra de debêntures emitidos pela empresa). Saiba mais sobre essa operação no item “Renda fixa”, na seção *Principais decisões sobre os investimentos em 2016*.

A empresa comanda concessões importantes na área de infraestrutura e transportes, como o Aeroporto Internacional de São Paulo – GRU Airport (SP), o Metrô Rio (RJ) e a Linha Amarela. Com a inauguração da Linha 4 do Metrô Rio, em agosto, a Invepar passou a receber mais um relevante fluxo de recursos. O caixa da empresa ainda foi reforçado com a venda, também em agosto, da concessionária Lamsac (Peru), comprada pela companhia francesa Vinci Highways por R\$ 4,5 bilhões.

Sete Brasil (FIP Sondas)

Fortemente impactada pelas repercussões da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, e pelo contexto desfavorável do mercado de óleo e gás, a Sete Brasil apresentou, em agosto, seu plano de recuperação judicial, objetivando viabilizar a continuidade do projeto, no todo ou em parte. De modo a recuperar o quanto antes o valor investido na empresa (R\$ 180 milhões via FIP Sondas, que correspondem a 2,3% das quotas emitidas pelo fundo, valor pequeno diante do total da carteira de participações), a PREVI vem acompanhando esses movimentos de perto.

Importante ressaltar que o relatório da CPI dos Fundos de Pensão reafirmou que o investimento no FIP Sondas foi baseado em critérios técnicos e que, chamada a fazer novos aportes em 2011, a PREVI preferiu não investir mais no fundo.

Sauípe

A PREVI detém o controle acionário total do empreendimento turístico na Bahia. Durante o ano de 2016, a Entidade promoveu investimentos no ativo visando elevar a atratividade do empreendimento, bem como garantir o nível de *compliance* e segurança das instalações. Além disso, conforme Fato Relevante divulgado pela companhia em 24/11/2016, foi contratado *advisor* financeiro para assessorar na busca de alternativas estratégicas para o ativo.

Ultrapar

Com o objetivo de gerar ganhos em sinergias e eficiência, a Ultrapar promoveu, durante o exercício de 2016, eventos societários relevantes, com destaque para a aquisição de 100% da Alesat Combustíveis S.A., por meio de sua subsidiária Ipiranga. O valor global da aquisição totaliza R\$ 2,16 bilhões. A ALE é a uma distribuidora de combustíveis com 20 anos de história e uma rede de aproximadamente 2 mil postos e 260 lojas de conveniência. Também foi acertada a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A., por meio de sua subsidiária Ultragaz S.A. Com uma estrutura de 23 centros operativos e 19 depósitos, a Liquigás possui uma rede de 4,8 mil revendedores de gás liquefeito de petróleo (GLP). A consumação dessas transações está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Relação de empresas participadas

Veja abaixo a relação de empresas, o percentual de participação da PREVI em cada uma e os índices nos quais se incluem.

Os índices são ferramentas que indicam e mensuram o desempenho de ativos que, segundo alguns critérios, apresentam diferenciação em termos de sustentabilidade e governança corporativa. Esses aspectos tendem a refletir empresas que apresentam uma gestão mais focada na perenidade da companhia. Estão relacionados os seguintes índices: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC-X); Índice BM&FBovespa de Governança Corporativa Trade (IGC-T); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – Novo Mercado (IGC-NM); Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag); Índice Carbono Eficiente (ICO2) e Índice do Setor Industrial (INDX).

Empresa	Segmento	Participação da PREVI (%)	Integra o ISE/IGC?
521 Participações	Energia elétrica	100,00	-
Afluente Geração	Energia elétrica	2,29	-
Afluente Transmissão	Energia elétrica	2,29	-
Ambev	Alimentos e bebidas	1,94	-
Banco Bradesco	Bancos	1,40	IGC-X, ISE, IGC-T e Itag
Banco do Brasil	Bancos	9,81	IGC-X, ISE, IGC-T, IGC-NM e Itag
BRF	Alimentos e bebidas	10,66	IGC-NM, IGC-T, IGC-X, Itag e ISE
Coelba	Energia elétrica	2,29	-
Cosern	Energia elétrica	1,54	-

Empresa	Segmento	Participação da PREVI (%)	Integra o ISE/IGC?
Embraer	Indústria aeronáutica	4,80	IGC-X, ISE, IGC-T, IGC-NM e Itag
Forjas Taurus	Bens industriais	0,37	-
Frasle	Bens industriais	12,93	IGC-X
Gerdau	Siderurgia	0,14	IGC-X, IGC-T e ITAG
Invepar	Infraestrutura	25,56	-
InvitelLegacy	Telecom e TI	19,99	-
Itaú Unibanco	Bancos	1,59	IGC-X, ISE, IGC-T e Itag
Itaúsa	Bancos	2,04	IGC-X, ISE, IGC-T e Itag
Jereissati Participações	Telecom e <i>shoppings</i>	18,88	-
Kepler Weber	Bens industriais	17,48	Itag
Neoenergia	Energia elétrica	49,01*	-
Newtel Participações	Telecom e TI	22,54	-
Parapanema	Mineração	23,96	IGC-X, IGC-NM, INDX, ITAG
Petrobras	Petróleo, gás e petroquímica	2,85	-
Randon	Bens industriais	3,11	IGC-X
Rumo Logística	Infraestrutura	0,59	IGC-X, ISE e IGC-T
Sauípe	Hotelaria	100,00	-
Sul 116 Participações	Telecom e TI	11,17	-
Tupy	Bens industriais	26,03	IGC-NM, IGC-X, IGC-T e ITAG
Ultrapar Participações	Petroquímica	4,23	IGC-X, IGC-T, IGC-NM, ICO2 e Itag
Vale	Mineração	15,67**	IGC-X e IGC-T
WEG	Bens industriais	0,09	IGC-X, ISE e IGC-T

Obs.: posição em 30 de dezembro de 2016.

*Reflete a participação direta (22,24%) e indireta, via BB Carteira Livre I (26,77%).

**Reflete a participação direta (PREVI Futuro) e indireta (Plano 1).

Responsabilidade socioambiental em investimentos

GRI G4-EC8, FS1, FS2

A Política de Responsabilidade Socioambiental (RSA) da PREVI estabelece “que não só é possível como é necessário combinar a busca de retornos financeiros com princípios de responsabilidade socioambiental”. O documento define as diretrizes de atuação da Entidade em relação às questões sociais e ambientais envolvidas em seu negócio, em campos como investimentos, governança, gestão de pessoal, relação com fornecedores e relação com associados.

Princípios gerais da Política de RSA da PREVI

- Aplicação e promoção dos princípios da boa governança corporativa
- Combate a práticas discriminatórias, de assédio, corrupção, extorsão e propina
- Conduta ética
- Erradicação do trabalho forçado e infantil
- Geração e disposição de resíduos de forma responsável
- Melhoria das condições de trabalho
- Participação seletiva em programas e projetos de RSA
- Promoção da equidade
- Proteção dos direitos humanos
- Respeito à diversidade
- Respeito à representação dos trabalhadores
- Utilização sustentável de recursos naturais

A Política de RSA e os códigos de práticas de governança corporativa encontram-se disponíveis para o público interno no sistema normativo da PREVI e para o público externo no site da empresa: <http://www.previ.com.br/a-previ/responsabilidade-socioambiental/> e <http://www.previ.com.br/investimentos/governanca/manuais-e-codigos>.

Para os funcionários, a PREVI promove cursos de RSA e mantém um grupo de trabalho (Multiplicadores de RSA), integrado por funcionários de todas as gerências, que dissemina a cultura e as ações ligadas à responsabilidade socioambiental. GRI G4-FS15

Esses princípios orientam as decisões de investimento da Entidade, suas relações com as empresas nas quais mantém participação e a avaliação dos impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes das atividades dessas empresas. A PREVI busca primeiramente solidez e empresas bem colocadas nos negócios que gerenciam, por meio da boa governança. Não obstante, novas oportunidades e bons projetos com perspectivas de maturação no médio e longo prazo também são analisados. Cenários macroeconômicos também são considerados na busca por companhias que possam gerar melhores resultados para o investimento. As metodologias para acompanhamento da governança corporativa das empresas participadas são incluídas nos processos de Gestão Baseada em Risco.

As Políticas de Investimento incluem o monitoramento desses impactos. Todas as companhias da carteira de participações são submetidas a pesquisas sobre gestão de riscos e de sustentabilidade e avaliação de relatórios, balanços e demais documentos públicos sobre suas atividades. Em contatos regulares e diretos com as diretorias e os conselhos de Administração, são abordados não apenas o desempenho econômico, mas também as práticas de governança corporativa, transparência no relacionamento com a sociedade e mitigação de riscos ambientais e sociais. Internamente, as ferramentas para análise socioambiental dos potenciais investimentos são revisadas regularmente e as questões de sustentabilidade e de boa governança são incluídas na capacitação do corpo técnico. A totalidade dos ativos da carteira de investimentos está sujeita a triagens que consideram aspectos positivos e negativos nas áreas social e ambiental.

GRI G4-FS11, FS1

Introdução aos Negócios Responsáveis GRI G4-FS4

Com o curso Introdução aos Negócios Responsáveis, a PREVI apresenta a seus funcionários uma abordagem da responsabilidade socioambiental nos negócios, ligada às estratégias de valor compartilhado e ao retorno financeiro. Além disso, ensina a identificar negócios responsáveis em todas as áreas de uma organização. A capacitação, parte da grade fundamental de treinamentos da Entidade, é aberta a todos os funcionários, especialmente assistentes técnicos e analistas. Em 2016, 23 funcionários cumpriram a carga horária, de 24 horas.

Caso seja encontrado um impacto negativo que seja um risco ao investimento, a PREVI atua no sentido de reunir esclarecimentos, seja por meio de seu setor de Relação com Investidores ou outros canais, encaminhando questionamentos acerca do risco verificado e coletando informações sobre as medidas adotadas para mitigação e controle. A partir disso, é também avaliada pelos gestores das áreas envolvidas a pertinência da permanência no investimento. Em 2016, o processo de avaliação das empresas participadas não passou por mudanças; uma revisão está prevista para acontecer em 2017.

Os investimentos em imóveis passam por uma análise prévia que inclui um *ranking* dos ativos mais desejáveis, de acordo com aspectos sociais e ambientais, e essa triagem é validada pelo Comitê de Investimentos Imobiliários. São considerados ainda aspectos legais, como a apresentação de estudos de impacto ambiental aos órgãos competentes, licenciamento e autorização de obras. Essas diretrizes estão resumidas no Guia de Melhores Práticas em Avaliação Imobiliária, lançado em setembro de 2016 pela Abrapp e cujos estudos foram coordenados pela PREVI. Durante o ano, o relacionamento com os síndicos e administradores de condomínios incluiu uma atenção especial à adoção de medidas de eficiência energética e economia de recursos nos imóveis. Anualmente, são realizados eventos como encontros de síndicos e assembleias; semestralmente, há os encontros regionais, e também é feito contato periódico (semanal) com os condomínios. [G4-FS10](#)

Aderência ao Código PREVI de Governança Corporativa

Anualmente, cada empresa é avaliada a respeito de sua aderência ao Código PREVI de Governança Corporativa. Em 2016, foram analisadas 23 empresas, um levantamento que apresentou os seguintes destaques:

100%

dos conselhos de Administração das empresas avaliam a qualidade e abrangência das informações divulgadas pelas companhias;

100%

dos relatórios anuais contêm informações suficientes para a análise do desempenho das empresas;

94%

das empresas incluem práticas de sustentabilidade em seus planejamentos estratégicos;

81%

das empresas divulgam suas práticas de sustentabilidade por meio de relatórios GRI ou similares;

69%

têm políticas de sustentabilidade formalizadas.

Como líder do mercado brasileiro de previdência complementar, a PREVI é considerada referência na gestão de sustentabilidade e de governança corporativa. A Entidade mantém participação ativa em fóruns nacionais e internacionais de responsabilidade social corporativa, como os Princípios para Investimento Responsável (PRI, do qual é o representante latino-americano), o Carbon Disclosure Project (CDP), a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada (Abrapp, cujo conselho deliberativo é presidido por Gueitiro Genso, presidente da PREVI), o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Pacto Global, da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2016, a PREVI reafirmou seu apoio aos princípios do Pacto Global, divulgando no *site* da iniciativa internacional sua Comunicação de Engajamento (COE). O documento confirma o apoio ao Pacto Global na missão de promover a sustentabilidade corporativa nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. [GRI G4-15, G4-16](#)

A PREVI interage com 100% das empresas e dos empreendimentos imobiliários de seu portfólio em relação a questões socioambientais. Em seu relacionamento com as empresas participadas, a PREVI também divulga a importância da participação em iniciativas externas voltadas a práticas de responsabilidade social, da divulgação de relatórios de sustentabilidade e da adesão a níveis mais elevados de governança. Todas essas questões são debatidas anualmente no Encontro PREVI de Governança Corporativa, que chegou em 2016 à sua 17.ª edição e reúne instituições financeiras, outras entidades de previdência complementar, empresas participadas e organizações não governamentais. [GRI G4-FS10](#)

Iniciativas de responsabilidade socioambiental nas participadas

Entre as ações promovidas em 2016 pelas empresas da carteira da PREVI, destacou-se:

Movimento Rio Como Vamos: o Metrô Rio e o Instituto Invepar apoiaram a iniciativa entre 2012 e 2016, em parceria com o Instituto Elo Carioca. O Rio Como Vamos estimula a discussão de indicadores de qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro. Na questão de mobilidade, fez pesquisas e promoveu encontros com diversos setores da sociedade para a discussão de alternativas e soluções.



Sobre o relatório

Esta edição do Relatório Anual da PREVI abrange informações do período compreendido entre 1.º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016. Pelo sexto ano consecutivo, seu conteúdo foi elaborado de acordo com as normas da Global Reporting Initiative (GRI), instituição que fornece padrões de nível mundial em indicadores para relatos de desempenho corporativo. [GRI G4-28, G4-30](#)

O relatório inclui dados sobre participantes, estratégias, iniciativas, produtos, serviços, projetos, operações e negócios, considerando a lista de temas materiais definidos pela Entidade. Informações e limitações relativas a indicadores específicos estão apontadas no sumário de conteúdo GRI. Dúvidas, críticas e sugestões podem ser encaminhadas por meio de mensagem no canal Fale Conosco, no endereço <http://www.previ.com.br/menu-auxiliar/fale-conosco>. [GRI G4-18, G4-31](#)

NESTE CAPÍTULO

Sumário de Conteúdo GRI

CONTEÚDOS PADRÕES GERAIS

Conteúdos padrões gerais	Página/ resposta	Omissão
Estratégia e análise		
G4-1 Declaração do decisor mais graduado da organização (p. ex.: seu diretor-presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade	7	
G4-2 Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades: focar os principais impactos da organização sobre a sustentabilidade e seus efeitos para <i>stakeholders</i> .	4, 11, 27	
Perfil organizacional		
G4-3 Nome da organização	12	
G4-4 Principais marcas, produtos e serviços	12	
G4-5 Localização da sede da organização	12	
G4-6 Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais a suas principais operações estão localizadas ou que são especificamente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	12	
G4-7 Natureza da propriedade e forma jurídica da organização	12	
G4-8 Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores cobertos e tipos de clientes e beneficiários)	12	
G4-9 Porte da organização	13	
G4-10 Número total de empregados UNGC	47	
G4-11 Percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva UNGC	49	
G4-12 Descrição da cadeia de fornecedores da organização		Não aplicável; tema não material
G4-13 Mudanças significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação ao porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização	Não foram registradas ocorrências	



Conteúdos padrões gerais	Página/ resposta	Omissão
G4-14 Se e como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	A PREVI não adota o princípio da precaução	
G4-15 Lista das cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	91	
G4-16 Lista da participação em associações (p. ex.: associações setoriais) e organizações nacionais ou internacionais de defesa	91	
Aspectos materiais identificados e limites		
G4-17 Lista de todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização	3	
G4-18 Explicação do processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos	92	
G4-19 Lista de todos os Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	4	
G4-20 Para cada Aspecto material, relate o Limite do Aspecto dentro da organização	4	
G4-21 Para cada Aspecto material, relate seu limite fora da organização	4	
G4-22 Efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações	74	
G4-23 Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites de Aspecto	Não houve alterações	
Engajamento de stakeholders		
G4-24 Lista de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	37	
G4-25 Base usada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para engajamento	36	
G4-26 Abordagem adotada pela organização para envolver os <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum engajamento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório	36	
G4-27 Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de <i>stakeholders</i> e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-las. Relate os grupos de <i>stakeholders</i> que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas	36	
Perfil do relatório		
G4-28 Período coberto pelo relatório (p. ex.: ano fiscal ou civil) para as informações apresentadas	92	

Conteúdos padrões gerais	Página/ resposta	Omissão
G4-29 Data do relatório anterior mais recente (se houver)	30/03/2016	
G4-30 Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal, etc)	Anual	
G4-31 Ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	92	
G4-32 Opção “de acordo” escolhida pela organização	3	
G4-33 Política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	3	
Governança		
G4-34 Estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique todos os comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que possuam impactos econômicos, ambientais e sociais	18	
Ética e integridade		
G4-56 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e de ética	17	

CONTEÚDOS PADRÕES ESPECÍFICOS

Aspectos materiais DMAs e indicadores Página/resposta Omissão

Categoria econômica		
Desempenho econômico UNGC	G4-DMA Forma de gestão	28-33, 51-87
	G4-EC3 Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício da organização	54, 58, 62
Impactos econômicos indiretos	G4-DMA Forma de gestão	88-91
	G4-EC8 Impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos	71, 88
Práticas de compras	G4-DMA Forma de gestão	65
Categoria social – sociedade		
Combate à corrupção UNGC	G4-DMA Forma de gestão	24-26
	G4-SO3 Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	24, 25
Combate à corrupção UNGC	G4-SO4 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	25
	G4-SO5 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	24, 26
Políticas públicas UNGC	G4-DMA Forma de gestão	
	G4-SO6 Valor total de contribuições para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário	A PREVI não faz doações a candidatos ou a partidos políticos

Aspectos materiais	DMAs e indicadores	Página/resposta	Omissão
Conformidade	G4-DMA Forma de gestão	24-26	
	G4-SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos		Não foram identificados casos em 2016
Categoria social - responsabilidade pelo produto			
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA Forma de gestão	12, 51-67	
	G4-PR3 Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências	44	
	G4-PR4 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados		Não houve casos registrados.
	G4-PR5 Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	41, 45	
Comunicações de <i>marketing</i>	G4-DMA Forma de gestão	39-45	
	G4-PR7 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de <i>marketing</i> , incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados		Não foram identificados casos de não conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços em 2015

Aspectos materiais	DMAs e indicadores	Página/resposta	Omissão
Conformidade	G4-DMA Forma de gestão	24-26	
	G4-PR9 Valor monetário de multas significativas aplicadas em razão de não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		Em 2016, o valor de multas sobre a não conformidade relativas ao fornecimento e uso de produtos e serviços foi de R\$ 8.944,72
Categoria setorial – suplemento setorial financeiro			
Carteira de produtos	G4-DMA FS1 Políticas com componentes socioambientais específicos aplicadas às linhas de negócios	88, 89	
	G4-DMA FS2 Procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios	88	
	G4-DMA FS4 Processo(s) para melhorar a competência do pessoal na implantação das políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados nas linhas de negócios	89	
Auditoria	G4-DMA Forma de gestão	24-26	
	G4-FS9 Abrangência e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais, e procedimentos de avaliação de riscos	26	

Aspectos materiais	DMAs e indicadores	Página/resposta	Omissão
Propriedade ativa	G4-DMA Forma de gestão	88-91	
	G4-FS10 Percentual e número de empresas na carteira da instituição com as quais a organização interagiu em questões ambientais ou sociais	91	
	G4-FS11 Percentual de ativos sujeitos a triagem ambiental ou social (positiva e negativa)	89	
Comunidade local	G4-DMA Forma de gestão	82	
	G4-FS12 Política(s) de voto como acionista aplicada(s) a questões socioambientais para ações de que a organização relatora detém o direito a voto ou para as quais dá aconselhamento quanto ao voto	82	
Rotulagem de produtos e serviços	G4-DMA Forma de gestão	43-45, 88	
	G4-FS15 Políticas para um justo desenvolvimento e venda de produtos e serviços financeiros	88	
	G4-FS16 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	43	



Demonstrações Financeiras **2016**





Custos com a Administração de Recursos

Dezembro de 2016

I - Composição dos Recursos da Entidade

Alocação %	Dezembro/2016		Dezembro/2015	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
RENDA FIXA	69.492.097.462,94	41,47	63.894.285.984,64	41,59
RENDA VARIÁVEL	79.892.782.862,79	47,67	72.077.724.901,70	46,91
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	918.217.953,62	0,55	804.380.354,50	0,52
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	122.707.885,82	0,07	133.529.294,72	0,09
IMÓVEIS	10.355.056.392,88	6,18	10.162.602.243,53	6,61
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6.812.020.357,74	4,06	6.576.857.737,45	4,28
Recursos da Entidade *	167.592.882.915,79	100,00	153.649.380.516,54	100,00

* Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos

II - Composição dos Recursos dos Planos de Benefícios

Plano de Benefício Segmento	Dezembro/2016		Dezembro/2015	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
Plano 1	157.158.429.955,45	100,00	145.967.103.387,84	100,00
RENDA FIXA	63.389.657.187,48	40,33	59.408.044.466,95	40,70
RENDA VARIÁVEL	77.138.696.392,88	49,08	70.195.908.203,66	48,09
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	818.503.211,79	0,53	723.563.277,20	0,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	110.437.097,27	0,07	120.176.365,26	0,08
IMÓVEIS	9.959.674.161,39	6,34	9.782.813.202,02	6,70
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.741.461.904,64	3,65	5.736.597.872,75	3,93
Plano PREVI Futuro	9.260.455.641,84	100,00	6.671.202.785,78	100,00
RENDA FIXA	5.088.621.362,46	54,95	3.596.495.429,05	53,91
RENDA VARIÁVEL	2.593.908.064,41	28,01	1.760.488.443,76	26,39

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	99.714.741,83	1,08	80.817.077,30	1,21
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	12.270.788,55	0,13	13.352.929,46	0,20
IMÓVEIS	395.382.231,49	4,27	379.789.041,51	5,69
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.070.558.453,10	11,56	840.259.864,70	12,60
Plano CAPEC	278.700.228,80	100,00	225.133.605,26	100,00
RENDA FIXA	278.700.228,80	100,00	225.133.605,26	100,00
Plano PGA	895.297.089,70	100,00	785.940.737,66	100,00
RENDA FIXA	735.118.684,20	82,11	664.612.483,38	84,56
RENDA VARIÁVEL	160.178.405,50	17,89	121.328.254,28	15,44

III - Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação

Plano de Benefício Segmento	Política de Investimentos Ano 2016		Limites Resolução 3792	Alocação
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	(%)	(%)
Plano 1				
RENDA FIXA	32,20	40,20	100,00	40,33
RENDA VARIÁVEL	47,90	55,90	70,00	49,08
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	1,60	20,00	0,53
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,50	10,00	0,07
IMÓVEIS	5,00	7,80	8,00	6,34
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,70	5,70	15,00	3,65
Plano PREVI Futuro				
RENDA FIXA	21,00	95,00	100,00	54,95
RENDA VARIÁVEL	0,00	60,00	70,00	28,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	20,00	1,08
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	1,00	10,00	0,13
IMÓVEIS	0,00	8,00	8,00	4,27
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5,00	15,00	15,00	11,56
Plano CAPEC				
RENDA FIXA	0,00	100,00	100,00	100,00
Plano PGA				
RENDA FIXA	65,00	100,00	100,00	82,11
RENDA VARIÁVEL	0,00	35,00	70,00	17,89

IV - Rentabilidade dos Planos de Benefícios (% no ano)

Plano de Benefício	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Política de Investimentos	
	(%)	(%)	Benchmarks	(%)
Plano 1	15,03	14,91	INPC + 5% a.a.	11,91
RENDA FIXA	15,51	15,38	INPC + 5,5% a.a.	12,44
RENDA VARIÁVEL	17,16	17,03	Superar o IBrX	36,70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	9,72	9,60	IPCA + 8% a.a.	14,79
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-15,52	-15,62	MSCI World Index + Variação Cambial	-12,10
IMÓVEIS	7,98	7,86	INPC + 8% a.a.	15,11
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14,26	14,26	Superar a meta atuarial do Plano (INPC+5% a.a.)	11,91
Plano PREVI Futuro	22,52	22,38	INPC + 5% a.a.	11,91
RENDA FIXA	18,66	18,55	INPC + 5,5% a.a.	12,44
RENDA VARIÁVEL	36,98	36,84	Superar o IBrX	36,70
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	16,30	16,20	IPCA + 8% a.a.	14,79
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-15,52	-15,59	MSCI World Index + Variação Cambial	-12,10
IMÓVEIS	5,00	4,91	INPC + 8% a.a.	15,11
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	13,94	13,94	Superar o índice de referência do Plano (INPC+5% a.a.)	11,91
Plano CAPEC	15,37	15,22	TMS (Taxa Média Selic)	14,02
RENDA FIXA	15,44	15,29	TMS (Taxa Média Selic)	14,02
Plano PGA	19,41	19,41	TMS (Taxa Média Selic)	14,02
RENDA FIXA	16,16	16,16	INPC + 5,5% a.a.	12,44
RENDA VARIÁVEL	37,45	37,45	Superar o IBrX	36,70

V - Custos com a Administração de Recursos (R\$ no ano)

Plano de Benefício Itens de Custo	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
Plano 1	188.703.437,57	54.521.391,95	243.224.829,52
Administração/Gestão	125.459.258,17	40.437.387,43	165.896.645,60
Taxa de Performance	-	1.926.722,82	1.926.722,82
Custódia	1.969.938,32	7.320.659,88	9.290.598,20
Corretagem	1.438.551,19	314.121,92	1.752.673,11
Consultoria	9.396.549,60	1.267.829,91	10.664.379,51
Honorários Advocatícios	6.580.249,72	1.066.550,34	7.646.800,06
Auditoria	315.006,46	339.795,66	654.802,12
Viagens e Transporte	931.987,15	-	931.987,15
Despesas Gerais	24.599.969,57	-	24.599.969,57
Aluguel da Sede	9.676.258,15	-	9.676.258,15
Despesas Judiciais	2.596.457,33	-	2.596.457,33
Depreciações/Amortizações	5.728.529,23	-	5.728.529,23
Outras	10.682,68	1.848.324,00	1.859.006,68
Plano PREVI Futuro	12.892.091,14	5.081.018,01	17.973.109,15
Administração/Gestão	6.762.733,36	3.771.331,11	10.534.064,47
Taxa de Performance	-	214.080,31	214.080,31
Custódia	42.269,74	497.239,41	539.509,15
Corretagem	739.477,02	37.782,30	777.259,32
Consultoria	503.264,61	171.221,83	674.486,44
Honorários Advocatícios	312.945,87	121.378,95	434.324,82
Auditoria	16.778,66	35.183,00	51.961,66
Viagens e Transporte	50.091,96	-	50.091,96
Despesas Gerais	1.492.570,63	-	1.492.570,63
Aluguel da Sede	2.328.452,94	-	2.328.452,94
Despesas Judiciais	330.875,09	-	330.875,09
Depreciações/Amortizações	312.081,21	-	312.081,21
Outras	550,05	232.801,11	233.351,16
Plano CAPEC	892.878,82	146.358,31	1.039.237,13
Administração/Gestão	245.116,67	57.416,88	302.533,55
Custódia	-	37.900,87	37.900,87
Consultoria	17.960,92	-	17.960,92

» CONTINUAÇÃO

Honorários Advocatícios	9.657,44	-	9.657,44
Auditoria	598,47	5.071,02	5.669,49
Viagens e Transporte	1.777,52	-	1.777,52
Despesas Gerais	51.535,20	-	51.535,20
Aluguel da Sede	471.928,91	-	471.928,91
Despesas Judiciais	83.202,01	-	83.202,01
Depreciações/Amortizações	11.081,42	-	11.081,42
Outras	20,26	45.969,54	45.989,80
Plano PGA	10.614,86	380.137,53	390.752,39
Administração/Gestão	-	226.882,60	226.882,60
Custódia	4.779,77	86.607,10	91.386,87
Corretagem	5.835,09	-	5.835,09
Auditoria	-	5.140,52	5.140,52
Aluguel da Sede	-	-	-
Outras	-	61.507,31	61.507,31

VI - Distribuição dos Investimentos - Gestão Terceirizada

Gestor	R\$	(%)
Plano 1		
2BCAPITAL S.A.	18.348.193,19	0,01
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	129.945.321,63	0,08
BANCO FATOR S.A.	2.177.345,69	0,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	90.325.133.673,43	57,48
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	41.402.044,72	0,03
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	69.232.894,15	0,04
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA *	-	0,00
BRKB DTVM S.A.	57.505.895,95	0,04
(PROVISÃO - PANAMBY)	-52.641.471,45	-0,03
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	241.259.974,52	0,16
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	91.196.189,39	0,06
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	102.894.680,38	0,07
(PROVISÃO - SONDAS)	-14.011,19	0,00

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	6.940.996,66	0,00
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	12.629.579,01	0,01
FIR CAPITAL PARTNERS LTDA.	3.839.699,93	0,00
ITAU UNIBANCO S.A.	65.391.575,52	0,04
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	38.299.016,70	0,02
LEBLON EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	17.935.864,51	0,01
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	91.035.491,25	0,06
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	27.064.387,98	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	52.220.704,02	0,03
RIO BRAVO INVESTIMENTOS S.A.	7.434.946,58	0,00
TCG GESTOR LTDA.	113.066.843,58	0,07
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	12.860.349,06	0,01
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	76.526.994,43	0,05
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	66.169.542,62	0,04
Total Gestão Terceirizada	91.617.856.722,26	58,30
Total dos Recursos do Plano	157.158.429.955,45	100,00
Plano PREVI Futuro		
2BCAPITAL S.A.	7.863.511,41	0,08
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	3.898.173.500,14	42,10
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	2.773.735,43	0,03
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	7.692.543,79	0,08
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA *	-	0,00
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	15.114.675,53	0,16
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	8.979.643,89	0,10
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	25.723.670,09	0,28
(PROVISÃO - SONDAS)	(3.502,80)	0,00
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	4.627.331,11	0,05
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	2.191.223,21	0,02
ITAU UNIBANCO S.A.	7.265.730,61	0,08
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	12.766.338,90	0,14
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	5.239.613,29	0,06
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	3.007.154,21	0,03
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	7.448.379,20	0,08
RIO BRAVO INVESTIMENTOS LTDA.	23.265,95	0,00
TCG GESTOR LTDA.	12.727.910,45	0,14

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	3.215.087,26	0,03
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	19.131.770,70	0,21
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	7.352.171,39	0,08
Total Gestão Terceirizada	4.051.313.753,76	43,75
Total dos Recursos do Plano	9.260.455.641,84	100,00
Plano CAPEC		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	183.032.463,64	65,67
Total Gestão Terceirizada	183.032.463,64	65,67
Total dos Recursos do Plano	278.700.228,80	100,00
Plano PGA		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	530.817.985,22	59,29
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	6.377.227,34	0,71
Total Gestão Terceirizada	537.195.212,56	60,00
Total dos Recursos do Plano	895.297.089,70	100,00

*Ao longo do ano, foram efetuadas provisões para perdas no valor total do FIP BRASIL EQUITY PROPERTIES.



Desenquadramentos e Justificativas

Dezembro de 2016

IV - Rentabilidade dos Planos de Benefícios (% no ano)

PLANO 1

Limites de Alocação por Emissor

→ As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM, não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b)

VALE S.A. (Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	15,53%
--	--------

ENTIDADE

Limites de Concentração por Emissor

→ O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% (Artigo 42)	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
CPFL Energia S.A.	29,45%	29,45%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	49,01%	49,01%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,03%	26,03%

→ No caso da Carteira de Fundos de Investimento Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea b)

FUNDO INVEST IMOBILIARIO PANAMBY	31,29%
----------------------------------	--------

→ No caso da Carteira de Fundo de Investimento no Exterior, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea c)

BB-MM SCHRODER INV. NO EXTERIOR	30,67%
---------------------------------	--------

JUSTIFICATIVAS

A PREVI era detentora de um Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1, aprovado pelo voto do Banco Central do Brasil - BCB nº 258, de 15.09.2004, e pelo voto CMN nº 105, de 24/11/2004, com vencimento em 31.12.14. Em conformidade com o Art. 17 da Instrução PREVIC nº 2, de 18.05.2010, e com o Art. 56 da Resolução CMN 3.792, foram apresentados 22 Relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1 da Previ.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN Nº 3.792, de 24.09.2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a PREVIC.

EVENTO SUBSEQUENTE: Em 23.1.2017, a PREVI alienou 201.198.330 ações, representativas de 19,77% da totalidade das ações de emissão da CPFL energia S.A. para a State Grid Brazil Power Participações Ltda, reduzindo sua participação de 29,45115% para 9,68541%.

Neste ano, ocorreu um desenquadramento passivo no fundo BB MM SCHRODER INVEST NO EXTERIOR FI, decorrente de resgate de um determinado cotista, que reduziu o patrimônio líquido do fundo, ficando a PREVI com um percentual superior ao limite regulatório. De acordo com a legislação, em caso de desenquadramento passivo, existe um prazo de 720 dias para regularização da situação. A Diretoria de Investimentos é responsável pela gestão da carteira, e pela escolha do melhor momento e forma de adequação.

EVENTO SUBSEQUENTE: No dia 03.01.17 a PREVI solicitou resgate parcial dos investimentos no referido fundo, ficando com percentual dentro do limite regulatório, ou seja, investimento enquadrado.

(*) Não existe desenquadramento nessa participação.

Demonstrativo de Investimentos – Plano de Benefícios 1 Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		157.158.429.955,45	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		91.617.856.722,26	58,30
FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES	726,0000	11.204.848,64	0,01
FUNDOTEC II - FMIEE INOV.	600,0000	3.839.699,93	
RB NORDESTE II - FMIEE	126,0000	7.365.148,71	
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	237.289,0000	4.864.424,50	0,00
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY (PROVISÃO - PANAMBY)	237.289,0000	57.505.895,95 -52.641.471,45	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	258.607.921,9323	749.778.456,01	0,48
BOZANO EDUCACIONAL II	14.257,7063	11.094.941,71	
BRASIL AGRONEGOCIO	108.668,3730	73.491.535,66	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	732,2244	0,00	
BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA	103.852,5492	30.307.103,01	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	74.903,7600	51.326.540,98	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	66.093,3177	61.740.302,60	
BRASIL ÓLEO E GÁS	27.232,0000	12.860.349,06	
BRASIL PETRÓLEO 1	31.282,8425	20.958.453,27	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	27.682,8000	22.912.138,86	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	44.534.210,0000	35.890.516,19	
CAIXA AMBIENTAL	35.640,0000	7.913.267,91	
CAIXA BARCELONA	57.942,4000	102.880.669,19	
CRP EMPREENDEDOR	7.812.014,4000	6.940.996,66	
DGF FIPAC 2	10.756,0000	8.764.892,87	
INFRABRASIL	8.615,2898	62.163.770,07	
INVEST. INSTITUCIONAIS	182.244,6353	8.098.962,64	
INVEST. INSTITUCIONAIS III	26.204,2188	10.665.833,60	

* CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
KINEA PRIVATE EQUITY II	52.001,8842	38.299.016,70	
LOGÍSTICA BRASIL	6.000,0000	108.965.783,81	
NEO CAPITAL MEZANINO	49.915.025,9077	40.368.936,93	
NEO CAPITAL MEZANINO III	11.510.720,5600	11.851.767,09	
NORDESTE III	1.297,5000	69.797,87	
SONDAS	143.999.999,6000	14.011,19	
(PROVISÃO - SONDAS)		-14.011,19	
TERRA VIVA	339,4078	3.864.686,14	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	204,5556	18.348.193,19	
FUNDO DE RENDA FIXA	9.965.656.588,8651	57.536.846.761,99	36,61
BB RENDA FIXA IV	1.709.595.324,9924	44.557.698.823,56	
BB RENDA FIXA LIQUIDEZ	8.192.905.765,3383	12.851.322.999,23	
BTG PACTUAL	39.407.329,0000	22.056.211,10	
FATOR SINERGIA	23.614,0000	2.177.345,69	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	23.201.563,5992	27.064.387,98	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	522.991,9352	76.526.994,43	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1.126.090.683,1640	33.204.504.628,37	21,13
ANGRA PARTNERS VOLT	123.179.592,3810	111.180.525,39	
BB CARTEIRA ATIVA	871.753.750,8316	27.451.620.634,84	
BB CARTEIRA LIVRE I	130.163.541,0986	5.293.573.022,59	
LEBLON EQUITY PARTNERS IV	677.838,1013	17.935.864,51	
BB SML 1	63.582,3466	64.744.676,28	
SML 2	63.100,7522	69.139.978,29	
SML 4	63.135,8689	65.391.575,52	
SML 5	63.141,7838	61.685.456,80	
SML 7	63.000,0000	69.232.894,15	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	68.656.626,8196	110.657.602,75	0,07
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	36.627.863,7804	60.882.911,32	
BB MM JP MORGAN INVEST. EXTERIOR	11.932.587,1723	20.242.032,91	
BB MM NORDEA INVEST. EXTERIOR	3.919.880,7046	4.349.344,13	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	12.867.789,2738	20.699.228,57	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	3.308.505,8885	4.484.085,82	
CARTEIRA PRÓPRIA		65.540.573.233,28	41,70
DISPONÍVEL		32.276.461,64	0,02
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	30.033,0000	89.533.418,51	0,06
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	33,0000	278.055,65	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE B	30.000,0000	89.255.362,86	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	29.077.098,0000	1.883.733.483,60	1,20

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%	
AES TIETÊ S.A.	22.284,0000	22.705.717,50		
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	1.970,0000	27.006.970,88		
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	7.965,0000	71.577.513,79		
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	175.949,0000	256.053.809,72		
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	10.995,0000	110.250.968,57		
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662,0000	16.620.000,00		
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	18.242,0000	18.201.172,12		
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	2.586,0000	27.632.204,37		
COMPANHIA SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	7.132,0000	74.901.244,03		
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	120.000,0000	143.231.957,64		
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	55.000,0000	122.261.848,97		
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGISTICA S.A.	10.000,0000	102.831.341,14		
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	4.662,0000	60.836.353,87		
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	4.000,0000	34.692.830,07		
FLEURY S.A.	3.482,0000	23.506.763,84		
HOPI HARI S.A.	6.000,0000	937.905,03		
(PROVISÃO - HOPI HARI S.A.)		-937.905,03		
JSL S.A.	50.233,0000	62.358.757,94		
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	4.885,0000	50.051.480,61		
LOJAS AMERICANAS S.A.	5.796,0000	69.078.176,86		
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	20.000,0000	10.225.135,02		
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	21.000,0000	202.918.736,58		
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	3.311,0000	33.462.371,26		
SUL AMÉRICA S.A.	2.160,0000	26.714.732,74		
TERMOPERNAMBUCO S.A.	1.940,0000	21.491.447,44		
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	75.995,0000	91.719.714,90		
VALE S.A.	28.427.849,0000	184.781.018,50		
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	12.000,0000	18.621.215,24		
RENTA FIXA LETRA FINANCEIRA	3.991.508.265,47	3.077,0000	3.991.508.265,47	2,54
BCO. BRADESCO S.A.	400,0000	430.777.624,80		
BCO. BRASIL S.A.	2.170,0000	2.851.816.625,43		
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20,0000	27.893.272,81		
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	20,0000	20.976.556,93		
BCO. SAFRA S.A.	127,0000	139.854.701,74		
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	70,0000	78.314.038,19		
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20,0000	27.854.425,16		
ITAU UNIBANCO S.A.	250,0000	414.021.020,41		
RENTA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		0,00	0,00	

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	50.726.010	765.519.513,99	0,49
AMBEV S.A., ON	182.025	2.985.210,00	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	682.399	21.761.704,11	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	48.862.804	726.589.895,48	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	998.782	14.182.704,40	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	13.249.291.615,0000	42.845.594.222,42	27,26
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A., ON	331.780,0000	2.028.163,17	
AFLUENTE GERAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A., PNA	99.440,0000	607.874,33	
AFLUENTE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A., ON	1.445.606,0000	3.558.602,03	
AMBEV S.A., ON	294.460.700,0000	4.829.155.480,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., ON	10.997.200,0000	311.220.760,00	
BCO. BRADESCO S.A., ON	34.005.477,0000	990.919.599,78	
BCO. BRADESCO S.A., PN	35.501.107,0000	1.029.532.103,00	
BCO. BRASIL S.A., ON	278.210.845,0000	7.814.942.636,05	
BICICLETAS MONARK S.A., ON	41.059,0000	11.823.760,23	
BOMBRIL S.A., PN	6.077.000,0000	12.336.310,00	
BRF BRASIL S.A., ON	84.735.803,0000	4.088.502.494,75	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA, ON	3.317.800,0000	126.997.318,42	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA, PNA	994.400,0000	38.063.214,61	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN, ON	1.854.848,0000	18.804.632,65	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN, PNA	359.031,0000	3.639.891,82	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN, PNB	382.135,0000	3.874.122,46	
CPFL ENERGIA S.A., ON	299.282.239,0000	7.686.806.626,70	
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., ON	30.361.499,0000	370.410.287,80	
DALETH PARTICIPAÇÕES S.A., ON	3.463.589,0000	114.658,65	
EMBRAER S.A., ON	33.754.703,0000	540.075.248,00	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	2.583.814,0000	82.397.828,46	
FORJAS TAURUS S.A., ON	216.800,0000	349.048,00	
FRAS-LE S.A., ON	28.123.498,0000	121.493.511,36	
INVITEL LEGACY S.A., ON	317.311.938,0000	89.164,65	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., PN	96.412.869,0000	3.263.575.615,65	
ITAUSA - INVEST. ITAU S.A., PN	142.196.860,0000	1.177.390.000,80	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A., ON	5.071.323,0000	124.115.726,45	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A., PN	12.686.904,0000	93.756.220,56	
KEPLER WEBER S.A., ON	4.598.648,0000	82.775.664,00	
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A., ON	22,0000	2.397,97	
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A., PNA	146,0000	15.913,84	
NEOENERGIA S.A., ON	1.301.396.231,0000	3.116.476.979,50	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A., ON	382.709.514,0000	2.206.320,34	
PARANAPANEMA S.A., ON	76.468.727,0000	116.232.465,04	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, ON	7.291.432,0000	123.516.858,08	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	296.758.711,0000	4.412.802.032,57	
RANDON S.A. - IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES, ON	10.308.300,0000	25.667.667,00	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL, ON	6.017.188,0000	36.945.534,32	
SAUIPE S.A., ON	12.324.938,0000	47.341.380,97	
SAUIPE S.A., PN	24.650.064,0000	94.683.484,08	
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A., ON	9.339.700.539,0000	1.307.558,07	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	2.284.480,0000	32.439.616,00	
TELEFÔNICA BRASIL S.A., PN	665.990,0000	29.356.839,20	
TUPY S.A., ON	37.536.454,0000	450.812.812,54	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., ON	22.299.900,0000	1.526.428.155,00	
VALE S.A., ON	64,0000	1.643,52	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		231.271.801,62	0,15
IMÓVEIS		9.955.544.576,03	6,33
ALAMEDA MAMORÉ, 989	CRYSTAL TOWER	BARUERI - SP	136.641.035,59
RUA LEOPOLDO PEREIRA, 45	APTO 203 - ED. SILVIO ANTONIO	BELO HORIZONTE - MG	204.037,57
AVENIDA VIA ÁPIA, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	BRASILIA - DF	335.949.176,18
CONDOMÍNIO SCS B, QUADRA 9, BLOCO A, 1	PARQUE CIDADE CORP - TORRE C	BRASILIA - DF	302.546.608,92
CONDOMÍNIO SETOR COMERCIAL SUL, 9	PARQUE CIDADE CORP - TORRE A	BRASILIA - DF	302.987.472,41
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CONDOMINIO JORDANESIA PARK	CAJAMAR - SP	287.516.543,47
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CAJAMAR INDUSTRIAL PARK	CAJAMAR - SP	180.625.276,59
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	175.342.350,00
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	COMPLEXO SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	7.207.578,10
AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 800	HIPERMERCADO	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	60.679.871,30
AVENIDA CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE, 1540	RIBEIRÃO SHOPPING	RIBEIRAO PRETO - SP	119.263.291,67
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 5000	NEWYORK CITYCENTER	RIO DE JANEIRO - RJ	112.383.419,73
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 4666	BARRASHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	492.166.508,81
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 700	BLOCOS 4 E 5	RIO DE JANEIRO - RJ	123.630.369,29
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1601 A 1606	RIO DE JANEIRO - RJ	23.005.210,46
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1501 A 1506	RIO DE JANEIRO - RJ	23.068.206,98
AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 500	PAVS. 16 A 25	RIO DE JANEIRO - RJ	118.969.013,96

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
AVENIDA RIO BRANCO, 1	PAVS. 9 A 12	RIO DE JANEIRO - RJ	94.394.133,33	
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	211.967.681,90	
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	309.763.848,53	
PRAÇA PIO X, 54	MARQUES DOS REIS	RIO DE JANEIRO - RJ	107.841.280,58	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAV. 2	RIO DE JANEIRO - RJ	73.618.436,63	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 7 E 8, LJS E HEALTH CLUB	RIO DE JANEIRO - RJ	128.913.104,21	
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 3 E 4	RIO DE JANEIRO - RJ	156.758.047,32	
PRAIA DO FLAMENGO, 154	PAVS. 3 A 9	RIO DE JANEIRO - RJ	90.061.265,44	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	PAVS. 18 A 22	RIO DE JANEIRO - RJ	63.661.270,34	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	29.222.875,70	
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	27.048.505,94	
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFICIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	1.453.677,00	
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFICIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	2.228.971,23	
RUA DAS LARANJEIRAS, 475	LOJA	RIO DE JANEIRO - RJ	3.456.000,00	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	118.936.893,05	
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	555.218.868,69	
AVENIDA CHUCRI ZAIDAN, 80	PRÉDIO	SAO PAULO - SP	35.959.158,87	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 12995	PLAZA CENTENÁRIO	SAO PAULO - SP	345.448.853,96	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS, PAVS. 9 A 21	SAO PAULO - SP	156.703.015,56	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS E PAVS. 1/7 E 23/26	SAO PAULO - SP	165.382.342,33	
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7815	WTORRE NAÇÕES UNIDAS	SAO PAULO - SP	453.979.051,42	
AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376	ECO BERRINI	SAO PAULO - SP	769.044.800,34	
AVENIDA ENGENHEIRO OSCAR AMERICANO, 840	HOSPITAL SÃO LUIZ	SAO PAULO - SP	183.479.977,88	
AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO, 1400	ÁGUA BRANCA	SAO PAULO - SP	335.000.000,00	
AVENIDA MAJOR SYLVIO DE MAG. PADILHA, 5200	EDS. ATLANTA E PHILADELPHIA	SAO PAULO - SP	113.216.666,68	
AVENIDA PAULISTA, 1230	CENTRO EMPRESARIAL	SAO PAULO - SP	440.930.533,32	
AVENIDA PAULISTA, 2163	PRÉDIO	SAO PAULO - SP	152.362.355,26	
AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1830	BLOCO III	SAO PAULO - SP	35.335.346,70	
AVENIDA PRES. JUSCELINO KUBITSCHEK, 1830	BLOCO 1- PAVS. 10 A 14	SAO PAULO - SP	29.446.042,75	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 1089	SHOPPING MORUMBI	SAO PAULO - SP	276.623.766,63	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	PAVS. 8,9,10	SAO PAULO - SP	35.915.311,21	
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	LOJA, PAVS. 3, 11 A 16	SAO PAULO - SP	88.133.709,61	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SAO PAULO - SP	442.632.824,88	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO		QUANTIDADE	VALOR	%
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	298.731.066,44	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	387.673.541,89	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SAO PAULO - SP	628.930,55	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SAO PAULO - SP	612.000,00	
RUA FLORIDA, 1970	TERREO, RDC, PAVS. 1 A 4	SAO PAULO - SP	64.785.027,01	
AVENIDA IZORAIDA MARQUES PERES, 401	SHOPPING ESPLANADA	SOROCABA - SP	136.578.863,89	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITORIA - ES	107.972.245,43	
AVENIDA GISELE CONSTANTINO, S/N	SHOPPING IGUATEMI ESPLANADA	VOTORANTIM - SP	122.238.312,50	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR			4.129.585,36	0,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			5.773.074.727,44	3,67
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			3.498.717.635,69	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			-2.412.278.893,30	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			4.711.644.856,00	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			-25.008.870,95	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR			-31.612.822,80	-0,02



Demonstrativo de Investimentos – Plano de Benefícios PREVI FUTURO

Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		9.260.455.641,84	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		4.051.317.256,56	43,75
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	56.076.312,6305	99.711.239,03	1,08
BOZANO EDUCACIONAL II	3.564,4266	2.773.735,43	
BRASIL AGRONEGOCIO	6.915,6270	4.676.982,21	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	81,9138	0,00	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	8.322,6400	5.702.948,99	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	7.520,2581	7.024.961,46	
BRASIL ÓLEO E GÁS	6.808,0000	3.215.087,26	
BRASIL PETRÓLEO 1	7.820,7106	5.239.613,29	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	6.416,2000	5.310.476,73	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	6.362.030,0000	5.127.216,59	
CAIXA BARCELONA	14.485,6000	25.720.167,29	
CRP EMPREENDEDOR	5.208.009,6000	4.627.331,11	
DGF FIPAC 2	2.689,0000	2.191.223,21	
KINEA PRIVATE EQUITY II	17.333,9614	12.766.338,90	
NEO CAPITAL MEZANINO	5.546.113,9864	4.485.437,43	
NEO CAPITAL MEZANINO III	2.877.680,1400	2.962.941,77	
NORDESTE III	432,5000	23.265,95	
SONDAS	36.000.000,4000	3.502,80	
(PROVISÃO - SONDAS)		-3.502,80	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	87,6666	7.863.511,41	
FUNDO DE RENDA FIXA	1.260.016.133,4563	3.902.618.938,80	42,14
BB MAXI	134.586.690,0316	2.141.416.850,48	



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
BB MAXI LIQUIDEZ	1.120.402.665,7789	1.737.765.739,33	
BTG PACTUAL	2.318.078,0000	1.297.424,08	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	2.577.951,5110	3.007.154,21	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	130.748,1348	19.131.770,70	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	35.106,7501	36.688.286,77	0,40
BB SML 1	7.064,7052	7.193.852,92	
SML 2	7.011,1947	7.682.219,81	
SML 4	7.015,0965	7.265.730,61	
SML 5	7.015,7537	6.853.939,64	
SML 7	7.000,0000	7.692.543,79	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	7.628.514,0910	12.295.289,16	0,13
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	4.069.762,6423	6.764.767,92	
BB MM JP MORGAN INVEST. EXTERIOR	1.325.843,0191	2.249.114,76	
BB MM NORDEA INVEST. EXTERIOR	435.542,3005	483.260,45	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	1.429.754,3637	2.299.914,28	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	367.611,7654	498.231,75	
CARTEIRA PRÓPRIA		5.209.138.385,28	56,25
DISPONÍVEL		5.404,22	0,00
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	0,0000	0,00	0,00
RENDA FIXA DEBÊNTURE	186.388,0000	523.647.118,13	5,65
AES TIETÊ S.A.	14.856,0000	15.137.145,00	
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	990,0000	13.572.031,05	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	1.490,0000	13.389.892,72	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	5.448,0000	8.189.036,54	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	440,0000	6.393.368,29	
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	8.253,0000	8.970.031,32	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	22.775,0000	47.760.541,25	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662,0000	16.620.000,00	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	15.636,0000	15.601.004,67	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	2.586,0000	27.632.204,37	
COMPANHIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	1.335,0000	16.958.894,10	
COMPANHIA SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	3.461,0000	35.324.315,74	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	60.000,0000	71.597.539,85	
DUKE ENERGY INTERNATIONAL GERAÇÃO PARANAPANEMA S.A.	11.000,0000	24.452.369,79	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	836,0000	10.515.570,08	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.	2.000,0000	20.566.268,22	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	2.331,0000	30.418.176,93	
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	1.000,0000	8.673.207,51	
FLEURY S.A.	700,0000	4.725.656,14	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.	215,0000	2.441.916,00	
JSL S.A.	13.979,0000	17.212.578,94	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.910,0000	19.340.619,10	
LOJAS AMERICANAS S.A.	1.940,0000	21.485.305,45	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2.800,0000	27.055.831,54	
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	700,0000	7.074.497,09	
SUL AMÉRICA S.A.	1.080,0000	13.357.366,37	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	970,0000	10.745.723,72	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	2.995,0000	3.780.722,54	
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	3.000,0000	4.655.303,81	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	597,0000	661.413.651,82	7,14
BCO. BRADESCO S.A.	275,0000	300.753.870,23	
BCO. BRASIL S.A.	120,0000	129.602.110,72	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20,0000	27.893.272,81	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	20,0000	20.976.556,93	
BCO. SAFRA S.A.	77,0000	81.678.447,65	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	65,0000	72.654.968,32	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	20,0000	27.854.425,16	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		-890.130,06	-0,01
RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	3.922.808	56.483.891,73	0,61
AMBEV S.A., ON	60.318	989.215,20	
CCR S.A., ON	559.594	8.931.120,24	
JBS S.A., ON	314.553	3.585.904,20	
KROTON EDUCACIONAL S.A., ON	947.408	12.628.948,64	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	2.040.935	30.348.703,45	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	3.363.331	66.823.188,50	0,72
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,	414.600	5.804.400,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,	828.650	24.470.034,50	
KLABIN S.A.,	1.019.300	18.061.996,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
SUL AMÉRICA S.A.,	600.781	10.814.058,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,	230.000	4.770.200,00	
VIA VAREJO S.A.,	270.000	2.902.500,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	120.190.502	2.416.760.208,79	26,11
ALPARGATAS S.A., PN	336.600	3.369.366,00	
AMBEV S.A., ON	8.845.362	145.063.936,80	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.554.850	44.002.255,00	
BCO. BRADESCO S.A., ON	1.664.201	48.494.817,14	
BCO. BRADESCO S.A., PN	6.336.329	183.753.541,00	
BCO. BRASIL S.A., ON	2.821.659	79.260.401,31	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A., PNB	369.104	3.809.153,28	
BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS, ON	4.126.058	68.079.957,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.456.092	17.400.299,40	
BRADESPAR S.A., PN	510.700	7.583.895,00	
BRASKEM S.A., PNA	565.800	19.378.650,00	
BRF BRASIL S.A., ON	1.780.675	85.917.568,75	
CCR S.A., ON	1.742.949	27.817.466,04	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS, ON	613.192	13.986.909,52	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS, PNB	541.708	14.024.820,12	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO, PNB	415.878	5.610.194,22	
CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS, ON	593.714	26.479.644,40	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG, PN	1.962.105	15.127.829,55	
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL, PNB	217.900	5.961.744,00	
CIA. SIDERURGICA NACIONAL, ON	1.382.860	15.004.031,00	
CIELO S.A., ON	1.489.178	41.533.174,42	
COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO, PN	361.456	19.789.716,00	
COMPANHIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SAO PAULO - SABESP, ON	794.588	22.876.188,52	
COSAN S.A. IND.COM., ON	477.666	18.222.957,90	
CPFL ENERGIA S.A., ON	460.389	11.824.695,07	
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A., ON	1.598.721	19.504.396,20	
CTEEP CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, PN	234.000	15.179.580,00	
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A., ON	286.670	6.794.079,00	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES, ON	210.300	2.159.781,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A., ON	400.000	3.296.000,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A., ON	516.585	6.922.239,00	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A., PN	253.717	2.864.464,93	
EMBRAER S.A., ON	1.671.940	26.751.040,00	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A., ON	431.889	15.116.115,00	
EQUATORIAL ENERGIA S.A., ON	467.000	25.404.800,00	
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A., ON	638.450	10.087.510,00	
EZ TEC EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A., ON	176.700	2.765.355,00	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	856.500	27.313.785,00	
FLEURY S.A., ON	348.847	12.436.395,55	
GERDAU S.A., PN	2.301.237	24.853.359,60	
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A., PN	391.500	1.808.730,00	
HYPERMARCAS S.A., ON	1.242.250	32.459.992,50	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A., ON	195.100	5.203.317,00	
IOCHPE MAXION S.A., ON	212.900	2.482.414,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., PN	8.034.583	271.970.634,55	
ITAUSA INVEST. ITAU S.A., PN	8.722.503	72.222.324,84	
JBS S.A., ON	3.840.817	43.785.313,80	
KROTON EDUCACIONAL S.A., ON	2.247.420	29.958.108,60	
LIGHT S.A., ON	224.200	3.892.112,00	
LOCALIZA RENT A CAR S.A., ON	341.567	11.688.422,74	
LOJAS AMERICANAS S.A., ON	446.980	5.573.840,60	
LOJAS AMERICANAS S.A., PN	1.185.826	20.159.042,00	
LOJAS RENNER S.A., ON	1.503.300	34.831.461,00	
M DIAS BRANCO S.A. IND. COM. ALIMENTOS, ON	55.100	6.337.051,00	
MAHLE METAL LEVE S.A., ON	84.200	1.747.992,00	
MARCOPOLO S.A., PN	1.272.620	3.486.978,80	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A, ON	588.400	3.889.324,00	
METALURGICA GERDAU S.A., PN	1.377.491	6.611.956,80	
MINERVA S.A., ON	830.000	10.084.500,00	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A., ON	661.200	7.233.528,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A., ON	229.511	13.628.363,18	
NATURA COSMÉTICOS S.A., ON	165	3.798,30	
ODONTOPREV S.A., ON	29.900	376.740,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, ON	7.060.403	119.603.226,82	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, PN	8.332.045	123.897.509,15	
QUALICORP S.A., ON	393.070	7.566.597,50	
RAIA DROGASIL S.A., ON	687.351	42.059.007,69	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES, PN	426.392	1.471.052,40	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL, ON	1.828.163	11.224.920,82	
SÃO MARTINHO S.A., ON	300.900	5.867.550,00	
SER EDUCACIONAL S.A., ON	83.000	1.549.610,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	1.625.000	23.075.000,00	
TELEFÔNICA BRASIL S.A., PN	844.823	37.239.797,84	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.100.000	8.613.000,00	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., ON	1.155.692	79.107.117,40	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS, PNA	1.151.600	4.721.560,00	
VALE S.A., PNA	8.308.061	193.910.143,74	
VALID SOLUÇÕES SERVIÇOS SEGURANÇA MEIOS PAGAMENTO IDENTIFICAÇÕES S.A., ON	51.600	1.270.908,00	
WEG S.A., ON	1.311.300	20.325.150,00	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		18.957.870,44	0,20
IMÓVEIS		395.444.061,20	4,27
AVENIDA DOM HELDER CÂMARA, 5474 NORTE SHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	136.557.205,00	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992 SHOP. BARRA EXPANSÃO	SALVADOR - BA	598.299,55	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992 SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	2.851.700,45	
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42 SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	48.317.078,82	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782 TORRE PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	43.074.838,04	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782 SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SAO PAULO - SP	33.192.340,77	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91 SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SAO PAULO - SP	44.252.598,57	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200 SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES	86.600.000,00	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR		-61.829,71	0,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES		1.077.801.069,36	11,64
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO		75.331.683,14	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)		-223.881,86	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL		1.009.705.413,55	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)		-7.012.145,47	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR		-7.242.616,26	-0,08

Demonstrativo de Investimentos – Plano CAPEC Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		278.700.228,80	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		183.032.463,64	65,67
FUNDO DE RENDA FIXA	36.434.226,8629	183.032.463,64	65,67
BB CAPEC	36.434.226,8629	183.032.463,64	
CARTEIRA PRÓPRIA		95.667.765,16	34,33
DISPONÍVEL		60.438,99	0,02
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	1.000	1.048.276,24	0,38
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE F	1.000	1.048.276,24	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	84	94.599.539,12	33,94
BCO. BRADESCO S.A.	41	44.821.309,47	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	4	5.578.654,56	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	5	5.244.139,23	
BCO. SAFRA S.A.	20	22.167.848,88	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	10	11.216.701,95	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	4	5.570.885,03	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		-40.489,19	-0,01

Demonstrativo de Investimentos – Plano PGA Relação dos Investimentos

Dezembro de 2016

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		895.297.089,70	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		537.195.212,56	60,00
FUNDO DE RENDA FIXA	236.228.007,5050	537.195.212,56	60,00
BB PGA RF	236.184.424,9954	530.817.985,22	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	43.582,5096	6.377.227,34	
CARTEIRA PRÓPRIA		358.101.877,14	40,00
DISPONÍVEL		4.246,95	0,00
RENDA FIXA DEBÊNTURE	14.491	35.742.906,21	4,00
AMPLA ENERGIA SERVIÇOS S.A.	490	6.717.469,91	
ANDRADE GUTIERREZ PARTICIPAÇÕES S.A.	495	4.448.320,06	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	9.800	12.512.615,99	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA COELBA	2.606	2.600.167,44	
FLEURY SA	400	2.700.374,93	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	700	6.763.957,88	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	142	162.263.751,01	18,13
BCO. BRADESCO S.A.	84	89.050.898,53	
BCO. BRASIL S.A.	10	17.492.964,96	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	6	8.367.981,84	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	5	5.244.139,23	
BCO. SAFRA S.A.	26	28.193.806,81	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	5.557.632,09	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6	8.356.327,55	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		-87.432,46	-0,01

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	220.842	4.428.634,20	0,49
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,	26.525	371.350,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,	57.740	1.705.062,20	
KLABIN S.A.,	64.600	1.144.712,00	
SUL AMERICA S.A.,	35.577	640.386,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,	17.600	365.024,00	
VIA VAREJO S.A.,	18.800	202.100,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	7.871.506	154.571.086,76	17,26
ALIANSCÉ SHOPPING CENTERS S.A.,ON	11.570	167.186,50	
ALPARGATAS S.A.,PN	21.100	211.211,00	
AMBEV S.A,ON	637.945	10.462.298,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	98.800	2.796.040,00	
BCO. BRADESCO S.A., ON	106.060	3.090.588,40	
BCO. BRADESCO S.A., PN	388.726	11.273.054,00	
BCO. BRASIL S.A., ON	177.210	4.977.828,90	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A., PNB	25.296	261.054,72	
BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS,ON	259.700	4.285.050,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	86.737	1.036.507,15	
BR PROPERTIES S.A.,ON	11.200	84.000,00	
BRADESPAR S.A., PN	32.700	485.595,00	
BRASKEM S.A., PN	38.700	1.325.475,00	
BRF BRASIL S.A., ON	112.274	5.417.220,50	
B2W CIA DIGITAL,ON	17.200	175.440,00	
CCR S.A., ON	125.637	2.005.166,52	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	38.008	866.962,48	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	33.192	859.340,88	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SAO PAULO,PN	26.922	363.177,78	
CETIP S.A. MERCADOS ORGANIZADOS,ON	37.286	1.662.955,60	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	120.742	930.920,82	
CIA. HERING,ON	18.446	278.903,52	
CIA. PARANAENSE ENERGIA COPEL,PN	14.900	407.664,00	
CIA. SIDERURGICA NACIONAL,ON	84.700	918.995,00	
CIELO S.A., ON	134.439	3.749.503,71	
COMPANHIA BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	22.644	1.239.759,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
COMPANHIA SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO SABESP,ON	49.612	1.428.329,48	
COSAN S.A. IND. COM.,ON	21.834	832.967,10	
CPFL ENERGIA S.A., ON	44.931	1.154.014,04	
CTEEP CIA. TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA,PN	14.000	908.180,00	
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	15.800	374.460,00	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	36.900	378.963,00	
DURATEX S.A., ON	41.525	282.370,00	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A., ON	29.300	241.432,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A., ON	33.842	453.482,80	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A., PN	13.493	152.335,97	
EMBRAER S.A., ON	107.100	1.713.600,00	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A., ON	29.691	1.039.185,00	
EQUATORIAL ENERGIA S.A., ON	29.100	1.583.040,00	
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	38.200	603.560,00	
EVEN CONSTRUTORA INCORPORADORA S.A., ON	30.500	112.850,00	
EZ TEC EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	9.782	153.088,30	
FIBRIA CELULOSE S.A., ON	32.600	1.039.614,00	
FLEURY S.A., ON	6.453	230.049,45	
GAFISA S.A., ON	47.000	87.420,00	
GERDAU S.A., PN	122.872	1.327.017,60	
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	15.400	71.148,00	
GRENDENE S.A., ON	11.980	210.608,40	
HYPERMARCAS S.A.,ON	54.400	1.421.472,00	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	12.900	344.043,00	
IOCHPE MAXION S.A., ON	13.800	160.908,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A., PN	458.673	15.526.081,05	
ITAUSA INVESTS ITAU S.A., PN	553.088	4.579.568,64	
JBS S.A.,ON	225.400	2.569.560,00	
KROTON EDUCACIONAL S.A., ON	204.768	2.729.557,44	
LIGHT S.A., ON	14.200	246.512,00	
LOCALIZA RENT A CAR S.A., ON	21.862	748.117,64	
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	28.680	357.639,60	
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	74.101	1.259.717,00	
LOJAS RENNER S.A., ON	92.530	2.143.920,10	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
M DIAS BRANCO SA IND. COM. ALIMENTOS,ON	4.300	494.543,00	
MAGAZINE LUIZA S.A., ON	800	84.936,00	
MAHLE METAL LEVE S.A.,ON	5.400	112.104,00	
MARCOPOLO S.A., PN	83.331	228.326,94	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A,ON	50.203	331.841,83	
METALURGICA GERDAU S.A., PN	88.763	426.062,40	
MINERVA S.A., ON	25.800	313.470,00	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	40.600	444.164,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	11.289	670.340,82	
MULTIPLUS S.A.,ON	6.400	216.320,00	
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	25.135	578.607,70	
ODONTOPREV S.A., ON	33.253	418.987,80	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	394.480	6.682.491,20	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	587.780	8.740.288,60	
PORTO SEGURO S.A., ON	13.861	372.860,90	
QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	9.900	52.767,00	
QUALICORP S.A., ON	33.100	637.175,00	
RAIA DROGASIL S.A., ON	29.069	1.778.732,11	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	30.087	103.800,15	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL,ON	115.189	707.260,46	
SÃO MARTINHO S.A., ON	18.300	356.850,00	
SER EDUCACIONAL S.A.,ON	5.900	110.153,00	
SMILES S.A.,ON	7.800	348.894,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A., PNA	56.053	795.952,60	
TELFÔNICA BRASIL S.A., PN	60.437	2.664.062,96	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	115.278	902.626,74	
TOTVS S.A.,ON	19.777	475.439,08	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	78.558	5.377.295,10	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA	72.900	298.890,00	
VALE S.A., PNA	537.092	12.535.727,28	
VALID SOLUÇÕES SERVIÇOS SEGURANÇA MEIOS PAGAMENTO IDENTIFICAÇÃO S.A., ON	9.200	226.596,00	
WEG S.A., ON	83.020	1.286.810,00	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		1.178.684,54	0,13



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas **2016**



Balanço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	(Notas)	2016	2015
DISPONÍVEL		718	109
REALIZÁVEL		170.589.701	156.060.012
Gestão Previdencial	(5)	2.648.583	2.108.718
Gestão Administrativa	(6)	249.663	212.484
Investimentos	(7)	167.691.455	153.738.810
Títulos Públicos	(7.1)	90.581	84.409
Créditos Privados e Depósitos	(7.1)	7.352.910	7.118.156
Ações	(7.2)	46.558.997	34.159.738
Fundos de Investimento	(7.3)	96.391.991	95.530.219
Investimentos Imobiliários	(7.4)	10.405.886	10.215.526
Empréstimos e Financiamentos	(7.5)	6.859.462	6.612.439
Depósitos Judiciais/Recursais	(12.2)	31.628	18.323
PERMANENTE	(8)	19.227	24.590
Imobilizado		10.944	11.460
Intangível		8.283	13.130
TOTAL DO ATIVO		170.609.646	156.084.711

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso

Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira

Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos

Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes

Atuária MIBA 1194
CPF: 008.553.137-57

Balanço Patrimonial

R\$ mil

PASSIVO	(Notas)	2016	2015
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(11)	26.616.278	26.106.680
Gestão Previdencial		26.570.210	26.055.959
Gestão Administrativa		4.302	7.965
Investimentos		41.766	42.756
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(12)	2.240.663	1.788.375
Gestão Previdencial		1.960.453	1.556.358
Gestão Administrativa		242.913	202.606
Investimentos		37.297	29.411
PATRIMÔNIO SOCIAL		141.752.705	128.189.656
Patrimônio de Cobertura do Plano		139.435.024	126.300.542
Provisões Matemáticas	(14)	153.378.362	142.438.464
Benefícios Concedidos		142.534.498	125.112.171
Benefícios a Conceder		26.140.076	32.707.982
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-15.296.212	-15.381.689
Equilíbrio Técnico	(15)	-13.943.338	-16.137.922
Resultados realizados		-13.943.338	-16.137.922
Superávit Técnico Acumulado		0	0
Déficit Técnico Acumulado		-13.943.338	-16.137.922
Fundos	(16)	2.317.681	1.889.114
Fundos Previdenciais		467.804	266.420
Fundos Administrativos		939.944	824.839
Fundos dos Investimentos		909.933	797.855
TOTAL DO PASSIVO		170.609.646	156.084.711

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuária MIBA 1194
CPF: 008.553.137-57

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ mil

DESCRIÇÃO	(Nota 17)	2016	2015	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício		128.189.656	141.843.347	-9,6
1. Adi�es		27.788.718	4.786.084	480,6
(+) Contribui�es Previdenciais (*)		4.404.788	4.043.477	8,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		22.836.163	0	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		0	295.655	-100,0
(+) Receitas Administrativas		286.173	279.133	2,5
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa		149.516	60.453	147,3
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento		112.078	107.366	4,4
2. Destina�es		-14.225.669	-18.439.775	-22,9
(-) Benefícios		-13.645.160	-13.529.584	0,9
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial		0	-4.589.990	-100,0
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial		-259.946	0	-
(-) Despesas Administrativas		-299.700	-308.838	-3,0
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa		-20.863	-11.363	83,6
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)		13.563.049	-13.653.691	-199,3
(+/-) Provisões Matemáticas		10.939.898	14.917.205	-26,7
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício		2.194.584	-28.676.555	-107,7
(+/-) Fundos Previdenciais		201.384	-13.550	-1.586,2
(+/-) Fundos Administrativos		115.105	11.843	871,9
(+/-) Fundos dos Investimentos		112.078	107.366	4,4
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)		141.752.705	128.189.656	10,6

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

(*) Contribui es líquidas, conforme Anexo B, da Resolu o CNPC no 8, de 31/10/2011.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administra o
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuária MIBA 1194
CPF: 008.553.137-57



Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	160.604.589	148.813.566	7,9
Disponível	649	102	536,3
Recebível	3.355.446	2.764.419	21,4
Investimento	157.248.494	146.049.045	7,7
Títulos Públicos	89.533	83.409	7,3
Créditos Privados e Depósitos	5.875.242	5.908.138	(0,6)
Ações	43.839.794	32.305.383	35,7
Fundos de Investimento	91.620.448	92.132.336	(0,6)
Investimentos Imobiliários	10.010.297	9.835.105	1,8
Empréstimos	4.686.688	4.586.828	2,2
Financiamentos Imobiliários	1.094.864	1.179.523	(7,2)
Depósitos Judiciais/Recurais	31.628	18.323	72,6
2. Obrigações	28.566.669	27.644.320	3,3
Operacional	26.574.969	26.064.153	2,0
Contingencial	1.991.700	1.580.167	26,0
3. Fundos Não Previdenciais	1.605.447	1.438.028	11,6
Fundos Administrativos	713.587	654.826	9,0
Fundos dos Investimentos	891.860	783.202	13,9
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	130.432.473	119.731.218	8,9
Provisões Matemáticas	144.371.339	135.862.751	6,3
Superávit / Déficit Técnico	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
Fundos Previdenciais	4.472	6.389	-30,0
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
	(Nota 15)		
a) Equilíbrio Técnico	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
b) Ajuste de Precificação	2.582.340	2.223.323	16,1
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	-11.360.998	-13.914.59	-18,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	9.460.473	6.822.822	38,7
Disponível	5	2	150,0
Recebível	191.569	144.551	32,5
Investimento	9.268.899	6.678.269	38,8
Créditos Privados e Depósitos	1.185.061	958.434	23,6
Ações	2.559.025	1.733.027	47,7
Fundos de Investimento	4.051.314	2.760.299	46,8
Investimentos Imobiliários	395.589	380.421	4,0
Empréstimos	1.002.706	799.338	25,4
Financiamentos Imobiliários	75.204	46.750	60,9
2. Obrigações	12.789	9.651	32,5
Operacional	12.557	9.375	33,9
Contingencial	232	276	-15,9
3. Fundos Não Previdenciais	207.373	155.352	33,5
Fundos Administrativos	189.300	140.699	34,5
Fundos dos Investimentos	18.073	14.653	23,3
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	9.240.311	6.657.819	38,8
Provisões Matemáticas	9.007.023	6.575.713	37,0
Fundos Previdenciais	233.288	82.106	184,1
Total do Patrimônio Social	9.240.311	6.657.819	38,8

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
1. Ativos	321.371	258.842	24,2
Disponível	60	1	5.900,0
Recebível	42.630	33.282	28,1
Investimento	278.681	225.559	23,6
Títulos Públicos	1.048	1.000	4,8
Créditos Privados e Depósitos	94.600	67.863	39,4
Fundos de Investimento	183.033	156.696	16,8
2. Obrigações	54.270	51.603	5,2
Operacional	48.452	46.277	4,7
Contingencial	5.818	5.326	9,2
3. Fundos Não Previdenciais	37.057	29.314	26,4
Fundos Administrativos	37.057	29.314	26,4
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	230.044	177.925	29,3
Fundos Previdenciais	230.044	177.925	29,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	119.731.218	134.620.057	-11,1
1. Adições	24.327.320	3.145.322	673,4
(+) Contribuições	3.049.435	2.849.804	7,0
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.277.885	0	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	295.518	-100,0
2. Destinações	-13.626.065	-18.034.161	-24,4
(-) Benefícios	-13.317.708	-13.242.580	0,6
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-4.753.893	-100,0
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-260.459	0	-
(-) Custeio Administrativo	-47.898	-37.688	27,1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.701.255	-14.888.839	-171,9
(+/-) Provisões Matemáticas	8.508.588	13.789.629	-38,3
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.917	-1.913	0,2
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.194.584	-28.676.555	-107,7
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	130.432.473	119.731.218	8,9
C) Fundos não Previdenciais	1.605.447	1.438.028	11,6
(+) Fundos Administrativos	713.587	654.826	9,0
(+) Fundos dos Investimentos	891.860	783.202	13,9

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	6.657.819	5.584.311	19,2
1. Adições	2.689.132	1.165.245	130,8
(+) Contribuições	1.167.360	1.026.145	13,8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.521.709	139.100	994,0
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	63	0	-
2. Destinações	-106.640	-91.737	16,2
(-) Benefícios	-59.985	-50.918	17,8
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	-50	-100,0
(-) Custeio Administrativo	-46.655	-40.769	14,4
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.582.492	1.073.508	140,6
(+/-) Provisões Matemáticas	2.431.310	1.127.576	115,6
(+/-) Fundos Previdenciais	151.182	-54.068	-379,6
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	9.240.311	6.657.819	38,8
C) Fundos não Previdenciais	207.373	155.352	33,5
(+) Fundos Administrativos	189.300	140.699	34,5
(+) Fundos dos Investimentos	18.073	14.653	23,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	177.925	135.494	31,3
1. Adições	326.813	285.001	14,7
(+) Contribuições	289.794	260.011	11,5
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	36.569	24.803	47,4
Rendas/Variac�es Positivas dos Investimentos	36.907	25.059	47,3
Títulos Públicos	146	97	50,5
Créditos Privados e Depósitos	12.526	8.279	51,3
Ações	0	-	-
Fundos de Investimentos	24.235	16.683	45,3
Derivativos	0	0	-
Investimentos Imobiliários	0	0	-
Empréstimos e Financiamentos	0	0	-
Outros Investimentos	0	0	-
(-) Cobertura Despesa Administrativa de Investimentos	-338	-256	32,0
(+/-) Constituição/Reversão dos Fundos dos Investimentos	0	0	-
(+/-) Constituição/Reversão de Contingências de Investimentos	0	0	-
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	450	187	140,6
2. Destinações	-274.694	-242.570	13,2
(-) Benefícios	-267.467	-236.086	13,3
(-) Custeio Administrativo	-7.227	-6.484	11,5
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	52.119	42.431	22,8
(+/-) Fundos Previdenciais	52.119	42.431	22,8
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	230.044	177.925	29,3
C) Fundos não Previdenciais	37.057	29.314	26,4
(+) Fundos Administrativos	37.057	29.314	26,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecília Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

R\$ mil

DESCRIÇÃO	(Nota 18)	2016	2015	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		824.839	812.996	1,5
1. Custeio da Gestão Administrativa		435.689	339.586	28,3
1.1. Receitas		435.689	339.586	28,3
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		101.801	92.483	10,1
Custeio Administrativo dos Investimentos		176.680	177.111	-0,2
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos		6.131	5.534	10,8
Receitas Diretas		1.520	3.583	-57,6
Resultado Positivo dos Investimentos		149.516	60.453	147,3
Outras Receitas		41	422	-90,3
2. Despesas Administrativas		-299.700	-308.838	-3,0
2.1. Administração Previdencial		-116.889	-126.193	-7,4
Pessoal e encargos		-65.739	-65.034	1,1
Treinamentos / congressos e seminários		-895	-1.248	-28,3
Viagens e estadias		-931	-1.652	-43,6
Serviços de terceiros		-23.634	-29.177	-19,0
Despesas gerais (*)		-18.991	-22.460	-15,4
Depreciações e amortizações		-3.631	-3.495	3,9
Tributos		-3.053	-3.064	-0,4
Outras Despesas		-15	-63	-76,2
2.2. Administração dos Investimentos		-182.811	-182.645	0,1
Pessoal e encargos		-126.073	-121.766	3,5
Treinamentos / congressos e seminários		-1.246	-1.739	-28,3
Viagens e estadias		-984	-993	-0,9
Serviços de terceiros		-17.153	-21.697	-20,9
Despesas gerais (*)		-26.144	-27.232	-4,0
Depreciações e amortizações		-6.052	-4.343	39,4
Tributos		-5.148	-4.743	8,5
Outras Despesas		-11	-132	-91,7
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas		-20.863	-11.363	83,6
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios		-21	-7.542	-99,7
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)		115.105	11.843	871,9
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)		115.105	11.843	871,9
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)		939.944	824.839	14,0

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

(*) Inclui gastos com aluguel e manutenção da sede, manutenção de software, publicações, despesas judiciais, cartorárias e informações eletrônicas.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	159.891.002	148.158.740	7,9
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	144.371.339	135.862.751	6,3
1.1. Benefícios Concedidos	142.338.371	124.964.549	13,9
Benefício Definido	142.338.371	124.964.549	13,9
1.2. Benefícios a Conceder	17.329.180	26.279.891	-34,1
Contribuição Definida	26	24	8,3
Saldo de contas - parcela participantes	26	24	8,3
Benefício Definido	17.329.154	26.279.867	-34,1
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-15.296.212	-15.381.689	-0,6
(-) Serviço Passado	-15.296.212	-15.381.689	-0,6
(-) Patrocinador	-15.296.212	-15.381.689	-0,6
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
2.1. Resultados Realizados	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
(-) Déficit técnico acumulado	-13.943.338	-16.137.922	-13,6
3. Fundos	896.332	789.591	13,5
3.1. Fundos Previdenciais	4.472	6.389	-30,0
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	891.860	783.202	13,9
4. Exigível Operacional	26.574.969	26.064.153	2,0
4.1. Gestão Previdencial	26.521.553	26.011.519	2,0
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	53.416	52.634	1,5
5. Exigível Contingencial	1.991.700	1.580.167	26,0
5.1. Gestão Previdencial	1.954.403	1.550.756	26,0
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	37.297	29.411	26,8

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuária MIBA 1194
CPF: 008.553.137-57

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	9.271.174	6.682.123	38,7
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.007.023	6.575.713	37,0
1.1. Benefícios Concedidos	196.127	147.622	32,9
Benefício Definido	196.127	147.622	32,9
1.2. Benefícios a Conceder	8.810.896	6.428.091	37,1
Contribuição Definida	8.352.930	6.016.389	38,8
Saldo de contas - parcela patrocinador	4.134.309	2.981.097	38,7
Saldo de contas - parcela participantes	4.218.621	3.035.292	39,0
Benefício Definido	457.966	411.702	11,2
3. FUNDOS	251.361	96.759	159,8
3.1. Fundos Previdenciais	233.288	82.106	184,1
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.073	14.653	23,3
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	12.558	9.375	34,0
4.1. Gestão Previdencial	4.109	2.307	78,1
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8.449	7.068	19,5
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	232	276	-15,9
5.1. Gestão Previdencial	232	276	-15,9

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuária MIBA 1194
CPF: 008.553.137-57

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CAPEC

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2016	2015	Varição (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	284.314	229.528	23,9
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	0	0	-
1.1. Benefícios Concedidos	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.2. Benefícios a Conceder	0	0	-
Contribuição Definida	0	0	-
Saldo de contas - parcela patrocinador	0	0	-
Saldo de contas - parcela participantes	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0	-
(-) Serviço Passado	0	0	-
(-) Patrocinador	0	0	-
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	0	-
2.1. Resultados Realizados	0	0	-
Superavit técnico acumulado	0	0	-
Reserva de Contingência	0	0	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	0	0	-
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	-
2.2. Resultados a realizar	0	0	-
3. FUNDOS	230.044	177.925	29,3
3.1. Fundos Previdenciais	230.044	177.925	29,3
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	48.452	46.277	4,7
4.1. Gestão Previdencial	48.412	45.850	5,6
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	40	427	-90,6
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.818	5.326	9,2
5.1. Gestão Previdencial	5.818	5.326	9,2

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuária MIBA 1194
CPF: 008.553.137-57

Sumário das Notas Explicativas

1 Contexto Operacional	43	9 Composição dos Ativos e Análise de Sensibilidade	70
2 Planos Administrados	43	9.1 Alocação por Segmento	70
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis	44	9.2 Análise de Sensibilidade.....	71
4 Principais Práticas Contábeis	45	9.2.1 Carteira de Renda Fixa.....	71
4.1 Premissas e Estimativas Contábeis.....	45	9.2.2 Carteira de Renda Variável.....	71
4.2 Gestão de Riscos	45	10 Transações entre Partes Relacionadas	72
4.3 Gestão Previdencial.....	47	11 Exigível Operacional	74
4.4 Gestão Administrativa	47	11.1 Contrato BBX PREVI – Grupo Pré-67, Paridade – Acordo	
4.5 Investimentos	47	2006 e Contribuição Amortizante – Grupo Especial.....	75
4.5.1 Instrumentos Financeiros	47	11.2 Utilização do Superávit 2010	75
4.5.2 Propriedade para Investimento.....	48	12 Exigível Contingencial	75
4.5.3 Provisão para Perdas e para Créditos		12.1 Contingências – Perda Provável	76
de Liquidação Duvidosa	48	12.1.1 Gestão Previdencial	76
4.6 Imobilizado e Intangível	48	12.1.2 Gestão Administrativa.....	76
4.7 Exigível Operacional.....	49	12.1.3 Investimentos.....	76
4.8 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	49	12.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais.....	77
4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes	49	12.2.1 Ações Fiscais.....	77
4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais.....	49	13 Passivos e Ativos Contingentes	78
4.8.3 Ativos Contingentes.....	49	13.1 Passivos Contingentes.....	78
4.9 Provisões Matemáticas.....	50	13.2 Ativos Contingentes.....	78
4.10 Equilíbrio Técnico	50	13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de	
4.11 Fundos	50	Desenvolvimento – OFND.....	78
4.12 Apuração do Resultado	50	13.2.2 Dividendos da Telebrás	78
4.13 Custeio Administrativo	50	14 Provisões Matemáticas	78
5 Realizável – Gestão Previdencial	51	14.1 Plano de Benefícios 1.....	78
6 Realizável – Gestão Administrativa	51	14.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro	79
7 Realizável – Investimentos	52	15 Equilíbrio Técnico	80
7.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos	52	15.1 Plano de Benefícios 1.....	80
7.2 Ações	54	15.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro	82
7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou		16 Fundos	83
Bloqueadas – Plano 1	55	16.1 Gestão Previdencial.....	83
7.3 Fundos de Investimento.....	58	16.2 Gestão Administrativa.....	83
7.3.1 Títulos para Negociação.....	61	16.3 Investimentos	84
7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento	62	17 Mutação do Patrimônio Social	85
7.4 Investimentos Imobiliários	63	17.1 Gestão Previdencial.....	85
7.5 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	66	17.2 Resultados e Rentabilidade por Tipo de Emissor	86
7.5.1 Empréstimos Simples.....	67	18 Gestão Administrativa	86
7.5.2 Financiamentos Imobiliários.....	68	19 Ajustes e Eliminações de Consolidação	88
8 Permanente	69	20 Eventos subsequentes	89

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, Banco do Brasil S.A. e PREVI, e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2016, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e alterada pela Resolução BC nº 4.275, de 31/10/2013, Resolução BC nº 3.846, de 25/03/2010, Resolução BC nº 4.449, de 20/11/2015 e Resolução BC nº 4.469, de 25/02/2016.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, alteradas pelas

Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

2 PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- **Plano de Benefícios 1 – Plano 1** – CNPB nº: 19800001-74, de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, em extinção desde 23/12/1997. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI naquela data. O Plano 1 é composto pelas partes Geral, patrocinada pelo Banco do Brasil, e Opcional, que proporciona benefícios apenas para os que a contratarem, arcando com as respectivas contribuições. Seus benefícios podem ser:

- a) Parte Geral
 - Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
 - Complemento Antecipado de Aposentadoria;
 - Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
 - Complemento de Aposentadoria por Idade;
 - Complemento de Pensão por Morte;
 - Renda Mensal Vitalícia;
 - Renda Mensal de Pensão por Morte; e
 - Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano.



- b) Benefícios da Parte Opcional
- Renda Mensal de Aposentadoria; e
 - Renda Mensal de Pensão por Morte.
- **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro**
– CNPB nº: 19800035-74, de Contribuição Variável (Contribuição Definida na fase de acumulação para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram a partir de 1998. Este plano encontra-se ativo. Os benefícios assegurados pelo Plano PREVI Futuro são de dois tipos:
 - a) Benefícios de Risco
 - Complemento de Aposentadoria por Invalidez; e
 - Complemento de Pensão por Morte.
 - b) Benefícios Programados
 - Renda Mensal de Aposentadoria;
 - Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
 - Renda Mensal Vitalícia; e
 - Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec** – CNPB nº: 19040001-18, de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e de pensões. Este plano encontra-se ativo. Os pecúlios oferecidos atualmente são: Pecúlio por Morte, Especial, Manutença e Invalidez.
- **Plano de Gestão Administrativa – PGA** – tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI, na forma do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

PARTICIPANTES

Situação	Plano 1		PREVI Futuro		Capec	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativos ^{(1) (2)}	11.558	19.212	85.674	85.176	127.041	125.775
Aposentados ⁽²⁾	82.535	76.203	428	374		
Pensões ⁽³⁾	17.862	17.442	395	337		
Total	111.955	112.857	86.497	85.887	127.041	125.775
Idade Média da População ⁽⁴⁾	63	63	39	38	57	57

⁽¹⁾ A maioria dos participantes da CAPEC também são participantes do Plano 1 ou PREVI Futuro. ⁽²⁾ Inclui Autopatrocinados, conforme Parecer Atuarial. ⁽³⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade da PREVI. ⁽⁴⁾ Idade média de participantes ativos e aposentados.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, e suas alterações posteriores e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial** - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social – DMPS** - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.

- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** - De forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a PREVI opera.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 19).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/02/2017.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas

poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A PREVI entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

- **Risco de Mercado** – O gerenciamento do risco de mercado dos ativos da PREVI considera diversas métricas para sua mensuração e acompanhamento. A seleção da métrica mais apropriada depende diretamente do objetivo do portfólio, sua meta e dos tipos de instrumentos financeiros considerados. Algumas das métricas utilizadas são:
 - a) **Value-at-Risk (VaR)** – calculado diariamente usando a metodologia não paramétrica, com cenário histórico de 504 dias úteis, utilizando opcionalmente a técnica do EWMA – média móvel ponderada exponencialmente – para os cenários históricos, com fator de decaimento de 0,93 (métrica mais utilizada para ativos líquidos com gestão ativa). Para comparação com o mercado, calcula-se também o VaR da carteira teórica dos diversos *benchmarks* cadastrados (IBrX, IMA etc.). O intervalo de confiança padrão adotado pela PREVI é de 99%.
 - b) **Divergência Não Planejada (DNP)** – calculada mensalmente, utilizando o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O *benchmark* utilizado pode ser o atuarial do plano (para análise de desempenho) ou qualquer *benchmark* predeterminado pela Política de Investimentos, dependendo do objetivo da carteira. Apesar de a DNP ser essencialmente uma medida de desempenho, serve como um bom indicador do risco de solvência do plano, principalmente, quando utiliza o atuarial como *benchmark*.

- c) **Tracking Error (TE)** – indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um *benchmark*. Tipo de medida utilizada principalmente para ativos de gestão passiva. Representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do *benchmark*. É, normalmente, calculado com o horizonte de 12 e 36 meses.
- d) **Simulações de Stress** – apresenta uma simulação de perda/ganho dado o acontecimento de um determinado cenário. Os cenários utilizados podem refletir os choques usualmente observados no mercado e/ou cenários traçados com base em projeções macroeconômicas. A periodicidade pode ser semanal, mensal, ou eventual, previamente à realização de alguma operação relevante. Além dos cenários de choque nos fatores de risco, existem os choques nas posições, simulando compra/venda de ativos e seu impacto no risco global.
- **Risco de Crédito** – Pode ser segmentado em três grandes conjuntos:
 - a) **Risco de Crédito de Instituições Financeiras** – utiliza metodologia própria para cálculo de *rating* interno e limite operacional para instituições financeiras. A aplicação dessa metodologia é feita por sistema institucional, integrado a outros sistemas da PREVI. Além do *rating* interno e limite operacional, há um processo de acompanhamento diário de fatos de mercado e de avaliação da qualidade de crédito de contrapartes.
 - b) **Risco de Crédito de Instituições Não Financeiras** – utiliza metodologia própria para obtenção de *rating* interno para operações com instituições não financeiras. Esse processo também engloba a análise do risco de operações estruturadas, o que demanda uma avaliação da estrutura da operação proposta.
 - c) **Risco de Crédito de Operações com Participantes** – utiliza metodologia de cálculo de fundo de *hedge* e liquidez, que visa à formação de reserva para suportar eventos de inadimplência ou descasamento de taxas, tanto na carteira de Empréstimos a Participantes quanto na de Financiamentos Imobiliários.
 - **Risco de Liquidez e Solvência** – O Risco de Liquidez no curto prazo é acompanhado e mitigado por meio da formação de um caixa mínimo, composto por ativos de altíssima liquidez, em volume suficiente para arcar com o pagamento de benefícios para os próximos seis meses. Para o longo prazo realizamos o *cash flow matching*, que tem como objetivo o casamento de fluxo de caixa no médio e no longo prazo, visando mitigar riscos de liquidez dos próximos anos. O caixa mínimo e o *cash flow matching* são calculados mensalmente e acompanhados pela Diretoria de Investimentos a fim de aproveitar as oportunidades de mercado.
 - **Risco de Solvência** – O Risco de Solvência é medido pelo impacto das projeções de resultado no balanço da Entidade. Os cenários que impactam os fatores de riscos são gerados utilizando o método de Monte Carlo. Dessa maneira, há uma projeção das necessidades de caixa e do resultado de cada plano, ao longo do tempo, que permite fazer uma alocação de recursos mais eficiente.
 - **Risco de Liquidez e Solvência** – A combinação do risco de liquidez e do risco de solvência é o centro do processo de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). Além das projeções, é utilizada a simulação do passivo estocástico (ver Risco do Passivo Atuarial). Dessa forma, são traçadas estratégias de alocação futura de recursos, visando garantir liquidez e solvência do plano no longo prazo.
 - **Risco Operacional** – A PREVI utiliza metodologia própria para identificação e avaliação anual do nível de criticidade (extrema, alta, média e baixa) e da perda financeira potencial dos riscos operacionais, a partir de uma análise de probabilidade, impactos (financeiro, de imagem e legal), fragilidades e controles.
 - **Riscos de criticidade baixa e média** são mantidos sob supervisão, de forma que qualquer variação que possa ocasionar a sua materialização seja tempestivamente identificada e devidamente corrigida.
 - **Riscos de criticidade extrema e alta** são tratados por meio de planos de ação com o objetivo de implementar ou aprimorar controles que sejam capazes de reduzir a probabilidade de materialização do risco a níveis aceitáveis.
 - **Comportamento dos riscos** é monitorado tanto para atestar se estes foram devidamente mitigados quanto para subsidiar a composição dos indicadores-chave de risco. Também são monitoradas as ações corretivas para tratamento das falhas operacionais nos processos da PREVI.
 - **Risco Legal** – Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência. Seu acompanhamento é constante e envolve o provisionamento dos processos judiciais e/ou administrativos a partir da classificação da probabilidade de perda estimada pela Administração da PREVI no



CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (“provável”, “possível” ou “remota”) e da mensuração dos valores envolvidos. Paralelamente, são elaboradas ações mitigadoras junto às partes envolvidas.

- **Risco do Passivo Atuarial** – É o risco de não formação de reserva adequada em função da ocorrência de riscos biométricos, tais como aumento de longevidade, alteração na taxa de entrada em invalidez etc. Uma inovação complementar ao cálculo normalmente realizado para o passivo atuarial é o cálculo do passivo estocástico: para cada participante são simulados diversos caminhos aleatórios, o que faz com que cada participante possua uma distribuição de possíveis provisões matemáticas. O total desse conjunto de provisões matemáticas forma a reserva matemática estocástica, que é utilizada no processo de ALM para a mensuração do risco de solvência. Por se tratar de uma distribuição, conceitos estatísticos como intervalo de confiança, desvio-padrão etc. podem ser aplicados para melhor mensuração da probabilidade de insolvência no futuro.

Neste processo, cada reserva matemática da distribuição considera uma projeção de fluxo de caixa atuarial, que por sua vez é utilizada pelo ALM para determinação do risco de liquidez.

Dessa forma, o processo de ALM é realizado de maneira completamente estocástica, tanto pelo lado dos ativos quanto pelo lado do passivo atuarial.

4.3 GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como os adiantamentos do INSS, depósitos judiciais e recursais.

4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.
- b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.
- c) As despesas administrativas comuns da PREVI serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das

despesas comuns incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela verificada no último dia do mês.

- d) As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

4.5 INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são determinados pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009, e alterações posteriores.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** – Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou o passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou o passivo.

4.5.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

São classificados e registrados como “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento” conforme norma específica do CNPC. Os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e emolumentos, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro-rata die* até a data do balanço.

Os títulos classificados como “para negociação” são ajustados ao valor de mercado. O ágio e o deságio aplicados aos títulos para negociação são amortizados *pro-rata die*, pelo prazo que decorre da aquisição até o vencimento do título.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a PREVI emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou

- custo amortizado com aplicação do teste de *impairment* considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de *rating*, a PREVI atribui o grau de risco máximo.

4.5.1.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas em sua mensuração inicial pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e de outras taxas. Nas mensurações subsequentes, são precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendo.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.1.3 Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso não haja valor de mercado.

4.5.1.4 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.5.2 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

4.5.2.1 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado em, no máximo, três anos. Os investimentos imobiliários do Plano 1 são reavaliados a cada 2 anos e os do plano PREVI Futuro anualmente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre Terreno e

Benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.5.3 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são apresentados por seu valor líquido.

Perda por *Impairment* – um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se o mesmo está desvalorizado. Considera-se ativo desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A análise de recuperabilidade deve ser realizada, no mínimo, a cada encerramento de exercício.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e apresentados abaixo.

PCLD		Faixa de Provisionamento ⁽¹⁾
Atraso (em dias)		
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
> 361		100%

⁽¹⁾ Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos.

4.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.



Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 e estão sujeitos ao teste anual de *impairment*, caso não tenham vida útil definida. As estimativas desses ativos não monetários identificáveis e sem substância física observam as normas do CFC. Caso um item abrangido pelo CPC 04 não atenda à definição de ativo intangível, o gasto incorrido na sua aquisição ou geração interna é reconhecido como despesa do exercício. Os *softwares* constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

BENS	Taxa Anual % Depreciação / Amortização
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

4.7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes. Estão acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações presentes decorrentes de acordos firmados com o patrocinador Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.

4.8 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota 12) e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for

remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados internos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na justiça do trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais podem ser registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como em Investimentos.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente.

4.8.3 Ativos Contingentes

A Entidade se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente Certo** – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da Entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a Entidade reconhece o Ativo pois este não é contingente.

- **Provável** – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da Entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente (Nota 13.2).
- **Possível e Remota** – nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade, respectivamente.

4.9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios já concedidos para os aposentados e pensionistas, líquido das contribuições futuras, quando houver.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros líquidos do Plano com os participantes em atividade.
- **Provisões Matemáticas a Constituir** – correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998, bem como ao valor das provisões matemáticas garantidoras do complemento adicional de aposentadoria do Grupo Especial disciplinado no contrato firmado em 2012 (Nota 14.1).

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

4.10 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados segundo normas do CNPC e da Previc.

4.11 FUNDOS

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Previdenciais** – são fundos criados a partir de avaliação atuarial e têm destinação específica. A exceção é o Fundo de Renda Certa, que é financeiro.
- **Administrativo** – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.
- **Investimentos** – são fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

4.12 APURAÇÃO DO RESULTADO

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

4.13 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo da Gestão Previdencial** – corresponde a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.
- **Custeio Administrativo de Investimentos** – baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão (Nota 18).

5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial que registra, além dos depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, o adiantamento realizado no dia 20/12/2016 dos benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento ocorre no quinto dia útil do mês subsequente (Nota 4.3).

Descrição	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado ⁽¹⁾	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Adiantamento por Conta do INSS	209.449	184.929	1.884	3.660	0	0	211.333	188.589
Depósitos Judiciais ⁽²⁾ (Nota 12.2)	2.423.335	1.894.744	252	178	5.572	3.566	2.429.159	1.898.488
Bloqueios Judiciais ^(Nota 12.2)	7.186	6.226	0	0	0	2	7.186	6.228
Demais Realizáveis	1.889	23.694	133	14	1	400	905	15.413
Total	2.641.859	2.109.593	2.269	3.852	5.573	3.968	2.648.583	2.108.718

⁽¹⁾ Ajustes e eliminações para consolidação detalhados na Nota 19. ⁽²⁾ Ingresso de processos na fase de execução com necessidade de depósito judicial.

6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2016	2015
Gestão Administrativa	249.663	212.484
Contas a Receber	427	433
Despesas Antecipadas	241	2.654
Depósitos Judiciais / Recursais (Nota 12.2)	245.055	203.789
Trabalhistas	3.434	2.105
INSS de Cooperativas	4.897	4.897
PIS/Cofins	236.724	196.787
Demais Realizáveis	3.940	5.608

7 REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais/Recursais. Alcançou o montante de R\$ 167.691.455, a seguir demonstrado.

INVESTIMENTOS - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2016	2015
Títulos Públicos	⁽¹⁾ 90.581	0	0	0	90.581	84.409
Títulos Públicos Federais	90.581	0	0	0	90.581	84.409
Créditos Privados e Depósitos	1.118.711	1.324.412	0	4.909.787	7.352.910	7.118.156
Instituições Financeiras	0	0	0	1.910.875	1.910.875	1.572.962
Companhias Abertas	1.118.711	1.324.412	0	0	2.443.123	2.310.777
Patrocinador	0	0	0	2.998.912	2.998.912	3.234.417
Ações	43.102.066	3.456.931	0	0	46.558.997	34.159.738
Instituições Financeiras	5.970.407	0	0	0	5.970.407	4.098.539
Companhias Abertas	28.052.382	3.456.931	0	0	31.509.313	25.351.134
Patrocinador	8.257.200	0	0	0	8.257.200	4.710.065
Empréstimos de ações	822.077	0	0	0	822.077	0
Fundos de Investimento	17.422	49.303.014	0	47.071.555	96.391.991	95.530.219
Fundo de Renda Fixa	0	15.623.712	0	⁽²⁾ 46.535.983	62.159.695	56.449.795
Fundo de Ações	0	33.241.193	0	0	33.241.193	37.858.511
Fundo Multimercado	0	122.953	0	0	122.953	133.577
Fundo de Direitos Creditórios	0	0	0	0	0	283.956
Fundo de Empresas Emergentes	0	11.205	0	0	11.205	10.693
Fundo de Participações	12.558	303.951	0	⁽³⁾ 535.572	852.081	785.113
Fundo Imobiliário	4.864	0	0	0	4.864	8.574
Investimentos Imobiliários	10.405.886 ⁽⁴⁾	0	0	0	10.405.886	10.215.526
Empréstimos	0	0	0	5.689.394	5.689.394	5.386.166
Financiamentos Imobiliários	0	0	0	1.170.068	1.170.068	1.226.273
Depósitos Judiciais/Recursais	31.628	0	0	0	31.628	18.323
Total	54.766.294	54.084.357	0	58.840.804	167.691.455	153.738.810

⁽¹⁾ Exclusivamente Títulos Públicos Federais. ⁽²⁾ Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.3.2). ⁽³⁾ Avaliados ao custo, conforme regulamento do Fundo.

⁽⁴⁾ Avaliados ao valor justo e depreciados pela vida útil estimada.

7.1 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

CARTEIRA	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Títulos Públicos	⁽¹⁾ 89.533	83.409	0	0	1.048	1.000	0	0	90.581	84.409
Créditos Privados e Depósitos	5.875.242	5.908.138	1.185.061	958.434	94.600	67.863	198.007	183.721	7.352.910	7.118.156
Instituições Financeiras	1.139.692	992.023	531.812	409.445	94.600	67.863	144.771	103.631	1.910.875	1.572.962
Companhias Abertas	⁽²⁾ 1.883.733	1.848.299	523.647	434.987	0	0	35.743	27.491	2.443.123	2.310.777
Patrocinador ^(Nota 10)	2.851.817	3.067.816	129.602	114.002	0	0	17.493	52.599	2.998.912	3.234.417
Total	5.964.775	5.991.547	1.185.061	958.434	95.648	68.863	198.007	183.721	7.443.491	7.202.565

⁽¹⁾ Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. ⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 5.949.424 (R\$ 4.844.163 no exercício anterior) referente às debêntures de Embaúba, Invesc e Teka, adquiridas no período de 1982 a 1999, bem como a provisão no valor de R\$ 1.171 aplicada às debêntures repactuadas do Parque Hopi Hari.

CINCO MAIORES EMISSORES POR PLANO

	Tipo	Vencimento	Taxa média negociada	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 a 16/05/2022	2.170	2.851.817	48,5
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 a 18/11/2019	400	430.778	7,3
	Itau Unibanco S.A.	Letra Financeira	21/11/22	250	414.021	7,1
	BNDES	Debênture não conversível	15/01/2017 e 15/05/2019	175.949	256.054	4,4
	NCF Participações S.A.	Debênture não conversível	23/12/20	21.000	202.919	3,5
	Total				4.155.589	70,8 ⁽¹⁾
PREVI Futuro	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 a 18/11/2019	275	300.754	25,4
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 e 16/05/2022	120	129.602	10,9
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/12/2017 a 18/11/2019	77	81.678	6,9
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 e 22/03/2019	65	72.655	6,1
	Invepar- Raposo Tavares	Debênture não conversível	15/12/24	60.000	71.598	6,0
	Total				656.287	55,3 ⁽¹⁾
Capec	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 a 15/10/2019	41	44.821	47,4
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/12/2017 a 15/10/2019	20	22.168	23,4
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 e 22/03/2019	10	11.217	11,9
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	16/06/17	4	5.579	5,9
	Caixa Econômica Federal	Letra Financeira	16/06/17	4	5.571	5,8
	Total				89.356	94,4 ⁽¹⁾
PGA	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	19/12/2017 a 18/11/2019	84	89.051	45,0
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/12/2017 a 18/11/2019	26	28.194	14,2
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/18	10	17.493	8,8
	Cemig Geração e Transm. S.A.	Debênture não conversível	15/02/22	9.800	12.513	6,3
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira	16/06/17	6	8.368	4,2
	Total				155.619	78,5 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos privados, classificados como “Títulos para Negociação”, comparado ao custo amortizado:

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2016	2015
Títulos Privados - Valor de Mercado								
Debêntures - Plano 1	104.556	1.094.460	500.874	0	184.781	1.884.671		
Letras Financeiras - Plano 1	96.220	2.944.595	950.693	0	0	3.991.508	5.876.179	5.908.871
Debêntures - PREVI Futuro	9.028	315.008	199.612	0	0	523.648		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	115.803	485.980	59.630	0	0	661.413	1.185.061	958.434
Letras Financeiras - CAPEC	26.044	68.556	0	0	0	94.600	94.600	67.863
Debêntures - PGA	0	18.782	16.961	0	0	35.743		
Letras Financeiras - PGA	26.962	135.302	0	0	0	162.264	198.007	183.721
Total (*)	378.613	5.062.683	1.727.770	0	184.781	7.353.847		
Títulos Privados - Custo Amortizado (**)								
Debêntures - Plano 1	104.680	1.127.448	563.185	0	1.322	1.796.635		
Letras Financeiras - Plano 1	96.220	2.944.595	950.693	0	0	3.991.508	5.788.143	5.974.221
Debêntures - PREVI Futuro	9.099	322.893	218.742	0	0	550.734		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	115.803	485.980	59.630	0	0	661.413	1.212.147	993.996
Letras Financeiras - CAPEC	26.044	68.556	0	0	0	94.600	94.600	68.452
Debêntures - PGA	0	19.294	19.843	0	0	39.137		
Letras Financeiras - PGA	26.962	135.302	0	0	0	162.264	201.401	187.287
Total (*)	378.808	5.104.068	1.812.093	0	1.322	7.296.291		

(*) Inclui os ativos constantes dos fundos de investimento exclusivos. (**) Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

7.2 AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES	Plano 1		PREVI Futuro		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ações	43.839.794	32.305.383	2.559.025	1.733.027	160.178	121.328	46.558.997	34.159.738
Instituições Financeiras	5.392.662 ⁽¹⁾	3.769.731	544.986	306.870	32.759	21.938	5.970.407	4.098.539
Companhias Abertas	29.555.381 ⁽²⁾	23.899.323	1.834.287	1.356.748	119.645	95.063	31.509.313	25.351.134
Patrocinador ^{(Nota 10) (3)}	8.126.163	4.636.329	123.263	69.409	7.774	4.327	8.257.200	4.710.065
Empréstimos de ações	765.588	0	56.489	0	0	0	822.077	0

⁽¹⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 1.857 referente à participação acionária no Banco Econômico. ⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 6.069 referente à participação acionária em Casa Anglo e Gazeta Mercantil e IR sobre ações da Celesc. ⁽³⁾ Considera ações da BB Seguridade.

SEIS MAIORES AÇÕES POR PLANO		Tipo	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	ON	278.211	7.814.943	17,8
	CPFL Energia	ON	299.282	7.686.807	17,5
	Ambev S.A	ON	294.461	4.829.155	11,0
	Petrobrás	PN	296.759	4.412.802	10,1
	BRF S.A	ON	84.736	4.088.502	9,3
	ItaúUnibanco	PN	96.413	3.263.576	7,4
	Total			32.095.785	73,1⁽¹⁾
PREVI Futuro	ItaúUnibanco	PN	8.035	271.971	10,6
	Vale	PNA	8.308	193.910	7,6
	Bradesco	PN	6.336	183.754	7,2
	Ambev S.A	ON	8.845	145.064	5,7
	Petrobrás	PN	8.332	123.898	4,8
	Petrobrás	ON	7.060	119.603	4,7
	Total			1.038.200	40,6⁽¹⁾
PGA	ItaúUnibanco	PN	459	15.526	9,7
	Vale	PNA	537	12.536	7,8
	Bradesco	PN	389	11.273	7,0
	Ambev S/A	ON	638	10.462	6,5
	Petrobrás	PN	588	8.740	5,5
	Petrobrás	ON	394	6.682	4,2
	Total			65.219	40,7⁽¹⁾

⁽¹⁾ Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.

7.2.1 AÇÕES SEM MERCADO ATIVO E/OU BLOQUEADAS – Plano 1

A avaliação das ações sem mercado ativo é feita pelo método do Fluxo de Caixa Descontado e reflete a estimativa da administração da Entidade sobre a capacidade de geração de riqueza da companhia e, na taxa de desconto, estão refletidos os riscos e volatilidades, bem como a alavancagem do mercado e da própria empresa. O método é também conhecido como Avaliação a Valor Econômico, porque captura as oportunidades, incorpora efeitos de investimentos futuros e ajusta distorções extraordinárias. A PREVI utiliza este método de avaliação desde 2002 e os ativos são classificados como Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis.

A definição das premissas operacionais e financeiras das empresas baseia-se em informações históricas e futuras. É observado, entre outras coisas, o cronograma



de investimentos e/ou projetos divulgados que impactam as respectivas operações, as empresas comparáveis correspondentes a cada setor, além das demais informações públicas disponíveis. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos ativos são estabelecidas internamente na PREVI a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial.

O valor justo dos títulos patrimoniais mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e que representam mais do que 0,25% dos recursos garantidores da Entidade foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 30/11/2016. A PREVI analisou e concluiu que não ocorreram notificações relevantes nas principais premissas utilizadas na modelagem desde a data do laudo até 31/12/2016.

PREMISSAS DE ESTIMATIVAS

Macroeconômicas ^{(1) (2)}	Características	Taxa
Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco ⁽³⁾	Bônus do Tesouro Norte-americano	2,96%a.a.
Taxa de Risco Soberano Brasileiro ^{(4) (5)}	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	316 pontos base
Risco de Mercado ⁽⁶⁾	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	6,26%a.a.

Operacionais ⁽⁷⁾

Principais: demanda, preços, custos, nível de investimentos e nível de alavancagem financeira.

⁽¹⁾ A principal premissa é a taxa de desconto. Determinada, ano a ano, pela média ponderada dos custos da dívida e de capital próprio. ⁽²⁾ Considera a estrutura de capital estimada de cada empresa, e está diretamente relacionada ao risco associado a seus fluxos de caixa futuros. ⁽³⁾ Taxa média dos últimos 3 anos do bônus do US Treasury de 30 anos. Fonte: Bloomberg. ⁽⁴⁾ EMBI - Emerging Markets Bond Index: índice que reflete o comportamento de títulos da dívida externa brasileira. Fonte: Banco Central do Brasil. ⁽⁵⁾ Média do risco soberano brasileiro dos últimos 3 anos. Fonte: Bloomberg. ⁽⁶⁾ Fonte: Damodaran. ⁽⁷⁾ Utilizadas na avaliação dos principais ativos.

AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO ⁽¹⁾

Empresa	Tipo	2016	2015	Ajuste	Nível de Mensuração
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	ON	3.559	2.796	763	2
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.	ON / PNA	2.636	1.647	989	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	ON	126.997	133.671	-6.674	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	PNA	38.063	40.063	-2.000	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A.	ON / PNA / PNB	26.319	28.553	-2.234	2
Daleth Participações S.A.	ON	115	115	0	2
Invitel Legacy S.A.	ON	89	109	-20	2
Jereissati Participações S.A.	ON	124.116	96.690	27.426	2
Jereissati Telecomunicações S.A. ⁽²⁾	ON / PN	0	10.950	-10.950	2
Litel Participações S.A.	ON / PNA	18	18	0	2
Neoenergia S.A.	ON	3.116.477	3.411.372	-294.895	2
Newtel Participações S.A.	ON	2.206	2.979	-773	2
Sauípe S.A.	ON / PN	142.025	162.409	-20.384	2
Sul 116 Participações S.A.	ON	1.308	1.336	-28	2

⁽¹⁾ Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo. ⁽²⁾ Venda total das ações.

A PREVI tem ações bloqueadas para negociação por estarem vinculadas a acordo de acionistas que permite participar do bloco de controle da companhia.

VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTAS

Ações	Tipo	Quantidade	Valor Justo
Tupy S.A.	ON	24.510.175	294.367
Jereissati Participações S.A.	ON / PN	17.758.227	217.872
Invitel Legacy	ON	317.311.938	89
Neenergia	ON	1.222.239.175	2.926.918
Litel ⁽¹⁾	ON/PN	168	18
CPFL Energia ⁽²⁾	ON	196.276.558	5.041.194
Newtel Participações	ON	382.709.514	2.206
Daleth Participações	ON	3.463.589	115

⁽¹⁾ Ações em processo de integralização no fundo BB Carteira Ativa. ⁽²⁾ Transferência do BB Carteira Livre I. Alienadas com aval de todos os órgãos reguladores e preço previamente determinado para 30.12.2016. A liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2017 (Nota 7.3)

O Conselho Deliberativo da PREVI aprovou, em 23/09/2016, a venda das ações de emissão da CPFL Energia vinculadas e não vinculadas ao Acordo de Acionistas. A venda das ações vinculadas ao acordo decorre do exercício do direito de venda conjunta (*tag along*).

A totalidade de ações da CPFL Energia do fundo BB Carteira Livre I foi transferida para a Carteira Própria de ações. Após a aprovação dos órgãos reguladores, a PREVI concretizou a venda de 299.282.239 ações ao preço unitário estipulado em contrato de compra e venda de R\$ 25,684139, que totaliza R\$ 7.686.807. Em 23/01/2017, a PREVI recebeu o total de R\$ 5.133.223 relativo à referida venda das ações vinculadas. O restante das ações não vinculadas será vendido em oferta pública de aquisição de ações.

7.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fundos de Investimento	91.620.448	92.132.336	4.051.314	2.760.299	183.033	156.696	537.196	480.888	96.391.991	95.530.219
Fundo de Renda Fixa ⁽¹⁾	57.536.846	53.189.341	3.902.620	2.622.870	183.033	156.696	537.196	480.888	62.159.695	56.449.795
BB Renda Fixa IV ⁽³⁾	44.557.699	37.741.688	0	0	0	0	0	0	44.557.699	37.741.688
BB Liquidez ⁽³⁾	12.851.323	15.351.452	0	0	0	0	0	0	12.851.323	15.351.452
BB Maxi ⁽³⁾	0	0	2.141.417	932.100	0	0	0	0	2.141.417	932.100
BB Maxi Liquidez ⁽³⁾	0	0	1.737.766	1.676.744	0	0	0	0	1.737.766	1.676.744
BB Capec ⁽³⁾	0	0	0	0	183.033	156.696	0	0	183.033	156.696
BB PGA ⁽³⁾	0	0	0	0	0	0	530.818	477.497	530.818	477.497
Demais Fundos RF	127.824	96.201	23.437	14.026	0	0	6.378	3.391	157.639	113.618
Fundo de Ações	33.204.505	37.829.521	36.688	28.990	0	0	0	0	33.241.193	37.858.511
Angra Partners Volt ⁽³⁾	111.181	111.754	0	0	0	0	0	0	111.181	111.754
BB Ativa ⁽³⁾	27.451.621	27.248.352	0	0	0	0	0	0	27.451.621	27.248.352
BB Carteira Livre I ⁽³⁾	5.293.573	10.195.920	0	0	0	0	0	0	5.293.573	10.195.920
Leblon Equities	17.935	12.222	0	0	0	0	0	0	17.935	12.222
Small Caps ⁽³⁾	330.195	261.273	36.688	28.990	0	0	0	0	366.883	290.263
Fundo Multimercado	110.658	120.219	12.295	13.358	0	0	0	0	122.953	133.577
Fundo de Direitos Creditórios ⁽²⁾	0	269.692	0	14.264	0	0	0	0	0	283.956
Fundo de Empresas Emergentes	11.205	10.693	0	0	0	0	0	0	11.205	10.693
Fundo de Participações	752.370	704.296	99.711	80.817	0	0	0	0	852.081	785.113
Global Equity PR ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sondas ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infrabrazil Sênior B	62.164	91.375	0	0	0	0	0	0	62.164	91.375
Brasil Governança Corporativa	30.307	73.470	0	0	0	0	0	0	30.307	73.470
Brasil Agronegócios	73.492	96.000	4.677	6.109	0	0	0	0	78.169	102.109
Caixa Barcelona	102.881	77.697	25.720	19.424	0	0	0	0	128.601	97.121
Logística Brasil	108.966	40.005	0	0	0	0	0	0	108.966	40.005
BR Internacional	51.327	49.448	5.703	5.494	0	0	0	0	57.030	54.942
BR Internacional II	61.740	23.914	7.025	2.818	0	0	0	0	68.765	26.732
Demais ⁽⁵⁾	261.493	252.387	56.586	46.972	0	0	0	0	318.079	299.359
Fundo Imobiliário ⁽⁶⁾	4.864	8.574	0	0	0	0	0	0	4.864	8.574

⁽¹⁾ Plano 1 - BB Renda Fixa IV - 99,3% e BB Liquidez -88,7% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PREVI Futuro - BB Maxi - 99,5% e BB Maxi Liquidez - 75,8% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. ⁽²⁾ Com aquisição substancial dos riscos e benefícios, conforme classificação da Instrução CVM nº 489, de 14/01/2011.

⁽³⁾ Fundos de investimento exclusivos. ⁽⁴⁾ Ao longo do ano, foram efetuadas provisões para perdas no valor total dos ativos. ⁽⁵⁾ R\$ 2.591 classificados em valores a receber do fundo GTD Participações. ⁽⁶⁾ Foi efetuado *impairment* no valor de R\$ 52.641, no Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, reduzindo seu valor patrimonial de R\$ 57.506 para R\$ 4.864.

Os fundos de ações representam 34,5% do valor total dos fundos de investimentos. Os dois mais relevantes são avaliados pelo método do Fluxo de Caixa Descontado (metodologia já detalhada na Nota 7.2.1): BB Carteira Ativa e o BB Carteira Livre I, ambos do Plano 1.

A PREVI é acionista da Litel (direta e, sobretudo, indiretamente, via Fundo BB Carteira Ativa) que é acionista da Valepar juntamente com outros signatários de Acordo de Acionistas que, por sua vez, é acionista da Vale, ou seja, a PREVI integra uma estrutura societária que controla a Vale.

O acordo de acionistas para o controle da Vale tem vencimento em maio de 2017. A PREVI está, correntemente

analisando as alternativas existentes para a sua participação indireta na Vale.

As ações da Valepar e da Litel não possuem liquidez, e seu valor econômico é influenciado pelo ambiente empresarial em que está inserida a Vale.

O fluxo de caixa utilizado contempla um período de projeção de janeiro de 2017 a dezembro de 2045 e inclui premissas operacionais da administração. Para as premissas financeiras, foram utilizadas as informações financeiras da Vale, Litel e Valepar, além de informações públicas sobre os setores de atuação da Vale e as projeções de mercado referentes aos preços das *commodities*.

PLANO 1	Ativo / Passivo			Nível de Mensuração
	FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2016	2015	
Fundo BB Carteira Ativa	27.451.620	27.248.352	261.074	
Disponível	5	1		
Operações Compromissadas	10.861	10.549		
Ações à vista	24.211.439	23.950.365	261.074	
Litel PRB	3.093.964	3.060.602	33.362	2
Litel ON ⁽¹⁾	21.117.464	20.889.752	227.712	2
Litel PNA ⁽¹⁾	11	11	0	2
Valores a receber	3.229.403	3.287.526		
JCP Litel	3.229.403	3.287.526		
Taxas Diferidas	0	2		
Valores a pagar	-88	-91		

⁽¹⁾ Ações vinculadas ao acordo de acionistas.

A Vale controla junto com a BHP Billiton a Samarco, responsável pelo grave acidente na barragem de rejeitos (Fundão) no município de Mariana (MG). Em 02/03/2016, a Samarco e seus acionistas (Vale e BHP Billiton) celebraram um acordo com os autores da ação civil pública para a implementação de programas de reparação e compensação das áreas e comunidades impactadas pela ruptura da barragem da Samarco.

Conforme o Acordo, a Samarco, a Vale e a BHP concordaram em instituir uma fundação que desenvolverá os programas de reparação e compensação, a ser financiada pela Samarco num cronograma de desembolsos pré-estabelecidos. O prazo do Acordo é de 15 anos, renovável por períodos sucessivos de um ano até que todas as

obrigações nele compreendidas sejam cumpridas. Nos termos do Acordo, caso a Samarco não cumpra suas obrigações financeiras com a fundação, a Vale e a BHP proverão fundos à fundação na proporção de suas participações acionárias na Samarco (50%).

PLANO 1	Ativo / Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
	2016	2015		
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS				
Fundo BB Carteira Livre I	5.293.573	10.195.920	-4.963.768	
Disponível	2	2		
Operações Compromissadas	8.606	55		
Ações à vista	5.198.893	10.162.661	-4.963.768	
CPFL Energia ON ^{(1) (2)}	0	3.987.756	-3.987.756	1
Neoenergia ON ⁽¹⁾	3.750.523	4.105.415	-354.892	2
Invepar ON ⁽¹⁾	468.255	666.517	-198.262	2
Invepar PN ⁽¹⁾	968.080	1.377.969	-409.889	2
521 Participações ON ⁽¹⁾	12.035	25.004	-12.969	
Valores a receber	86.146	33.276		
Taxas Diferidas	0	2		
Valores a pagar	-74	-76		

⁽¹⁾ Ações vinculadas ao acordo de acionistas. ⁽²⁾ Transferência à carteira própria de ações. Alienadas com aval de todos os órgãos reguladores e preço previamente determinado para 30.12.2016. A liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2017 (Nota 7.2.1).

No fundo BB Carteira Livre I, foram transferidas para a carteira própria as ações da CPFL e ficaram os investimentos Neoenergia, 521 Participações e Invepar (holding que controla empresas do setor de concessões rodoviárias, metroviária e aeroportuária), avaliadas como Nível 2 (Nota 4.5).

O valor econômico da Neoenergia foi obtido a partir da soma do valor econômico de suas participações diretas e indiretas nos ativos de distribuição, geração, transmissão de energia elétrica e outros. Na avaliação das empresas distribuidoras do grupo Neoenergia considerou-se a concessão atual mais um período de renovação de 30 anos. Para os empreendimentos de geração e transmissão, contudo, foi projetado o período de concessão atual até o término, sem renovação.

7.3.1 TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os títulos públicos classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos até o Vencimento” em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados nos quadros abaixo:

Vencimento						Total	Total por Plano	
	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos		2016	2015
Títulos Públicos - Valor de Mercado								
LFT- Plano 1	0	278	0	0	0	278		
NTN-B - Plano 1	89.255	0	0	0	0	89.255		
Op. Compromissadas - Plano 1	313.184	0	0	0	0	313.184	402.717	15.690.562
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	11.320	0	0	0	0	11.320	11.320	1.688.235
NTN-F - CAPEC	1.048	0	0	0	0	1.048	1.048	157.702
LTN- PGA	40.979	0	0	0	0	40.979		
NTN-B - PGA	0	203.597	40.670	0	0	244.267		
NTN-F - PGA	14.152	33.660	8.903	0	0	56.715		
Op. Compromissadas - PGA	27.997	0	0	0	0	27.997	369.958	326.363
Total (*)	469.938	237.535	49.573	0	0	785.043		
Títulos Públicos - Custo Amortizado (**)								
LFT- Plano 1	0	279	0	0	0	279		
NTN-B - Plano 1	88.167	0	0	0	0	88.167		
Op. Compromissadas - Plano 1	313.184	0	0	0	0	313.184	401.630	16.688.206
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	11.320	0	0	0	0	11.320	11.320	1.775.249
NTN-F - CAPEC	1.048	0	0	0	0	1.048	1.048	161.625
LTN- PGA	40.985	0	0	0	0	40.985		
NTN-B - PGA	0	201.180	39.882	0	0	241.062		
NTN-F - PGA	14.152	31.870	8.891	0	0	54.913		
Op. Compromissadas - PGA	27.997	0	0	0	0	27.997	364.957	341.051
Total (*)	496.853	233.329	48.773	0	0	778.955		

(*) Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria. (**) Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

7.3.2 TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2016	2015
Títulos Públicos - Custo Amortizado								
NTN-B - Plano 1	1.572.386	8.709.559	6.795.564	1.813.973	25.080.962	43.972.444		
NTN-F - Plano 1	272.559	0	0	0	0	272.559	44.245.003	37.497.198
NTN-B - PREVI Futuro	2.955	464.814	452.677	160.292	876.406	1.957.144		
NTN-F - PREVI Futuro	172.970	0	0	0	0	172.970	2.130.114	920.647
NTN-B - PGA	0	60.047	0	29.490	58.225	147.762		
NTN-F - PGA	13.104	0	0	0	0	13.104	160.866	151.143
Total	2.033.974	9.234.420	7.248.241	2.003.755	26.015.593	46.535.983		
Títulos Públicos - Valor de Mercado (*)								
NTN-B - Plano 1	1.573.870	8.886.255	7.288.840	1.851.879	23.801.495	43.402.339		
NTN-F - Plano 1	272.552	0	0	0	0	272.552	43.674.891	32.305.307
NTN-B - PREVI Futuro	2.975	472.328	470.615	164.969	929.537	2.040.424		
NTN-F - PREVI Futuro	172.966	0	0	0	0	172.966	2.213.390	872.096
NTN-B - PGA	0	60.919	0	31.050	63.005	154.974		
NTN-F - PGA	13.103	0	0	0	0	13.103	168.077	141.018
Total	2.035.466	9.419.502	7.759.455	2.047.898	24.794.037	46.056.358		

(*) Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo amortizado.

Em 30/12/2016, houve reclassificação apenas de Títulos Públicos Federais da categoria “Títulos para Negociação” para a categoria “Mantidos até o Vencimento” no Plano 1 e no PREVI Futuro, nos montantes de R\$ 1.631.711 e R\$ 596.204, respectivamente. A justificativa para essa reclassificação foi reduzir a volatilidade da rentabilidade do segmento de Renda Fixa dos planos de benefícios.

De acordo com o item III do Artigo 8º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, destacamos que a referida reclassificação não gerou reflexo no resultado do Plano 1 e do PREVI Futuro.

O plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade atesta que os Planos de Benefícios possuem capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, conforme relatório elaborado pelas áreas técnicas responsáveis, representantes das Diretorias de Investimento, de Planejamento e de Seguridade.

7.4 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R\$ 10.405.886 (R\$ 10.215.526, em 2015) no Consolidado.

Dos imóveis que compõem a carteira da PREVI, 40 foram avaliados a valor justo em 2016, com base em laudos de

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2015	Aquisição	Alienação	Avaliação	Depreciação	Incorporação de Custo ⁽¹⁾	Transferência	A Receber	Compra	2016
				ao Valor Justo				- Movimen- tação	/ Venda a prazo	
Edificações para Renda	5.029.635	0	-85.346	-72.034	-63.657	3.748	0	-7.584	0	4.804.762
Imóveis em Construção	913.119	0	0	0	0	193.923 ⁽²⁾	-413.430	0	0	693.612
Uso Próprio	152.194	0	0	6.680	-2.116	0	0	0	0	156.758
Locadas à Patrocinadores	182.905	0	0	25.301	-5.354	29.650	413.430	6.633	0	652.565
Shopping Centers	3.388.730	0	0	181.555	-55.261	2.897	0	-874	0	3.517.047
Complexo Hospitalar	168.016	0	0	20.246	-3.337	0	0	122	0	185.047
Direitos de Alienação	506	0	0	0	0	0	0	0	0	506
Subtotal	9.835.105	0	-85.346	161.748	-129.725	230.218	0	-1.703	0	10.010.297
Plano 1										
Imóveis em Construção	54.720	0	0	0	0	21.547 ⁽²⁾	0	0	0	76.267
Shopping Centers	325.701	0	0	-5.403	-5.125	4.004	0	145	0	319.322
Subtotal	380.421	0	0	-5.403	-5.125	25.551	0	145	0	395.589
PREVI Futuro										
CONSOLIDADO	10.215.526	0	-85.346	156.345	-134.850	255.769	0	-1.558	0	10.405.886

⁽¹⁾ Valor desembolsado em benfeitorias (obras e construções). ⁽²⁾ Torre Parque Cidade e Shopping Parque da Cidade.

empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R\$ 156.345, conforme quadros a seguir:

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento somaram R\$ 233.422, conforme quadro a seguir:

IMÓVEIS AVALIADOS A VALOR JUSTO POR CLASSE

Classe	Valor Justo	Valor Contábil	(*)	Ajuste
Edificações Locadas à Patrocinadora	626.683	601.396	-14	25.301
Edificações Locadas a Terceiros	3.518.607	3.591.635	-994	-72.034
Participações em Shopping Center	3.030.174	2.854.022	0	176.152
Complexo Hospitalar	186.500	166.254	0	20.246
Edificações para Uso Próprio	157.045	150.365	0	6.680
Total	7.519.009	7.363.672	-1.008	156.345

^(*) Depreciação entre o valor justo dos imóveis destinados à venda. Avaliação realizada a cada 6 meses.

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(**)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa (*) Avaliadora
ABC - P1	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	559.400	534.095		25.305	26/7	6
ABC - PF (****)	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	48.629	46.459		2.170	26/7	6
América Business Park	Av. Major Sylvio Padilha, 5200 - São Paulo (SP)	113.500	108.016		5.484	2/9	14
Ansarah	Av. Paulista, 2163 - São Paulo (SP)	152.770	125.516		27.254	1/9	9
Barrashopping	Av. das Américas 4666, Rio de Janeiro (RJ)	493.973	454.820		39.153	2/8	3
Birmann 21	Av. das Nações Unidas, 7221 - São Paulo (SP)	323.894	397.840		-73.946	8/7	10
Centenário	Rua Flórida, 1970 - São Paulo (SP)	65.187	76.053		-10.866	20/5	10
Centro Empresarial Mourisco	Praia de Botafogo, 501 - Rio de Janeiro (RJ)	359.947	344.611		15.336	26/9	15
Citta América	Av. das Américas, 700 - Rio de Janeiro (RJ)	124.950	135.662		-10.712	20/1	2
Crystal Tower	Alameda Mamoré, 989 - São Paulo (SP)	136.518	131.693		4.825	8/1	5
Eco Berrini	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini 1376 - São Paulo (SP)	774.959	755.384		19.575	16/5	5
Ed. Água Branca	Av. Francisco Matarazzo, 1400 - São Paulo (SP)	335.000	303.155		31.845	7/12	5
Galpão Presidente Dutra (***)	Rod. Presidente Dutra, Km 229 - São Paulo (SP)	85.500	81.653	-439	4.286	02/02 e 03/08	16
Hiper Bompreço Guararapes	Av. Barreto De Menezes, 800 - Recife (PE)	60.792	52.948		7.844	16/11	6
Hospital São Luiz	Av. Eng. Oscar Americano, 840 - São Paulo (SP)	186.500	166.254		20.246	21/3	16
Loja BB - Laranjeiras	Rua das Laranjeiras, 475 - Rio de Janeiro (RJ)	3.456	3.074	-14	396	19/02 e 09/12	12
Metrô Tatuapé - P1	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	453.014	425.695		27.319	21/1	1
Metrô Tatuapé - PF (****)	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	45.290	44.407		883	21/1	1
Morumbi Square	Av. Chucri Zaidan, 80 - São Paulo (SP)	34.400	33.133	-209	1.476	09/03 e 21/09	14
Norteshopping	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	213.470	207.269		6.201	3/5	6
Norteshopping 1ª Expansão	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	312.519	295.315		17.204	3/5	6

» CONTINUA

» CONTINUAÇÃO

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(**)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa (*) Avaliadora
Norteshopping - PF (****)	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	137.734	140.983		-3.249	3/5	6
Parque Cidade Corporate - Torres A	CND Setor Comercial Sul - 9 Quadra 9, Lote C - Brasília (DF)	306.950	296.757		10.193	2/2	7
Parque Cidade Corporate - Torres C	CND SCS - B quadra 9, bloco A1 - Brasília (DF)	306.775	295.861		10.914	2/2	7
Plaza Centenário	Av. das Nações Unidas, 12995 - São Paulo (SP)	348.909	376.232		-27.323	10/3	10
Residencial Jardim Guedala 32a	Rua Eugênio Betarello, 55 apt 32 - Bloco A - São Paulo (SP)	612	573	-4	43	12/04 e 09/12	13
Residencial Jardim Guedala 74a	Rua Eugênio Betarello, nº 55 - Aptº 74 A - São Paulo (SP)	630	606		24	11/7	8
Residencial Leopoldo Pereira	Rua Leopoldo Pereira, nº 45 apto 203 - Belo Horizonte (MG)	206	194		12	19/7	2
Residencial Rui Barbosa (****)	Rua Rui Barbosa, 720, Itaiópolis (SC)	160	149		11	17/3	9
Rio Branco 1	Av. Rio Branco, 1- Rio de Janeiro (RJ)	94.913	107.164		-12.251	13/6	11
Rio Metropolitan	Av. República do Chile, 500 - Rio de Janeiro (RJ)	119.615	116.110		3.505	14/7	11
São Luiz - bloco I	Av. Juscelino Kubitscheck, 1830 - São Paulo (SP)	29.470	46.484	-156	-16.858	10/03 e 26/09	5
São Luiz - bloco III	Av. Juscelino Kubitscheck, 1830 - São Paulo (SP)	35.364	55.596	-186	-20.046	10/03 e 26/09	5
Shopping Barra	Av. Centenário, 2992 - Salvador (BA)	119.118	110.764		8.354	6/10	3
Shopping Curitiba	Rua Brigadeiro Franco, 2300 - Curitiba (PR)	176.814	154.723		22.091	23/6	1
Shopping Morumbi	Av. Roque Petroni Jr, 1089 - São Paulo (SP)	277.972	250.157		27.815	2/8	3
Shopping Vitória - P1	Av. Américo Buaiz, 200, Vitória (ES)	105.640	97.527		8.113	25/10	16
Shopping Vitória - PF (****)	Av. Américo Buaiz, 200, Vitória (ES)	86.600	91.807		-5.207	25/10	16
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3131 - Rio de Janeiro (RJ)	46.449	57.729		-11.280	11/1	12
Torre Matarazzo	Av. Paulista, 1230 - São Paulo (SP)	441.410	441.204		206	20/10	4
Total Consolidado		7.519.009	7.363.672	-1.008	156.345	-1.008	

(*) Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - UON Serviços de Engenharia Ltda. 2 - Elo Engenharia e Construções Ltda. 3 - Urbanométrica - Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ltda. 4 - Dworking Assessoria em Patrimônio Ltda. 5 - Anexa Engenharia Consultoria e Comércio Ltda. 6 - Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda. 7 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda. 8 - WG Barboza Construções Ltda - ME 9 - Consul Patrimonial. 10 - Exata Perícias e Avaliações Ltda. 11 - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda. 12 - Sênior Consultoria Avaliações e Estudos Técnicos Ltda. 13 - Personal Patrimonial Ltda. 14 - Mello Cenço Arquitetura e Avaliações Ltda. 15 - Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda. 16 - Fide Serviços De Engenharia E Consultoria Ltda. (**) Depreciação entre reavaliações dos imóveis destinados à venda. Reavaliação a cada 6 meses. (****) Imóveis alienados. (****) Imóvel pertencente à Carteira Imobiliária do Plano PREVI Futuro.

EMPREENDIMENTOS ALIENADOS	Imóvel	Valor Justo	Valor de Venda	Resultado
Galpões/Armazéns	Rodovia Presidente Dutra - Galpão - Jardim - Guarulhos - São Paulo - SP	85.187	85.500	313
Imóvel Residencial	Rua Rui Barbosa 720 - Centro - Itaiópolis - Santa Catarina - SC	159	170	11
Total		85.346	85.670	324

7.5 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2015			2016
Dívidas de Garantia Mínima	38.626	Provisões	Reversões	48.877
Dívidas de Locação	161.111			184.545
Total	199.737	44.504	(10.819)	233.422

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro, e são assim demonstradas:

7.5.1 EMPRÉSTIMOS SIMPLES

O Empréstimo Simples está disponível para participantes e assistidos que estejam em dia com as contribuições e

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Plano 1		PREVI Futuro		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Empréstimos	4.686.688	4.586.828	1.002.706	799.338	5.689.394	5.386.166
Empréstimos Simples	4.711.697	4.608.742	1.009.718	804.773	5.721.415	5.413.515
(Provisão para Devedores Duvidosos)	-25.009	-21.914	-7.012	-5.435	-32.021	-27.349
Financiamentos Imobiliários	1.094.864	1.179.523	75.204	46.750	1.170.068	1.226.273
Financiamentos	3.507.143	3.348.597	75.428	46.777	3.582.571	3.395.374
(Provisão para Devedores Duvidosos)	-2.412.279	-2.169.074	-224	-27	-2.412.503	-2.169.101
Total	5.781.552	5.766.351	1.077.910	846.088	6.859.462	6.612.439



obrigações para com a PREVI e que já tenham seu Termo de Adesão cadastrado.

7.5.2 FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Linha de crédito disponível para a aquisição de imóvel residencial

Descrição	Plano 1			PREVI Futuro		
	ES Rotativo ⁽¹⁾	ES 13º Salário ⁽²⁾	ES Finimob ⁽⁶⁾	ES Reingresso	ES 13º Salário ⁽²⁾	ES Rotativo ⁽¹⁾
Modalidades						
Prestações ⁽³⁾	120 meses ⁽⁵⁾			108 meses ⁽⁷⁾		
Taxa de administração	0,1%			0,2%		
	R\$ 160 ⁽⁸⁾			R\$ 55 ⁽⁹⁾		
Limite de Concessão ⁽⁴⁾	<p>O valor máximo da prestação mensal a ser assumida pelo participante está condicionado à existência de margem consignável, conforme previsto em lei, calculada mensalmente pela PREVI.</p> <p>Funcionários Ativos: não poderá ser superior à reserva líquida individual com a qual poderá ser liquidado o saldo devedor do ES em caso de desligamento do Plano de Benefícios.</p> <p>Autopatrocinados ou em licença-interesse: menor valor da margem consignável de 30%, calculada sobre o salário-de-participação e sobre a renda comprovada.</p> <p>Pensionistas: O teto para contratação do empréstimo simples é rateado proporcionalmente entre todos os pensionistas de uma mesma matrícula. No caso de grupos familiares, apenas o titular de cada grupo pode solicitar o empréstimo e fica limitado à sua parte no rateio e ao permitido pela margem consignável.</p>					
Reajustes das Mensalidades	<p>Operações contratadas até 18/01/2015: uma vez ao ano, pelo índice de atualização monetária do contrato, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês da cobrança da prestação reajustada. Operações contratadas a partir de 19/01/2015: O recálculo da prestação acontece no mês de aniversário do contrato, considerando o saldo devedor, o prazo restante e a projeção do INPC. A prestação recalculada pela nova metodologia passa a vigorar a partir do mês seguinte.</p> <p style="text-align: center;">INPC + 5% a.a.</p>					
IOF	1,4965% + 0,38% sobre novos valores (concessão ou renovação: sobre o valor a ser disponibilizado).					
FL	Taxa suspensa desde 2009. ⁽¹⁰⁾			Taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.		
Encargos IOF	Taxa nominal de 0,6% a.a para os participantes com idade até 59 anos, inclusive, de 1,2% a.a para participantes com idade de 60 a 69 anos, de 3,0% a.a para participantes com idade de 70 a 79 anos, de 3,5% a.a para participantes com idade de 80 a 89 anos e de 4,0% a.a. para os participantes com idade a partir de 90 anos, cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.					
FQM	Taxa nominal de 0,1% a.a, cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.					

(1) A partir de 30/11/2015 foi disponibilizada à todos os mutuários a possibilidade de renegociar seus contratos de ES Rotativo de acordo com as regras vigentes. ⁽²⁾ A partir de 01/03/2016 foi disponibilizada à todos os mutuários a possibilidade de contratar nova linha de crédito ES-13º salário, de acordo com as regras vigentes. ⁽³⁾ Prazo máximo em meses. ⁽⁴⁾ Em R\$ mil. ⁽⁵⁾ Prazo de acordo com a faixa etária. ⁽⁶⁾ Exclusivo para quitação de saldo devedor do financiamento imobiliário com recursos próprios ou do FGTS. ⁽⁷⁾ A partir de 02/06/2016 o prazo do empréstimo simples do Plano PREVI Futuro para novas contratações foi alterado de 96 para 108 meses. ⁽⁸⁾ A partir de 15/09/2016 o teto de concessão para novas contratações foi alterado de R\$ 145 para R\$ 160. ⁽⁹⁾ A partir de 02/06/2016 o teto de concessão para novas contratações foi alterado de R\$ 50 para R\$ 55. ⁽¹⁰⁾ A avaliação realizada em 2016 ratificou a manutenção da suspensão dessa taxa.

CONCESSÕES	2016		2015	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	50.908	637.431	29.555	550.618
PREVI Futuro	75.162	379.181	53.950	318.952
Total	126.070	1.016.612	83.505	869.570

pelos participantes e assistidos.

7.5.2.1 Plano 1

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e

Descrição	FI - Financiamentos Imobiliários	
	Plano 1	PREVI Futuro
Pré-requisito	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI.	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI, desde que o titular ainda não tenha utilizado financiamento.
Modalidade	CP1 - Carim Plano 1	CP2 - Carim Plano 2
Valor Financiável	Até 100% do valor de avaliação do Imóvel.	
Concessão: Condições	<p>Imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis.</p> <p>Também é necessário que a situação documental esteja regular, sem gravames ou ônus reais.</p> <p>Utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (conta vinculada) para complemento do valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento, observadas as regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).</p>	
Prestação Inicial (comprometimento de renda)	Até 20% da renda bruta/ benefício bruto ou margem consignável, o que for menor.	
Prazo	Prazo: de 36 meses (3 anos) a 420 meses (25 anos). Limitação: idade + prazo = 85 anos.	
Atualização do Saldo Devedor	Mensal	
Recálculo das Prestações	Mensal	
Limitação das Prestações durante o Financiamento	30% dos proventos brutos/total dos benefícios.	
Índice de Atualização do Saldo Devedor	INPC	
Taxa de Juros	5% a.a.	
Garantia	Alienação Fiduciária do Imóvel Financiado	
Fundo de Liquidez - FL ⁽¹⁾	0,24% a.a. ⁽²⁾	0,10% a.a.
Fundo de Quitação por Morte - FQM ⁽¹⁾	até 59 anos - 0,25% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a. ⁽²⁾	até 59 anos - 0,10% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a.
Taxa de Administração	R\$ 19,00 por mês	
Seguro do Imóvel	0,06196% sobre o valor de avaliação do imóvel, cobrado anualmente junto com uma das prestações durante todo o prazo de financiamento.	

⁽¹⁾ Calculadas mensalmente sobre o saldo devedor. ⁽²⁾ Referem-se a contratos concedidos a partir de 2007.

CONCESSÕES	2016		2015	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	270	71.374	376	91.802
PREVI Futuro	137	31.083	95	23.184
Total	407	102.457	471	114.986

	Plano 1				PREVI Futuro			
	2016		2015		2016		2015	
LIQUIDAÇÕES DE CONTRATOS ⁽¹⁾	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Antecipadas com Recursos Próprios ⁽²⁾	1.409	52.473	1.249	61.868	15	1.906	9	776
Nas modalidades Fim de Prazo, FQM e FL ⁽³⁾	957	61.128	656	5.809	0	0	0	0

⁽¹⁾ Não houve liquidações com Recursos do FGTS. ⁽²⁾ Abrange àqueles em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva - DR, Devolução de Reserva Matemática - DRM e Substituição de Garantia. ⁽³⁾ Fundo de Quitação por Morte - FQM e Fundo de Liquidez - FL.

judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos.

8 PERMANENTE

	Plano 1			
	2016		2015	
INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA ⁽¹⁾	Qtde.	%	Qtde.	%
Índice de Inadimplência ⁽²⁾		1,12		0,87
Contratos com Prestação Superior há mais de 90 dias ^{(3) (4)}	4.733		4.808	

⁽¹⁾ 69,50% (69,70%, em 2015) referem-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil a partir da instituição dos planos de demissões incentivadas. ⁽²⁾ Posição de dezembro, excluídos os contratos firmados ou repactuados até 2006. ⁽³⁾ O Plano 1 possui 16.583 contratos "em ser" (18.641, em 2015). ⁽⁴⁾ 80,54% estão em fase de cobrança judicial (78,88%, em 2015).

9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE

DESCRIÇÃO	2015	Aquisição	Baixa	Depreciação / Amortização	2016
Móveis e Utensílios	1.510	43	-10	-255	1.288
Máquinas e Equipamentos	78	1	0	-20	59
Computadores e Periféricos	9.791	3.417	-1	-3.692	9.515
Obras de Arte	82	0	0	0	82
Intangível	13.129	870	0	-5.716	8.283
Software	9.401	346	0	-3.269	6.478
Projetos ⁽¹⁾	3.728	524	0	⁽¹⁾ -2.447	1.805
Total	24.590	4.331	-11	-9.683	19.227

⁽¹⁾ Inclui perda por impairment do projeto API - Automação do Processo Imobiliário no valor de R\$ 1.933.

SENSIBILIDADE

9.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Composição dos ativos quanto à alocação de recursos conforme a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24/09/2009.

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	Plano 1		PREVI Futuro	
	2016	2015	2016	2015
Renda Fixa	40,3%	40,7%	55,0%	53,9%
Renda Variável	49,0%	48,1%	28,0%	26,4%
Investimentos Estruturados	0,6%	0,5%	1,1%	1,2%
Investimentos no Exterior	0,1%	0,1%	0,1%	0,2%
Investimentos Imobiliários	6,3%	6,7%	4,3%	5,7%
Operações com Participantes	3,7%	3,9%	11,5%	12,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE DESENQUADRAMENTO

Plano 1

Limites de Alocação por Emissor

As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM, não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b).

Vale S.A.	15,53%
(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	

Entidade

Limites de Concentração por Emissor

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital total (Artigo 42).	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
CPFL Energia S.A.	29,45%	29,45%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	49,01%	49,01%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,03%	26,03%

No caso da Carteira de Fundos de Investimento Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (Artigo 42, inciso IV, alínea b).

Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	31,29%
No caso da Carteira de Fundo de Investimento no Exterior, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea c)	
BB-MM Schroder Inv. No Exterior	30,67%

(*) Não existe desenquadramento nessa participação.

O plano de enquadramento está de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e foi considerado procedente pela Previc, sendo esta informada semestralmente sobre o desenquadramento. Os ativos permanecerão em carteira sem data definida para desinvestimento.

9.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

9.2.1 Carteira de Renda Fixa

A análise de sensibilidade do segmento de Renda Fixa para os fatores de risco do mercado utilizou o cenário de aplicação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA FIXA - IMPACTOS NO RESULTADO

PLANOS	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano 1	395.263	763.955	1.108.691	1.431.769
PREVI Futuro	37.760	73.372	107.046	138.965
Capec	1.005	1.995	2.971	3.933
PGA	5.060	10.013	14.861	19.608

9.2.2 Carteira de Renda Variável

A metodologia para análise de sensibilidade de riscos de mercado do segmento de Renda Variável consiste na aplicação de choques de 10%, 25% e 50% ao índice IBrX, que é o *benchmark* adotado, levando-se em consideração a variação do portfólio em relação ao referido índice, mensurada pelo seu beta.

CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

PLANOS	Δ 10%	Δ 25%	Δ 50%
Plano 1	7.096.044	17.740.110	35.480.221
PREVI Futuro	241.734	604.335	1.208.670
PGA	15.008	37.520	75.040

10 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Sumário das Transações com o Patrocinador:

SUMÁRIO	Consolidado	
	2016	2015
ATIVOS		
Depósito à vista	756	109
Créditos Privados e Depósitos (Nota 7.1)	2.998.912	3.234.417
Letras Financeiras	2.998.912	3.234.417
Ações a vista (Nota 7.2)	8.257.200	4.710.065
Locadas a Patrocinador 652.565	652.565	182.906
PASSIVOS (Nota 11)		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	14.251.783	14.314.157
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Pré-67	-14.153.457	-14.247.492
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	1.145.314	1.135.082
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Especial	-1.142.755	-1.134.197
Paridade - Acordo 2006	129.900	120.378
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador	9.432.110	8.959.543
DESPESAS		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	1.635.861	2.199.220
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	130.414	173.204
Paridade - Acordo 2006	14.065	18.412
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador	1.043.592	1.336.651
Custódia Financeira - Contrato PREVI x BB - Disat	850	850
RECEITAS		
CDB	0	20.921
Debêntures Não-Convertíveis	0	62.929
Letras Financeiras	349.327	396.230
Ações - Dividendos e JCP	284.212	636.016
Imóveis Locados à Patrocinadora	75.176	21.328
Contrato BB x PREVI (53,6883529%)	1.698.235	1.584.475
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	124.725	114.661

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Tipo	Data Compra	Taxa Média Negociada	Vencimento	Qtde.	PU	Valor		
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	450	1.000	450.000
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	720	500	360.000
			28/09/12	10,51	Pré a.a. 252 EX DU	02/07/18	1.000	1.000	1.000.000
			Total						
PREVI Futuro	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	40	1.000	40.000
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	80	500	40.000
			Total						
PGA	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	10	1.000	10.000
			Total						

Também são consideradas transações entre partes relacionadas as operações com participantes detalhadas na Nota 7.5.

A PREVI utiliza o Banco do Brasil S.A., que é devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável.

		2016		2015	
BB DTVM - FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS		%	Valor	%	Valor
Montante Administrado ⁽¹⁾			94.819.187		93.835.461
Taxa de administração a.a.	Renda Fixa ⁽²⁾	0,035%		0,035%	
	Renda Variável	BB Carteira Ativa e Carteira Livre I ⁽³⁾	450		450
		BB SML1	0,34% + 20% Performance		0,34% + 20% Performance

⁽¹⁾ Representa quase a totalidade, com posição de dezembro, dos fundos de investimento exclusivos (Nota 7.3). ⁽²⁾ Cobrada sobre o patrimônio do respectivo fundo.

⁽³⁾ Valor para cada um dos fundos.

Além das transações com a patrocinadora, apresentamos abaixo a remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, bem como a faixa de remuneração dos funcionários cedidos da patrocinadora, que também são considerados partes relacionadas:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA AOS FUNCIONÁRIOS E À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (Em reais)	2016	2015
Menor Salário	1.839,45	1.666,01
Maior Salário	33.704,45	31.207,83
Salário Médio	14.542,48	12.210,68
Dirigentes		
Presidente	64.138,30	58.355,29
Diretor	54.358,52	49.457,30
Conselheiros ⁽¹⁾		
Conselho Deliberativo	16.034,58	14.588,82
Conselho Fiscal	12.827,66	11.671,06
Conselhos Consultivos Plano 1 e PREVI Futuro	0	0

⁽¹⁾ Conselheiros suplentes recebem 50% da remuneração dos conselheiros titulares.

11 EXIGÍVEL OPERACIONAL

EXIGÍVEL OPERACIONAL	Plano 1 PREVI Futuro		Capec		PGA		Ajustes		Consolidado			
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
Gestão Previdencial	26.521.553	26.011.519	4.109	2.307	48.412	45.850	0	0	-3.864	-3.717	26.570.210	26.055.959
Benefícios a Pagar	1.300.826	1.236.848	2.384	1.652	48.412	45.850	0	0	-3.864	-3.717	1.347.758	1.280.633
Retenções a Recolher	96.388	82.808	1.113	621	0	0	0	0	0	0	97.501	83.429
Recursos Antecipados	15.526.997	15.569.617									15.526.997	15.569.617
Contrato PREVI X BB - de 24/12/97	14.251.783	14.314.157									14.251.783	14.314.157
Paridade - Acordo 2006	129.900	120.378									129.900	120.378
Contribuição Amortizante - Grupo Especial	1.145.314	1.135.082									1.145.314	1.135.082
Outras Exigibilidades	9.597.342	9.122.246	612	34	0	0	0	0	0	0	9.597.954	9.122.280
Utiliz. Superavit 2010 - Patrocinadores	9.432.110	8.959.543									9.432.110	8.959.543
Demais	165.232	162.703	612	34	0	0	0	0	0	0	165.844	162.737
Gestão Administrativa							5.420	16.660	-1.118	-8.695	4.302	7.965
Investimentos	53.416	52.634	8.448	7.068	40	427	87	0	-20.225	-17.373	41.766	42.756
Total	26.574.969	26.064.153	12.557	9.375	48.452	46.277	5.507	16.660	-25.207	-29.785	26.616.278	26.106.680

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos e assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

11.1 CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67, PARIDADE – Acordo 2006 e CONTRIBUIÇÃO AMORTIZANTE – Grupo Especial

MOVIMENTAÇÃO	2015	Atualizações ⁽¹⁾	Contribuições Antecipadas	Transferências pelo Fundo Paridade	2016
Contrato BB x PREVI 97 ⁽²⁾	14.314.157	1.635.861	-1.698.235	0	14.251.783
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽²⁾	-14.247.492				-14.153.457
Contrib. Amortizante - Grupo Especial ⁽³⁾	1.135.082	130.414	-124.725	4.543	1.145.314
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽³⁾	-1.134.197				-1.142.755
Paridade - Acordo 2006	120.378	14.065	0	-4.543	129.900

⁽¹⁾ INPC + 5% a.a. ⁽²⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998. ⁽³⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 31/12/2012.

11.2 UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT 2010

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - 2010 ⁽¹⁾	2015	Atualizações ⁽²⁾	Utilizações	2016
Patrocinadores	8.959.543	1.043.592	⁽³⁾ -571.025	9.432.110
Banco do Brasil	8.942.255	1.041.533	-571.025	9.412.763
PREVI	17.288	2.059	0	19.347
Ativos	1.134.495	140.505	-58.464	1.216.536
Total	10.094.038	1.184.097	-629.489	10.648.646

⁽¹⁾ Recursos oriundos da utilização do Superávit acumulado em 2010, com implementação do Benefício Especial Temporário - BET, autorizada em 16/02/2011. ⁽²⁾ INPC + 5% a.a. ⁽³⁾ Contribuições patronais.

12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A PREVI classifica a faixa de risco de perda em cada um dos objetos (pedido a ser apreciado pelo juiz) contidos nos processos em que a Entidade é parte.

FAIXA DE RISCO	Quantidade de Objetos
Provável	6.092
Possível	29.147
Remota	44.742
Total	79.981

Cada um dos objetos corresponde a pedido efetuado pela parte autora em processo judicial movido em face da PREVI. Os critérios utilizados pela Entidade

para mensurar o valor correspondente a cada um desses objetos levam em conta as fases do respectivo processo:

a) conhecimento: os processos ajuizados são agrupados por Plano de Benefícios e Programa de Gestão. O valor relacionado a cada processo é obtido por meio da liquidação prévia dos pedidos, cujos cálculos são elaborados internamente de acordo com a natureza do objeto da demanda judicial e da jurisprudência dos tribunais, permanecendo inalterada até que alguma decisão judicial venha a alterar o cenário do desfecho da lide ou que ocorra atualização anual da liquidação prévia.

b) execução: o valor do objeto é obtido considerando o “valor da execução” em lugar das estimativas feitas na fase de conhecimento.



12.1 CONTINGÊNCIAS – PERDA PROVÁVEL

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a PREVI entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Foi aplicado sobre as provisões relativas aos depósitos judiciais o cálculo do indicador chave de risco (KRI), que mensura o nível de risco ao qual a PREVI está exposta para as ações em execução. Apurou-se, com base nos processos encerrados nos últimos cinco anos, um índice de 76,26%, posição de dezembro/2016 (81,86%, em dezembro/2015). Assim, este foi o percentual de provisão constituída para todos os processos em fase de execução em que a PREVI é ré.

EVOLUÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS	Gestão Previdencial				Investimentos ⁽³⁾	Gestão Administrativa	Total	
	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado				
2015	1.550.756	276	5.326	1.556.358	29.411	198.255	4.351	1.788.375
Provisões Adicionais - Novos Processos	11.581	-5	0	11.576	0	0	0	11.576
Baixa de Provisões - Levantamentos ⁽¹⁾	-30.942	-1	0	-30.943	-269	0	0	-31.212
Baixa de Provisões - Pagamentos	-33.946	0	-248	-34.194	-1.279	0	0	-35.473
Reavaliação das Ações Existentes ⁽²⁾	456.954	-38	740	457.656	9.434	40.033	274	507.397
2016	1.954.403	232	5.818	1.960.453	37.297	(4) 238.288	(5) 4.625	2.240.663

⁽¹⁾ Depósitos revertidos em favor da PREVI. ⁽²⁾ Maturidade dos processos em andamento, seja por encerramento ou migração para fase de execução; revisão anual do cálculo de liquidação prévia dos objetos com faixa de risco provável. ⁽³⁾ Plano 1, exclusivamente. ⁽⁴⁾ Ações fiscais. ⁽⁵⁾ Ações trabalhistas.

12.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda provável ou aqueles em que já existe execução de julgado contrário à PREVI. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

São compostas principalmente pelos pedidos relacionados aos expurgos inflacionários referentes à correção do montante das contribuições resgatadas mediante a desconsideração dos índices previstos no regulamento do plano e a aplicação de índices de inflação supostamente expurgados pelos planos econômicos do Governo Federal.

12.1.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

12.1.2.1 Ações Trabalhistas

Compõe as ações de ex-funcionários da PREVI contra a Entidade, por meio das quais os reclamantes discutem pretensos direitos, relativos a diversas verbas salariais e indenizatórias.

12.1.3 INVESTIMENTOS

a) **Condomínio do Edifício Verdes Mares** - Processo nº 2004.209.000645-2, 5º VC Barra Tijuca (RJ). Ação de

obrigação de fazer/providenciar a recuperação dos planos das fachadas do Edifício do Condomínio Verdes Mares, construído nos anos de 1990 em regime de incorporação imobiliária com a participação da PREVI, cumulada com pedido de pagamento de indenização correspondente à desvalorização experimentada pelas unidades imobiliárias em razão de problemas construtivos (“Indenização”). A Ação foi ajuizada em 16/1/2004 pelo Condomínio do Edifício Verdes Mares em face da PREVI e PLENGE ENGENHARIA, então denominada de PLARCON ENGENHARIA. O STJ determinou a realização de perícia judicial para apuração e quantificação do valor indenizatório correspondente à desvalorização imobiliária experimentada pelas unidades imobiliárias do Condomínio em razão dos problemas construtivos verificados no Edifício. Atualmente o processo encontra-se em fase de perícia para apurar a extensão dos danos.

b) **Camp Tower** - Processo nº 98.0613429-0, 2ª VF Campinas, (SP). Desapropriação do imóvel em Campinas pelo TRT. Recurso ao TRF da 3ª Região para julgamento desde 31/07/2012. Em 11/11/2015, autos recebidos do gabinete para juntada de petição; apelação ainda pendente de julgamento.

c) **Outros** - Encontram-se também provisionados os valores relativos às ações de revisão de contratos de financiamento imobiliário.

12.2 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	GESTÃO PREVIDENCIAL		INVESTIMENTOS		GESTÃO ADMINISTRATIVA		TOTAIS	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Plano 1	2.430.521	1.900.970	31.628	18.323			2.462.149	1.919.293
PREVI Futuro	252	178	0	0			252	178
Capec	5.572	3.568	0	0			5.572	3.568
PGA					245.055	203.789	245.055	203.789
CONSOLIDADO	2.436.345	1.904.716	31.628	18.323	245.055	203.789	2.713.028	2.126.828

12.2.1 Ações Fiscais

São ações que a PREVI move contra a União em que se discute a incidência de tributos sobre as receitas administrativas e encargos patronais sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho. Esses valores são depositados judicialmente e encontram-se integralmente provisionados.

a) **Contribuição Social ao PIS e COFINS** – Processo nº 2006.51.01.013659-9, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mandado de segurança impetrado pela PREVI em 13/07/2006, com pedido de liminar visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998. A liminar foi concedida e a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. O processo tramita no Supremo Tribunal Federal em razão da interposição de recurso extraordinário. O referido recurso, no entanto, encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outro processo com recurso extraordinário pendente de julgamento, cuja matéria é similar àquela tratada no processo da PREVI e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da PREVI. Portanto, até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas ao PIS e a COFINS, razão pela qual a PREVI continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo, até que o STF defina a situação das EFPCs. Encontram-se integralmente provisionados recursos na ordem de R\$ 238.288, dos quais R\$ 1.564 são da competência de dezembro de 2016. Com fundamento em parecer jurídico e chance de perda classificada como possível, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em dezembro de 2016, o saldo de R\$ 236.724 (Nota 6).

b) **Contribuição Previdenciária - INSS** - Processo nº 2010.51.01.002955-5, 4ª VF do Rio de Janeiro (RJ) –

União, Fazenda Nacional. Ação Ordinária em face da União Federal em que se questiona a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Inciso IV, do Artigo 22, da Lei 8.212, de 24/06/1991. Estão depositados judicialmente R\$ 4.898 referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a outubro de 2014. Em 21/11/2014, foi acolhido parcialmente o requerimento da PREVI de antecipação dos efeitos de tutela somente para determinar a suspensão das exigibilidades do crédito tributário quanto a eventuais recolhimentos vincendos da contribuição previdenciária sobre serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, desobrigando a Entidade a realizar depósitos judiciais. Em 25/06/2015, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da PREVI, para o fim de: “(i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no que se refere à obrigação de recolher a contribuição previdenciária prevista no Artigo 22, IV da lei 8.212/91 e determinar que a parte ré se abstenha de exigir da autora a referida contribuição, diante da inconstitucionalidade já reconhecida nos termos do Recurso Extraordinário nº 595.838 do Supremo Tribunal Federal e assim (ii) declarar direito da parte autora à repetição do indébito, após o trânsito em julgado desta decisão (CTN, Artigo 170-A), mediante restituição em espécie ou compensação, nos moldes do Artigo 66 da lei 8.383/91.” Não houve a interposição de recurso e em 18/08/2015 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. Em 08/09/2015, foi apresentado pedido de permanência dos autos em cartório a fim de darmos início à execução do julgado. Em 04/12/2015, fomos intimados para levantar os valores depositados. Como a ordem de levantamento de valores contemplara apenas o valor histórico, a PREVI requereu que fosse também autorizado o levantamento da correção. Até 31/12/2016, esse pedido permanecia pendente de apreciação pelo juízo.



13 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

13.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

Os objetos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 2.139.263 (R\$ 2.202.013, em 2015). São compostos principalmente pelos seguintes pedidos: revisão contratual em financiamento imobiliário, revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

13.2 ATIVOS CONTINGENTES

13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Processo nº 123902-36.1991.4.02.5101, 23ª VF do Rio de Janeiro (RJ). Ação ordinária ajuizada pela Abrapp em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, consequentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18/05/2013, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3 interposta pela União Federal em face da Abrapp. Foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União e pela Abrapp, que se encontram pendentes de julgamento. Em 27/11/2015, foram ajuizadas as ações de liquidação por artigos de título judicial, sendo a PREVI tombada sob o nº 0145854-31.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 26ª VF do Rio de Janeiro (RJ).

Em 14/04/2016, a União peticionou na execução na tentativa de discutir suposta ausência de documentos e a questão preliminar já ultrapassada, quanto à legitimidade da Abrapp. Segundo a União, a Abrapp somente poderia atuar em juízo como substituta processual de suas associadas quando expressamente autorizada. Dessa forma, segundo o argumento da União, somente poderiam figurar como substituídas as entidades que estiveram presentes na assembleia onde se discutiu o ingresso em juízo e que votaram a favor da medida. Alegou, também, que não

foi comprovado pela Abrapp que todas as EFPC's eram mantidas por empresas públicas.

13.2.2 Dividendos da Telebrás

Processo nº 1997.34.00.026811-3, 23ª VF de Brasília (DF). A Telebrás firmou transação parcial com a PREVI decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O valor remanescente da transação parcial está sendo pago em 30 prestações semestrais e sucessivas, atualizadas pelo INPC, acrescido de 6%a.a. O valor considerado controverso está em discussão e será definido ao cabo da impugnação. Na atual fase processual (fase de cumprimento de sentença) está sendo realizada a perícia.

14 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Atuarial de 18/01/2017.

14.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Os valores especificados no DPT do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: (Artigo 66 do Regulamento)

PLANO DE CUSTEIO

Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
$SP < \frac{1}{2} PP * 1,25$	$1,8\% \times SP$	-
$\frac{1}{2} PP * 1,25 \leq SP < PP * 1,25$	$3,0\% \times SP$	$0,75\% \times PP$
$SP \geq PP * 1,25$	$7,8\% \times SP$	$6,75\% \times PP$

SP – Salário de participação
PP – Parcela PREVI

Participantes Assistidos – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. (Artigo 68 do Regulamento)

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. (Artigo 69 do Regulamento)

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI – Grupo Pré-67, de 24/12/1997, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta “Contribuições Amortizantes Antecipadas” frente à conta “Provisões Matemáticas a Constituir” (Nota 11.1).

O aumento das Provisões Matemáticas deve-se principalmente à variação do INPC de 6,58% na reavaliação atuarial para o exercício de 2016, no valor de R\$ 8.508.588, conforme apresentado na DMAL do Plano 1. As premissas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 17/02/2017, foram:

PREMISSAS ATUARIAIS	2016	2015
Biométricas ⁽¹⁾		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Econômicas		
Taxa Real de Juros ⁽²⁾	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,0380%	1,0065%

⁽¹⁾ O estudo de aderência das tábuas biométricas (mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez) subsidia as premissas biométricas utilizadas para o cálculo das Provisões Matemáticas. ⁽²⁾ De acordo com a Portaria Previc nº 186, de 28/04/2016 e Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,35% a.a. e 6,61% a.a., respectivamente.

14.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

O PREVI Futuro é estruturado na modalidade de contribuição variável e composto de duas partes: a Parte I, relativa aos benefícios de risco, e a Parte II, relativa aos benefícios programados.

PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- subparte "a": 6,390016% sobre o salário de participação.	- subparte "a": 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- subparte "b": percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento	- subparte "b": 100% da contribuição individual do participante pra esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- subparte "c": percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte "c": não há

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

A variação das Provisões Matemáticas no valor de R\$ 2.431.310, conforme apresentado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se principalmente ao montante de contribuições vertidas especialmente para a Parte II, porquanto o plano encontra-se no estágio de acumulação de reservas.

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro	2016	2015
Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,042%	3,1336%

15 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 25/11/2015, foi promulgada a Resolução MPS/CNPC nº 22, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto aos procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano e que passou a considerar a *duration* (duração do passivo) do plano de benefícios na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado, com

aplicação obrigatória em resultados a partir do exercício de 2015. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

15.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2016	2015
Reserva de Contingência	0	0
Reserva Especial para Rev. de Plano	0	0
Déficit Técnico Acumulado	-13.943.338	-16.137.922

O Superávit Técnico do Exercício foi de R\$ 2.194.584 e resultou na redução do Déficit Técnico Acumulado para R\$ 13.943.338, em 31/12/2016. Contribuiu para esse resultado o retorno positivo de 15,03% da carteira de investimentos (Nota 17.2). O índice de cobertura dos compromissos atuariais (Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas) foi de 0,90 (0,88, em 2015).

A Resolução CNPC nº 16, 19/11/2014, estabelece que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser

deduzido do equilíbrio técnico o valor de ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31/12/2016, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.582.340.

O Equilíbrio Técnico Ajustado é divulgado para demonstrar um possível déficit a ser equacionado no próximo exercício. O Déficit Técnico calculado para equacionamento em 2017 foi de R\$ 1.443.713, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EVOLUÇÃO - Plano 1	2016	2015
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	-16.137.922	12.538.633
Resultado Líquido Previdencial	-10.268.273	-10.392.776
Resultado das Contingências	-260.459	295.518
Cobertura de Despesas Administrativas	-47.898	-37.688
Resultado Líquido dos Investimentos	21.277.885	-4.753.893
Atualização Provisão Matemática	-8.508.588	-13.789.629
Fundos Previdenciais	1.917	1.913
Equilíbrio Técnico - No Exercício	-13.943.338	-16.137.922
Ajuste de Precificação	2.582.340	2.223.323
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício (A)	-11.360.998	-13.914.599
Limite de Déficit Técnico Acumulado (B) ⁽¹⁾	-11.087.719	-11.004.883
Déficit Técnico a ser equacionado (A-B)	-273.279	-2.909.716
Piso do Déficit Técnico a ser equacionado ⁽²⁾	-1.443.713	-1.358.628
Valor do Déficit Técnico a ser equacionado	-1.443.713	-2.909.716

⁽¹⁾ 7,68%, em 2016 das Provisões Matemáticas (8,1%, em 2015). ⁽²⁾ Valor resultante da aplicação de 1% sobre as Provisões Matemáticas, conforme determina o parágrafo 2º, do Artigo 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO DOS TÍTULOS OBJETO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

	Tipo	Taxa Média de Aquisição % a.a.	Vencimento	Qtde.	Vlr Contábil	Vlr Ajustado	Ajuste
Plano 1	NTN-B	6,51	15/05/17	529.000	1.572.386	1.580.502	8.116
		6,26	15/08/18	70.000	210.698	214.559	3.861
		6,16	15/05/19	171.610	509.739	522.209	12.470
		6,75	15/08/20	2.067.210	6.105.510	6.440.753	335.243
		6,23	15/05/21	635.000	1.876.558	1.962.885	86.327
		5,76	15/08/22	184.975	565.316	584.977	19.661
		6,27	15/05/23	120.301	354.047	377.294	23.247
		7,41	15/08/24	1.921.377	5.375.034	6.157.049	782.015
		6,54	15/08/26	171.778	500.915	556.809	55.894
		5,95	15/08/30	596.416	1.814.061	1.973.207	159.146
		7,13	15/05/35	1.390.178	3.706.804	4.626.856	920.052
		4,97	15/08/40	2.100.507	7.315.695	7.195.244	-120.451
		7,06	15/05/45	826.514	2.179.513	2.827.936	648.423
		4,76	15/08/50	2.904.908	10.696.135	10.161.934	-534.201
5,94	15/05/55	392.500	1.182.996	1.365.533	182.537		
TOTAIS				14.082.274	43.965.407	46.547.747	2.582.340

A Instrução Previc nº 32, de 02/09/2016, estabelece procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit. O valor apurado em 2015 de R\$ 2.909.716 foi totalmente equacionado no exercício de 2016. Conseqüentemente, não há necessidade de cobrança de contribuição extraordinária para o plano.

RESULTADOS LÍQUIDOS POSITIVOS

Rentabilidade acumulada (deduzidas as despesas administrativas de investimento) ⁽¹⁾	15,75%
Meta Atuarial acumulada ⁽¹⁾	11,30%
Rentabilidade líquida do atuarial ⁽¹⁾	4,00%
Resultado líquido positivo do atuarial ⁽¹⁾	5.832.560
Resultado dos ativos a valor econômico ⁽²⁾	-996.862
Resultado líquido positivo final ⁽¹⁾	4.835.698
Valor equacionado ⁽³⁾	2.909.716

⁽¹⁾ Posição em 30/11/2016. ⁽²⁾ Posição em 31/12/2016. ⁽³⁾ Posição em 31/12/2015.

15.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Por ser de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente principalmente dos valores apurados na Parte I do plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido. Nessa parte, são calculados os benefícios de risco, enquanto que na Parte II são apuradas as reservas dos benefícios programados.

EVOLUÇÃO - PREVI Futuro

Equilíbrio Técnico - 2015	0
Resultado Líquido Previdencial	1.107.375
Resultado Líquido das Contingências	63
Cobertura de Despesas Administrativas	-46.655
Resultado Líquido dos Investimentos	1.521.709
Atualização Provisão Matemática	-2.431.310
Fundos Previdenciais	-151.182
Equilíbrio Técnico - 2016	0

16 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Consolidado
2014	279.970	812.996	690.489	1.783.455
Formação/Reversão de Fundos	-13.550	11.843	107.366	105.659
2015	266.420	824.839	797.855	1.889.114
Formação/Reversão de Fundos	201.384	115.105	112.078	428.567
2016	467.804	939.944	909.933	2.317.681

16.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os fundos previdenciais são constituídos pelo atuário com o objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados dos planos de benefícios, para promover maior estabilidade e reduzir a ocorrência de déficits conjunturais. O atuário deve indicar sua fonte de custeio e finalidade, que deve guardar relação com o evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS		2015	Aportes	Atualizações	Utilizações	2016
Plano 1	Fundo de Renda Certa ⁽¹⁾	6.389	0	114	-2.031	4.472
	Subtotal	6.389	0	114	-2.031	4.472
PREVI Futuro	Fundo de Cotas Resguardadas ⁽²⁾	51.175	0	17.395	0	68.570
	Fundo Cobert. Risco Reingresso Ex Part. ⁽³⁾	21.976	0	8.632	0	30.608
	Fundo de Gestão Risco ⁽⁴⁾	8.955	0	125.155	0	134.110
	Subtotal	82.106	0	151.182	0	233.288
Capec	Fundo da Carteira de Pecúlios ⁽⁵⁾	31.700	0	0	-1.096	30.604
	Fundo de Reserva para Cob. Oscilações ⁽⁶⁾	146.225	28.251	24.964	0	199.440
	Subtotal	177.925	28.251	24.964	-1.096	230.044
Total		266.420	28.251	176.260	-3.127	467.804

Finalidades:

⁽¹⁾ Pagamento do Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 (Artigo 93 do Regulamento). ⁽²⁾ Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato. ⁽³⁾ Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro. ⁽⁴⁾ Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais. ⁽⁵⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores. ⁽⁶⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes (Artigo 50 do Regulamento).

16.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

O quadro abaixo apresenta a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com os Artigos 22 a 26 do Regulamento do PGA:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado
2015	654.826	140.699	29.314	824.839
(+/-) Remuneração do Fundo Administrativo ⁽¹⁾	116.736	27.211	5.569	149.516
(+) Custeio Administrativo - Previdencial ⁽²⁾	47.898	46.655	7.227	101.780
(-) Despesas Específicas - Previdenciais	-4.204	-434	-28	-4.666
(+) Receitas Específicas ⁽³⁾	1.296	1	0	1.297
Subtotal	816.552	214.132	42.082	1.072.766
(+/-) Despesas Comuns Previdenciais (-) Receitas Comuns ⁽⁴⁾	-102.965	-24.832	-5.025	-132.822
2016	713.587	189.300	37.057	939.944
(+/-) Aporte / Reversão do Fundo Administrativo	58.761	48.601	7.743	115.105

⁽¹⁾ Resultado Positivo dos Investimentos. ⁽²⁾ Taxa de carregamento de 4% sobre as contribuições do Plano 1 e Plano PREVI Futuro e de 2,5% da Capec. ⁽³⁾ Reembolsos c/ Veiculação e Convênios. ⁽⁴⁾ Valor rateado com base na proporção apurada, mensalmente, no campo subtotal.

16.3 INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente, e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente

aos riscos referentes aos eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador. O FL, no Empréstimo Simples, destina-se à quitação das dívidas inadimplidas consideradas irrecuperáveis pela PREVI após a adoção de todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, e, no Financiamento Imobiliário, para quitar eventual resíduo do saldo existente após o pagamento da última prestação.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		2015	Aportes	Atualizações	Utilizações / Reversões	2016
Plano 1	Fundos de Empréstimos Simples	283.058	64.700	38.545	-65.605	320.698
	Fundo de Liquidez	158.670	4	21.682	-1.925	178.431
	Fundo de Quitação por Morte	124.388	64.696	16.863	-63.680	142.267
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	500.145	13.928	73.407	-16.318	571.162
	Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	469.222	4.325	68.803	-12.503	529.847
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	17.462	2.180	2.547	-10	22.179
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	13.461	7.423	2.057	-3.805	19.136
	Subtotal	783.203	78.628	111.952	-81.923	891.860
PREVI Futuro	Fundos de Empréstimos Simples	14.349	1.790	2.039	-578	17.600
	Fundo de Liquidez	7.474	887	1.079	0	9.440
	Fundo de Quitação por Morte	6.875	903	960	-578	8.160
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	303	122	48	0	473
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	148	58	23	0	229
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	155	64	25	0	244
	Subtotal	14.652	1.912	2.087	-578	18.073
	TOTAL	797.855	80.540	114.039	-82.501	909.933

A forma de cálculo e cobrança das taxas do FQM e do FL do Plano 1 e PREVI Futuro sobre operações de empréstimos

simples e financiamentos imobiliários encontram-se divulgados nas Notas 7.5.1 e 7.5.2, respectivamente.

17 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	2016	2015
A) Patrimônio Social - início do exercício	128.189.656	141.843.347
Adições	27.788.718	4.786.084
Destinações	-14.225.669	-18.439.775
B) Patrimônio Social - final do exercício	141.752.705	128.189.656

17.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Gestão Previdencial	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Adições	24.327.320	3.145.322	2.689.132	1.165.245	326.813	285.001	27.343.265	4.595.568
Contribuições	3.049.435	2.849.804	1.167.360	1.026.145	289.794	260.011	4.506.589	4.135.960
Correntes	3.020.404	2.829.737	1.166.360	1.019.180	289.787	260.006	4.476.551	4.108.923
Patrocinador	571.371	539.195	571.742	500.463	0	0	1.143.113	1.039.658
Participantes	571.092	539.651	583.346	508.773	289.787	260.006	1.444.225	1.308.430
Autopatrocinados	54.981	51.755	11.272	9.944	0	0	66.253	61.699
Outros Recursos Correntes ⁽¹⁾	1.822.960	1.699.136	0	0	0	0	1.822.960	1.699.136
Portabilidade	0	0	859	741	0	0	859	741
Remuneração das contribuições em atraso	1.209	636	0	0	0	0	1.209	636
Outras Adições	27.822	19.431	141	6.224	7	5	27.970	25.660
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.277.885	0	1.521.709	139.100	36.569	24.803	22.836.163	163.903
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	295.518	63	0	450	187	513	295.705
Destinações	-13.626.065	-18.034.161	-106.640	-91.737	-274.694	-242.570	-14.007.399	-18.368.468
Benefícios	-13.317.708	-13.242.580	-59.985	-50.918	-267.467	-236.086	-13.645.160	-13.529.584
Prestação Continuada	-10.280.202	-9.037.665	-11.697	-8.543	0	0	-10.291.899	-9.046.208
Prestação Única	-13.866	-36.726	-46.156	-34.423	-260.203	-227.722	-320.225	-298.871
Institutos	-625	-821	-2.016	-2.115	0	0	-2.641	-2.936
Outras Deduções ⁽²⁾	-3.023.015	-4.167.368	-116	-5.837	-7.264	-8.364	-3.030.395	-4.181.569
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-4.753.893	0	0	0	0	0	-4.753.893
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-260.459	0	0	-50	0	0	-260.459	-50
Custeio Administrativo	-47.898	-37.688	-46.655	-40.769	-7.227	-6.484	-101.780	-84.941
Acréscimos/Decréscimos	10.701.255	-14.888.839	2.582.492	1.073.508	52.119	42.431	13.335.866	-13.772.900

⁽¹⁾ Contratos firmados entre Banco do Brasil e PREVI (53,6883529% do Grupo Pré-67 e 100% do Grupo Especial). ⁽²⁾ Referentes, principalmente, às atualizações dos contratos (Nota 11.1).



17.2 RESULTADOS E RENTABILIDADE POR TIPO DE EMISSOR

POR TIPO DE EMISSOR	PREVIDENCIAL									
	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		CONSOLIDADO	
Títulos Públicos	11.073	13,45%	0		146	15,66%	0		11.219	13,48%
Créditos Privados e Depósitos	929.255	16,60%	166.577	15,17%	12.526	13,91%	23.324	14,06%	1.131.682	16,31%
Ações	8.843.671	27,63%	667.162	37,14%	0		44.413	37,45%	9.555.246	28,18%
Fundos de Investimentos	10.240.586	11,22%	565.855	19,58%	24.235	16,00%	81.779	16,98%	10.912.455	11,33%
Investimentos Imobiliários	762.249	7,98%	9.402	5,00%	0		0		771.651	7,87%
Empréstimos e Financiamentos	779.096	14,26%	125.584	13,94%	0		0		904.680	14,21%
Outros Investimentos	157		0		0		0		157	
DOS PLANOS	21.566.087	15,03%	1.534.580	22,52%	36.907	15,37%	Subtotal 149.516	19,41%	23.287.090	15,29%
Contingências de Investimentos	-6.522		0		0		-6.522		-6.522	
Despesa Administrativa de Investimentos	-173.022		-9.451		-338		-182.811		-182.811	
Fundos dos Investimentos	-108.658		-3.420		0		-112.078		-112.078	
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	21.277.885		1.521.709		36.569		22.836.163	149.516	22.985.679	

18 GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2016	2015
A) Fundo Administrativo Inicial	824.839	812.996
Custeio da Gestão Administrativa	435.689	339.586
Despesas Administrativas	-299.700	-308.838
Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-20.863	-11.363
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-21	-7.542
B) Fundo Administrativo Final	939.944	824.839

O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 3,3% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com

o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo foi de R\$ 149.516 (R\$ 60.453, em 2015) e atingiu a rentabilidade de 19,4%a.a. (7,9%a.a., em 2015).

Plano Administrativo

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	2016	2015	Varição (%)
Total das Despesas Administrativas	299.700	308.838	-3,0
Pessoal e Encargos	191.812	186.800	2,7
Conselheiros	3.067	2.926	
Conselho Deliberativo	1.966	1.839	
Conselho Fiscal	1.101	1.087	
Dirigentes	8.380	9.011	
Pessoal Próprio	5.668	5.795	
Pessoal Cedido ⁽¹⁾	174.627	168.575	
Demais Despesas com Pessoal	70	493	
Treinamento / Congressos e Seminários	2.141	2.987	-28,3
Viagens e Estádias	1.915	2.645	-27,6
Serviços de Terceiros	40.787	50.874	-19,8
Consultoria Atuarial	9	0	
Consultoria Contábil	9	7	
Consultoria Jurídica ⁽²⁾	21.089	29.862	
Serviços de Recursos Humanos ⁽³⁾	4.183	4.933	
Serviços de Informática	11.743	11.673	
Serviços de Gestão / Planejamento Estratégico	1.503	2.526	
Auditoria Contábil	159	137	
Auditoria de Investimentos	332	280	
Consultoria dos Investimentos	162	170	
Outros Serviços	1.598	1.286	
Despesas Gerais	45.135	49.692	-9,2
Manutenção Predial da Sede	962	968	
Manutenção de Equipamentos de Informática	1.008	1.740	
Manutenção de Software	5.610	5.630	
Publicações da PREVI	2.542	2.026	
Informações Eletrônicas	2.886	2.945	
Remessa de Documentos	1.830	1.648	
Energia Elétrica e Gás	1.351	1.217	
Telecomunicações	2.644	2.424	
Despesas Judiciais / Cartorárias	3.011	6.518	
Aluguel / Encargos - Imóvel de Uso Próprio	15.406	16.165	
Aluguel da Sede	12.477	13.308	
Condomínio	2.929	2.857	
Locação de Veículos	1.125	1.070	
Organização de Eventos	1.952	2.159	
Demais despesas Gerais	4.808	5.182	
Depreciações e Amortizações	9.683	7.838	23,5
Tributos	8.201	7.807	5,0
TAFIC	7.299	7.290	
IPTU e Outros Impostos	902	517	
Outras	26	195	-86,7

⁽¹⁾ Funcionários do patrocinador cedidos à PREVI, cfe. Parágrafo Único do Artigo 7º da LC 108, de 29/05/2001. ⁽²⁾ Escritórios terceirizados. A PREVI possui 28.933 causas judiciais e administrativas. ⁽³⁾ Entrevista e seleção, desenvolvimento e sucessão e suporte administrativo.

As Despesas Administrativas alcançaram 2,3% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R\$ 182.811 e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.4.c).

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios

de rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários, no percentual de área física ocupada por essas atividades, na quantidade de softwares e de ações judiciais. Ao aplicar esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e de Investimentos, os percentuais médios apurados foram de 39,0% para a Gestão Previdencial e de 61,0% para Investimentos.

19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro 2016	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações (Nota 3)	Consolidado
ATIVO	160.604.589	9.460.473	321.371	1.188.364	-965.151	170.609.646
Disponível	649	5	60	4	0	718
Realizável	160.603.940	9.460.468	321.311	1.169.133	-965.151	170.589.701
Previdencial	2.641.859	2.269	5.573	0	-1.118	2.648.583
Administrativo	713.587	189.300	37.057	273.752	-964.033	249.663
Participação Fundo Administrativo	713.587	189.300	37.057	0	-939.944	0
Contas a Receber				24.895	-24.089	806
Depósitos Judiciais/Recursais				245.055		245.055
Outros				3.802		3.802
Investimento	157.248.494	9.268.899	278.681	895.381		167.691.455
Permanente				19.227		19.227
PASSIVO	-160.604.589	-9.460.473	-321.371	-1.188.364	965.151	-170.609.646
Operacional	-26.574.969	-12.557	-48.452	-5.507	25.207	-26.616.278
Previdencial	-26.521.553	-4.109	-48.412		3.864	-26.570.210
Administrativo				-5.420	1.118	-4.302
Investimento	-53.416	-8.448	-40	-87	20.225	-41.766
Contingencial	-1.991.700	-232	-5.818	-242.913	0	-2.240.663
Previdencial	-1.954.403	-232	-5.818			-1.960.453
Administrativo				-242.913		-242.913
Investimento	-37.297	0	0			-37.297
PATRIMÔNIO SOCIAL	-132.037.920	-9.447.684	-267.101	-939.944	939.944	-141.752.705
Patrimônio de Cobertura do Plano	-130.428.001	-9.007.023	0	0	0	-139.435.024

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações	Consolidado
	2016			(Nota 3)		
Provisões Matemáticas	-144.371.339	-9.007.023				-153.378.362
Equilíbrio Técnico	13.943.338					13.943.338
Fundos	-1.609.919	-440.661	-267.101	-939.944	939.944	-2.317.681
Fundos Previdenciais	-4.472	-233.288	-230.044			-467.804
Fundos Administrativos	-713.587	-189.300	-37.057	-939.944	939.944	-939.944
Fundos dos Investimentos	-891.860	-18.073				-909.933

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

A PREVI assinou, em 09/02/2017, o contrato em que vende a totalidade de sua participação de 17,48% do capital social da Kepler Weber S.A. O comprador é a AGCO do Brasil Máquinas e Equipamentos Agrícolas Ltda. Cada ação da Kepler Weber foi negociada por R\$ 22,00, totalizando R\$ 101.170. O fechamento da operação ainda depende da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e, dentre outros fatores, que a AGCO consiga adquirir o percentual mínimo de 65% do capital social da companhia.

Em 20.02.17, foi divulgado fato relevante pela Vale informando que os principais acionistas controladores Litel (Previ incluído), Bradespar, Mitsui e BNDES concluíram as negociações sobre um novo Acordo de Acionistas, que vigorará por três anos a partir de 10 de maio de 2017 (após o vencimento do atual acordo de acionistas da Valepar, atual controladora da Vale). A partir desta data estão previstos atos societários na Vale com as seguintes propostas:

- conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, passando a Vale a deter somente uma classe de ações;
- incorporação da Valepar na Vale, tendo como consequência a participação direta dos atuais acionistas da Valepar na Vale;

- alteração do estatuto da Vale para adequá-lo, tanto quanto possível, às regras do Novo Mercado, até que se possa, de forma efetiva, listar a Vale nesse segmento especial.

A aprovação da proposta do novo acordo representará um marco para a Previ na participação na Vale na medida em que traz:

- a) Liquidez, na medida em que permitirá à Litel participar diretamente da Vale, sendo que mais da metade da participação da Litel estará desvinculada do Acordo Vale, portanto livre para negociação após o final do prazo de lock up, estimado para fevereiro de 2018. O restante da posição estará livre a partir de novembro de 2020.
- b) Melhoria na governança, uma vez que a Vale evoluirá para adoção de um controle difuso, com perspectivas de crescimento e perenidade.
- c) Novo estatuto social, que tem como objetivo levar a Vale para o Novo Mercado da BM&FBovespa, considerado o nível de mais alto padrão de governança corporativa.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Parecer Atuarial 2016



Parecer Atuarial 2016

Plano de Benefícios 1 Plano de Benefícios PREVI Futuro Carteira de Pecúlios – CAPEC

1. OBJETIVO

1.1. O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e plano de custeio e o resultado da avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

1.2. A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

Registro	Nome do Plano
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (PREVI Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3. O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24.12.1997. O Plano de Benefícios PREVI Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se em curso de novas adesões.

1.4. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

2.1. BASE DE DADOS

2.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 11.01.2017 e refere-se à data base de dezembro de 2016. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os

participantes ativos, aposentados e pensões, comparados a dezembro de 2015:

Quantidade	Dezembro/ 2015	Dezembro/ 2016
Ativos	19.212	11.558
Avaliados	19.198	11.544
Matrículas Rejeitadas	14	14
<i>Idade Média Ativos em anos</i>	<i>51</i>	<i>50</i>
<i>Tempo Médio Faltante para Aposentadoria (meses)⁽¹⁾</i>	<i>35</i>	<i>31</i>
<i>Salário de Participação Médio (R\$)⁽²⁾</i>	<i>11.136,37</i>	<i>12.378,88</i>
Institutos (aguardando benefício)	601	492
Autopatrocinaados	246	216
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	355	276
Aposentados	76.203	82.535
Benefícios		
Idade	226	241
Tempo de Contribuição	52.914	56.135
Antecipada	16.867	20.032
Invalidez	5.930	5.829
Renda Mensal Vitalícia	208	242
Pensão Mínima	58	56
<i>Idade Média Aposentados em anos⁽³⁾</i>	<i>65</i>	<i>65</i>
<i>Benefício Médio (R\$)⁽³⁾</i>	<i>8.010,68</i>	<i>8.818,32</i>
Institutos	3.583	3.635
Autopatrocinaados	3.375	3.393
Benefício Proporcional Diferido	208	242
Pensões⁽⁴⁾	17.442	17.862
Matrículas Rejeitadas	-	-
Beneficiários Previ	20.548	20.855
Benefício Médio (R\$)	6.081,01	6.758,37

Tabela B

⁽¹⁾ Excluídos os participantes cujo tempo faltante para a aposentadoria é zero. ⁽²⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas. ⁽³⁾ Não considera os participantes com status de Pensão Mínima. ⁽⁴⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade PREVI.

2.1.2 Apenas 14 matrículas de participantes ativos foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Foram incluídos 16 participantes como ativos autopatrocinados que não fizeram opção por nenhum dos institutos após o seu desligamento com o patrocinador. Em relação à base de aposentados, 56 participantes não recebem atualmente benefício da PREVI, sendo avaliados somente pelo encargo de pensão mínima. Na quantidade de ativos e aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

2.1.3 Em novembro de 2016 o Banco do Brasil lançou o Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI, com prazo final de adesão em 09.12.2016. O público alvo do PEAI-2016 foram os funcionários do Banco do Brasil, que não fossem público alvo do PAET (Programa de Alternativas para Executivos em Transição), e que:

- fosse aposentado por tempo de contribuição ou idade pelo INSS até 31/12/2016;
- tivesse condições de se aposentar pelo plano de previdência complementar (Previ, Economus, Fusesc ou PrevBep) até 31/12/2016; ou
- detiverem até 31.12.2016 os pré-requisitos e protocolarem pedido de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade junto ao INSS.

2.1.4 O plano teve adesão de 7.266 participantes do Plano de Benefícios 1. Consequentemente, o mês de dezembro de 2016 teve um número significativo de concessões de aposentadorias programadas por tempo de contribuição, por idade e antecipada, sendo que parte dos benefícios

serão concedidos em caráter definitivo a partir de janeiro de 2017.

2.1.5 Com a representativa adesão ao PEAI-2016, em 31.12.2016 a quantidade de participantes ativos do Plano 1 foi reduzida a 11.558, sendo que desses, 4.784 participantes ativos, exceto BPD, já cumpriram as exigibilidades para aquisição de um benefício programado, representando 41,39% do total de ativos. Desses, 4.567 são elegíveis somente ao benefício sob a forma antecipada.

2.1.6 Por outro lado, a quantidade de aposentados aumentou para 82.535, principalmente em função das concessões de benefícios decorrentes do referido plano de incentivo. Assim, em 31.12.2016, 87,7 % dos participantes do Plano 1 encontram-se assistidos.

2.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, estruturada como benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, estruturada como contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2 O Plano contempla ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago com recursos do Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007.

2.2.3 A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

Parte Geral	Institutos	Parte Opcional	Benefícios
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) (BPD)	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa ⁽¹⁾
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatócinio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano (Resgate)		

Tabela C

⁽¹⁾ Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses enquanto houver recursos no Fundo de Renda Certa.

2.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

2.3.1 O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado.

2.3.2 Na tabela D são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2016 e as aprovadas para o exercício de 2017:

Premissas Biométricas	Exercício 2016	Exercício 2017
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Premissas Econômicas	Exercício 2016	Exercício 2017
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,0065%	1,038%

Tabela D

2.3.3 Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração apenas na taxa de crescimento real de salários.

2.3.4 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2011-2015. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e CAPEC.

2.3.5 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2011 a 2015.

2.3.6 Quanto à tábua de entrada em invalidez, a realização de novo estudo foi prejudicada devido ao reduzido número de concessões em invalidez em 2015. Assim, optamos pela manutenção do estudo realizado no ano anterior, e consequentemente da tábua Light Fraca, considerando que o prazo máximo de validade do estudo é de três anos, conforme disposto no artigo 3º, inciso II, §6º da Instrução Previc nº 23/15.

2.3.7 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2017-2023, projetam o valor de 4,5% no cenário base, resultando em manutenção do fator de capacidade de salários e de benefícios de 98,011%.

2.3.8 A taxa de crescimento real de salários, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2017, é de 1,038% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano de Benefícios 1 (tendo como base o período de 2009 a 2016).

2.3.9 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela Previ, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2017.

2.3.10 A alteração da premissa atuarial de crescimento real de salários para o exercício de 2017 implicaram em aumento da Reserva Matemática na ordem de R\$ 18,7 milhões, posição em dezembro de 2016.

2.4. RESERVA A AMORTIZAR

2.4.1 Em 24.12.1997, foi firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI o Contrato que disciplina a integralização das reservas matemáticas pelo regime financeiro de capitalização para pagamento do complemento de aposentadoria dos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, denominado Grupo 67. Em 31.12.2016 havia 17.089 integrantes do Grupo 67 cujo valor da Reserva a Amortizar relativa ao grupo era de R\$ 14.153 milhões.

2.4.2 O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar do Grupo 67 foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial do Banco do Brasil, correspondente a 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo

ao Grupo 67. Conforme Cláusula Décima do Acordo, a duração do referido contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo 67.

2.4.3 A Cláusula Quarta do Contrato estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes antecipadas. Em 31.12.2016, o valor relativo à rubrica contábil “Contribuições Amortizantes Antecipadas” corresponde a R\$ 14.251 milhões.

2.4.4 Em 31.12.2012 o Banco do Brasil e a PREVI assinaram novo Contrato que disciplina a integralização de 100% das reservas matemáticas do Grupo Especial pelo regime financeiro de capitalização.

2.4.5 Conforme §1º da Cláusula Primeira do Contrato de 31.12.2012, entende-se como Grupo Especial o contingente de participantes do Plano 1 admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, listados no documento anexo ao contrato, e que obtiveram complementos

adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais assumidas pelo patrocinador. Em 31.12.2016 havia 2.871 integrantes do Grupo Especial, cujo valor do passivo atuarial corresponde a R\$ 1.143 milhões. Cabe ressaltar que os participantes do Grupo Especial vertem contribuições normais conforme estabelecido no artigo 69 do Regulamento vigente do Plano de Benefícios 1.

2.4.6 A Cláusula Terceira do Contrato de 31.12.2012 estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que serão contabilizadas como “Contribuição Amortizante Grupo Especial”. O saldo dessa rubrica em 31.12.2016 corresponde a R\$ 1.145 milhões.

2.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

2.5.1 O Fundo de Renda Certa foi constituído em dezembro de 2007, apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no regulamento. Seu saldo em 31.12.2016 corresponde a R\$ 4,5 milhões.

2.6. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

2.6.1 A Tabela E mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2015 e 31.12.2016:

	Dezembro/2015	Dezembro/2016
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	119.724.828.849,82	130.428.001.246,31
Reservas Matemáticas (B)	135.862.750.531,14	144.371.339.114,96
Benefícios Concedidos	124.964.548.630,77	142.338.370.798,02
Benefícios a Conceder	26.279.890.779,85	17.329.179.857,12
(-) Reserva a Amortizar	-15.381.688.879,48	-15.296.211.540,18
Reserva a Amortizar - Grupo 67	-14.247.491.524,35	-14.153.456.333,81
Reserva a Amortizar - Grupo Especial	-1.134.197.355,13	1.142.755.206,37
Superávit Acumulado (A) - (B)	-	-
Reserva de Contingência	-	-
	Dezembro/2015	Dezembro/2016
Déficit Acumulado (B) - (A)	16.137.921.681,32	13.943.337.868,65
Fundo Previdencial	6.389.225,76	4.471.704,39
Fundo de Renda Certa	6.389.225,76	4.471.704,39

Tabela E - Valores em Reais

2.6.2 Observamos que no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, a Reserva Matemática teve variação de 6,26%. O principal fator responsável pelo aumento do passivo atuarial foi a variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2016,

equivalente a 6,58%, impactando principalmente a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, porquanto os benefícios são reajustados de acordo com a variação do INPC, conforme estabelecido no Regulamento do Plano.

2.6.3 Outro fator que influenciou o aumento da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, foi o Plano de Incentivo lançado pelo Banco do Brasil, o PEAI-2016, pois a parte das concessões foram efetivadas ainda em dezembro/2016.

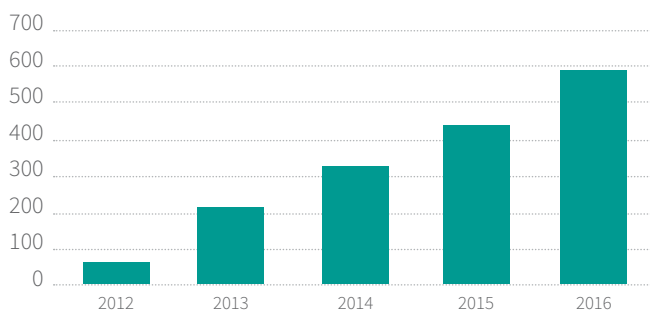
2.6.4 Dos 7.266 optantes pelo PEAI-2016, 6.963 tiveram seus benefícios concedidos ainda em dezembro/2016. Apesar da primeira folha de pagamento desse grupo ser em janeiro/2017, a base de dados já foi sensibilizada pelas concessões, cujo valor médio do benefício PREVI é de R\$ 8.376,06.

2.6.5 Registramos, ainda, que o valor das Reservas Matemáticas é impactado pelas implantações e/ou aumentos de benefícios decorrentes de determinação judicial, para os quais não houve prévia constituição de reservas e nem aporte equivalente de recursos, posto que seus valores divergem daqueles obtidos estritamente com a aplicação das regras regulamentares. A partir de 2012 a PREVI iniciou o acompanhamento gerencial desses impactos. Em dezembro/2016, R\$ 621 milhões do total da Reserva Matemática refere-se ao aumento no benefício decorrente de decisão judicial implantada para 1.715 benefícios de aposentadorias e pensões. Esse valor não demonstra os valores retroativos desembolsados pelo plano de benefício ao longo do processo judicial, pois representa apenas o valor atual do compromisso futuro com essas parcelas. Destaca-se o aumento relevante dos valores, a partir do início do acompanhamento gerencial pela PREVI, no final de 2012, quando apuramos R\$ 77,3 milhões de impacto, relativo

a 250 assistidos, tendo esse valor aumentado mais de 8 vezes nos últimos 4 anos.

Decisões Judiciais – Impacto na RM

(Milhões)



2.6.6 Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação positiva de 8,94% no ano. Cabe ressaltar que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2016 foi positiva, no valor de 15,03% enquanto que a meta atuarial foi de 11,91%.

2.6.7 Em virtude da recuperação parcial do desempenho dos ativos de investimentos no decorrer de 2016, bem como da queda na variação do INPC no mesmo período, verificou-se em 31.12.2016 um superávit técnico de R\$ 2.195 milhões no exercício. Contudo, o resultado do plano ainda apresenta déficit acumulado de R\$ 13.943 milhões.

2.7. INFORMAÇÕES ACERCA DAS CAUSAS DO DÉFICIT TÉCNICO:

2.7.1 Nos últimos três exercícios, os resultados contábeis do Plano de Benefícios 1 foram assim apurados:

	Dezembro 2013	Dezembro 2014	Dezembro 2015
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	138.980.172	134.611.755	119.724.828
Reservas Matemáticas (B)	114.220.748	122.073.122	135.862.750
Superávit Acumulado (C) = (A) – (B)	24.759.424	12.538.633	- 16.137.921
Reserva de Contingência (D) (até 25% A)	24.759.424	12.538.633	-
Reserva Especial (C) – (D)	-	-	-
Varição Anual Patrimônio Cobertura Plano		-3,14%	-11,06%
Varição Anual Reserva Matemática		6,87%	11,30%
Varição INPC		6,23%	11,28%
Meta Atuarial (INPC + 5%)		11,54%	16,84%

Tabela F - Valores em R\$ Mil

2.7.2 Constatamos que o comportamento do passivo atuarial se manteve estável nos três últimos exercícios, em comparação com a variação do INPC e da meta atuarial. A maior variação ocorrida em 2015 deveu-se principalmente em função da variação significativa do INPC.

2.7.3 Por outro lado, o patrimônio de cobertura, que corresponde aos recursos provenientes dos investimentos realizados pela Entidade de acordo com o disposto nas normas em vigor, teve redução de 3,14% em 2014 e de 11,06% em 2015.

2.7.4 Conforme Resolução CMN 3.792/09, os recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A Tabela G mostra os valores em percentuais de alocação por segmento nos últimos três exercícios, conforme Política de Investimentos do Plano de Benefícios 1, bem como a rentabilidade de seus respectivos ativos:

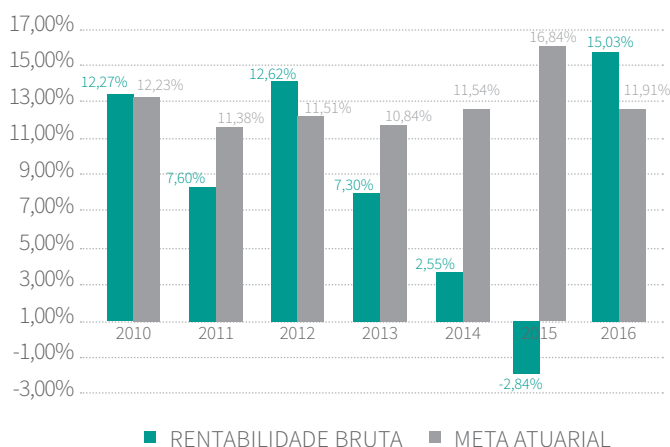
Segmentos	2013		2014		2015	
	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade
Renda Fixa	30,25%	8,07%	33,61%	13,08%	40,48%	14,68%
Renda Variável	60,41%	6,36%	56,10%	-4,43%	48,09%	-17,20%
Investimentos Estruturados	0,56%	20,60%	0,66%	-4,45%	0,63%	-35,05%
Imóveis	5,52%	17,51%	5,94%	13,75%	6,76%	11,22%
Operações c/Participantes	3,28%	11,31%	3,57%	12,28%	3,96%	16,28%
Investimento no Exterior	-	-	0,05%	19,67%	0,08%	50,58%
Rentabilidade Total		7,30%		2,55%		-2,84%

Tabela G

2.7.5 Observa-se pela Tabela G que a rentabilidade do plano teve redução relevante nos últimos três exercícios, especialmente no ano de 2015, no qual foi negativa, em função das oscilações de renda variável, com peso significativo na composição dos ativos de investimento do Plano de Benefícios 1, configurando a situação deficitária do plano.

2.7.6 O gráfico a seguir mostra a comparação entre a rentabilidade anual e a meta atuarial nos últimos exercícios.

Rentabilidade x Meta Atuarial



2.7.7 Ao compararmos a rentabilidade do plano com a meta atuarial, observamos que a meta atuarial do Plano de Benefícios 1 se manteve estável, com oscilação vinculada ao INPC, enquanto que a rentabilidade anual no mesmo período foi mais volátil, sendo significativamente decrescente entre 2012 e 2015. A rentabilidade média desde 2010 foi de 7,8%, enquanto que a meta atuarial foi de 12,07% no mesmo período.

2.7.8 Com base nas informações dos três exercícios, inferimos que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 tem sido inferior à meta atuarial, apesar da recuperação apresentada em 2016, refletindo no resultado técnico do plano observado nesse período.

2.7.9 A Tabela H apresenta a rentabilidade acumulada no ano de 2016 dos ativos totais do Plano de Benefícios 1, por segmento de aplicação, e seus respectivos percentuais de alocação:

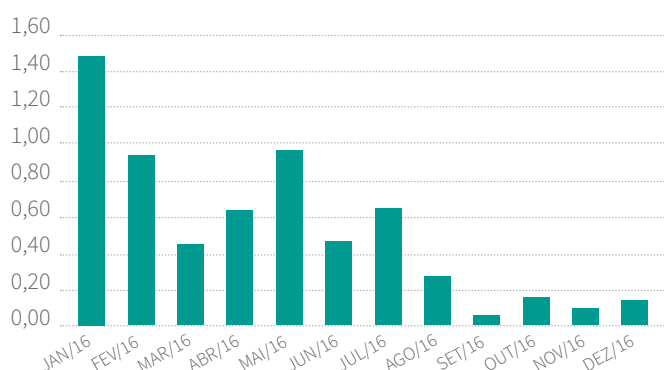
Segmentos	Alocação	Rentabilidade 2016
Renda Fixa	41,2%	15,51
Renda Variável	47,9%	17,16
Investimentos Estruturados	0,5%	9,72
Imóveis	6,5%	7,98
Operações com Participantes	3,8%	14,26
Investimento no Exterior	0,1%	-15,52
Rentabilidade Total		15,03%

Tabela H

2.7.10 Observa-se melhora no comportamento dos ativos no exercício de 2016, diante do desempenho da Bolsa de Valores, apesar da reavaliação a valor econômico dos ativos sem liquidez detidos via fundo de investimento ou carteira própria ainda ter sido negativa. Embora os segmentos de renda fixa e renda variável, que concentram quase 90% dos ativos financeiros do plano, tenham obtido rentabilidade positiva acima da meta atuarial (15,51% e 17,16% respectivamente), ainda não foi suficiente para reverter completamente o resultado deficitário do plano de benefícios.

2.7.11 Por outro lado, ao analisarmos o passivo atuarial do plano, observamos que a meta atuarial do Plano 1, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano foi menor em relação a de 2015, resultando em 11,91%. Tal fato decorre da queda no INPC ao longo do ano, que teve variação acumulada de 6,58% no período de janeiro a dezembro de 2016, conforme gráfico a seguir:

Varição do INPC – 2016



2.7.12 Portanto, concluímos que o resultado técnico acumulado do plano continua apresentando déficit técnico acumulado de R\$ 13.943 milhões em 31.12.2016, decorrente basicamente do resultado de 2015.

2.7.13 Apesar de termos obtido em 2016 resultados líquidos positivos dos investimentos, em relação ao mínimo atuarial, o excedente de rentabilidade não foi suficiente para reverter integralmente a situação deficitária do plano. Contudo, viabilizou a quitação do Plano de Equacionamento do Déficit de 2015 e demonstra a tendência de recuperação dos investimentos, apesar do cenário macroeconômico ainda apresentar grande volatilidade no segmento de renda variável.

2.8. PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT de 2015:

2.8.1 Em decorrência do déficit técnico acumulado de R\$ 16.138 milhões em 31.12.2015, foi apurado o valor a ser equacionado do Plano de Benefícios 1, após dedução do ajuste de precificação e comparação com o limite do déficit calculado em função da duração do passivo do plano na mesma data, conforme demonstrado abaixo:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro 2015
Déficit Técnico Acumulado (A)	16.137.921.681,32
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.223.322.753,06
Déficit Técnico Ajustado (C = A - B)	13.914.598.928,26
Limite de Déficit Técnico Acumulado (art. 28 da Res.CGPC 26/2008) (D) *	11.004.882.793,02
(1) Diferença entre C e D	2.909.716.135,24
(2) 1% da Reserva Matemática (52º do art. 28 da Res.CGPC 26/2008)	1.358.627.505,31
Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado – Máximo entre (1) e (2)	2.909.716.135,24

Tabela I

Valores em R\$

*Limite de déficit = (duração do passivo - 4) * 1% * Reserva Matemática

2.8.2 Assim, ao longo de 2016 foi elaborado o Plano de Equacionamento do Déficit de 2015, prevendo o equacionamento de R\$ 2,9 bilhões por participantes, assistidos e patrocinadores, considerando a proporção contributiva em relação às contribuições pessoais e patronais observadas no exercício de 2015.

2.8.3 No decorrer do exercício de 2015, considerado o montante as contribuições normais vertidas para o Plano de Benefícios 1 pelos participantes, ativos e assistidos, inclusive as vertidas pelos autopatrocinados, e o montante das contribuições patronais, vertidas pelos patrocinadores (Banco do Brasil e PREVI), apurou-se a proporção de 52,31% para os participantes e assistidos e 47,69% para os patrocinadores Banco do Brasil e PREVI. Portanto a proporção do déficit a ser equacionado pelos participantes e assistidos seria de R\$ 1.522.208.321,33, enquanto que a proporção relativa aos patrocinadores Banco do Brasil e PREVI corresponderia a R\$ 1.387.507.813,91.

2.8.4 Para tanto, o plano de equacionamento foi elaborado visando a amortização por fluxo linear de contribuições, em atendimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/08 e ao artigo 6º da Instrução PREVIC nº 26/16, adotando-se assim o sistema de amortização da tabela PRICE (prestações

constantes). O prazo estabelecido para amortização do déficit a ser equacionado corresponde a uma vez e meia o prazo da duração do passivo do plano de benefícios apurado no exercício de 2015, ou seja, 18,1 anos (217 meses). Tal prazo atende ao disposto no item 10 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/06.

2.8.5 Para os participantes e assistidos, o plano de equacionamento previu a cobrança de contribuições extraordinárias mensais, sem incidência sobre abono anual, considerando como parâmetro o benefício efetivo ou projetado atribuível a cada um deles. Quanto aos patrocinadores, o valor relativo ao Banco do Brasil seria tratado por meio de um documento formal firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI, considerando informações como prazo de pagamento, valor da contribuição extraordinária, parâmetros adotados na apuração do déficit e cláusulas de atualização e suspensão das contribuições extraordinárias, dentre outras e o valor relativo ao patrocinador PREVI (quadro próprio) seria tratado contabilmente, considerando os mesmos parâmetros do patrocinador Banco do Brasil.

2.8.6 Em 05.09.2016 foi publicada a Instrução PREVIC nº 32, que estabelece os procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit. Tal instrução trouxe a possibilidade de serem utilizados, como fonte alternativa de recurso para o equacionamento do déficit, eventuais resultados líquidos positivos obtidos pelo plano de benefícios entre a data de apuração do valor a ser equacionado e a data de aprovação do plano de equacionamento, desde que sejam derivados exclusivamente de excedente de rentabilidade financeira em relação à meta atuarial adotada na avaliação atuarial em que se apurou o valor do déficit a ser equacionado.

2.8.7 O Plano de Equacionamento de Déficit foi então elaborado considerando os critérios acima citados, inclusive a possibilidade de quitação ou amortização com os resultados líquidos positivos de rentabilidade.

2.8.8 Em função da necessidade de aprovação do Plano de Equacionamento antes do encerramento do exercício subsequente à identificação do Déficit a equacionar, consideramos, para apuração do excedente de rentabilidade a data do balancete de novembro/2016, que foi o último disponível antes da aprovação do Plano de Equacionamento.

2.8.9 Importante ressaltar que o resultado líquido positivo, decorrente do excedente financeiro a que se refere o Art. 3º da Instrução PREVIC nº 32, não se confunde com o resultado do plano de benefícios, obtido mediante o levantamento de suas demonstrações contábeis.

2.8.10 Diante do exposto, foi apurado o Resultado Líquido positivo decorrente do excedente de rentabilidade, em relação à meta atuarial, considerando a data de 30.11.2016:

Item	Resultado
Rentabilidade acumulada (deduzidas as despesas administrativas de investimento)	15,75%
Meta Atuarial acumulada	11,30%
Rentabilidade líquida do atuarial	4,00%

Tabela J

2.8.11 Por medida de prudência, a entidade, após consulta à PREVIC, decidiu deduzir do resultado líquido positivo a ser utilizado como fonte de recursos para o equacionamento do déficit a diferença negativa das reavaliações dos ativos sem liquidez. Assim, obteve-se:

Resultado líquido positivo final	R\$ 4.835.698.575,65
Valor a ser equacionado	R\$ 2.909.716.135,24

2.8.12 Tendo em vista que o valor apurado de R\$ 4.835.698.575,65 superou o valor do déficit a equacionar em 31.12.2015, de R\$ 2.909.716.135,24, o Plano de Equacionamento pode ser integralmente quitado por esse excedente, não sendo necessário instituir, para 2017, contribuições extraordinárias de participantes, assistidos e patrocinadores relativamente ao Equacionamento do Déficit de 31.12.2015.

2.8.13 Registra-se, ainda, que ao longo do exercício de 2016 as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios nº 1 foram reavaliadas atuarialmente com as mesmas hipóteses atuariais, regime financeiro e método de financiamento utilizados na data de apuração do déficit a equacionar de 31.12.2015.

2.8.14 Portanto, a utilização do excedente de rentabilidade, quitou o Plano de Equacionamento do Déficit de 31.12.2015 do Plano de Benefícios nº 1 em conformidade com o disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/08, no artigo 3º Instrução PREVIC nº 32, de 02.09.2016 e no Ofício nº 3761/2016/CGMA/DIACE/PREVIC, de 01.12.2016 da PREVIC.



2.9. PLANO DE CUSTEIO

2.9.1 O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos e aposentados e do patrocinador. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela k:

Salário de Participação (SP)	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP*1,25	1,8% SP	-
½ PP*1,25 ≤ SP < PP*1,25	3,0% SP	0,75% PP
SP ≥ PP*1,25	7,8% SP	6,75% PP

Tabela K
PP – Parcela PREVI

2.9.2 O percentual médio de contribuição dos participantes ativos manteve-se em 6,0% do salário de participação. No caso dos aposentados, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria. As contribuições normais do patrocinador correspondem a 100% do valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.

2.9.3 Em 25.11.2015 foi divulgada a Resolução CNPC nº 22, que atualiza a Resolução CGPC nº 26/08, referente a procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado do plano. A Resolução revisada passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios na apuração do limite de déficit técnico acumulado.

2.9.4 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2016, a duração do passivo do Plano de Benefícios 1

corresponde a 11,68 anos. Consequentemente, em 31.12.2016, o limite do déficit é 7,68% da Reserva Matemática, isto é, R\$ 11.088 milhões.

2.9.5 A referida Resolução estabelece ainda que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido o valor do ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31.12.2016, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.582 milhões.

2.9.6 A Resolução CNPC nº 22/15 determinou ainda que deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit se o resultado deficitário for superior ao limite mencionado no item 2.9.4. A tabela abaixo mostra a apuração do valor do déficit técnico a ser equacionado, considerando o déficit técnico acumulado em 31.12.2016, líquido do valor de ajuste de precificação, bem como o limite do déficit apurado com base na duração do passivo do plano:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro 2016
Déficit Técnico Acumulado (A)	13.943.337.868,65
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.582.338.501,42
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (C) =(A) - (B)	11.360.999.367,23
Limite de Déficit Técnico Acumulado (D) (7,68% da Reserva Matemática)	11.087.718.844,03
(1) Diferença entre C e D	273.280.523,20
(2) 1% da Reserva Matemática (§2º do art. 28 da Res.CGPC 26/2008)	1.443.713.391,15
Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado – Máximo entre (1) e (2)	1.443.713.391,15

Tabela L – Valores em R\$



2.9.7 Tendo em vista que o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é superior ao limite legal, deverá ser elaborado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício de 2017 no valor de R\$ 1.444 milhões, conforme disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº26/08.

2.10. CONCLUSÃO

2.10.1 O resultado técnico de dezembro de 2016 mostra que o Plano de Benefícios 1 se encontra deficitário no valor de R\$ 13.943 milhões, equivalente a 9,66% da Reserva Matemática, apesar da recuperação observada no valor dos ativos financeiros ao longo de 2016 que geraram excedente de rentabilidade em relação ao mínimo atuarial.

2.10.2 Como o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é superior ao limite

observado na Resolução CGPC nº 26/08, concluímos que até o final do exercício de 2017 será elaborado o plano de equacionamento de déficit, cujo valor a ser equacionado corresponde a R\$ 1.443.713.391,15, mínimo de 1% da Reserva Matemática que é permitido pela legislação.

2.10.3 Conforme estabelecido na mesma resolução, o resultado deficitário apurado no plano de benefícios deverá ser equacionado por participantes, assistidos e patrocinadores, observada a proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que for apurado o resultado. O plano de equacionamento deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e ao órgão fiscalizador.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

3.1. BASE DE DADOS

3.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios PREVI Futuro foi gerada em 11.01.2017 e refere-se ao mês de dezembro de 2016.

A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, comparado a dezembro de 2015:

Quantidade	Dezembro/2015	Dezembro/ 2016
Ativos	85.176	85.674
Avaliados	85.036	85.500
Matrículas Rejeitadas	140	174
<i>Idade Média Ativos em anos</i>	<i>38</i>	<i>39</i>
<i>Salário de Participação Médio (R\$) ⁽¹⁾</i>	<i>5.766,98</i>	<i>6.308,60</i>
Institutos (aguardando benefício)	6.821	6.796
Autopatrocinaados	2.004	1.938
Benefício Proporcional Diferido	4.817	4.858
Aposentados	374	428
Avaliados		
Benefícios Programados	112	141
Benefícios de Risco (Invalidez)	261	286
Matrículas Rejeitadas	1	1
<i>Idade Média Aposentados em anos</i>	<i>52</i>	<i>53</i>
<i>Benefício Médio (R\$)</i>	<i>1.119,62</i>	<i>1.403,76</i>
Institutos	27	33
Autopatrocinaado	7	10
Benefício Proporcional Diferido	20	23
Pensões	337	395
Beneficiários Previ	614	716
<i>Benefício Médio (R\$)</i>	<i>863,44</i>	<i>1.037,29</i>

Tabela M

⁽¹⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.

3.1.2 Existem 174 matrículas de participantes ativos e 1 matrícula de aposentado que foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Entre os ativos autopatrocinados, foram incluídos 855 participantes que não fizeram opção por um dos institutos por estarem dentro do prazo regulamentar da opção. Nas quantidades totais de ativos e de aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

3.1.3 Em 31.12.2016, 1.845 participantes ativos já reuniam as condições de exigibilidade para aquisição do benefício programado.

3.1.4 O Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI, lançado pelo Banco do Brasil em novembro de 2016, teve adesão de 505 participantes do Plano PREVI Futuro, dos quais 323 estavam indentificados como elegíveis. Contudo, ao contrário do observado no Plano 1, a quantidade de participantes ainda não foi sensibilizada pelo programa, pois não houve tempo hábil para a efetivação das concessões, e nem das demais movimentações decorrentes da reestruturação do Banco do Brasil. Assim, somente ao

longo de 2017 será possível avaliar o impacto no Plano decorrente dos desligamentos, comissionamentos, alterações da jornada de trabalho para 6 horas e principalmente a redução na quantidade de posses de novos funcionários e consequentemente de novas adesões ao plano, que já foi observada ao longo de 2016

3.1.5 Destaca-se nesse exercício a pequena quantidade de adesões, comparativamente aos anos anteriores, pois a base de ativos aumentou apenas 498 no ano, sendo que de 2011 a 2015 tivemos um aumento médio de mais 3 mil participantes por ano, reflexo das alterações na estrutura organizacional do patrocinador Banco do Brasil.

3.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

3.2.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é estruturado na modalidade contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, e da Parte II, relativa aos riscos programados.

3.2.2 A Tabela N apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios PREVI Futuro:

Parte I	Parte II	Institutos
Riscos Não Programados	Riscos Programados	
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria	Renda Mensal Vitalícia (BPD)
	Renda Mensal de Pensão por Morte	Autoprocínio
		Portabilidade

Tabela N

3.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

3.3.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2 Para a Parte I, adota-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão por morte. Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3 Na tabela O são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2016 e as aprovadas para o exercício de 2017:

Premissas Biométricas	Exercício 2016	Exercício 2017
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015

Premissas Econômicas	Exercício 2016	Exercício 2017
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,5%	4,5%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,011%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,1336%	3,042%

Tabela O

3.3.4 Ao compararmos as premissas atuais com as do ano anterior, verificamos que houve alteração apenas na taxa de crescimento real de salários.

3.3.5 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2011-2015. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e CAPEC.

3.3.6 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2011 a 2015.

3.3.7 Quanto à tábua de entrada em invalidez, a realização de novo estudo foi prejudicada devido ao reduzido número de concessões em invalidez em 2015, mesmo avaliando conjuntamente com o Plano 1. Assim, optamos pela manutenção do estudo realizado no ano anterior, e consequentemente da tábua Light Fraca, considerando que o prazo máximo de validade do estudo é de três anos, conforme disposto no artigo 3º, inciso II, §6º da Instrução Previc nº 23/15.

3.3.8 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório

elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2017-2023, projetam o valor de 4,5% no cenário base, resultando em manutenção do fator de capacidade de salários e de benefícios de 98,011%.

3.3.9 A taxa de crescimento real de salários é a estimativa do crescimento anual médio dos salários de participação, apurada com base nos cargos ocupados pelos participantes ativos ao longo da sua vida laborativa no Patrocinador. Avaliamos o crescimento salarial dos funcionários em atividade no Banco do Brasil sob a ótica da evolução da carreira, considerando todos os valores dos salários posicionados em uma mesma data. A premissa adotada para o exercício de 2017, é de 3,042% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano PREVI Futuro, tendo como base o período de 1998 a 2016.

3.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela Previ, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2017.

3.3.11 A alteração da premissa atuarial de crescimento salarial para o exercício de 2017 implicou em redução da Reserva Matemática na ordem de R\$ 11,2 milhões, posição em dezembro de 2016.

3.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

3.4.1 A Tabela P mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2015 e 31.12.2016:

	Dezembro/2015	Dezembro/ 2016
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	6.575.712.846,40	9.007.022.764,65
Reservas Matemáticas (B)	6.575.712.846,40	9.007.022.764,65
Parte I (Benefícios Não Programados)	538.348.577,81	626.020.080,77
Benefícios Concedidos	126.646.968,35	168.054.171,42
Benefícios a Conceder	411.701.609,46	457.965.909,35
Parte II (Benefícios Programados)	6.037.364.268,59	8.381.002.684,48
Benefícios Concedidos	20.974.933,88	28.072.881,61
Benefícios a Conceder	6.016.389.334,71	8.352.929.802,27
Superávit Acumulado (A) - (B)	-	-
Reserva de Contingência	-	-
Fundos Previdenciais	82.106.146,20	233.287.949,12
Fundo de Cotas Resguardadas	51.174.749,27	68.570.294,55
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	21.976.106,29	30.608.175,51
Fundo de Gestão de Risco	8.955.290,64	134.109.479,06

Tabela P – Valores em Reais

3.4.2 Observamos que no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, a Reserva Matemática teve variação de 36,97%. Tal resultado decorre, principalmente, da rentabilidade auferida nos investimentos, que altera os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente para a Parte II, cujo total de contribuições (pessoais e patronais) foi da ordem de R\$ 1.043 milhões em 2016.

3.4.3 Quanto aos recursos garantidores do plano, verificamos que a rentabilidade do Plano PREVI Futuro em 2016 foi de 22,52%, enquanto que a variação da cota do perfil PREVI em 2015 foi de 22,86%. Esse é o perfil utilizado para a atualização dos recursos coletivos do plano, como os valores vinculados à Parte I (benefícios de risco) e os benefícios concedidos. Logo, a rentabilidade desse perfil é a que influencia o resultado técnico do plano.

3.4.4 A variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 11,91%.

3.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.1 Os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.5.1.1 **Fundo de Cotas Resguardadas:** relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou seus beneficiários, como por exemplo, saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento vigente até 13.12.2010, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate. Esses saldos são apurados para os participantes enquadrados nas mencionadas situações com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.2 **Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes:** relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem retornar ao plano e têm tal direito reconhecido pelo regulamento do Plano. O mencionado saldo é obtido com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.3 **Fundo de Gestão de Risco:** constituído para fazer frente a oscilações dos ativos de investimento e do passivo atuarial do Plano e o seu valor é atualizado de acordo com a variação da cota do Perfil PREVI.

3.5.2 Ressaltamos que em função do resultado técnico no encerramento do exercício decorrente do desempenho dos ativos de investimento acima da meta atuarial, foi possível recompor o Fundo de Gestão de Risco com a apropriação de R\$ 123 milhões, de modo que no encerramento do exercício o referido fundo totaliza R\$ 134 milhões.

3.6. PLANO DE CUSTEIO

3.6.1 O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessário ao financiamento dos benefícios do plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do plano.

3.6.2 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes e da patrocinadora relacionadas na Tabela Q.

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- Subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação.	- Subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- Subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	- Subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- Subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte “c”: não há

Tabela Q

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

3.7. CONCLUSÃO

3.7.1 A rentabilidade apresentada no ano de 2016, foi bem superior à meta atuarial do Plano, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, correspondente a 11,91%, impactando positivamente o saldo de conta dos participantes ativos e o resultado técnico do Plano.

3.7.2 Assim, foi possível recuperar tanto o valor dos saldos de conta dos participantes quanto retomar a constituição do Fundo de Gestão de Risco, motivo pelo qual concluímos que a situação financeiro-atuarial do plano permite a manutenção do atual Plano de Custeio para preservar o equilíbrio do plano de modo que os participantes em atividade do Plano de Benefícios PREVI Futuro possam

receber um benefício programado compatível com sua acumulação de recursos.

4. CARTEIRA DE PECÚLIOS - CAPEC

4.1. BASE DE DADOS

4.1.1 A base de dados para avaliação atuarial da CAPEC é de agosto de 2016, composta por 127.041 participantes distribuídos nas seguintes modalidades:

- **Pecúlio por Morte:** 120.468 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;

- **Pecúlio Especial:** 37.586 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;
- **Pecúlio Manutença:** 6.573 participantes inscritos nos Planos Júnior (1), Sênior (1) e Executivo (6.466);
- **Pecúlio por Invalidez:** 27.064 participantes inscritos nos Planos Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

4.2.1 A CAPEC está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura “a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas”.

4.2.2 A CAPEC está cadastrada na PREVIC como plano de benefícios de pagamento único e paga os seguintes pecúlios:

Aos dependentes ou beneficiários designados

Pecúlio por Morte

Pecúlio Especial

Pecúlio Manutença

Aos participantes

Pecúlio por Invalidez

Pecúlio Especial

Tabela R

4.2.3 Cada tipo de pecúlio é oferecido aos participantes da CAPEC segundo faixas de valores, constituindo cada faixa uma das seguintes modalidades de pecúlio: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

4.3.1 A CAPEC tem seus valores de receitas calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples com avaliações atuariais anuais, seguindo o princípio de cálculo atuarial usual para a constituição técnica do seguro de vida temporário por um ano com renovações automáticas anuais.

4.3.2 Na tabela S são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2015 e as aprovadas para o exercício de 2016:

Premissas Biométricas	Exercício 2015	Exercício 2016
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Premissas Econômicas	Exercício 2015	Exercício 2016
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela S

4.3.3 Observamos que nos últimos doze meses os eventos biométricos de mortalidade estão aderentes aos eventos esperados pelas Tábuas de Mortalidade de Válidos AT 2000 Suavizada em 10%, tendo em vista que houve 1.578 óbitos de setembro de 2015 até agosto de 2016, que representa 90% do número de óbitos esperados pela tábua de mortalidade no mesmo período, de 1.756.

4.3.4 Quanto à sinistralidade dos eventos de entrada em invalidez, observa-se que a adoção da Tábua Light Fraca a partir de janeiro de 2015 mostrou-se mais aderente aos sinistros de invalidez ocorridos na CAPEC no ano anterior.

Contudo, foram observados 19 eventos ocorridos de setembro de 2015 a agosto de 2016, enquanto que se esperavam 48 entradas em invalidez considerando a tábua. A efetivação das concessões de invalidez pelo INSS provavelmente restou prejudicada em função da longa greve dos peritos em 2016, motivo pelo qual mantivemos a premissa.

4.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

4.4.1 Os valores dos pecúlios foram reajustados em 7,95%, superior à variação do INPC no período de janeiro (data última alteração de valores) a setembro de 2016 (data da nova avaliação

atuarial), em conformidade com o disposto no regulamento da CAPEC. A tabela T apresenta os valores dos pecúlios de 2016 e os novos valores dos pecúlios para o exercício de 2017:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Valores em 2016 - R\$	35.200	70.400	105.600	140.800	176.000
Valores em 2017 - R\$	38.000	76.000	114.000	152.000	190.000

Tabela T – Valores em Reais

4.4.2 Na tabela U estão consignados os novos valores das contribuições dos Pecúlios por Morte, Especial/Manutença e por Invalidez que consideram o risco biométrico de cada faixa etária, acrescidos da taxa de carregamento de 2,5% e da taxa de 10% para o Fundo RCO, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Pecúlio por Morte	38.000	76.000	114.000	152.000	190.000
Até 34 anos	5,67	11,35	17,02	22,69	28,37
De 35 a 40 anos	7,13	14,26	21,39	28,51	35,65
De 41 a 45 anos	9,81	19,65	29,46	39,28	49,09
De 46 a 50 anos	11,77	23,54	35,31	47,09	58,86
De 51 a 55 anos	19,11	38,21	57,32	76,43	95,52
De 56 a 60 anos	35,55	74,68	112,01	149,36	186,71
De 61 a 65 anos	44,13	90,58	168,49	213,89	239,34
Maior que 65 anos	59,21	124,73	229,28	283,85	319,63
Pecúlio Especial/Manutença	38.000	76.000	114.000	152.000	190.000
Até 34 anos	5,67	11,35	17,02	22,69	28,37
De 35 a 40 anos	7,13	14,26	21,39	28,51	35,65
De 41 a 45 anos	9,81	19,65	29,46	39,28	49,09
De 46 a 50 anos	11,77	23,54	35,31	47,09	58,86
De 51 a 55 anos	19,11	38,21	57,32	76,43	95,52
De 56 a 60 anos	35,55	74,68	112,01	149,36	175,10
De 61 a 65 anos	44,13	90,58	168,49	187,21	202,43
Maior que 65 anos	59,21	124,73	229,28	255,52	275,23
Pecúlio por Invalidez	38.000	76.000	114.000	152.000	190.000
Até 34 anos	1,61	3,22	4,83	6,44	8,05
De 35 a 40 anos	3,20	6,41	9,60	12,80	15,99
De 41 a 45 anos	7,08	14,16	21,24	28,31	35,37
De 46 a 50 anos	10,54	21,08	31,62	42,16	52,69
De 51 a 55 anos	13,34	26,66	39,99	53,31	66,64
De 56 a 60 anos	20,31	40,60	60,90	81,19	101,49
De 61 a 65 anos	24,16	48,32	72,46	96,61	120,75
Maior que 65 anos	31,58	63,16	94,73	126,30	157,86

Tabela U – Valores em Reais



4.4.3 O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31.12.2016, que afetaram o Fundo CAPEC:

Contribuições Brutas	289.786.414,29
(-) Destinação para RCO 10%	-28.251.708,00
(-) Destinação para Despesas Administrativas 2,5%	-7.226.777,65
Contribuições Líquidas (A)	254.307.928,64
Benefícios Pagos (B)	-260.202.645,99
(-)Utilização do Fundo CAPEC para custeio das contribuições (A) - (B)= (C)	-5.894.717,35
Resultado Financeiro Bruto	36.568.626,15
(-)Atualização Monetária dos pecúlios a pagar	-6.972.320,41
(-)Atualização da RCO	-24.963.640,26
(-/+) Outros resultados / reversões	165.535,43
Resultado Financeiro Líquido (D)	4.798.200,91
Resultado Final Fundo CAPEC (C) + (D)	-1.096.516,44

Tabela V – Valores em Reais

4.4.4 Conforme previsto, o montante de contribuições foi menor que o de benefícios pagos, tendo em vista que parte do custeio deve ser suprido pelo Fundo Capec.

4.4.5 Registramos ainda o valor de R\$ 48.344.380,66, em 31.12.2016, relativo à provisão para pagamento de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação.

4.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

4.5.1 O Fundo CAPEC destina-se ao equilíbrio das contribuições dos participantes, considerando o processo de transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da CAPEC, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. Conforme esperado, em 2016 foram utilizados R\$ 5,9 milhões do fundo para cobrir parcialmente o custeio do plano. Contudo, ganhos financeiros auferidos no exercício minimizaram o impacto, conforme demonstrado na tabela V do item 4.4.3, de modo que o saldo do Fundo CAPEC em 31.12.2016 é de R\$ 30.603.574,17.

4.5.2 O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), constituído em abril de 2010, é um fundo previdencial destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. Até a extinção do Fundo CAPEC, o saldo do Fundo RCO é crescente e em 31.12.2016 contabiliza R\$ 199.440.550,73.

4.5.3 Consequentemente, o saldo do ativo líquido da CAPEC aumentou de R\$ 177.925.293,08 (31.12.2015) para R\$ 230.044.124,90 (31.12.2016) principalmente em função do incremento do saldo do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO).

4.6. PLANO DE CUSTEIO

4.6.1 O custeio da CAPEC é de responsabilidade dos participantes do plano, não havendo contribuição patronal.

4.6.2 Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado, conforme tabela U do item 4.4.2.

4.6.3 Nesse contexto, além das contribuições vertidas pelos participantes, a estratégia para reestruturação da CAPEC prevê a utilização do Fundo CAPEC até sua extinção, quando então, o Fundo RCO passará a cobrir as diferenças decorrentes dos subsídios ainda existentes, até que as contribuições arrecadadas sejam suficientes para custear integralmente os pagamentos dos pecúlios.

4.7. CONCLUSÃO

4.7.1 A redução gradual do Fundo CAPEC, decorrente da cobertura das contribuições para as faixas etárias mais avançadas, demonstra a importância da continuidade da estratégia mencionada no item 4.5.1, de tal forma que, ao fim do Fundo CAPEC, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo para os participantes.

4.7.2 Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela CAPEC, considerando a utilização de recursos do Fundo CAPEC, quando do encerramento do exercício de 2016, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2017.

Vanessa Ferreira Ennes
Atuária – MIBA 1194



Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios Administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até

a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI**, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e III do artigo 49 do Estatuto da Entidade, e tendo em vista as disposições da Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31.10.2011, Anexo “C”, item 17 e Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24.09.2009, art. 4º, examinou as Demonstrações Contábeis e o Relatório Anual da PREVI, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31.12.2016.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer da Atuária Interna e o Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis e do Relatório Anual da PREVI, relativos ao exercício de 2016.

Por oportuno, os Conselheiros Fiscais Eleitos enfatizam que o aspecto registrado em Manifestação de 17.03.2016, quando da emissão do Relatório Anual de Atividades de 2015, qual seja, Reclamatórias Trabalhistas Originadas no Banco do Brasil, deve continuar a merecer a máxima prioridade por parte do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva da PREVI.

Rio de Janeiro (RJ), 23 de março de 2017.

Williams Francisco da Silva
Presidente

Adriano Meira Ricci
Secretário

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim
Conselheira

Rudinei dos Santos
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2016

Em reunião de 24 de março de 2017 o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos Atuários Internos, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício 2016 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro (RJ), 24 de março de 2017.

Walter Malieni Junior
Presidente

Antonio José de Carvalho
Carlos Alberto Araújo Netto
Carlos Alberto Guimarães de Sousa
Eduardo Cesar Pasa
Wagner de Sousa Nascimento

Demonstração do Valor Adicionado

R\$ mil

Valor Econômico Gerado	2016	2015	2014
1. Adições	4.410.131	4.599.360	3.773.436
Contribuições	4.404.788	4.043.477	3.865.030
Receitas Administrativas (*)	286.152	271.591	259.258
Contingências	-280.809	284.292	-350.852
2. Variação das Provisões Técnicas	-10.939.898	-14.917.204	-9.032.819
Provisões Matemáticas	-10.939.898	-14.917.204	-9.032.819
3. Resultado Líquido Operacional (1+2)	-6.529.767	-10.317.844	-5.259.383
4. Benefícios	10.678.741	9.607.301	8.629.474
Benefícios de prestação continuada e única e institutos (líquidos de IR)	9.508.112	8.412.418	7.753.073
Imposto de Renda Retido na Fonte dos Benefícios	1.106.652	935.596	791.438
Outros	63.977	259.287	84.963
5. Insumos de Terceiros	68.686	94.342	93.765
Materiais, energia e outros (DESPESAS GERAIS líquidas de impostos, taxas e contribuições)	23.817	37.638	32.431
Serviços de Terceiros e comissões	40.787	50.874	54.128
Treinamentos	2.141	2.987	4.049
Viagens e Estadias	1.915	2.645	2.900
Outros	26	198	257
6. Valor adicionado Bruto (3-4-5)	-17.277.194	-20.019.487	-13.982.623
7. Depreciação, amortização e exaustão	9.683	7.838	6.537
8. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6-7)	-17.286.877	-20.027.325	-13.989.158
9. Valor adicionado recebido/cedido em transferência	22.985.679	-4.529.537	4.615.208
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.836.163	0	4.544.542
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	-4.589.990	0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	149.516	60.453	70.666
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	0	0	0
10. Valor adicionado total a distribuir (8+9)	5.698.802	-24.556.862	-9.373.949
11. Distribuição do valor adicionado	5.698.800	-24.556.862	-9.373.951
Pessoal e encargos	191.812	186.800	172.271
Pessoal Cedido da Patrocinadora	174.627	168.575	147.800
Conselheiros, Dirigentes, Pessoal Próprio e Demais Despesas com Pessoal	17.185	18.225	24.471
Remuneração direta	15.356	15.761	13.180
Benefícios	1.717	2.349	11.184
F.G.T.S.	111	115	107
Impostos, taxas e contribuições	29.519	19.861	26.659
Federais (**)	28.989	19.462	26.291
Estaduais	86	6	5
Municipais	444	393	363
Remuneração de Capitais Próprios	5.477.469	-24.763.523	-9.572.881
Juros (atualização de contratos/acordos)	2.964.437	3.920.479	2.656.849
Fundos	318.448	-7.447	-8.939
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	2.194.584	-28.676.555	-12.220.791

(*) Taxa de Carregamento, de Administração e Demais Receitas Administrativas. (**) Considera R\$ 20.863 de PIS/Cofins (R\$ 11.363, em 2015).



Créditos

Coordenação e produção editorial:
PREVI – Gerência de Comunicação e Marketing

Consultoria GRI, redação e edição:
Report Sustentabilidade

Revisão:
Assertiva Produções Editoriais

Projeto gráfico, diagramação e design web:
Report Sustentabilidade

Fotografia:
Anna Fischer